

Universidade e lugares de memória II



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Aloísio Teixeira

Vice-Reitora

Sylvia da Silveira de Mello Vargas

Pró-Reitora de Graduação

Belkis Valdman

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Ângela Uller

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Carlos Antônio Levi da Conceição

Pró-Reitor de Pessoal

Luiz Afonso Henrique Mariz

Pró-Reitora de Extensão

Laura Tavares

Prefeito da Cidade Universitária

Hélio de Mattos Alves

Coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura

Beatriz Resende

Coordenadora do Sistema de Bibliotecas e Informação

Paula Maria Abrantes Cotta de Mello

Série Memória Documentação e Pesquisa, 3

Universidade e lugares de memória II

Organização

Andréa Cristina de Barros Queiroz
Antonio José Barbosa de Oliveira

UFRJ / FCC / SiBI



Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI/UFRJ)

Copyright UFRJ/FCC/SiBI, 2009

Impressão e Acabamento

Oficina de Livros Gráfica e Editora

Capa e Diagramação

Andréa Cristina Menezes Pinto

Organização

Andréa Cristina de Barros Queiroz

Antonio José Barbosa de Oliveira

Revisão

Andréa Cristina de Barros Queiroz

Antonio José Barbosa de Oliveira

Revisão de Referências

Elaine Baptista de Matos Paula

*Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.
A distribuição do livro é gratuita.*

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Processamento Técnico – SiBI/UFRJ

U58 Universidade e lugares de memória / organizado por Andréa Cristina de Barros Queiroz; Antonio José Barbosa de Oliveira. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2009.
298 p. : il. ; 21cm. -- (Memória, documentação e pesquisa)

ISBN: 978 - 85 - 7108 - 347 - 9

1. Universidade-história. 2. Memória coletiva – Congressos. 3. Memória coletiva - Universidade. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura. Sistema de Bibliotecas e Informação. II. Queiroz, Andréa Cristina de Barros. (org.). III. Oliveira, Antonio José Barbosa de. II. Série.

CDD: 378.10981

Aos autores

SUMÁRIO

Apresentação

Andréa Cristina de Barros Queiroz e Antonio José Barbosa de Oliveira

9

Passado e presente nos registros digitais

Camila Guimarães Dantas e Vera Dodebei

11

O Museu Virtual da Faculdade de Medicina da UFRJ

Diana Maul de Carvalho

37

A Faculdade de Farmácia da UFRJ

Carlos Rangel Rodrigues, Levy Gomes Ferreira, Maria Rosa Alves Bento Calvão de Freitas, Mirian Ribeiro Leite e Suzana Guimarães Leitão

55

A Rede de Informação Européia e o Centro de Documentação Européia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Marcos Antonio Carneiro Martins

83

Memória, discursos e instituição: entre caminhos e fronteiras

Antonio José Barbosa de Oliveira e Evelyn Goyannes Dill Orrico

109

Museu, Memória e Geodiversidade: o planeta em cena

Patrícia Danza Greco

131

Museu do Observatório do Valongo

Maria Alice Ciocca de Oliveira, José Adolfo S. de Campos e Rundsthen Vasques de Nader

149

Os Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (1945-1966): a importância de uma revista e iniciativas de preservação

Victor Andrade de Melo

163

A Memória do Trabalho Escravo Contemporâneo

Ricardo Rezende Figueira

185

Memória, Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico

Rosina Trevisan M. Ribeiro

201

Hospital São Francisco de Assis: um resgate histórico

Mariana Vaz de Souza

217

Projeto Oficina de Estudos da Preservação: um lugar de memória

Maria Rosa dos Santos Correia

231

ETU: o Escritório Técnico da Universidade no contexto da UFRJ

Wallace Pires de Carvalho

247

Memória, Preservação e Restauração Documental

Carmen Tereza Coelho Moreno

263

A Universidade Federal do Rio de Janeiro e as suas Memórias

Andréa Cristina de Barros Queiroz

281

APRESENTAÇÃO

Em setembro de 2009, o *Projeto Memória* do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) realizou o III Seminário Memória, Documentação e Pesquisa, cuja temática deu continuidade às discussões dos Seminários anteriores, centrando-se nas abordagens de diferentes áreas do conhecimento que tem como ponto em comum a Universidade e seus lugares de memória.

Ao longo de três anos, foram identificados e analisados cerca de trinta “espaços” que possuem acervos memorialísticos sobre a história da UFRJ e sobre às áreas de pesquisa específicas a que se destinam. Constam desse acervo: documentos escritos, fotografias, mapas, plantas, esculturas, pinturas, livros raros, jornais, revistas, acervos pessoais de professores, instrumentos científicos, patrimônio arquitetônico e alguns depoimentos de funcionários.

A fim de aprofundar as discussões sobre a Universidade e seus lugares de memória, o Seminário deste ano esteve centrado em três eixos principais: *Memória e informação no ambiente virtual*; *Memória, discursos e instituição: entre caminhos e fronteiras*; e *Memória, preservação e restauração de patrimônio arquitetônico e documental*.

Para ampliar as nossas reflexões e interlocuções contamos também com as participações de pesquisadores de outras instituições. Como as análises dos estudiosos do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), do Arquivo Nacional e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Dessa forma, este livro está organizado de acordo com esses três eixos temáticos. Sobre o primeiro ponto, temos os ar-

tigos: *Passado e presente nos registros digitais; o museu virtual da Faculdade de Medicina da UFRJ; a Faculdade de Farmácia da UFRJ; a Rede de informação européia e o centro de documentação européia da UFRJ.*

Ao teorizar acerca de seus espaços de memória, foram apresentados os seguintes artigos: *Memória, discursos e instituição: entre caminhos e fronteiras; Museu, memória e geodiversidade: o planeta em cena; o Museu do Observatório do Valongo; os Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (1945-1966): a importância de uma revista e iniciativas de preservação; Memória do trabalho escravo contemporâneo; Universidade Federal do Rio de Janeiro e suas memórias.*

Completando o último eixo temático, temos os artigos: *Memória, preservação e restauração do patrimônio arquitetônico; o Hospital São Francisco de Assis: um resgate histórico; projeto oficina de estudos da preservação: um lugar de memória; ETU: o Escritório Técnico da Universidade no contexto da UFRJ; Memória, preservação e restauração documental.*

Procuramos, com essa organização, caracterizada pela diversidade de temas e abordagens com enfoques múltiplos, reforçar nossa concepção de que uma universidade se faz importante justamente pela riqueza advinda da multiplicidade de saberes, razão pela qual, constitui-se como patrimônio cultural indispensável a toda Nação.

*Andréa Cristina de Barros Queiroz
Historiadora e responsável técnica pelo Projeto Memória /
SiBI / UFRJ*

*Antonio José de Oliveira Barbosa
Professor Assistente do Curso de Biblioteconomia e Gestão das
Unidades de Informação / UFRJ*

PASSADO E PRESENTE NOS REGISTROS DIGITAIS

Camila Guimarães Dantas¹ e Vera Dodebei²

The Long Now Foundation uses five digit dates, the extra zero is to solve the deca-millennium bug which will come into effect in about 8,000 years (THE LONG NOW FOUNDATION, 2009).³

Ensaio, softwares e textos da Fundação Long Now, nos EUA, já trazem um zero adicional, como nos informa o aviso acima que se encontra na página inicial do portal. Pode parecer até ficção científica, mas é simplesmente uma prática contemporânea com vistas à preservação de dados. A proposta de Dany Hillis é a de trazer a fronteira do futuro para imaginação cotidiana, que teria se perdido em sua perspectiva após a virada do milênio. Porém, ao se deparar com tal inscrição na tela é difícil escapar da sensação de um presente que já se vê passado de um futuro longínquo. Qual o significado deste zero, ou melhor, da intenção contida na inclusão deste algarismo? Esta é uma das perguntas que movem nossa reflexão.

Mensagens eletrônicas, fotos digitais, *blogs*, arquivos *online*, *tweets*, entre outros compõem um conjunto de informações em constante expansão. Milhões de registros digitais da vida

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO). Bolsista da Capes. E-mail: camilagdantas@yahoo.com.br

2 Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS / UNIRIO). E-mail: dodebei@unirio.br.

3 Tradução livre do trecho: a Fundação *Long Now* usa cinco dígitos na grafia das datas, o zero a mais serve para evitar o deca-milênio *bug* que deverá ocorrer em aproximadamente oito mil anos!

contemporânea se multiplicam em fragmentos desconexos na rede mundial de computadores. A ubiquidade das tecnologias de informação em nosso cotidiano é um ponto pacífico entre aqueles que se propõem a pensar sobre a rede. Há, porém, uma ampla gama de questões polêmicas em debate no que se refere aos registros, sua possível preservação e suas distintas configurações na *web*. Esclarecemos, desde já, que o termo registros digitais refere-se às informações que circulam em código binário na rede mundial de computadores. Embora nosso objetivo seja articular esta noção com debates teóricos em pauta, optamos por uma categoria mais descritiva do que analítica por entender que os conceitos ainda estão sendo refinados nesta dimensão das sociedades contemporâneas (ZIEROLD, 2008, p. 407).

Quando o tema é a rede mundial de computadores parece fácil deixar-se enredar por reducionismos que apresentam a rede ora como a grande ferramenta de democratização da informação, ora como a vilã de uma suposta organização controladora e devoradora de práticas sociais mais livres. Briggs e Burke (2006) escrevem uma história social das mídias que põe em xeque tais dicotomias, apontando para a complexidade própria dos processos envolvidos na difusão de novas mídias. Distanciando-se de pressupostos otimistas ou alarmistas, os autores propõem uma abordagem histórica a partir de casos específicos que permitam desvelar conflitos e tensões. Esta é também a aposta deste artigo: pretendemos articular alguns pontos do debate sobre o patrimônio digital na primeira parte para, em seguida, analisar um acervo *online*. Nesta segunda parte nosso objeto empírico será o acervo *Peoples'War*, criado pela rede BBC, com aproximadamente 48 mil testemunhos recolhidos via internet sobre a Segunda Guerra Mundial.

1. O PRESENTE DO PASSADO: REGISTROS EM BITS

O suporte digital implica em uma dinâmica compatível com fluidez dos objetos produzidos exclusivamente para a internet

e, ao mesmo tempo, parece oferecer uma possibilidade de arquivamento imensa se levarmos em conta as limitações de espaço físico da era do papel. Os estudos sobre a memória social e a construção do patrimônio, na atualidade, têm enfatizado a necessidade de se pensar a partir da encruzilhada de saberes onde se constroem as relações com o passado.

Os estudos sobre a categoria patrimônio têm demonstrado a sua construção histórica, situando-o como uma invenção moderna que teve na França do século XIX um local de amplo desenvolvimento e institucionalização. Foi apenas no século XX que a categoria patrimônio passou a abarcar outros objetos culturais chegando recentemente até a definição de herança imaterial pela Unesco que se propõe a preservar práticas e saberes. No mundo ocidental, houve uma expansão notória das preocupações patrimoniais, muitas vezes associadas a projetos nacionais ou identitários (CHOAY, 2001).

A defesa moderna pela preservação patrimonial se fez atrelada a uma “retórica da perda”, isto é, o alarme diante da possibilidade de desaparecimento de bens imóveis qualificados como de relevância histórica; o que levou a uma ação ativa por parte de organizações internacionais e nacionais (GONÇALVES, 2003, p. 23). A escolha de bens patrimoniais é um terreno de disputas; entre o lembrar e esquecer há uma complexa dinâmica política, cultural e tecnológica.

Mencionar esta discussão sobre a temática patrimonial é indicar entre quais pontos cardeais estão localizados os debates atuais sobre o patrimônio digital. Dentro do amplo universo dos registros digitais podem ser qualificados de patrimônio não apenas os objetos produzidos para a rede mundial de computadores, mas também aqueles que foram digitalizados, tais como manuscritos, e também outros objetos multimídias, armazenados em suporte digital menos vulneráveis como o *CD-Rom*.

Já em 2003, a Unesco lançou uma carta pela preservação do patrimônio digital. Trata-se de uma defesa bem alicerçada

da preservação do patrimônio digital tendo como pressuposto a própria existência deste tipo de legado. O momento em que estamos vivendo é descrito nos seguintes termos pelo documento:

a menos que as pessoas com poder decisório demonstrem uma forte vontade política e tomem medidas urgentes, haverá um grande risco de que toda nossa sociedade da informação possa explodir sem deixar nada além do que a “bolha da internet”. Nossas sociedades da informação iriam ser reduzidas a sociedades obcecadas pelo presente, com uma insignificante memória de trabalho [...] de costas viradas para as próximas gerações, quebrando a cadeia da transmissão (UNESCO, 2003).

Trata-se, está claro, de um texto em prol do desenvolvimento de políticas internacionais que favoreçam a preservação do patrimônio digital. No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos também lançou um documento em defesa da preservação do patrimônio digital. O texto destaca igualmente os riscos de perda diante da veloz modificação de suportes tecnológicos e propõe linhas possíveis de ação para preservar tal patrimônio (CONARQ, 2004). Se há algum consenso nestes discursos institucionais quanto à necessidade de preservar, não há nenhuma clareza quanto a que conteúdos de nossa cultura digital deva ser alvo de tais investidas.

Ao mesmo tempo, em polo oposto, delineiam-se visões contrárias a esta febre preservacionista. Vários pesquisadores procuram mostrar a necessidade de um esquecimento produtivo nas sociedades contemporâneas, retomando uma matriz de pensamento elaborada originalmente por Friedrich Nietzsche. Vários estudos lançam um olhar crítico sobre projetos que podem provocar uma “musealização” do nosso cotidiano levando a um excesso de memórias em circulação (HUYSEN, 2000; SARLO, 2007). Compartilha desta visão o pesquisador Viktor Mayer-Schönberger, da Universidade de Harvard, que

faz a defesa de uma política pública para o esquecimento. Algumas medidas propostas pelo especialista em propriedade intelectual e novas tecnologias da informação podem nos parecer drásticas a um primeiro olhar. Mayer-Schönberger (2007, p.2) propõe, por exemplo, uma legislação que obrigue fabricantes de *softwares* de armazenamento de dados pessoais, como fotos, e-mails, músicas, a estabelecerem prazos mais curtos para apagamento automático das informações privadas. Isto evitaria o avanço de uma imensa quantidade de dados que ficam armazenados nos computadores pessoais, obrigando os indivíduos a uma atitude ativa no processo. O princípio seria o de apagar, a menos que o usuário estabelecesse o contrário. Ou seja, haveria uma inversão nas linhas de programação a que estamos habituados.

Há, sem dúvida, o que se discutir neste amplo espaço entre o *apagar* e o *salvar*. Muito embora as idéias pragmáticas de Mayer-Schönberger nos pareçam precipitadas, é certo que pensar sobre os registros digitais implica refletir sobre o avanço da quantidade de informações em circulação e as escolhas a serem realizadas. Neste cenário é justo perguntar: como definir “patrimônio digital”? Parece-nos inviável propor uma definição fechada, porém é possível pensar que a noção de patrimônio digital torna-se produtiva a partir de uma reflexão sobre a condição de permanência dos registros digitais que podem, ou não, acumular valores patrimoniais ao seu núcleo informativo.⁴ Isto implica dizer que são as iniciativas de preservação proporcionadas a um dado objeto digital que irão lhe trazer um valor patrimonial, que será construído por várias instâncias da sociedade.

É um valor circunstancial, mas que se pretende permanente. A construção social de objetos caracterizados como patrimônio digital enfrenta um desafio de caráter duplo: técnico e valorativo. Do ponto de vista técnico a pergunta instaura-se no

4 Sobre a circunstancialidade do patrimônio digital ver: DODEBEI, 2006; 2009.

campo da preservação arquivística, uma vez que a tecnologia atual dos discos rígidos trazem o prognóstico de no máximo um século de durabilidade. Por outro lado, do ponto de vista valorativo, têm-se um amplo debate sobre o que deve ser preservado.

A Biblioteca Mundial Digital lançada em abril de 2009, da qual o Brasil faz parte, apresenta-se como um objeto rico para pensar tais fatores. Primeiramente por tratar-se de um empreendimento de caráter internacional, com apoio da Unesco e financiamento das principais empresas de tecnologia do mundo (Microsoft e Google, entre outras). De caráter bastante seletivo, a Biblioteca Mundial Digital (BMD) propõe-se a disponibilizar acervos culturais já previamente qualificados como bens fundamentais em determinado país. Assim, são as instituições nacionais que selecionam os materiais que integram o acervo. No caso do Brasil, nosso representante é a Coleção Teresa Cristina, com 142 itens cedidos pela Biblioteca Nacional.

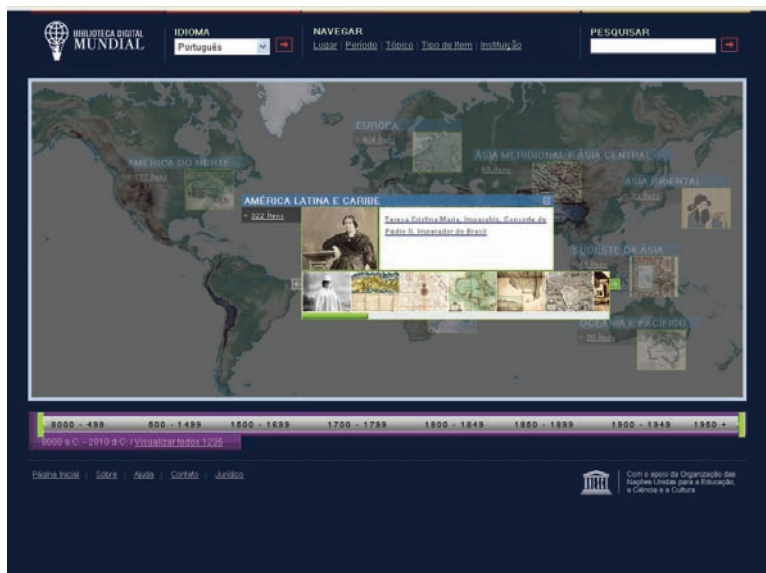


Figura 1: Biblioteca Digital Mundial (2010)

A proposta da BMD é diferenciá-la das demais bibliotecas online, como por exemplo a Europeana⁵ ou Google⁶. Ela representa um sítio gratuito na Internet que propõe uma seleção de documentos provenientes de fundos documentais digitalizados das grandes bibliotecas do mundo. O projeto, de natureza educativa, patrimonial e filantrópica, encampado pela UNESCO em 2005, tem por objetivo, segundo depoimento de James H. Billington⁷, reduzir a lacuna digital entre os hemisférios norte e sul, ao tornar acessível um maior número de “documentos fundamentais” que pertencem à cultura planetária, como manuscritos, mapas, filmes.

A principal característica da BDM é a seletividade de seu acervo, ou como afirma Billington, a hiper-seletividade. Há muito não encontrávamos na internet projetos que assumissem e defendessem a seleção no momento da oferta de objetos. O modelo de preservação patrimonial que vem sendo mais utilizado até o momento pode ser descrito como o do “excesso”; quer dizer, a prática da duplicação do objeto lançado na rede para favorecer a sua permanência por um período de tempo maior.

Evidentemente, a seleção, esta palavra-chave já tão conhecida dos processos de organização do conhecimento, implica custos muito elevados. Não foi diferente o que ocorreu com a criação da BDM. O projeto obteve apoio de instituições com um aporte de recursos de, aproximadamente, 10 milhões de dólares americanos. Importa notar que parte do financiamento do projeto está associado à inclusão de determinados materiais, como é o caso da doação de um milhão de dólares feita pela Universidade de Ciência e Tecnologia King Abdullah, da Arábia Saudita, para digitalização de manuscritos científicos dos países árabes.

5 Criada em 2008, a biblioteca digital Europeana dá acesso ao patrimônio cultural e científico. Disponibiliza 4 milhões de itens (EUROPEANA, 2010).

6 Lançada em 2005, a biblioteca digital da Google Inc. disponibiliza 7 milhões de livros (GOOGLE BOOKS, 2010).

7 Diretor da Biblioteca do Congresso Americano e principal promotor da BDM.

Do ponto de vista da passagem das bibliotecas em papel para a rede mundial de computadores, o esforço de digitalizar o passivo da memória do mundo vem sendo questionado principalmente pelo fator econômico dos direitos autorais. A seletividade com a qual a BDM se moldou, minimiza essa discussão sobre a propriedade intelectual singular, pois transforma os objetos, em sua maioria já de domínio público, em coletivos da humanidade. Diferentemente dessa prática, outras bibliotecas digitais como a Europeia e a Google que disponibilizam acervos protegidos pela legislação autoral, enfrentam ainda disputas judiciais para manter seus projetos em atividade.

Outro ponto importante é o fato deste acervo tornar-se o primeiro cliente de uma nova tecnologia com capacidade estimada de preservar informações digitais por mil anos, a chamada *Digital Rosetta Stone*. Na ilustração abaixo, vemos várias camadas de discos rígidos, selados com silício, e indicações de uma complexa tecnologia para impedir o contato direto com o mundo externo. De acordo com os pesquisadores da Universidade de Kioto (Japão), as informações arquivadas neste artefato podem durar um milênio.

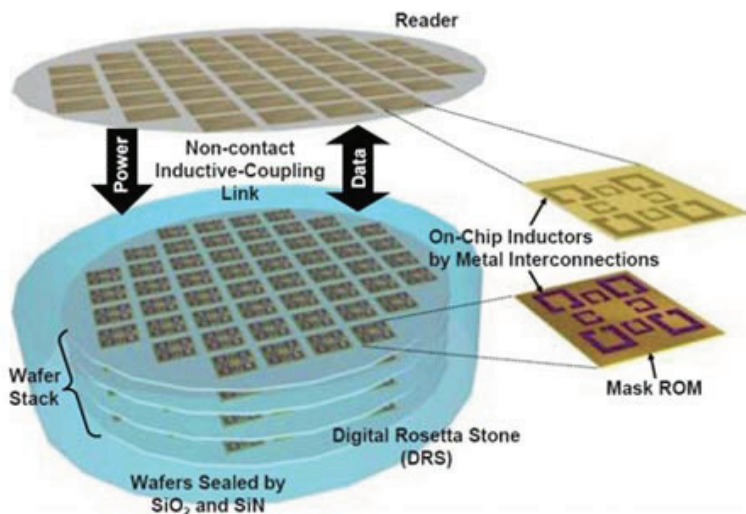


Figura 2: Digital Rosetta Stone (KIMURA, 2009).

A proposta da Biblioteca Mundial Digital está em sintonia com o preceito moderno de preservação patrimonial. Uma vez inserida a informação nos discos de silício pode-se alcançar supostamente a segurança, mas perde-se a possibilidade de modificá-la. Está claro que este não é o objetivo da referida biblioteca, porém isto nos direciona para uma questão central: como preservar o material nascido digital, com seu caráter hipertextual e suas múltiplas formas de interação? Seria possível conservar algo do atributo fluído da interação na rede? Arquivar correspondências implica em determinados procedimentos arquivísticos já bastante corriqueiros. Porém arquivar mensagens eletrônicas ou *tweets* é um desafio que ainda está sendo enfrentado. Abordaremos aqui duas iniciativas que apontam a necessidade de uma nova perspectiva sobre a preservação. Nossa intenção não é adentrar em discussões técnicas sobre os processos arquivísticos, mas sim mostrar de que maneira as novas tecnologias da informação podem gerar um trabalho criativo de catalogação, preservação e disponibilização.

Criação e acesso são palavras chaves no campo da preservação na atualidade. Não apenas manter o acervo, mas torná-lo acessível. E tratando-se de informações em suporte digital isto implica na maioria das vezes em uma atitude ativa com criação de novos instrumentos. O Instituto V2, situado em Rotterdam, que desde a década de 1980 trabalha com arte eletrônica, criou o seu arquivo em 1996, hoje disponível na rede mundial de computadores. Em um relatório recente sobre os desafios do processo arquivístico, a equipe do instituto tratou do tema da preservação da interação entre os usuários e as obras de arte. Como arquivar, por exemplo, um trabalho de um artista de caráter performático cujo resultado que aparecia na tela dependia dos *clicks* dos internautas? Que estratégias podem ser utilizadas para salvaguardar vestígios significativos deste trabalho?

A partir de uma ampla experiência e pioneirismo na área, a equipe do Instituto V2 expôs a necessidade de se criar instru-

mentos que possibilitem esse registro. Criou-se naquele instituto um modelo de utilização de metadados a partir de parâmetros como números de usuários, dimensões espaciais (locais de acesso), temporais (momentos de mais ou menos acessos), níveis de interação (navegação pela página, contato entre usuários), etc. Tudo isto passou a integrar o acervo, mas mesmo assim a equipe ainda considera relevante que haja um esforço de criação mais direta de registro como utilização de audiovisuais e entrevistas com os usuários para que se possa realmente documentar as interações (FAUCONIER; FROMMÉ, 2003).

As dificuldades de se preservar o patrimônio digital não estão apenas nas interações. A velocidade da mudança tecnológica implica em políticas que assegurem uma migração de mídia do acervo e, muitas vezes, um esforço de criação de plataformas que possibilitem a consulta a um material em uma linguagem não mais utilizada, mas que mantenha as configurações e arquitetura tal qual foram concebidas. Um panorama dos empreendimentos arquivísticos na rede mundial de computadores foi realizado pela Universidade de Bath e pela UKOLN, uma agência britânica que pesquisa e implementa projetos em museus e bibliotecas.⁸ Um dos objetivos do documento era justamente fornecer um mapa das iniciativas de preservação da web já existentes e, ao mesmo tempo, testar sua usabilidade no caso da internet britânica. Entre os acervos existentes o documento distingue dois tipos básicos: os de caráter seletivo e os de amplo espectro. No primeiro grupo incluem-se os projetos de arquivamento de *websites* restritos a uma área do conhecimento, um tema ou uma região. Um exemplo pioneiro neste campo é o projeto Pandora (*Preserving and Accessing Networked Documentary Resources of Austra-*

8 O relatório intitulado *Collecting and preserving the World Wide Web* foi produzido, em 2003, para o Joint Information Systems Committee of the Higher Education Funding Councils (JISC), instituição responsável pelo provimento de serviços de internet para universidades e centros de pesquisa ingleses (UKOLN, 2003).

lia), desenvolvido pela Biblioteca Nacional da Austrália a partir de 1997. A equipe da instituição é responsável pela seleção e preservação de publicações eletrônicas consideradas de valor acadêmico. Em 2003, havia 3.300 títulos no acervo; em julho de 2009 eram mais de 22 mil (PANDORA, 2010).

O outro tipo de iniciativa de preservação é o de amplo espectro. Com o objetivo de registrar tudo, ou quase tudo, são realizados instantâneos (*snapshots*) de toda a rede periodicamente, através da utilização de programas de indexação automática de conteúdos. O exemplo principal deste tipo de arquivo é o *Internet Archive*. Criado em 1996, hoje o projeto alcançou um escopo gigantesco, sendo considerado um dos maiores arquivos do mundo. Embora uma parte das informações contidas no *Internet Archive* possa ser acessada por uma ferramenta chamada *WayBack Machine*, há ainda uma camada imensa de informação que só pode ser consultada por aqueles que possuem conhecimento de linguagem de programação. Os pesquisadores britânicos testaram o funcionamento do *Internet Archive*, e no que se refere às páginas sobre a temática de saúde da Inglaterra, eles encontraram as principais páginas de referências disponíveis no arquivo. Porém, foram diagnosticados alguns problemas: os *links* não mais remetem ao conteúdo especificado; as imagens muitas vezes não estão mais disponíveis; algumas páginas perderam completamente a formatação original, o que significa que perderam, assim, parte de sua carga informativa. Ao utilizarmos este arquivo em nossa pesquisa, que apresentaremos a seguir, pudemos atestar a sua vulnerabilidade, pois ao longo do período observamos o desaparecimento de um ano de registros do site da BBC e, muitas vezes, foi necessário recorrer a um backup pessoal das páginas pesquisadas.

2. PASSADOS NO PRESENTE: O ACERVO BBC PEOPLE'S WAR

O acervo digital da BBC é tido como um patrimônio cultural da sociedade inglesa e, ainda de maneira mais ampla, da

humanidade, por aqueles que conceberam o projeto e conseguiram sua inclusão no acervo permanente da British Library. Estabeleceu-se, em cláusula divulgada no *website*, que o acervo deverá ser mantido com acesso livre ao público, mesmo em caso de privatização da BBC. Esta iniciativa explicita a existência de um esforço de patrimonialização de um conteúdo que existe exclusivamente em meio digital. Trata-se também de uma iniciativa que agrega valor informacional e que busca sua legitimidade em redes de reconhecimento social já institucionalizadas como os conselhos de bibliotecas, museus e arquivos da Inglaterra.⁹

2.1 BREVE HISTÓRICO DO ACERVO DIGITAL (2003-2009)

O arquivo digital *People's War* foi pensado como um artefato comemorativo para os sessenta anos do final da segunda guerra mundial. A proposta foi a de criar um acervo dos testemunhos daqueles que viveram durante a Segunda Guerra ou dos que numa segunda geração tiveram contato com as memórias do conflito. Em junho de 2003, o projeto piloto começou a ser testado e cinco meses depois o *website* foi lança-

9 Em janeiro de 2006, constava no website a seguinte afirmação: *we are working hard to ensure that the archive remains in the public domain, indefinitely, regardless of the BBC's future. Discussions with national libraries and museums are in progress. [...] To ensure that the archive remains accessible it has to be future-proofed so that it remains compatible with current and future technologies. We also need to ensure that we comply with international standards in digital preservation documentation.* Tradução livre: nós estamos trabalhando para garantir que o arquivo permaneça em domínio público, indefinidamente, independente do futuro da BBC. Estão em andamento discussões com bibliotecas e museus. [...] Para garantir a que o arquivo permaneça acessível é preciso assegurar que a tecnologia seja compatível com futuras tecnologias. Será também necessário estar em sintonia com os padrões internacionais de preservação digital. O trecho citado não está mais disponível *online*, mas encontra-se no acervo dos autores. Para um histórico de todo o processo ver: DANTAS, 2008.

do oficialmente. No primeiro ano foram realizadas campanhas nacionais para o recolhimento de testemunhos com exposições em museus e propagandas na TV.

Em junho de 2004, havia 7.541 testemunhos *online* e a equipe do projeto começou a buscar alternativas para que mais pessoas pudessem participar. Em anúncio no *website* buscou-se estabelecer parcerias com instituições como bibliotecas, museus, arquivos e centros comunitários, que contribuiriam com a elaboração do acervo fornecendo recursos humanos e equipamentos para que os testemunhos de pessoas que não tivessem familiaridade com informática pudessem ser registrados.

Entre maio de 2004 e maio de 2005, foram organizados 800 eventos de natureza variada: exposições, encontros de veteranos, palestras. Mais de duzentas instituições se tornaram parceiras do projeto e para dar conta da demanda de auxílio aos usuários foram treinados dois mil voluntários. Os números indicam que o projeto alcançou uma ampla mobilização e isto se tornou possível graças também a um convênio realizado com o Programa *Culture Online*, do Departamento de Cultura da Inglaterra, cujo objetivo era o de ampliar a inclusão digital da população da terceira idade. A mobilização realizada através do estabelecimento de uma rede de parceiros possibilitou que o número de testemunhos fosse ampliado. Mais de 80 mil pessoas participaram dos eventos organizados, sendo que 43% tinham mais de 60 anos e nunca haviam utilizado um computador anteriormente.¹⁰

Em maio de 2005, o número de testemunhos era de 19.676, mais que o dobro do ano anterior. Entre os meses de maio e agosto de 2005 foram adicionadas 12.557 testemunhos, chegando a mais de 32 mil relatos. O arquivo digital sofreu desde

10 Esse dado mostra mais uma faceta pedagógica do *website*, que se propôs a facilitar o acesso às tecnologias da informação pelos grupos da terceira idade. O relatório do Departamento de Cultura só está disponível via Internet Archive (WWII, 2010).

então modificações de funcionamento, navegação e design. O arquivo foi pensado para ser um portal vivo, com atualizações e possibilidades de inclusão e modificação dos testemunhos, por apenas dois anos. Em seguida, o acervo deveria tornar-se uma fonte de pesquisa integrada ao portal de História da BBC. Deste modo, em novembro de 2005, a administração do site avisou aos usuários para fazerem suas últimas modificações, pois o acervo se tornaria permanente. Até janeiro de 2006, quando o *site* foi fechado, chegou-se ao total de 47 mil testemunhos.

Entre janeiro e março de 2006 o *website* passou por um processo de seleção e de aplicação de novo design. As páginas que existiam com os formulários para deixar as contribuições foram retiradas e, ao mesmo tempo, foram realizados alguns ajustes visuais. Até novembro de 2007, as interfaces aplicadas em 2005 estavam disponíveis no Internet Archive, porém devido a problemas técnicos elas não mais aparecem online. Atualmente, é possível pesquisar a versão finalizada do site. Em 2009, foi adicionada à página principal um aviso em vermelho notificando os usuários de que aquele *website* não mais seria atualizado pela BBC.

2.2 NAVEGANDO EM UM ACERVO DIGITAL

Uma vez mencionado o escopo geral do projeto, cabe-nos perguntar: como se navega neste acervo? Quando o site estava ainda aberto, a página de abertura possuía três principais divisões visuais que correspondiam às secções de contribuições (*contribute*), de leitura do arquivo (*read*) e de pesquisa (*research*). Isto significa que este arquivo digital possuía uma gama mais ampla de informações do que encontramos em arquivos tradicionais ou mesmo em acervos que foram apenas digitalizados e postos na rede. A existência de fóruns para debate, por sua vez, propiciava uma circulação de informações para além dos testemunhos.



Figura 3: BBC People's War (2006)

A interface do portal possibilitava que uma vez criada a conta, o usuário pudesse inserir ou editar os relatos. Uma apreciação apressada deste dado poderia levar a crer que a diretriz editorial deste arquivo estaria em sintonia com certos postulados pós-modernos que enfatizam, sobretudo, a fragmentação da informação e a inexistência de uma realidade histórica.¹¹ No entanto, o enquadramento da informação textual e imagética do site, assim como as instruções fornecidas aos usuários, contradiz tal suposição. No editorial há uma defesa explícita da necessidade de um relato autêntico, honesto, que conte exatamente o que aconteceu. Um exemplo é a seguinte passagem:

this is the most important thing about any story on this site.
We want it to be a genuine account of the times. [...] We

11 A convergência entre os usos da hipertextualidade e os postulados pós-modernos já foi abordado de modo bastante perspicaz por Rolando Minuti (2002, p.104).

want you to tell it as it was. The world of today is a long way from that of 1939-45. People live differently and wars are fought differently. We hope that this website will help future generations understand the connections between their world and that of WW2 (BBC, 2007).¹²

Ao registrar-se, o usuário era direcionado a uma página onde encontrava outras instruções. Recomendava-se, por exemplo, que os testemunhos fossem escritos anteriormente para depois colocá-los no *website*. Havia também dicas de como escrever um relato interessante para leitura na tela do computador. E regras: cada relato deveria ter no máximo 3.000 palavras, ou então, estar dividido em capítulos. Cabe aqui um breve comentário sobre este aspecto do arquivo. Ao limitar o espaço de escrita na tela esta interface proporciona um tipo de ato de rememoração distinto de outras formas anteriores, como a escrita no papel ou, por exemplo, de um relato oral. Tal aspecto corrobora a afirmação de Roger Chartier (1999, p. 20) de que “quanto à ordem dos discursos, o mundo eletrônico provoca uma tríplice ruptura: propõe uma nova técnica de difusão da escrita, incita uma nova relação com os textos, impõe-lhe uma nova forma de inscrição”. Sem dúvida o registro digital é uma nova forma de inscrição do passado que constitui-se em uma mescla de continuidades e rupturas com os sistemas de registros anteriores. A palavra escrita é o elemento de fundamental continuidade, porém ela está imersa em um conjunto de imagens e possibilidades hipertextuais que aderem novas camadas de sentidos.

12 Tradução do trecho: “isto é o mais importante acerca de qualquer relato deste site. Nós queremos que ele seja um testemunho genuíno do passado [...] Nós queremos que você conte como realmente aconteceu. Hoje estamos muito distantes do mundo de 1939-45. [...] Nós esperamos que este *website* ajude as futuras gerações a entender as conexões entre o seu mundo e aquele da Segunda Guerra Mundial.” É possível recuperar o conteúdo da página consultada em 2007 no *Internet Archive*, utilizando a *wayback machine* e buscando por <www.bbc.co.uk/ww2/ >

Quanto ao tema, havia uma intenção em recolher registros do cotidiano da guerra que fica explícita nas dicas editoriais e o grande número de relatos na categoria vida doméstica atestam que este objetivo foi alcançado. O tom era o de deixar o legado de uma experiência do sacrifício realizado para a geração futura, sem incluir vestígios dos conflitos internos vivenciados na Inglaterra. Tal propósito deve ser compreendido numa chave de um complexo fluxo de memórias sobre a Segunda Guerra Mundial. Este evento ocupa um epicentro das memórias no velho continente. Na Inglaterra, a retórica em torno da segunda guerra sempre forneceu material na imaginação política e a memória vencedora procura salvaguardar a imagem de um consenso de conquista democrática alicerçado em valores de igualitarismo e da capacidade do povo inglês de suportar sacrifícios para livrar a humanidade do fascismo.

Imediatamente após o conflito, formou-se certo consenso patriótico permeado por valores do igualitarismo e com tendência de esquerda. Nas representações do imediato pós-guerra o papel da classe trabalhadora inglesa era super valorizado e muitas vezes simbolizavam o esforço da nação nas narrativas que mostravam um povo que lutou em prol da liberdade. A década de 1960 trouxe uma ampla iconoclastia cultural que combatia as representações hegemônicas sobre a nação. Iniciou-se então, na cultura britânica, de acordo com Geoff Eley, um processo de renegociação das representações nacionais. As décadas de 1970 e 1980 trouxeram questões novas como a violência na Irlanda, o nacionalismo escocês, as violências contra minorias sexuais e as crises nas escolas. Tudo isto, relaciona-se ao colapso de uma idealização do povo inglês como símbolo de coesão e luta pela liberdade e igualitarismo. Na era Thatcher, o patriotismo passou a ter um caráter mais conservador relacionado a uma noção de superioridade racial recolocada numa lógica de mercado. As idéias de justiça social que integravam o núcleo do patriotismo do pós-guerra foram obliteradas em meio a uma guinada de modernização autori-

tária. Nas narrativas de memória deste período destacam-se a relevância obtida pela noção de lealdade ao estado e uma valorização de uma identidade britânica (*Britishness*) enamorada com o passado imperial. As mudanças políticas, assim como uma série de outros fatores, levaram a uma nova tendência no complexo de memórias inglesas sobre a segunda guerra. A década de 1990 trouxe um excesso comemorativo que reviveu os resquícios de uma memória patriótica em estilo tradicional. A série de documentários da BBC correspondeu ao retorno de uma narrativa mais literal seguindo uma modalidade de tentar reconstruir o passado tal como ele se desenrolou. Dez anos depois, podemos pensar que o acervo digital *People's War* está embebido nesta mesma tendência (GEOFF, 2001).

O parágrafo anterior procurou sintetizar de forma breve as linhas centrais de um complexo fluxo de memórias. Paralelamente, a historiografia inglesa também passou por mudanças nas últimas décadas em um movimento de ampliar o leque de objetos de estudo no sentido de proporcionar uma crítica das memórias patrióticas do conflito. Assim, os historiadores voltaram-se para temas como o mercado negro, as greves, o absenteísmo e o cinismo no cotidiano da guerra, demonstrando como a história social pode dialogar criticamente com as memórias em voga. Evidentemente, não cabe aqui um balanço da historiografia inglesa sobre a Segunda Guerra Mundial, mas importa indicar este quadro mais amplo e nele destacar o papel de uma obra específica. Segundo Heartfield (2005), é central o papel da obra do historiador inglês Angus Calder, que escreveu em 1969 o clássico *People's War*, uma história social da guerra que vai muito além da retórica patriótica e oferece um cenário mais complexo das experiências cotidianas. Utilizando-se dos arquivos da organização *Mass Observation*, que solicitou entre 1937 e 1959 que os cidadãos enviassem testemunhos de sua vida cotidiana, Calder pode compor em seu livro um vívido panorama dos anos de guerra, relativizando alguns mitos então em voga. O próprio título da obra foi uti-

lizado na concepção do acervo digital da BBC. Não se pode, portanto, deixar de mencionar esta intersecção entre construção da memória e este clássico da historiografia inglesa.

2.3 FRAGMENTOS DIGITAIS: HÁ ALGO EM COMUM ENTRE OS 47 MIL RELATOS ONLINE?

Julio Cortázar (1974, p. 427) já escreveu: “a passagem do ontem para o hoje, a primeira agulha do esquecimento na recordação”. O esquecimento tece a memória não apenas nas imagens literárias; sabe-se que o ato de registrar implica também em esquecer. Difícil é saber como se dá esse jogo entre recordar e esquecer numa dada circunstância; como tantas agulhas tecem e disputam formas e cores a cada instante. Neste tópico, podemos dizer que a nossa pergunta poderia ser: como tecem as agulhas eletrônicas do acervo *People's War*? A imagem de Cortázar não é meramente aleatória. O livro do escritor argentino é um clássico da literatura que propôs um percurso de leitura não linear. Ou seja, além da ordem sucessiva tradicional há uma sugestão de leitura intercalada e ao final de cada capítulo há a indicação deste percurso alternativo. O autor propõe um caminho, mas sabe-se que cabe ao leitor seguir, parar, voltar... Da mesma forma, pensamos que a equipe da BBC propõe percursos de leitura do acervo, havendo, também, outras possibilidades de navegação.

Em primeiro lugar, diferentemente de um arquivo histórico tradicional este acervo traz uma clara preocupação com a sedução do usuário. Isto é: os testemunhos devem ser convidativos, as imagens devem reter o olhar apressado de quem navega. Estes preceitos estão nas dicas para quem vai deixar o seu testemunho e também implícitos nos elementos visuais da interface. Havia uma diretriz de buscar testemunhos interessantes, do ponto de vista do grande público, embora não houvesse propriamente censura às contribuições de caráter político ou com conteúdos mais realistas, e, portanto, chocantes. Importa, porém, perceber que houve um esforço de divulgar

testemunhos que relatassem o cotidiano inglês e, com isso, há uma tendência à obliteração de outros tipos de testemunho. Como já o disse de uma maneira extremamente precisa, Henry Rouso (1996, p.4): escrito, oral ou filmado, o arquivo é sempre o produto de uma linguagem própria, que emana de indivíduos singulares ainda que possa exprimir o ponto de vista de um coletivo (administração, empresa, partido político, etc.). Não se trata aqui de procurar um ponto de vista de um coletivo, neste caso o da BBC, parece-nos fundamental apontar os possíveis enquadramentos da concepção do arquivo que irão permear cada registro individual ali realizado. Ou ainda, estes enquadramentos seriam justamente esta “linguagem própria” onde não nos interessa julgar se corresponde a uma boa forma de registro. Afinal, o que seria uma boa forma de preservar memórias? Esta é sem dúvida uma questão imprópria. Importa aqui identificar as especificidades, os pontos críticos, os embates pouco visíveis ao se consultar um acervo numa tela do computador instalado em um quarto, em uma sala de aula ou em um internetcafé.

Neste acervo, está claro que a obra é o conjunto dos indivíduos e, sobretudo, como apontamos, os enquadramentos das interfaces ali pensadas e implementadas pela equipe da BBC. De fato, estamos diante de uma nova forma de difusão dos escritos testemunhais. A preocupação com as formas de leitura na tela levou à criação de secções de três mil caracteres. Como já mencionamos, este não é um limite que possa ser desprezado numa análise sobre este acervo. Se o testemunho oral deve ser compreendido a partir de ritmo, das entonações das interações com os interlocutores; o testemunho *online* deve ser interpretado levando-se em consideração os aspectos centrais desta “interface” como o de limite de tempo de leitura (LÉVY, 2007).

Assim, reconhecendo e investigando as especificidades dos registros do passado que circulam em suporte digital, podemos afirmar, a partir de nosso estudo do acervo *People’s War*, que uma análise de tais reelaborações do passado deve se fazer não

apenas a partir de seus condicionamentos tecnológicos, mas também refletir sobre as questões relativas à memória social e às circunstâncias históricas. Neste sentido, a obra de Maurice Halbwachs (1990), e sobretudo de seus herdeiros, ainda é uma referência para se pensar os objetivos institucionais presentes no *website People's War*. As interfaces deste acervo digital nos informam sobre um projeto de construção de uma memória inglesa, na qual a participação na Segunda Guerra Mundial é um elemento marcante de coesão e constituição de uma identidade nacional.

A exaltação do sacrifício do povo inglês durante o conflito é um elemento central neste processo de enquadramento da memória, para usar os termos de Michel Pollack (1989). Nos destaques das categorias, nos testemunhos selecionados pela equipe e nas orientações para os usuários, percebe-se claramente o lastro oficial da BBC. Todavia, o acervo não se resume a esta operação com a memória. O fato de cada indivíduo poder inserir *online* seu testemunho, sem mediações diretas com a equipe do projeto, abriu espaço para dois fenômenos: a fragmentação dos relatos e as vozes dissonantes. Assim, se devemos afirmar uma operação da memória por parte da BBC, que podemos ler a partir dos referenciais de uma sociologia da memória, devemos também mencionar que neste acervo digital há que se perceber os pontos de fuga que podem levar a uma navegação por percursos discordantes de tal projeto. A existência de tal dissonância está diretamente associada às especificidades dos registros digitais, que devem ser abordados a partir de uma perspectiva de mediações da memória (DIJCK, 2007, p.12). A noção de mediação vai além do meio, trazendo para o centro da análise a perspectiva de um jogo de forças onde a tecnologia desempenha um papel importante, mas é igualmente parte de vários outros vetores culturais. Neste caso, a interface do *website* torna possível as oposições e as incoerências próprias dos relatos em fragmentos, mas não anula o enquadramento cultural do projeto.

3. CONCLUSÃO

Neste texto, procuramos lançar sondas de observação em algumas encruzilhadas do mundo digital. O caso do acervo *People's War*, da BBC, nos serviu de via de acesso para entender alguns aspectos do registro do passado em suporte digital. Procuramos destacar as permanências e as mudanças que o empreendimento representa no campo das produções de memória na contemporaneidade. Qualificado de patrimônio cultural por diversas instituições inglesas o acervo distingue-se sobremaneira do projeto da Biblioteca Digital Mundial. O suporte tecnológico é semelhante, há porém importantes diferenças em seus objetivos e nas interfaces técnicas utilizadas. O projeto da BDM emerge como uma perspectiva moderna que transposta para a rede mundial de computadores, mas que não se propõe (pelo menos neste momento) a arquivar objetos nascidos digitais. A “hiper-seletividade” dos seus componentes a tornam um exemplo desta transposição, opondo-se a uma tendência da produção de conteúdos de maneira colaborativa e, também, fragmentária, como no caso do acervo da BBC. Ao discutir estas iniciativas pensamos poder contribuir para o mapeamento das distintas configurações dos registros do passado na rede mundial de computadores. Tais configurações nos mostram um campo onde não há um consenso sobre as políticas ou estratégias de preservação do patrimônio digital. Há, porém, questões polêmicas que estão sendo discutidas, tanto na esfera acadêmica quanto na mídia em geral, à medida em que novas experiências estão sendo produzidas¹³.

Neste cenário, o *bug* do ano 10.000 mais do que um ex-cêntrico exercício de futurologia é o índice do nosso presente permeado por uma dinâmica cada vez mais intrincada entre o

13 O debate sobre o Google e sua estratégia de digitalização dos livros tem sido bem prolífico. Robert Darton (2009) propõe uma crítica ao modelo em curso e defende que a gigantesca biblioteca digital do Google possa ser gerida não apenas pelas leis do mercado, mas também pelos interesses da sociedade civil.

lembrar e o esquecer. Adicionar o zero não parece resolver nenhum problema, mas põe em relevo a necessidade de pensar sobre o tema o que implica, necessariamente, em traçar conexões entre memória, história e as novas tecnologias da informação.

REFERÊNCIAS

BBC People's War. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20060112081121/www.bbc.co.uk/dna/ww2/>>. Acesso em: 13 jan. 2010. Buscar a imagem na listagem de 2006.

BBC People's War. Disponível em: <http://web.archive.org/web/*/http://www.bbc.co.uk/ww2/>. Acesso em: 13 jan. 2010. Buscar o texto na listagem de 2007.

BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL. Disponível em: <<http://www.wdl.org/pt>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro*: do leitor ao navegador. São Paulo: Ed. Unesp: Imprensa Oficial, 1999.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=64&sid=5>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

CORTAZAR, Julio. *O jogo da amarelinha*. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

DANTAS, Camila Guimarães. *O passado em bits*: memórias e histórias na internet. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

DARTON, Robert. Google and the new digital future. *The New York Review of the Books*, v. 56, n. 20, 2009. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/23518>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

DIJCK, José van. *Mediated memories in the digital age*. Stanford: Stanford University Press, 2007.

DODEBEL, Vera. Patrimônio e memória digital. *Morpheus*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 2006. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/numero08-2006/veradodebei.htm>> . Acesso em: 10 jan. 2010.

DODEBEL, Vera. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: DODEBEL, V.; ABREU, R. (Org.) *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contracapa, 2009, p.11-32.

EUROPEANA. Disponível em: <<http://www.europeana.eu/portal/aboutus.html>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

FAUCONIER, Sandra; FROMMÉ, Rens. *Capturing Unstable Media*: summary of research. Rotterdam: V2 Institute for the Unstable Media, 2003. Disponível em: <http://archive.v2.nl/v2_archive/projects/capturing/capturing_summary.pdf> . Acesso em: 10 jan. 2010.

GEOFF, Eley. Finding the people's war: film, british collective memory and World War II. *The American Historical Review*, Bloomington, IN, v. 106, n.3, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.historycooperative.org/journals/ahr/106.3/ah000818.html>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.) *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 21-29.

GOOGLE BOOKS. Disponível em: <<http://books.google.com/>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HEARTFIELD, James. *Second World War: the battle of the books*. Spiked Essays, 2005. Disponível em: <<http://www.spiked-online.com/Articles/0000000CAB12.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KIMURA, Masahide. Digital Rosetta Stone' passes down cultural heritage to future generations. *Tech-on! Tech & Industry Analysis from Asia*. 2009. Disponível em: <http://techon.nikkeibp.co.jp/english/NEWS_EN/20090618/171883/>. Acesso em: 13 jan. 2010.

LÉVY, Pierre. Abrir o espaço semântico em prol da inteligência coletiva. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.129-140, jan-jun. 2007. Disponível em: <<http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/43/37>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. *Useful void: the art of forgetting in the age of ubiquitous computing*. Cambridge: Harvard University, 2007.

FACULTY Research Working Papers Series. Disponível em: <http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/3083/useful_void.html>. Acesso em: 13 jan. 2010.

MINUTI, Rolando. *Internet et le métier d'historien: réflexions sur les incertitudes d'une mutation*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

PANDORA Australia's web Archive. Disponível em: <<http://pandora.nla.gov.au/statistics.html>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou indício de uma falta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, p.85-92, 1996.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

THE LONG NOW FOUNDATION. *Location*. Disponível em: <http://archive.longnow.org/www.longnow.org/01999-02005/10klibrary/Library_location.htm>. Acesso em 13 jan. 2010.

UKOLN. *Collecting and preserving the World Wide Web*. Londres, 2003. Disponível em: <<http://www.ukoln.ac.uk/>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

UNESCO. *Unesco's basic texts on the information society*. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.phpURL_ID=12845&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 10 jan. 2010.

WWII Practitioners report. Disponível em: <http://web.archive.org/web/*/http://www.cultureonline.gov.uk/WWII_practitioners_report.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2010.

ZIEROLD, Martin. Memory and media cultures. In: ERLL, Astrid; NUNNING, Ansgar (orgs). *Cultural Memory Studies*. Berlim: Walter de Gruyter, 2007.

O MUSEU VIRTUAL DA FACULDADE DE MEDICINA DA UFRJ

Diana Maul de Carvalho¹

INTRODUÇÃO

Em 1808, com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, foram criados os primeiros cursos médicos no país, na Bahia e no Rio de Janeiro. Os motivos desta iniciativa são interpretados por diversos autores como desde uma ação eminentemente prática voltada para a possível necessidade de cirurgiões para a guerra que poderia estar à vista, até o propósito de instituir o ensino superior nesta parte do reino então transformada em centro do império português. Muitos autores, como Fernando de Magalhães (1932) afirmam que a escola do Rio de Janeiro foi criada por um decreto do príncipe regente em 05 de novembro de 1808. Mantemos a tradição e a data de comemoração, ainda que quase certamente este decreto não tenha existido. Parece ter razão Lycurgo dos Santos Filho (1991), marcando o início dos cursos na data de nomeação do primeiro lente de Anatomia, 02 de abril de 1808.

A Escola do Rio de Janeiro funcionou nas dependências do Real Hospital Militar no Morro do Castelo, antigo Colégio dos Jesuítas e, em 1813, quando o ensino médico é reorganizado, a escola passa a denominar-se Academia Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro (Lobo, 1969). A independência marca a progressiva institucionalização da escola médica e sua completa

1 Professora Associada da Faculdade de Medicina da UFRJ. Doutora em Ciências pela FIOCRUZ.

separação das normas e regulamentações de Coimbra e da Fisicatura-Mór. Em 1826, Pedro I autoriza a Academia Médico-Cirúrgica a emitir seus diplomas. A extinção da Fisicatura-Mor ampliará mais ainda a autoridade da Escola Médica sobre o exercício das profissões da saúde. A Faculdade de Medicina, não somente emitirá diplomas como fará também o reconhecimento daqueles emitidos fora do país para os profissionais que aqui pretendem exercer sua profissão. Nos arquivos da Faculdade hoje encontramos dezenas desses diplomas trazidos de escolas européias e das Américas, emitidos durante todo o século XIX.

Em 1832, nova e profunda reforma marca a fundação das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, e a do Rio de Janeiro passa a ministrar, além do curso médico, os cursos de Farmácia e de Obstetrícia. Ainda no século XIX passará a formar também dentistas. Alguns anos após a reforma foi organizada a Biblioteca da Faculdade de Medicina. A reforma de 1832 inaugura uma fase de progressiva implantação da “medicina científica” e investimentos em laboratórios, especialmente nas três últimas décadas do século XIX. As instalações da Faculdade são objeto de permanente discussão e se estende por todo este período a reivindicação de construção de um prédio próprio. As instalações do Morro do Castelo tornam-se cada vez mais insuficientes e, a partir de 1845, progressivamente, a Faculdade desce o Morro em direção a instalações junto à Santa Casa, até que, em 1856, ocupa o prédio originalmente construído para o Recolhimento das Órfãs, anexo à Santa Casa na Rua de Santa Luzia. O esforço de incorporação da medicina científica se reflete nas várias viagens de estudo de professores a universidades e laboratórios de pesquisa europeus, principalmente franceses e alemães e nos relatórios detalhados que elaboram. Nestas viagens procuram se atualizar nas últimas novidades tecnológicas de construção e equipamentos dos laboratórios de pesquisa científica com o intuito de replicação local destas novas tecnologias.

Nas duas últimas décadas do século XIX, a Faculdade acrescenta aos debates sobre a organização do ensino médico e a necessidade de sede adequada e de hospital próprio, o crescente debate sobre a criação de uma universidade no Brasil. Muitas propostas, com intensa participação de professores da Faculdade, muitos ocupando cargos políticos, são sucessivamente debatidas e não vingam. Chega-se em 1881 ao lançamento da pedra fundamental do primeiro prédio da universidade, justamente o da Faculdade de Medicina.

Aos poucos, ampliando suas atividades, passa a Faculdade a ocupar com seus cursos diversos prédios da cidade, com destaque para a Santa Casa de Misericórdia, onde, no Anexo, tem sua sede até que em 1918 é inaugurado o edifício da Praia Vermelha (FERREIRA, Fonseca e EDLER, 2001).

O prédio da Praia Vermelha foi inaugurado em 12 de outubro de 1918 – pouco antes da eclosão da epidemia de gripe espanhola no Rio de Janeiro – sob a direção de Aloysio de Castro e contou com a presença do Presidente da República Wenceslau Braz e do Ministro dos Negócios do Interior Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. Finalmente, após longa espera que datava da primeira metade do século XIX, a Faculdade conquistou sua sede. O projeto do prédio de dois andares era de Luiz de Moraes Junior, que havia projetado o Castelo Mourisco do Instituto de Manguinhos, hoje Fundação Oswaldo Cruz, e foi construído pela firma do arquiteto Januzzi. A construção se iniciou em 22 de maio de 1916 com o lançamento da pedra fundamental e apesar dos atrasos atribuídos ao período de Guerra, o prédio pôde ser inaugurado em outubro de 1918.

Para o novo edifício foram transferidos equipamentos e algum mobiliário das antigas instalações, mas a maior parte foi especialmente construída para a nova sede. Nos seus longos corredores foram expostos os retratos dos antigos diretores e catedráticos, aos quais se foram somando os mais recentes, formando magnífica pinacoteca (MAGALHÃES, 1932). Inicialmente, apenas parte da Biblioteca é transferida e o ensino de

anatomia e de patologia se divide entre o anexo da Santa Casa e o edifício da Praia Vermelha, aguardando a construção dos outros dois edifícios planejados – o Instituto Anatômico e o Hospital de Clínicas. Após algum tempo, no terreno onde deveria se erguer o Instituto Anatômico foi improvisado um galpão para onde se transferiram algumas das suas atividades. A partir da década de 1930 o Centro Acadêmico Carlos Chagas, órgão de representação dos estudantes da Faculdade de Medicina, funciona na Praia Vermelha.

Na década de 1940, foi abandonado o projeto do Instituto Anatômico e acrescentam-se dois andares ao prédio original na Praia Vermelha, para onde se transfere a Anatomia, o restante da Biblioteca e algumas outras atividades que ainda permaneciam no anexo da Santa Casa, exceto a Patologia que só é totalmente transferida para a Praia Vermelha na década de 1960. Quando a Anatomia se transfere para o terceiro andar resultante da reforma do prédio da Faculdade, no galpão da Anatomia foi instalado o restaurante dos estudantes.

Na nova sede, junto à Secretaria, é organizado o arquivo de documentos administrativos com os mais diversos registros de atos acadêmicos. A construção do prédio do Hospital de Clínicas em terreno fronteiro ao edifício-sede na Praia Vermelha nunca se concretizou e as atividades do chamado Ciclo Profissional continuaram a se desenvolver na Santa Casa e em inúmeros serviços clínicos e cirúrgicos na cidade do Rio de Janeiro, em prédios próprios ou não.

Em todos esses lugares foram ficando fragmentos da memória da antiga Faculdade de Medicina. Esta história, hoje bicentenária, também foi sendo guardada nos registros fotográficos, nos escritos, nos objetos, conservados por seus ex-alunos, professores e funcionários.

A última grande reforma do ensino, iniciada no final dos anos 1960, separa da Faculdade de Medicina o chamado Ciclo Básico que passa a ser ministrado pelo recém criado Instituto de Ciências Biomédicas – com disciplinas das áreas da anatomia, his-

tologia, embriologia e genética, parasitologia, bioquímica e farmacologia; e pelos Institutos de Biofísica e Microbiologia, que já ministravam as disciplinas de biofísica, fisiologia e microbiologia.

Logo depois, foram retomadas as obras de construção da Cidade Universitária na Ilha do Fundão onde, desde a década de 1950, estavam o Instituto de Puericultura e Pediatria e o esqueleto do Hospital das Clínicas. No início da década de 1970, os Institutos básicos são transferidos para o campus do Fundão e o edifício da Praia Vermelha é derrubado. A demolição do prédio foi realizada em curto espaço de tempo e sem divulgação, e a mudança para a Cidade Universitária na Ilha do Fundão foi executada sem o devido cuidado com a preservação dos bens transferidos (ROCHA, 2005).

A Biblioteca da Faculdade de Medicina, como as das demais unidades, foi incorporada à Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde (CCS) que, apesar de suas amplas instalações, era insuficiente para abrigar todas as obras – livros, periódicos e teses – e muitos periódicos anteriores à década de 1950, incluindo toda a coleção do século XIX, bem como livros, editados do século XVI ao início do século XX, constituindo as chamadas “obras raras”, foram precariamente acomodados no porão, sofrendo danos, em muitos casos, irreparáveis. Desta forma, somando-se ao incêndio da Biblioteca da Faculdade de Medicina da Bahia, desapareceram documentos preciosos para o estudo do ensino médico no Brasil no século XIX nas duas grandes Escolas do Império.

Há cerca de dez anos, por iniciativa da Biblioteca Central do CCS e com apoio da FAPERJ, ganharam as obras raras um espaço mais adequado e foi iniciado um processo de recuperação até agora bastante lento.

Na Bahia, como parte das comemorações dos 200 anos da Escola Médica em 2008, foi empreendido um programa de restauração do antigo prédio no Terreiro de Jesus, incluindo a área física da Biblioteca e suas coleções. Este trabalho também ainda está em andamento.

A transferência para o Fundão reduziu também de modo drástico a área destinada pela antiga Faculdade de Medicina para a guarda do acervo documental de cunho administrativo. Nos seus duzentos anos de funcionamento, a Faculdade se tornou depositária de um acervo histórico de relevância ímpar para o estudo do ensino e da prática das ciências da saúde no Brasil. Esta documentação, depositada em área do subsolo do edifício sede do Centro de Ciências da Saúde, em condições inadequadas para sua conservação e praticamente inacessível aos pesquisadores, constitui-se de aproximadamente 800 metros lineares de documentos soltos e Livros de Registro que abarcam o período de 1815 a 1985 (MAIA e CARVALHO, 2008). A documentação do século XIX, ainda não completamente identificada, pode incluir documentos anteriores a 1815. O mais antigo livro de registro de alunos encontrado estava “perdido” no acervo das Obras Raras. Identificado pela equipe da Biblioteca, esteve em exibição em vitrine na entrada da Biblioteca Central do CCS e nele encontra-se o registro de matrícula de um escravo do Príncipe Regente, no terceiro ano do curso médico.

Desde o segundo semestre de 2002, inicialmente com apoio da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) e, em seguida do CNPq e da Faperj, está em desenvolvimento o projeto do Centro de Documentação do Ensino Médico (CEDEM), desenvolvido pelo Laboratório de História, Saúde e Sociedade da Faculdade de Medicina, que tem por objetivo o tratamento e organização deste acervo documental, possibilitando o acesso a pesquisadores. No momento, parte da documentação do século XIX já passou por processo de higienização e descrição (MAIA CARVALHO, 2008). Com a constituição do Centro de Documentação, estão sendo incorporados acervos particulares, principalmente de professores, inclusive parte da documentação do Centro Acadêmico Carlos Chagas no período de 1965 a 1969.

A pinacoteca, exceto alguns quadros localizados no gabinete do Diretor da Faculdade de Medicina, e em outras Uni-

dades do Centro de Ciências da Saúde, foi encaixotada e assim permaneceu por mais de vinte anos. Recentemente, por iniciativa conjunta da Faculdade de Medicina e do Hospital Universitário, foram iniciadas a recuperação desta coleção e a sua catalogação.

Os esforços de recuperação de livros, documentos e quadros, reacenderam o antigo sonho de organização do Museu da Medicina. No entanto, estes esforços também indicaram novos caminhos. As necessidades e usos de acervos documentais tão diversos indicaram que o melhor lugar para o nosso Museu é o espaço virtual. Neste espaço dinâmico, cada usuário pode construir seu próprio percurso através de espaços reais contíguos ou não, públicos ou não, e a qualquer hora. Pode também seguir viagem para outros espaços de seu interesse, através de *links* temáticos. A construção virtual permite, de forma mais ágil e com menor custo, dar acesso a objetos e documentos e a informações complementares, indicando novos caminhos de pesquisa para o usuário da página.

Ao mesmo tempo, o projeto prevê a recuperação, manutenção e exposição, quando adequado, dos diversos acervos em áreas físicas diversas de acordo com as necessidades e a disponibilidade de cada conjunto documental. O espaço virtual permite também integrar ao Museu, coleções particulares não disponíveis para visitação. Em levantamento preliminar identificamos grande interesse de professores, ex-alunos, e seus familiares, em integrar ao Museu coleções de documentos, objetos diversos e fotografias que registram momentos vividos na Faculdade. O trabalho de identificação e descrição dessas coleções deve gerar também um arquivo de depoimentos orais que poderá estar acessível através da página do Museu Virtual.

A proposta do Museu foi desenvolvida como um projeto de extensão da Faculdade de Medicina da UFRJ através do Laboratório de História, Saúde e Sociedade. Neste, ele está integrado com os projetos de pesquisa e as atividades de ensi-

no de graduação e de pós-graduação, gerando demandas para a pesquisa; divulgando os produtos de pesquisa; e servindo como 'material didático' para as atividades de ensino. Coerente com a proposta, demos a este trabalho o feitiço de um relatório técnico que apresenta o desenvolvimento atual do projeto, seus primeiros resultados, e destaca pontos que consideramos relevantes para debate.

Apresentamos o trabalho desenvolvido nos 12 meses de detalhamento e organização do projeto e nos 24 primeiros meses de funcionamento na rede.

DESENVOLVIMENTO E PRIMEIROS RESULTADOS

O Museu Virtual da Faculdade de Medicina iniciou suas atividades através da página <www.museuvirtual.medicina.ufrj.br> em 05 de novembro de 2005, quando da comemoração dos 197 anos do curso médico da UFRJ.

Apresentada sua proposta um ano antes, nas comemorações dos 196 anos, passou-se à fase de detalhamento e implantação do projeto. Além da página, o Museu se estrutura no trabalho de vários grupos que, através de projetos de pesquisa e de extensão, organizam e mantêm o seu acervo.

O Museu Virtual, espaço dinâmico da construção e preservação da memória do ensino médico na UFRJ, está sendo desenvolvido em três vertentes e duas etapas.

A) As vertentes são:

1. desenvolvimento da página;
2. identificação dos diversos documentos que integram o acervo permanente do Museu;
3. recuperação de documentos e identificação e organização de novos acervos.

B) As etapas são:

1. implantação;
2. expansão e manutenção.

C) Desenvolvimento da página

Etapa de implantação

Nesta etapa, empresa especializada definiu o *web-design*, foram feitos testes iniciais de funcionamento e implantada a página, no endereço www.museuvirtual.medicina.ufrj.br, com acesso desde 05 de novembro de 2005.²

A página apresenta ao usuário textos de referência permanente:

- Apresentação do Diretor da Faculdade de Medicina;
- Sobre o Museu;
- Histórico.

Entradas ao acervo permanente em exibição:

- Documentos – compreendendo documentação do arquivo dos séculos XIX e livros;
- Galeria Virtual – compreendendo quadros, medalhas, fotografias, esculturas, mobiliário e outros objetos tridimensionais.

A página também oferece entrada às exposições de caráter temporário e a uma exposição permanente – a Visita Virtual – uma reconstrução virtual do prédio-sede da Faculdade de Medicina na Praia Vermelha, que foi derrubado no início da década de 1970.

O visitante também pode solicitar informações adicionais, fazer comentários, etc, através do *Fale Conosco*; encontrar o que procura, através de instrumento de Busca; e percorrer espaços correlatos, através dos *links* da página.

ETAPA DE EXPANSÃO E MANUTENÇÃO

Até novembro de 2010, está previsto o desdobramento da Visita Virtual, que hoje (2009) é uma reconstituição de cunho ilustrativo dos espaços do antigo prédio, utilizando imagens de vários momentos entre sua inauguração em 1918 e 1970.

2 A implantação do Museu Virtual contou com o apoio da Fundação Universitária José Bonifácio (FUBJ), que forneceu os equipamentos de informática e máquinas fotográficas.

A recuperação de fotografias antigas e entrevistas com antigos alunos, professores e funcionários está permitindo reconstituir com maior rigor os espaços internos do prédio primitivo de dois andares, como inaugurado em 1918; e do prédio como estava na década de 1960. Assim, a Visita Virtual, além do impacto emocional que já tem hoje, poderá se constituir em documentação adequada para os pesquisadores.

Está prevista também a inclusão de acervo de história oral que está sendo construído com as diversas entrevistas que integram os resultados do projeto de pesquisa “Ensino médico no Rio de Janeiro”, com financiamento do CNPq, e com outros depoimentos de interesse. Estas entrevistas e depoimentos estarão disponíveis, de acordo com autorização dos entrevistados, como transcrições ou através de áudio. A inclusão destes arquivos implica em redefinição da estrutura da página.

Nos primeiros 60 dias de funcionamento registramos as visitas ao *site*, compreendendo 667 entradas na página inicial; 142 no Acervo; 112 na Visita Virtual; 108 em Documentos; e 107 em *fale conosco*, além de consultas em menor número aos demais itens.

Os resultados da última avaliação, do primeiro semestre de 2009, mostram um desempenho semelhante ao do período inicial de funcionamento o que revela a necessidade de intervenções para que a página possa atingir seus objetivos.

A avaliação do tempo de permanência nos diversos espaços e a origem das entradas³ permitem concluir que uma mudança necessária é a disponibilização do *site* em outras linguas além do português. O preparo de versões em inglês, espanhol e francês está sendo realizado e estas entradas deverão estar disponíveis em janeiro de 2010.

A inclusão de novos itens do acervo poderá ser viabilizada com a entrada em funcionamento de equipamentos solicitados ao programa de apoio à infraestrutura de pesquisa Proinfra/Fi-

3 As avaliações dos registros de entrada são feitos com o uso da ferramenta *Google analytics* que permite localização do país (e cidade) de origem.

nep em 2006 e recebido pela UFRJ em 2009. A identificação e organização de documentos que deverão ser disponibilizados para pesquisa através desta página foi realizado nos últimos dois anos graças ao apoio da Faperj através de apoios à pesquisa e à conservação de acervos. Listamos a seguir, resumidamente, os principais conjuntos documentais que deverão ser reproduzidos em meio digital e disponibilizados na página do Museu Virtual:

- Livros de Folha de Pagamento (104 volumes) – registram a contabilidade das remunerações dos funcionários. O primeiro livro data de 1871 e o último de 1933, sendo que dentro desse período há mudança no formato do documento. Todos trazem a quantia recebida, os descontos e impostos cobrados;
- Livros de Exame (97 volumes) – trazem a relação alfabética dos alunos, as matérias e o ano das provas realizadas, a avaliação do aluno e o nome dos professores/examinadores. O período que esse material abrange é de 1852 a 1954, com cada livro registrando em média 25 anos;
- Livros de Matrícula (52 volumes) - trazem a relação alfabética dos alunos matriculados nas disciplinas de cada ano do curso médico, e alguns registram os resultados dos exames precedentes. O período é de 1835 a 1933 tendo em média 30 anos cada volume;
- Livros de Atas (21 volumes) – contêm as atas produzidas nas reuniões da Congregação da Faculdade de Medicina e nas reuniões do Conselho Departamental da mesma. Seu período (pelo menos até agora) é fragmentado, abrangendo o livro mais antigo os anos de 1831 a 1839 e o mais recente os anos 1957 a 1961;
- Livros de Minutas (11 volumes) – são resumos de documentos tanto internos quanto externos à Faculdade de Medicina e tratam de questões ligadas à sua administração. São anuais e cobrem o período de 1918 a 1928;
- Livros de Ofícios (10 volumes) – são formados de documentos internos e externos contendo pedidos e respostas

de diversas instituições públicas e privadas localizadas em território nacional e do exterior, com conteúdo variado. O livro mais antigo contém documentos de 1854 a 1864 e o mais recente data de 1928;

- Livros de Vestibular (10 volumes) – possuem informações gerais sobre os candidatos e sua situação no concurso, inclusive notas. O período de cobertura é de 1852 a 1933.
- Livros de Títulos e Nomeações (06 volumes) – trazem informações a respeito dos funcionários da Faculdade de Medicina – data de admissão, data de falecimento. O mais antigo é de 1854 e o mais recente termina em 1937;
- Livros de Títulos e Diplomas (05 volumes) - encontramos a titulação concedida pela Faculdade de Medicina e a forma como era obtida. Tais livros abrangem o período de 1888 a 1937;
- Livros de Ponto de Funcionários (04 volumes) – registram os horários de entrada e saída dos empregados, bem como os seus nomes e a posição que ocupam no quadro da Faculdade de Medicina. Nesses livros encontramos informações sobre as faltas dos funcionários e por vezes seus motivos;
- Livros de Candidatos a Cadeiras (03 volumes) – apontam nomes dos concorrentes aos diversos cargos oferecidos pela Faculdade de Medicina no período de 1832 a 1962, bem como sua concordância com as normas estabelecidas por essa instituição para a participação no concurso;
- Livros de Defesa de Teses (03 volumes) – trazem a relação alfabética dos alunos e o resumo de suas teses defendidas na Faculdade de Medicina no período entre 1852 e 1943.
- Livros de Editais (02 volumes) – trazem informações sobre aberturas de concursos e licitações para responder às demandas administrativas e pedagógicas da Faculdade de Medicina (inclusive construção de novas instalações) no período entre 1866 e 1943;
- Livros de Portarias e Licenças (02 volumes) - portarias do diretor da Faculdade de Medicina, e as dispensas dos funcionários com dados como motivo e período de afastamento;

- Livro de Colação de Grau (01 volume) – traz a relação alfabética dos alunos dos cursos de Farmácia e Obstetrícia que obtiveram seus diplomas entre 1867-1909, bem como a data da colação e as assinaturas dos alunos e do funcionário responsável;
- Livro de Cartas de Nomeação de Lentes (01 volume) - traz as nomeações de Lentes (professores) para a Faculdade de Medicina entre os anos de 1854-1926. As nomeações são sempre realizadas em nome da autoridade maior do território brasileiro, o Imperador ou autoridade regente até 1889 e o Presidente da República nos anos seguintes;
- Livro de Parecer (01 volume) – traz uma série de pareceres sobre diversos assuntos relacionados à Faculdade de Medicina publicados entre os anos de 1876 e 1893;
- Livro de Processos de Alunos (01 volume) – traz os nomes dos alunos por número de ordem, o dia de entrada do processo, o assunto a que se refere e seu número. Trata-se dos processos abertos entre os anos de 1945 e 1947;
- Livro de Licença dos Lentes (01 volume) – traz em ordem alfabética os nomes dos professores que pediram licença, bem como os termos da concessão das mesmas no período entre 1933 e 1940;
- Livro de Clínica Obstétrica (01 volume) – traz informações sobre as pacientes dos alunos do Curso de Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina nos anos de 1891 e 1892. As informações dizem respeito ao nome da paciente, moradia, profissão, estado civil e condições médicas gerais, além de um detalhado parecer sobre a situação da gestação, do feto, um quadro de acompanhamento dos batimentos cardíacos, descrição do tratamento e, quando é o caso, um parecer sobre o estado de saúde do recém nascido, e data de admissão e alta do hospital;
- Livro de Relação de Material (01 volume) – traz a relação do material adquirido pela Faculdade de Medicina para realização das suas atividades docentes e administrativas no ano

de 1921. No livro, encontramos discriminados os setores da universidade para onde cada material era destinado.

ETAPA DE IMPLANTAÇÃO:

A CONSTITUIÇÃO DO ACERVO

Inicialmente, foram objeto de identificação e incorporação ao Museu: a pinacoteca, o mobiliário, fotografias e outros documentos e objetos pertencentes à Direção da Faculdade de Medicina; documentos do Centro de Documentação das Ciências da Saúde (CEDEM); livros e documentos do setor de Obras Raras da Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde.⁴ Já foram cadastrados 96 itens, dos quais 15 encontram-se em exibição.

Os documentos foram digitados a partir do original e estão disponíveis em formato *pdf* (*Portable Document Format*) permitindo a impressão por parte do usuário. Há uma breve explicação a respeito de cada documento e a informação de onde se encontra o original, quando pertencente a acervo que assim o permita. As reproduções fotográficas de quadros e objetos também estão em resolução que permite boa impressão a partir da página. Em relação a cada item há um texto explicativo que, para os quadros, inclui breve biografia do retratado e do pintor.

ETAPA DE EXPANSÃO E MANUTENÇÃO

A identificação inicial dos retratos a óleo de diretores e catedráticos da Faculdade de Medicina foi feita por alunos bolsistas da Escola de Belas Artes da UFRJ coordenados por técnico em restauração, do HUCFF. De alguns retratos não foi possível ainda estabelecer a autoria e este trabalho deverá envolver uma colaboração com professores da Escola de Belas Artes.

4 Este trabalho foi em parte desenvolvido com apoio do CNPq e integrado ao projeto de pesquisa “Ensino médico no Rio de Janeiro”. O Centro de Documentação recebeu também apoio, em equipamentos, da FUJB.

Está prevista nesta etapa a identificação de acervos de interesse direto, pertencentes a outras Unidades da UFRJ e a outras instituições como: Santa Casa; Academia Nacional de Medicina, etc.; e a particulares.

A exibição desses acervos poderá se constituir em base para colaboração permanente entre as instituições, através de projetos de pesquisa e outras atividades. Os acervos particulares serão exibidos de acordo com autorização explícita quanto à informação sobre a propriedade, localização e possibilidade de visita. Para todas as obras, deverão estar disponíveis as informações necessárias à sua utilização pelos visitantes da página.

Além da exibição permanente, estarão disponíveis a partir de janeiro de 2010, exposições temporárias temáticas ou referentes à comemoração de datas significativas para a história da medicina e seu ensino no Brasil. Para a organização destas exposições deverão ser convidados curadores *ad hoc*.

A identificação de acervos e informações de interesse agregado, já disponíveis na *web*, que se constituem em complemento da “visita” ao Museu através de *links* apropriados é outra atividade que deverá ser expandida.

A identificação de novos acervos é uma atividade permanente do Museu Virtual. Para isto, estamos buscando parceria com outras unidades da UFRJ que já desenvolvem esforços importantes de preservação da memória institucional como, por exemplo, na área da saúde, a Escola de Enfermagem Ana Néri e o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho. E, fora da UFRJ, especialmente com a Casa de Oswaldo Cruz, que é hoje uma unidade de referência para a história das ciências da saúde no Brasil.

PERSPECTIVAS

A experiência destes primeiros anos de funcionamento trouxe algumas surpresas e informações cruciais para o planejamento das atividades futuras. A ativação da página do Museu

aumentou de forma significativa a demanda por informações relativas a antigos alunos e professores, por parte de parentes e biógrafos. Esta demanda não prevista tem sido atendida com dificuldade. Planejamos, para 2010, ter uma equipe de bolsistas de extensão para melhor atendimento aos solicitantes. Outra demanda importante e que não temos tido condições de atender adequadamente, é a de ex-alunos, professores e funcionários interessados em doar documentos e objetos para incorporação ao Museu. É fundamental que a UFRJ tenha condições adequadas para receber acervos importantes para sua história e que, com as condições atuais, acabam sendo encaminhados a outras instituições. É preciso, portanto, um esforço coordenado para que os projetos se desenvolvam a contento e as oportunidades de financiamento sejam otimizadas. Por outro lado, esta experiência inicial também nos convenceu de que o acervo deve ser preservado e mantido junto a seus produtores. A existência da página e as atividades a ela relacionadas têm despertado no corpo de funcionários, professores e alunos da Faculdade de Medicina e outras unidades do CCS, um interesse surpreendente pela história institucional. E quem se interessa pela história, se interessa pelo futuro.

Ao longo destes quatro anos, também nos preocupamos com a avaliação da possibilidade de desenvolvimento de produtos que possam contribuir para assegurar a continuidade do Museu Virtual. Como em outros Museus, diversos produtos, como agendas, calendários, *souvenirs*, poderão estar à venda nas Livrarias da UFRJ e em outros pontos de venda, gerando recursos. A organização de Associação dos Amigos dos Museus da Saúde da UFRJ deverá viabilizar estas atividades. Este nos parece um aspecto freqüentemente negligenciado em nossos projetos institucionais e que, a nosso ver, merece ser cuidadosamente debatido.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Luiz Otávio; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; EDLER, Flávio. A faculdade de medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In: DANTES, Maria Amélia (Org.). *Espaços da Ciência no Brasil 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

LOBO, Francisco Bruno. *O ensino da medicina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1969. v.4.

MAGALHÃES, Fernando. *O centenário da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, 1832-1932*. Rio de Janeiro: Tipografia Barthel, 1932.

MAIA, Elias da Silva; CARVALHO, Diana Maul. Memória da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: a proposta do Museu Virtual. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, n.40, p.519-535, 2008.

ROCHA, Glória Walkyria de Fátima. A faculdade de medicina da UFRJ: os sentidos da mudança físico-espacial da Escola da Praia Vermelha para a Ilha do Fundão. *Cadernos Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.359-386, 2005.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1991. v.1.

A FACULDADE DE FARMÁCIA DA UFRJ

Carlos Rangel Rodrigues¹

Levy Gomes Ferreira²

Maria Rosa Alves Bento Calmão de Freitas³

Mirian Ribeiro Leite⁴

Suzana Guimarães Leitão⁵

AS RAÍZES DA CIÊNCIA FARMACÊUTICA

Hoje, buscar retratar a História da Farmácia, desde os primórdios da sua existência, seria algo que a nossa pretensão certamente não alcançaria. Portanto, nos libertamos do engessamento imposto pela narrativa dos fatos de uma forma linear, e adentramos sobre os fatos que julgamos mais relevantes para que possamos compreender a maneira como o ensino de Farmácia, com suas inúmeras áreas de atuação, encontra-se organizado e estruturado nos dias atuais.

Mas, ao mesmo tempo, nos sentimos na obrigação de fazer esse resgate histórico de forma breve, buscando nas palavras de importantes estudiosos do assunto, como José Coriolano de Carvalho, Carlos da Silva Araújo e do nosso memorável professor Mário Taveira, primeiro diretor da nossa faculdade que teve a nobre missão de proferir conferência sobre “A Farmácia no Rio de Janeiro” em virtude do quadricentenário de fundação da Cidade do Rio de Janeiro em 1965. Esse discurso ficou

1 Diretor da Faculdade de Farmácia

2 Ex-diretor e Professor aposentado da Faculdade de Farmácia

3 Ex-bibliotecária da Faculdade de Farmácia

4 Professora da Faculdade de Farmácia

5 Professora da Faculdade de Farmácia

imortalizado na obra literária: “Quatro Séculos de Cultura”. Alicerçamos também essa narrativa nos escritos de José Pedro Sousa Dias - professor associado da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

O primeiro registro histórico sobre a Farmácia refere-se aos estudos de Teofrasto (370- 285 a.C.) cujo primeiro jardim botânico ocidental localizava-se na cidade de Atenas e recebeu o seu nome. Esse jardim era ligado ao Liceu onde Teofrasto, hoje considerado “pai da botânica”, iniciou os estudos científicos das plantas. Ele foi um dos mais brilhantes discípulos de Aristóteles a quem a história laureia como sendo quem mais exerceu o nosso ofício com brilho e segurança. No entanto, ao discorrer sobre a História da Farmácia, é necessário mencionar Hipócrates de Kos (460- 370 a.C.), filho de Heráclides, de quem recebeu a formação médica básica.

A sua principal contribuição às ciências médicas foi a chamada Teoria dos Humores, dominante na escola de Kos, segundo a qual a vida era mantida pelo equilíbrio entre quatro humores: sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra. As doenças seriam decorrentes de um desequilíbrio entre os humores.

Outra personalidade importante na História da Farmácia é Dioscórides. Ele nasceu na metade do século primeiro da nossa era. Formado em medicina, acompanhou as legiões romanas na Ásia Menor, Itália, Grécia e Espanha. É considerado o fundador da Farmacognosia através da sua obra *De materia medica* nome pelo qual ficou conhecida na sua tradução latina. Dioscórides, após intensa e direta observação das plantas no seu habitat natural e após realizar experiências cuidadosas sobre o uso das plantas, como aquelas derivadas dos minerais e dos animais, escreveu a referida obra em cinco livros, descrevendo a preparação, propriedades e ensaios dos fármacos.

A sua contribuição foi esquematizar por categoria ou classe e, então, relacionar o efeito fisiológico do fármaco no corpo humano. A classificação dos fármacos em função das semelhanças das propriedades farmacológicas foi muito sutil, a ponto de não

ser compreendida. Ao compilarem a sua obra, os seus tradutores a reorganizaram, colocando os fármacos por ordem alfabética, tornando-a ainda mais obscura. A sua obra foi além da preocupação em classificar os medicamentos: também realizou um laborioso estudo sobre os óleos, gomas, resinas, ervas, raízes e outros com extrema minúcia e competência.

Dessas perquirições históricas, o autor nacional Coriolano retrata na sua obra, *Da Pharmacia, Origem e Evolução*, não entender as razões pelas quais Galeno teria sido guindado ao posto de pai da Farmácia, quando na verdade, as raízes históricas realçam sobremaneira a contribuição de Teófrasto e Dioscórides como sendo os que mais verdadeiramente contribuíram para a instauração do nosso ofício.

DISSOCIAÇÃO DA CIÊNCIA MÉDICA DA FARMACÊUTICA

No ano de 431 da nossa era, um fato religioso provocou um grande avanço nos estudos de medicina e farmácia. Isto se deu por conta da interpretação de uma passagem da Escritura de modo diferente, feito por Nestório, patriarca de Constantinopla. No Concílio de Éfeso (431), foi condenado como herege por distinguir a natureza divina e humana de Cristo, negando a maternidade divina de Maria. Isso lhe valeu a deposição pelo Concílio e em seguida o seu exílio. Os nestorianos foram expulsos do império bizantino em 489. Entre os emigrados, contavam-se muitos médicos e outros homens de ciência, que levaram consigo grande número de obras científicas em grego.

Com os nestorianos, viu-se renascer novamente a medicina científica. Os nestorianos, propalados pela idéia de alcançar o bem estar do ser humano, separaram a arte de curar em duas – a medicina que estudava os enfermos e a farmácia que preparava os medicamentos. Decretaram que o médico não mais havia de ter botica e vender drogas, nem ao boticário se lhe permitia exercer a profissão de médico. Os nestorianos instituem, então, um código farmacêutico que foi o veio con-

dutor das bases da Farmácia Moderna. Os regulamentos assim o determinavam e assim vem passando, até a nossa geração.

A criação das universidades nasce da necessidade de professores e alunos criarem uma estrutura própria, diferenciada das estruturas clericais originais, capaz de afirmar os seus direitos e privilégios. Antes, porém, já havia surgido a Escola de Salerno, que foi o centro da formação médica na Europa até finais do século XII.

Porém, a cronologia histórica mostra que a seita dos nestorianos já diplomava médicos e farmacêuticos desde o ano de 450, isto é, muitos séculos antes de surgirem os médicos salernitas.

A separação de fato entre as duas profissões foi seguida pela separação legal, sendo que o primeiro caso registrado ocorreu em Arles, França, onde posturas municipais redigidas em 1162 determinaram a separação das duas profissões.

A PRÁTICA DA FARMÁCIA NAS NAÇÕES

Quando falamos em termos da Farmácia lusitana, o primeiro documento referente à profissão farmacêutica que se conhece em Portugal é um diploma promulgado por D. Afonso IV em 1338 que instituiu a obrigatoriedade de serem examinados pelos médicos do rei todos os que exerciam os ofícios de médico, cirurgião e boticário na cidade de Lisboa. Foi ele também que regulamentou a separação entre as profissões médica e farmacêutica. Este documento vedou aos médicos e cirurgiões a preparação de medicamentos para venda e proibiu qualquer outra pessoa de vender medicamentos compostos ao público em localidades onde houvesse boticário. Em contrapartida, os boticários foram proibidos de aconselhar qualquer medicamento aos doentes.

Na segunda metade do século XVII surge a iatroquímica. Foi o primeiro sistema a romper abertamente com o galenismo, remodelando a farmácia, que se resumia num depósito de ervas, raízes e xaropes. Assim, a velha Escola Galênica ameaçava ruir ou transformar-se daquela bizarra mistura da polifarmácia romana. O sistema iatroquímico se baseava nas substâncias fundamentais, mercúrio, enxofre e sais. O desequilíbrio entre esses elementos levava

à manifestação de doenças. Fundamentaram-se na interpretação química dos processos fisiológicos, patológicos e terapêuticos.

Foi uma época de descoberta da química fisiológica e patológica. Tal fato propiciou a investigação dos segredos da natureza e não tardou para que a arte da química ultrapassasse em importância as teorias de Hipócrates. Após um passado de glórias e conquistas, a França, e com ela as nações latinas, pendiam para as perquirições literárias, filosóficas e históricas, estacionando a farmácia e a medicina.

Por outro lado, os alemães não tardaram a revelar ao mundo as grandezas das suas concepções científicas. A Alemanha tornou-se um imenso campo de pesquisas na área da química e os seus farmacêuticos se especializaram em ramos importantes desse saber, em proveito da ciência e da indústria. No começo do século XIX, a farmácia era a *alma mater* da química e, hoje, goza dos frutos abençoados desta (Von Meyer).

A Europa, em 1807, encontrava-se entrincheirada pelo exército do Imperador Napoleão que, nessa ocasião, decretou bloqueio contra a Inglaterra. D. João, pressionado por motivos políticos, viu-se na obrigação de fugir para o Brasil, sabendo que o exército francês logo alcançaria a cidade de Lisboa. Comparado a outras nações, Portugal vivia soterrado em uma imensa ignorância. Sob a ótica farmacêutica, estavam os lusitanos em visível inferioridade.

Na Colônia, os padres da Companhia se disseminaram e iniciaram os seus conhecimentos sobre a arte de curar nas cabanas dos pajés. Destaque mereceu o padre Anchieta, que se tornou um grande admirador desses filhos da selva. Era claro e notório que os índios conheciam mais da arte de curar do que os médicos portugueses.

A VINDA DA FAMÍLIA REAL E O ESTABELECIMENTO DO ESTUDO DA FARMÁCIA NO BRASIL

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, e da passagem pelo estado da Bahia, o príncipe regente D. João VI

funda, em 18 de fevereiro, a Escola de Medicina da Bahia. Já instalado no país, D. João cria também a Escola de Medicina, Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1808, cujas comemorações do bicentenário do ensino médico no país ocorrerão no próximo ano.

O primeiro laboratório de análises químicas foi criado por D. João em 1812 (chamado de Laboratório Químico Prático do Rio de Janeiro). Vale ressaltar como fato histórico interessante a correlação entre a fuga dos nestorianos que separa a medicina da farmácia, com a fuga de D. João, que propiciou o início da Farmácia no Brasil. Em 22 de janeiro de 1810, foi elaborado o regimento para os comissários delegados do físico-mor, a quem competia a incumbência de examinar as boticas e observar se os medicamentos eram feitos conforme a farmacopéia e se produziam efeitos.

Um marco histórico para a implantação definitiva do nosso ofício em terras nacionais ocorreu em 3 outubro de 1832, quando a regência instituiu o curso de Farmácia em três anos junto à Faculdade de Medicina. Iniciou assim a vida científica da Farmácia em nosso país e foi a base embrionária da nossa hoje conhecida Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ressalta-se que no ano de 1901 ocorreu outro retrocesso, quando o curso de Farmácia passou a ser de dois anos.

Com a entrada em vigor da Lei Orgânica do Ensino, em 1911, foi estabelecida absoluta liberdade de profissão. Para o curso de Farmácia ocorreram algumas vantagens práticas, como a inserção de novas disciplinas como a química industrial (que nunca havia sido lecionada), química analítica, bromatológica, microbiologia e higiene, dotando os estudantes com conceitos mais sólidos e semelhantes aos países mais avançados. Propiciou também um aumento fantástico no número de Faculdades de Farmácia.

Outro marco importante na história da Farmácia no Brasil foi a inauguração, em 20 de janeiro de 1916, da Associação

Brasileira de Farmacêuticos (ABF), à qual se deve grande número de conquistas que resultaram em grande progresso para a classe farmacêutica no país. Dentre as inúmeras contribuições, deve-se citar o patrocínio da aprovação da primeira edição da Farmacopéia Brasileira, organizada por seu ex-presidente Rodolpho Albino Dias da Silva, a edição da Revista Brasileira de Farmácia, cuja primeira edição foi lançada em 1920, a legislação profissional e as iniciativas para a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia e participações nas reformas de ensino da Farmácia.

No governo de Artur Bernardes, em 1925, o curso de Farmácia passou a ser lecionado em quatro anos e criou-se a cadeira de Química Biológica. Essa reforma foi elaborada por Juvenil da Rocha Vaz, reitor da Universidade do Rio de Janeiro, hoje a nossa UFRJ. Essa reforma durou apenas seis anos e, no Regime do Estado Novo de Getúlio Vargas, o curso de Farmácia voltou a ter três anos e mudou sua denominação de curso para Escola de Farmácia (anexa à de Medicina).

Em 1937 a Faculdade Nacional de Farmácia foi organizada como unidade técnico-administrativa da Universidade do Brasil. Mais tarde, a autonomia didática e administrativa, estabelecida pelo decreto 8.272, em 3 de dezembro de 1945 não foi alcançada na sua integridade. A principal razão de tal fato reside, em especial, no artigo 6º deste decreto que enuncia: “enquanto funcionar a Faculdade Nacional de Farmácia no edifício da Faculdade Nacional de Medicina, exercerá o diretor desta, cumulativamente, a direção da nova Faculdade”. Isto impunha restrições e limitações severas à nossa autonomia. Em cumprimento dessa determinação legal, em 28 de janeiro de 1946, reunia-se pela primeira vez a Congregação da Faculdade de Farmácia, sob a presidência do prof. Ugo de Castro Guimarães, então diretor da Faculdade de Medicina.

A omissão, contudo, em relação ao cargo de vice-diretor levou João Coelho do Nascimento Bittencourt, representante da Faculdade de Farmácia junto ao Conselho Universitário, a

propor ao referido Conselho a criação do cargo de vice-diretor para a Faculdade de Farmácia. Esta proposta provocou grande discussão e teve resistência até mesmo por parte do reitor Azevedo Amaral. A Comissão de Legislação também se pronunciou contrária à proposta. Entretanto, os professores Barbosa de Oliveira e Temístocles Cavalcante solicitaram vistas do processo e se pronunciaram, fulcrados sob a legislação em vigor, a favor da criação do cargo de vice-diretor, mas também assinalaram de que era necessária a presença de um diretor, para que se pudesse legitimar a existência de uma unidade universitária. No dia 9 de abril de 1947 a Congregação indicou, em lista tríplice, o nome de três de seus professores, tendo sido nomeado pelo reitor o professor Mário Taveira, figurando, então, como o primeiro diretor da nossa faculdade.

Em 1947, a Faculdade de Farmácia teve o seu currículo modificado para quatro anos com 18 disciplinas, distribuídas pelas doze cadeiras pré-existentes. Entre as novas disciplinas contava-se com Farmacodinâmica e Ensino Biológico dos Medicamentos, encaminhando-se a Farmácia nacional, para o terreno da tecnologia-científica predominante em todo mundo. Esse currículo vigorou até 1961, quando após tramitar pelo Congresso Nacional por 12 anos, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases que provocou mudanças radicais no currículo farmacêutico, criando dois cursos, um em três anos para farmacêutico comercial e outro em quatro anos para formar Farmacêutico Bioquímico.

A FACULDADE DE FARMÁCIA NO PRESENTE

Hoje, a Faculdade de Farmácia se prepara para implementar o novo projeto pedagógico calcado em uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva para o exercício de atividades em todo o âmbito profissional, buscando consolidar os seus domínios nas áreas de fármacos e medicamentos, análises clínicas e toxicológicas e no controle, produção e análise de alimentos, contemplando na sua estrutura curricular a Farmácia Social.

Com esse projeto, o farmacêutico passa a ter uma formação em grandes áreas do saber tais como: Ciências Exatas, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Biológicas e Ciências Farmacêuticas.

Registra-se que ao se instituir o primeiro curso de Farmácia ministrado em 3 anos, no ano de 1832, inicia-se um marco histórico da Farmácia no Brasil. Hoje, após 60 anos de autonomia administrativa e 175 anos de criação, a Faculdade de Farmácia continua desempenhando um papel relevante em todos os seus campos de atuação. São memoráveis as conquistas obtidas ao longo da sua existência. A Faculdade de Farmácia teve como uma contribuição nacional a consolidação de uma Farmácia Científica, rompendo com o empirismo iniciado pelos primeiros boticários. Ao longo dessa trajetória ajudou a construir o perfil profissional do atual farmacêutico, mantendo, sobretudo, como característica marcante, ser um profissional da área de saúde. Desde o início da sua criação no Brasil, buscou incorporar e aprimorar os conteúdos de Biologia e Química na sua estrutura curricular em estreita relação com as exigências impostas pela sociedade para concretizar a consolidação do perfil do farmacêutico.

No século passado, contribuiu para o resgate da importância do farmacêutico como profissional de saúde, engajado nas principais questões de saúde pública, e a inserção e permanência do profissional nas unidades de saúde e nos estabelecimentos responsáveis pela manipulação magistral farmacêutica atuando de forma efetiva na assistência farmacêutica.

A Faculdade de Farmácia da UFRJ tem o compromisso de formar um profissional que seja capaz de responder aos desafios de uma sociedade constantemente em evolução. A estrutura curricular deve estar voltada para uma formação que permita a integração das diferentes áreas do conhecimento do ensino de Farmácia e prepará-los para que sejam capazes de incorporar as novas descobertas no campo farmacêutico.

Nos últimos anos, a Farmácia Social foi uma preocupação de inúmeros docentes e que resultou na implantação da Farmácia

Universitária, que serve como um veículo importante na formação dos estudantes que podem aprender o ofício da farmácia magistral associados à prática da prestação e assistência farmacêutica. A Farmácia Universitária hoje possui inúmeros projetos relevantes e, por isso, foi classificada pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro como um programa de extensão. Vale ressaltar o caráter multidisciplinar das suas atividades que, ao longo destes anos, vem desempenhando um papel estratégico na formação de estudantes de graduação e Pós-Graduação em áreas carentes de recursos humanos, tais como a busca de novas formulações de medicamentos, assistência farmacêutica, farmacovigilância, e avança em projetos que possam consolidar a pesquisa na área de cosmetologia. Pretendemos, em futuro breve, incorporar a homeopatia e a fitoterapia como parte do programa de expansão da Farmácia Social.

Temos também, o LabFarma que é uma das unidades analíticas do Programa de Biofarmácia e Farmacomетria (PBF). Em 2003, o PBF foi credenciado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) como Centro de Bioequivalência e se tornou um dos centros universitários para análise de medicamentos genéricos em matrizes biológicas com o objetivo de fortalecer os Centros de Bioequivalência das Universidades Federais e consolidar a implementação do Programa de Medicamentos Genéricos do Ministério da Saúde.

Cabe ressaltar a importância do LASSBio (Laboratório de Avaliação e Síntese de Substâncias Bioativas), que consolidou nos últimos anos a pesquisa na área de Química Medicinal. Esta área do conhecimento integra a formação do farmacêutico e é essencial quando o foco se constitui na busca da inovação terapêutica.

O Instituto do Milênio Inofar – Inovação e Desenvolvimento de Fármacos e Medicamentos – foi um dos 34 projetos contemplados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e cuja coordenação e realização de grande parte de suas atividades estão a cargo de docentes desta Unidade.

O Laboratório de Análises Clínicas da Faculdade de Farmácia (LACFAR) realiza exames laboratoriais, tanto de rotina como especializados, oferecidos à comunidade, como um projeto de extensão universitária desde 1984. A realização dos exames é feita sob a supervisão dos professores das diversas áreas de atuação profissional. Além destes atributos, o LACFAR tem papel relevante nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. É um espaço importante para as atividades de estágio curricular, e essencial na formação dos estudantes que se especializam em Análises Clínicas e Toxicológicas.

Outro aspecto importante refere-se ao curso de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas – único do Estado do Rio – cujos egressos atuam em diferentes áreas, sejam como técnicos especialistas ou na docência em instituições públicas e privadas. Assim, a implementação do doutorado na PG é essencial para assegurar a formação de recursos humanos que possam responder aos anseios e desafios que se erguem nesse novo milênio e que possam atuar nos diferentes campos da Farmácia. Hoje, o corpo docente possui formação nas principais áreas do conhecimento da Farmácia e, portanto, são capazes de atender a essa demanda e propiciar uma enorme contribuição para o país.

Todos nós, pertencentes ao corpo social desta Instituição, temos um compromisso com o desenvolvimento e aprimoramento de todas as áreas da Farmácia às quais estão intimamente ligadas às ciências farmacêuticas, e nos cabe simplesmente encontrar os instrumentos e meios necessários para atingir essas metas. O resgate da História da Farmácia no Brasil é outra importante missão que se coloca nessa hora, porque foi nesta casa que tudo começou.

Hoje, não temos medo de errar, ao dizer que a profissão farmacêutica alcançou uma identidade própria e a consolidação do seu exercício profissional revela uma maturidade nas diferentes áreas de atuação. Ao contribuir na elaboração do perfil do farmacêutico dos dias atuais, a Faculdade de

Farmácia deixa cravado na história a valorização do ensino farmacêutico e estabelece a sua importância como área estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do país. Vale ressaltar que isso não ocorreu por meios impositivos, ao contrário, a própria sociedade, ao reconhecer o seu valor, corporificado pelas suas atuações, que identificou a importância desse profissional que tornou-se imprescindível à sociedade.

HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA FACULDADE DE FARMÁCIA DA UFRJ

No Brasil, como em todas as demais partes do mundo, a Farmácia iniciou-se nas Faculdades de Medicina. Por muito tempo foi facultado ao médico o exercício da Farmácia, bastando, para isso, uma prova de qualificação na matéria manipulação galênica.

Em 1832, foram criados os cursos de Farmácia e de Obstetrícia que funcionaram juntamente com o de Medicina na então Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, depois Faculdade Nacional de Medicina, e hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Passados 69 anos de sua criação, nos primeiros anos da República, na presidência do Dr. Campos Sales, o curso de Farmacêutico de três anos foi reduzido para dois anos, num total de quatro disciplinas: Química Médica, História Natural Médica, Matéria Médica e Farmacologia. Esta mutilação durou relativamente pouco. No ano de 1911, já no governo do marechal Hermes da Fonseca, passou novamente o curso de Farmácia para os três anos, com algumas disciplinas típicas da formação diferenciada tais como a Química Analítica, Bromatologia e Química Industrial. A introdução da disciplina Química Industrial correspondeu a uma fase áurea da profissão, pois permitiu a nomeação de professores que criaram uma verdadeira escola de Química aplicada à Farmácia, com reflexos no caráter científico do ensino da Farmácia.

Foi em 1925, na presidência de Artur da Silva Bernardes, que ocorreu uma modificação profunda no ensino da Farmácia. Para o ingresso no curso foram exigidos todos os preparatórios como para os demais cursos superiores. O curso passou a ter quatro anos de duração e foram instituídos sistemas de avaliação até então inexistentes - provas parciais escritas, estágios acompanhados de relatórios, frequência e exames finais, tudo com obrigatoriedade de execução, tendo estas medidas causado muita controvérsia, sobretudo no meio dos estudantes.

Em 1931, a Reforma Francisco Campos fez voltar o curso de Farmácia novamente aos três anos e muda a denominação para Escola de Farmácia, anexa à de Medicina. Embora em quase toda a América Latina o ensino de Farmácia fosse levado a efeito em quatro anos, sendo que em alguns, em até cinco anos, durante este período o curso permaneceu com duração de três anos.

Em 15 de julho de 1937 surgiu a Universidade do Brasil, através da Lei nº 452, a partir de transformações na Universidade do Rio de Janeiro, composta por 15 escolas e faculdades, entre elas a Faculdade de Farmácia e, por 16 institutos colaboradores.

A autonomia didática e administrativa, estabelecida pelo Decreto 8.272, em 3 de dezembro de 1945 não se traduziu em imediatas reformas. Podemos entender as razões pelo já citado artigo 6º deste decreto.

Em cumprimento a essa determinação legal, em 28 de janeiro de 1946, reunia-se pela primeira vez a Congregação da Faculdade de Farmácia, sob a presidência do professor Ugo de Castro P. Guimarães, então diretor da Faculdade de Medicina. O referido decreto, entretanto, era omissivo em relação ao cargo de vice-diretor. Por essa razão, o representante da Faculdade de Farmácia junto ao Conselho Universitário, professor João Coelho do Nascimento Bittencourt, habilmente tomou a iniciativa de propor ao referido conselho a criação do cargo

de vice-diretor para a Faculdade de Farmácia. Esta proposta provocou grande resistência, a ela opondo-se o próprio reitor, professor Azevedo Amaral. A Comissão de Legislação também se pronunciou contrária à proposta. Entretanto, os professores. Barbosa de Oliveira e Temístocles Cavalcante pedem vistas do processo e em substancioso parecer sugerem que, de acordo com a lei vigente, seria necessário, não só a criação do cargo de vice-diretor, mas também o de diretor, não se podendo admitir uma unidade universitária sem direção própria.

Em virtude dessa resolução, no dia 9 de abril de 1947 a Congregação indicou três de seus professores, tendo sido nomeado pelo reitor, o prof. Mário Taveira. O significado deste fato pode ser avaliado por trechos do discurso do professor Oswaldo de Almeida Costa, na ocasião da solenidade de posse do novo diretor:

[...] um diretor vindo do seio dos professores da Faculdade de Farmácia, secular anseio da classe Farmacêutica brasileira de possuir sua Faculdade oficial padrão, autônoma, onde o ensino da Farmácia fosse ministrado por profissionais competentes, foi manifestado inúmeras vezes e por várias gerações [...]. A Faculdade de Farmácia vinha há muito sob um regime de subordinação didática e administrativa que muito prejudicou o ensino da Farmácia. (ATA da Congregação solene da Faculdade de Farmácia, datada da posse do Prof Mário Taveras, Anais da Faculdade de Farmácia, 1945-1970).

Em 22 de janeiro de 1970, o presidente Emílio Garrastazu Médici assinou o decreto nº 66105 abrindo um crédito especial de 23 milhões de cruzeiros para acelerar as obras na Cidade Universitária. A verba destinada à universidade foi resultante da transferência dos recursos destinados à EXPO-72, comemorativa do Sesquicentenário da Independência. A partir desse momento, as obras foram aceleradas e, em 1973, foi determinada a transferência das instalações da Praia Vermelha

para a Ilha do Fundão e a venda dos prédios existentes para aplicação do dinheiro apurado nas obras da Cidade Universitária.

Sendo a primeira e servindo como modelo para as demais a serem criadas, a construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil foi durante muito tempo manchete em diversos jornais cariocas como *O Globo*, *O Popular*, *A Manhã*, *Jornal do Comércio*, *Diário do Povo*, *O Nacional* e *A Noite*. Já naquela época se pensava na centralização da universidade, devido ao seu caráter multidisciplinar, visando a centralização do material bibliográfico; intercâmbio de material científico, professores e estudantes, formando-se assim o espírito universitário; e evitando-se a duplicidade ou multiplicidade de alguns serviços existentes na época.

Muitos nomes foram cogitados para a criação da Cidade Universitária, entre eles o arquiteto italiano Marcello Piacentini e o francês Le Corbusier, grande influenciador de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Mas quem se tornaria o grande idealizador desse projeto seria o arquiteto Jorge Machado Moreira, responsável pela construção dos prédios da Cidade Universitária.

Nas novas instalações da Ilha do Fundão, a Faculdade de Farmácia dividiu-se nas disciplinas básicas que passaram a fazer parte do Instituto de Ciências Biomédicas, no grande edifício onde instalaram-se todas as unidades que compõem o Centro de Ciências da Saúde. A direção da Faculdade de Farmácia foi instalada no Bloco K do referido edifício – 2º andar, sala 50.

CENTRO DE PESQUISAS DE PRODUTOS NATURAIS – CPPN

Ao contar a história da Faculdade de Farmácia da UFRJ não se pode deixar de fora, mesmo que em breves palavras, a história da criação do Centro de Pesquisas de Produtos Naturais – CPPN, hoje Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais, NPPN.

Em 11 de outubro de 1962, através da Lei Delegada número 9 que reorganizava o Ministério da Agricultura, o Instituto de Química Agrícola - IQA, fundado em 1918, foi extinto. Esse Instituto funcionava ao lado do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e em seus laboratórios conviviam ativamente químicos, farmacêuticos, botânicos e agrônomos. A história desse instituto está associada às trajetórias de seus cientistas, cujas pesquisas contribuíram para a formação de profissionais nas áreas de química orgânica e de química de produtos naturais no Brasil. A desestruturação do IQA não significou o fim de uma tradição científica – no âmbito desse grupo germinou a semente do que viria a ser, um ano mais tarde, o CPPN.

Em setembro de 1963, Walter B. Mors e Benjamin Gilbert foram convidados por Paulo da Silva Lacaz para organizar o Centro de Pesquisas de Produtos Naturais - CPPN, na Faculdade de Farmácia da então Universidade do Brasil, o que se deu por um ato da Congregação da Faculdade de Farmácia. O novo centro foi, a princípio, formado por Paulo da Silva Lacaz, Walter B. Mors, Benjamin Gilbert, Joaquim Ferreira Filho e Keith S. Brown Jr. Nessa época, o diretor da Faculdade de Farmácia era o professor Mário Taveira, que havia obtido verbas para a construção de um prédio muito espaçoso e agradável na Praia Vermelha, e cedeu uma enorme área ao CPPN, inclusive para alojar novos integrantes que passaram a fazer parte do grupo: Affonso do Prado Seabra, Hugo J. Monteiro e Paul M. Baker. No início, o Centro contou também com forte apoio de instituições estrangeiras como a Universidade de Stanford, em grande parte graças a Carl Djerassi, que para lá havia se transferido recentemente e com quem Walter Mors havia realizado um estágio entre 1955 e 1956. Com o tempo, o contato com outras instituições estrangeiras, o apoio de instituições brasileiras como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e novas linhas de amparo à pesquisa possibilitaram ao CPPN a aquisição de

equipamentos modernos e o aperfeiçoamento da química de produtos naturais.

A recepção na Faculdade de Farmácia foi, nas palavras de Walter Mors,

“Cordialíssima, desde o início percebemos que o ambiente era de entusiasmo”, e afabilidade, nunca nos sentimos um corpo estranho. É claro que tal receptividade não foi gratuita. Ela demonstrava o grau de reconhecimento que havíamos alcançado na área de pesquisa de produtos naturais, o que talvez explique a decisão instantânea, por parte de Lacaz, de procurar o IQA assim que soube da extinção desse órgão”,

recorda o professor em artigo recente que conta a história da fundação do CPPN (SEABRA, 2007).

Nesse mesmo artigo, Affonso Seabra recorda-se de detalhes do convite feito a ele por Lacaz, para integrar a equipe no CPPN.

“O caso de Lacaz era muito especial na Faculdade de Medicina. No nome, sua cadeira de química orgânica e biológica era uma só, mas na verdade podíamos considerá-la como duas cátedras, a de química orgânica e a de química biológica. Essa duplicidade agravou-se quando Lacaz conquistou a mesma cátedra na Faculdade de Farmácia. Lacaz foi logo me dizendo: Esquece a bioquímica! Tenho uma equipe muito bem formada, com Macedo, João Paulo de Campos, Maria Lucia Salac, Sílvio Gonçalves e Hildete Faria. Somente quero que você organize os laboratórios de pesquisa.”

Em 1969 o CPPN foi credenciado pelo CNPq como Centro de Excelência. Nesse ano foi criado o Mestrado em Química de Produtos Naturais, o primeiro curso de pós-graduação em Química de Produtos Naturais do Brasil.

Com a construção do Centro de Ciências da Saúde na Ilha do Fundão, Lacaz recebeu três andares do Bloco H, “um prédio enorme e maravilhoso”, nas palavras de Seabra. Ele reservou o terceiro andar para a Bioquímica e cedeu o primeiro andar e o subsolo para o CPPN. Dessa forma, em 1972 o CPPN foi transferido para o campus da Ilha do Fundão. Alguns anos mais tarde, em 1976, o CPPN atingiu seu status de órgão suplementar do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ ao se transformar no Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais – NPPN.

A mudança de nome deu-se à luz da reforma universitária, quando a UFRJ passou a ser formada por Centros. Com isso, o Centro de Pesquisa de Produtos Naturais ficou vinculado ao Centro de Ciências da Saúde. Dessa forma, na gestão do reitor Alcides Caldas foi criado o Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais.

Desde a sua criação como CPPN - no seio da Faculdade de Farmácia da UFRJ, até hoje, como órgão suplementar, o núcleo tem sido importante formador de recursos humanos na área da química de produtos naturais, tendo, inclusive, formado muitos dos atuais professores da Faculdade de Farmácia da UFRJ com pós-graduação nessa área.

Embora, atualmente, o núcleo não mais se encontre institucionalmente ligado à Faculdade de Farmácia, existe uma estreita colaboração através do ensino de graduação (disciplina de Química Orgânica, estágio de iniciação científica), execução de projetos conjuntos e da colaboração entre docentes das duas unidades.

O ACERVO DA FACULDADE DE FARMÁCIA

A BIBLIOTECA

Devido ao progresso das atividades desenvolvidas na faculdade, fazia-se necessária a criação de uma biblioteca conforme mencionado nos anais da Faculdade Nacional de Farmácia, ano de 1950, fato que se consolidou após a apresentação ao Magnífico reitor da necessidade inerente. Em outubro de

1951, a faculdade recebeu a funcionária Eldina Machado Ramalho, para organizá-la.

Funcionando junto ao Curso de Farmácia deste então, na Praia Vermelha, a biblioteca foi desativada em 1973, com a criação da Cidade Universitária, tendo seu acervo transferido juntamente com outras bibliotecas da área Biomédica para a formação da biblioteca central do Centro de Ciências da Saúde na Ilha do Fundão.

No início do ano de 1994, foi reativada graças à iniciativa dos professores Alice Pereira Mattos e Levy Gomes Ferreira, Diretora e Vice-diretor da Faculdade de Farmácia.

Com a nova gestão do professor José Carlos da Silva Lima, neste mesmo ano, a Biblioteca passou por reformulações e ganhou impulso em suas atividades e serviços. Voltada a princípio para o curso de pós-graduação, abriu seu leque de atendimento a toda a comunidade, quando passou a integrar o SIBI – Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ, tornando-se efetivamente a biblioteca da Faculdade de Farmácia.

A biblioteca funciona no 2º pavimento do bloco A do Centro de Ciências da Saúde, ocupando uma área aproximada de 100 m², distribuídos entre acervo, setor de referência, salão de leitura, serviços internos e chefia.

O acervo é formado por monografias, teses e dissertações, coleções especiais, periódicos e obras raras, totalizando mais de 15.000 obras. Totalmente informatizado, o acervo pode ser acessado através da Base Minerva – sistema de Documentação da UFRJ, e é atualizado via verbas oriundas do MEC/Sesu ou de verba orçamentária da UFRJ.

A assinatura de periódicos em papel deu lugar à assinaturas eletrônicas feitas pela Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e disponibilizadas no Portal de Periódicos Capes, onde é possível o acesso à Base de Dados com texto completo de periódicos nacionais e internacionais e à Base de Dados com referências e resumo de documentos de todas as áreas do conhecimento.

Visando atender aos nossos usuários, estão disponíveis consultas locais e empréstimos informatizados; além de atendimento a solicitações via e-mail; comutação bibliográfica (COMUT e BIREME); empréstimos entre bibliotecas; busca bibliográfica; normalização de documentos; treinamento ao uso das bases e do acervo; exposição de novas obras, uso do scanner e impressão.

Contamos com computadores para o público consultar a Base Minerva, tendo acesso inclusive às teses com texto completo defendidas na Faculdade de Farmácia; Portal de Periódicos Capes; CCN (Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos); COMUT; Rede BIREME e a sites listados na página do SIBI como Bases Referenciais; bases com texto completo; enciclopédias gerais e especializadas; títulos gratuitos e webliografia de ciências biológicas, como também ao Manual para Elaboração e Normalização de Dissertações e Teses da UFRJ.

A biblioteca conta anualmente com mais de 500 usuários inscritos entre professores, alunos de graduação e de pós-graduação, funcionários, técnicos e estagiários da unidade ou da comunidade da UFRJ. Atende também a usuários externos e a outras instituições como a Petrobrás, IPEA, IBGE e CETEM.

A biblioteca da Faculdade de Farmácia possui em seu acervo um grande número de obras raras e antigas com especial destaque para a *Flora Brasiliensis* de Martius; *Theophrastus enquiry into plants* de Sir Arthur Hort; *The Greek Herbal of Dioscorides* de Gunther; *Histoire de la Botanique de la Mineralogie et de la Géologie* de Hoefer; *Pharmacopeia dos Estados Unidos do Brasil* – 1ª edição e com periódicos fundamentais para o estudo da farmácia, como *A Gazeta de Farmácia* e a *Revista Brasileira de Farmácia*.

Devido à importância de seu acervo, a biblioteca foi agraciada no ano de 2006, através do “Programa de Apoio a Projetos de Preservação de Acervos” do BNDES, com o circuito interno de tevê, desumidificador e purificador de ar, visando à preservação e à conservação do acervo de obras raras.

A FACULDADE DE FARMÁCIA: ESTRUTURA

DEPARTAMENTAL

Antes de 1947 a Faculdade Nacional de Farmácia era agregada à Faculdade Nacional de Medicina e funcionava em prédio único na Avenida Pasteur, na Praia Vermelha, sob direção do Médico Professor Alfredo Monteiro. Com a emancipação da Faculdade Nacional de Farmácia em 1947, a mesma passou a ter diretoria independente que tem se perpetuado até a presente data. As diferentes diretorias tiveram a seguinte composição:

ANO	DIRETOR	VICE-DIRETOR
1947/1951	Prof. Mário Taveira	Prof. Virgílio Lucas
1951/1954	Prof. Hildegardo de Noronha	Prof. Donaldson Medina Quintela
1955/1958	Prof. Mário Taveira	Prof. João Coelho do Nascimento Bittencourt
1958/1960	Prof. Mário Taveira	Prof. Emílio Diniz da Silva

ANO	DIRETOR	VICE-DIRETOR
1960/1962	Prof. Mário Taveira	Prof. Emílio Diniz da Silva
1962/1964	Prof. Mário Taveira	Prof. Emílio Diniz da Silva
1965/1968	Prof. Mário Taveira	Prof. Alcides Figueiredo da Silva Jardim
1968/1971	Prof. Jayme Pecegueiro Gomes da Cruz	Prof. Alcides Figueiredo da Silva Jardim

ANO	DIRETOR	VICE-DIRETOR
1971/1974	Prof. Jayme Pecegueiro Gomes da Cruz	Prof. Alcides Figueiredo da Silva Jardim
1974/1978	Prof. Alcides Figueiredo da Silva Jardim	Prof. Jayme Pecegueiro Gomes da Cruz
1978/1980	Prof. Emílio Diniz da Silva	Prof ^ª . Maria Luiza Belfort Bethlem
1980/1982	Prof ^ª . Maria Luiza Belfort Bethlem	Prof. Honey José Mendes

ANO	DIRETOR	VICE-DIRETOR
1982/1986	Prof. Nuno Alvares Pereira	Prof. Levy Gomes Ferreira
1986/1990	Prof. Levy Gomes Ferreira	Prof. Alice Pereira Mattos
1990/1994	Prof. Alice Pereira Mattos	Prof. Levy Gomes Ferreira
1994/1998	Prof ^a . José Carlos da Silva Lima	Prof ^a . José Carlos Saraiva Gonçalves

ANO	DIRETOR	VICE-DIRETOR
1998/2002	Prof ^a . José Carlos Saraiva Gonçalves	Prof. Gisela Maria Dellamora Ortiz
2003/2006	Prof ^a . José Carlos Saraiva Gonçalves	Prof. Elisabete Pereira dos Santos
2007/2010	Prof. Carlos Rangel Rodrigues	Prof. Lúcio Mendes Cabral

A grade curricular vigente à época da emancipação da Faculdade Nacional de Farmácia encontra-se descrita abaixo.⁶

6 A Faculdade de Farmácia tem hoje quatro departamentos próprios – Análises Clínicas e Toxicológicas (DACT), Fármacos (DEFAR), Medicamentos (DEMED) e Produtos Naturais e Alimentos (DPNA), e que atuam em grande parte nas disciplinas do ciclo profissional do curso. A maioria das disciplinas básicas está sob a responsabilidade de departamentos pertencentes a outras Unidades do Centro de Ciências da Saúde (CCS – Instituto de Bioquímica Médica, - Instituto de Ciências Biomédicas: Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, Departamento de Farmacologia Básica e Clínica, Departamento de Histologia e Embriologia, Departamento de Anatomia; - Instituto de Microbiologia Prof. Paulo de Góes); do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN – Instituto de Química: Departamentos de Química Geral e Inorgânica, de Química Analítica, de Físico-Química, de Química Orgânica; Instituto de Matemática: Departamentos de Métodos Estatísticos e de Métodos Matemáticos); do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE – Instituto de Economia).

ANO	DISCIPLINA	PROFESSORES CATEDRÁTICOS
1º ANO (1948)	Botânica Aplicada à Farmácia	Prof. Hildegardo de Noronha
	Física Aplicada à Farmácia	Prof. Tito Enéas Leme Lopes
	Química Analítica	Prof. Donaldson Medina Quintela
	Química Orgânica e Biológica	Prof. Paulo da Silva Lacaz
2º ANO (1949)	Farmácia Química	Prof. João Coelho do Nascimento Bittencourt
	Farmacognosia	Prof. Oswaldo de Almeida Costa
	Microbiologia	Prof. Paulo de Góes
	Zoologia e Parasitologia	Prof. Ruy Gomes de Moraes
3º ANO (1950)	Farmácia Galênica	Prof. Virgílio Lucas
	Higiene e Legislação Farmacêutica	Prof. Marcelo Silva Junior
	Química Bromatológica e Toxicológica	Prof. Mário Taveira
	Química Industrial Farmacêutica	Prof. Alcides Figueiredo da Silva Jardim

IMAGENS DO ACERVO DA FACULDADE DE FARMÁCIA

Reproduzidas a partir do Acervo da Faculdade de Farmácia e com permissão da CoordCOM. (LEITÃO, 2009).



Frascos com drogas vegetais do acervo do Departamento de Produtos Naturais e Alimentos da Faculdade de Farmácia. Em pé: frasco maior – *Crindelia ekona*, Faculdade Nacional de Farmácia, Universidade do Brasil; frasco menor – *Estramônio folhos* (*Clatara stramonium*). Caba. Plantas Medicinal e seus derivados, Portugal. Detetado: *Jabonosa*, *Pilocarpus microphyllus*.



Caturo de póis. Acervo do Departamento de Produtos Naturais e Alimentos da Faculdade de Farmácia (Nota: Caturo é o nome genérico dado aos vasos de focha preparados por várias tribos indígenas sul americanas a partir do coto de misturas de plantas das famílias Leguminosae e Moringaceae). O termo caturo deriva de palavras indígenas "caturo" ou "vooat" L.



Frascos do acervo do Departamento de Produtos Naturais e Alimentos da Faculdade de Farmácia. Em pé: Crudo mineral Isasca, J.D. Biedel – E. de Hilen A.G. Chemische Fabrik, Berlin. Detetado: Clorocina pura cristalizada E. Merck, Darmstadt.



Pharmacopoeia dos Estados Unidos do Brasil, redigida pelo farmacologista Rodolpho Albino Dias da Silva, oficializada pelo Governo Federal pela decreto No 17.509 de 4 de novembro de 1926. Acervo da Biblioteca da Faculdade de Farmácia da UFRJ.



Estufa de cobre E. Adnet construtora, Paris. Acervo do Departamento de Produtos Naturais e Alimentos da Faculdade de Farmácia.



Balança ordinária de dois pratos em caixa de vidro. Acervo do Departamento de Produtos Naturais e Alimentos da Faculdade de Farmácia.



Balança romana de dois pratos tipo Roberval. Acervo do Departamento de Produtos Naturais e Alimentos da Faculdade de Farmácia.



Os desenhos científicos utilizados neste livro são reproduções digitalizadas da Flora Brasiliensis, obtidas em <http://florabrasiliensis.cria.org.br/index>, em 2007. Esta obra foi produzida entre 1840 e 1906 pelos autores Carl Friedrich Philipp von Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban, com a participação de 65 especialistas de vários países. Contém tratamentos taxonômicos de 22.767 espécies, a maioria de angiospermas brasileiras, reunidos em 13 volumes, divididos em 45 partes, com um total de 10.367 páginas.



Projeto de slides



Mobiliário



Misturador



Balança de dois pratos



Potes para medidas de volumes

IMAGENS DE ALGUNS LABORATÓRIOS

Laboratório de Manipulação de Receita - Farmácia Universitária



Laboratório Didático - DACT



Laboratório de Controle de Qualidade - LabCQ



Laboratório de Controle Microbiológico de Medicamentos, Alimentos e Cosméticos – LACMAC

REFERÊNCIAS

LEITÃO, Suzana Guimarães (Org.). *Seis décadas de trajetória da Faculdade de Farmácia*. Rio de Janeiro: UFRJ, Coordenadoria de Comunicação, 2009.

MAIA, George Doyle. *Biografia de uma faculdade: história e estórias da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

PROSSEGUIRÁ em ritmo acelerado a construção da Cidade Universitária: já unificadas, pelos trabalhos de terraplenagem, seis das nove ilhas que tornarão possível uma das mais velhas aspirações do ensino superior do País. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1951.

SEABRA, Afonso Prado; MORS, Walter Baptista; FARIA, Lina. A moderna química de produtos naturais no Brasil: as origens do Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais da UFRJ. *História Ciências Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, v. 14, n. 1 jan. / mar. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Anais da Faculdade Nacional de Farmácia*. Rio de Janeiro, 1945/1970.

A REDE DE INFORMAÇÃO EUROPÉIA E O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EUROPÉIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Marcos Antonio Carneiro Martins¹

INTRODUÇÃO

A iniciativa do *Projeto Memória* do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ de promover a consolidação das diversas experiências que contribuem para a construção de sua história institucional é uma rara oportunidade de revisão de nossa própria trajetória. Muitas das vezes não nos damos conta da importância das ações que envolveram a concretização de uma idéia que hoje é realidade integrada à estrutura da Universidade. Destacar alguns aspectos relevantes de uma trajetória longa e difícil é o ânimo que nos envolve ao realizar esta tarefa. A conclusão que se antecipa é nossa velha conhecida. A experiência está em pleno curso, não é um projeto acabado, é um processo que não se esgota. Portanto, o leitor que tomar conhecimento deste memorial deve estar consciente de que, pelo caráter dinâmico do universo em que nos inserimos, no momento em que se concluiu sua redação, ele já está obsoleto. Também é preciso informar àqueles que, por ventura, percebam as raras citações a fontes, assim ocorre

1 Coordenador do Centro de Informações Europeias/UFRJ; Bibliotecário-Documentalista. Graduado em Direito pela PUC-RIO. Especialista em Direito Constitucional – Garantias e Direitos Fundamentais e Direitos Sociais.

porque esta é a primeira iniciativa de consolidar, formalmente, nossa história, o que leva a buscar testemunho muito mais em documentos internos do Centro e do Programa de Estudos Europeus e da Comissão Européia do que em uma bibliografia convencional.

Nosso relato se organiza a partir de três perspectivas básicas. Primeiramente, a apresentação das circunstâncias que, ao longo de mais de uma década, ensejaram a criação do Centro em um cenário político e institucional adverso. Em segundo plano, cabe apontar o contexto externo que permitiu o estabelecimento das relações bilaterais com as Comunidades Europeias – início da década de 1980 – que conferiu, ao então acervo especializado do Programa de Estudos Europeus, a qualidade de centro da Rede de Informação Européia, depositário das publicações oficiais relativas às políticas e decisões da CE. Aquela foi uma iniciativa pioneira no Brasil, e porque não dizer na América Latina, uma vez que o Centro de Documentação Européia da UFRJ – CDE – foi o primeiro centro qualificado como “completo” na região. O reconhecimento oficial do CDE, concretizado pela convenção assinada entre a Reitoria da UFRJ (Gestão do Professor Paulo Alcântara Gomes) e a Comissão Européia em 1995, repercutiu nas atividades do Programa de Estudos Europeus e do Centro de Documentação Européia. Serviu para ampliar não só a qualidade de sua coleção, como também ajudou na divulgação e produção de conhecimento sobre o processo de integração da Europa Ocidental. As conseqüências no âmbito da UFRJ também foram significativas. O Centro adquiriu uma abrangência que ultrapassou a parceria estabelecida com os pesquisadores do Programa de Estudos Europeus e abriu suas portas para toda a comunidade universitária. Por outro lado cumpriu o compromisso de atingir ainda os demais interessados dentro e fora das atividades estritamente acadêmicas. Em terceiro lugar, cabe expor a evolução estrutural e substantiva do Centro, que procura atender às novas diretrizes da Comissão Européia e,

ao mesmo tempo, busca adequá-las aos interesses autônomos dos estudos acadêmicos e de âmbito geral.

CONTEXTO INSTITUCIONAL: OS ESTUDOS EUROPEUS NA UFRJ E CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

A origem do Centro de Documentação Européia da UFRJ está associada à iniciativa de um grupo de professores, que entre os anos de 1979 e 1980 perceberam a importância de organizar no Brasil estudos internacionais sistemáticos sobre a Europa. Segundo um de seus maiores incentivadores, o Professor Franklin Trein, em histórico manuscrito dos arquivos do PEE, relata que, após seu retorno de um longo período de estudos na Alemanha, originalmente, a idéia foi criar um Instituto de Estudos Germânicos, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Já nessa época as relações com a Europa indicavam a oportuna e necessária implantação de estudos sistemáticos sobre as mudanças na comunidade internacional, principalmente impulsionada pela movimentação em prol da integração dos países do Continente europeu ocidental. A iniciativa foi adiada por questões diversas, mas o interesse em constituir um espaço acadêmico para fins de estudos internacionais na cidade do Rio de Janeiro continuou vivo. Nas palavras do Professor Franklin Trein:

o diálogo com colegas no Velho Mundo, e entre eles principalmente os alemães, deixava a firme convicção de que os estudos internacionais, para além dos estudos de relações internacionais, eram, e continuam sendo uma tarefa inadiável para um país que busca o desenvolvimento (TREIN, 19--).

Em um segundo momento, com as mudanças ocorrendo no Velho Continente e apoiado por contatos intensos com instituições congêneres da Europa, o grupo interessado deu início

a um novo projeto, que pretendia criar o Instituto de Estudos Europeus, idealizado como uma organização independente de cunho associativo e privada. A opção por uma instituição privada foi abandonada diante do conselho de um mestre ilustre, o Prof. Celso Furtado, que convidado a fazer uma crítica ao texto da proposta de criação do Instituto, observou sobre a relevância de fazer do mesmo uma iniciativa de natureza acadêmica, vinculado a uma Universidade. Providencialmente, naquele momento foi eleito reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro o Prof. Dr. Horácio de Macedo, que consultado, assumiu o compromisso de se empenhar na criação do Instituto na UFRJ.

De fato, nos anos seguintes o projeto percorreu seu trâmite, porém o seu caminho foi muito mais longo do que o esperado. Ao transitar pelos diversos Colegiados da UFRJ sofreu alterações e intervenções, que o afastou completamente das pretensões originais, acabando por mostrar-se inviável. Aconteceu, contudo, que naquele intercurso de tempo, foram desenvolvidas diversas pesquisas sobre temática prevista como atividades do Instituto, o que tornava inadiável medidas que garantissem a continuidade dos trabalhos, enquanto o projeto do próprio Instituto não se concretizava. A solução de compromisso foi a criação do Programa de Estudos Europeus - PEE, que teve sua aprovação no Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) em 23 de maio de 1986. O PEE, com dimensões mais modestas do que as idealizadas para o Instituto, não perdeu, contudo, em competência metodológica e temática para os estudos sobre a integração européia e suas relações internacionais, que seus idealizadores haviam definido como objeto de trabalho.

Acolhido pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), na data de sua implantação, o Programa reuniu diversos pesquisadores associados e assistentes de pesquisa de diversas instituições de ensino superior, que não se limitava somente ao Corpo Acadêmico da UFRJ. Assim, passaram a integrar o PEE a professora de economia Alice Helga Werner da UNICAMP

e mais tarde da UFF, que havia estudado na Freie Universität Berlin, o professor de ciência política Antonio Carolos de Faria Pinto Peixoto da UERJ, que vinha da University of Essex, o professor de sociologia e ciência política Dr. Bernardo Sorj da UFRJ/IFCS, professor de filosofia e relações internacionais Dr. Franklin Trein, da UFRJ/IFCS, professor John Wilkinson, da UFRRJ, com pós-graduação na Liverpool University e o Professor Manoel Gonzalo Chavez Alvarez, mestre em relações internacionais pela PUC do Rio de Janeiro. Dentre os professores assistentes estavam o professor Antonio Carlos Augusto da Costa da UFRJ, a professora Claudia Garcia Lima Porto, da UFRJ, o professor Flávio Costa Balod, também da UFRJ e Oscar Barreiros, da Universidade de Valdívia e com pós-graduação no Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ.

As pesquisas, sempre apoiadas por uma qualificada documentação, estabeleceram os pressupostos básicos para o aprofundamento dos objetivos articulados no projeto original do Instituto de Estudos Europeus; ou seja, a análise da nova ordem internacional do Pós-Guerra, tanto no plano teórico como no de suas relações empíricas. Com a aprovação de dois projetos junto à FINEP o PEE passou, gradativamente, a realizar pesquisas, ministrar cursos e seminários, realizar debates e palestras, promover o intercâmbio com instituições européias, desenvolver orientações de dissertações de mestrado e teses de doutorado, estas sempre em colaboração com outras Universidades no Brasil, na América Latina e na CE. Foram iniciativas que, sem dúvida, contribuíram de forma expressiva para os estudos internacionais no Brasil daquele período dos anos 1980 e 1990. A opção por temáticas atuais, associadas a um contexto histórico dos mais complexos do período do pós-guerra, permitiu uma produção acadêmica original e representativa, que passou a fazer parte do acervo documental do próprio PEE. Portanto, ao mesmo tempo em que produziu conhecimento, o trabalho acadêmico desenvolvido no âmbito do Programa de Estudos Europeus contribui para a qualifica-

ção de um acervo que constituiria, mais tarde, o Centro de Documentação Européia. As muitas pesquisas realizadas com a contribuição de pesquisadores de diferentes áreas e de diversificadas origens têm especial importância na medida em re-tratam uma perspectiva, a partir do Brasil, sobre a nova ordem mundial, sensivelmente alterada pela integração dos países do Velho Mundo. Evidentemente um enfoque diferenciado e relevante para quem, por circunstâncias históricas, foi paciente no longo processo de relações coloniais e neocoloniais, como as mantidas pela Europa Ocidental com os países da região latino-americana, mas que à medida que constrói a sua visão crítica, torna-se agente capaz de interferir na construção do seu próprio destino.

Pesquisa e conhecimento precisam transcender aos seus criadores. Devem ser comunicados para que sob o crivo da crítica científica se aprimore. Para tanto, o Programa expôs a sua produção em diversos eventos, muitos deles de repercussão internacional. Foram mais de 100 temas pesquisados e relatados textualmente, mais de 55 eventos, dentro e fora do país, muitos realizados para o público europeu, em instituições daquele Continente. O PEE também participou de projetos de pesquisas em cooperação com instituições como: COPPE/UFRJ; UNESCO; CNPq; CEPAL; UNB; UFF, dentre outras.

Como vimos, o Instituto de Estudos Germânicos não chegou a ser instituído tal como inicialmente planejado. Também não o fora o Instituto de Estudos Europeus. Entretanto, desde 1986 quando foi instituído dentro dos quadros acadêmicos da UFRJ, o Programa de Estudos Europeus – forma viável e aceita num determinado contexto político institucional – mostrou sua vocação para a atualidade, confirmando as expectativas sobre a importância dos estudos propostos. O PEE reuniu e criou, ao longo destes muitos anos, conhecimento consistente, contribuindo para ampliar as competências acadêmicas da UFRJ, firmando-se como um espaço de pesquisa e debates sobre o complexo e instigante processo internacional em curso, que

não só atingiu e atinge a Europa, mas que também diz respeito à América Latina, onde desde 1950 se desenvolvem iniciativas integradoras, tais como a Comunidade Andina, o Mercado Comum Centro-Americano e o MERCOSUL.

É neste contexto interno, e pela circunstância de estar presente desde o início das atividades do PEE, que o Centro de Documentação Européia, antes mesmo de assim ser reconhecido, mostrou-se altamente qualificado. A intensa cooperação entre documentação e pesquisa pode fazer com que, antes mesmo de ser instituído oficialmente, este Centro anunciasse a sua importância no ambiente acadêmico. E porque isto ocorreu? No início das atividades do Programa, os recursos eram escassos e o acesso às informações necessárias ao bom andamento das pesquisas era realizado a partir dos contatos com outras instituições, dentro e fora do país, com prevalência das instituições européias. Conscientes da necessidade da criação de uma forte estrutura documental, memória de todo o conhecimento adquirido, os pesquisadores associados comprometeram-se a entregar ao Centro de Documentação, todas as fontes primárias utilizadas em suas pesquisas concluídas. Além desse material primário, os textos produzidos estão depositados nos arquivos do Programa e fazem parte do acervo do centro, o que possibilitou o intercâmbio de informações com outras instituições, ampliando ainda mais o acervo originário.

Pelo fato de o Centro de Documentação Européia ter crescido juntamente com o Programa, a qualidade do acervo pôde ser permanentemente avaliada e selecionada. Acrescido de nossa própria produção intelectual, hoje contamos com um acervo de especial relevância para a compreensão da integração européia e de seus reflexos nas relações internacionais. O CDE foi parte atuante neste processo que culminou com a estrutura e visibilidade que tem o Centro e o Programa. A integração, como solução para a paz e caminho para a continuidade do crescimento na Europa, incentivou sobremaneira a cooperação não só entre os Estados integrados na comunidade,

mas também com o resto do mundo. Interessa-nos especialmente as relações com a América Latina e países em desenvolvimento. Aí reside, ao nosso entender, a grande importância dos estudos europeus, das relações institucionais estabelecidas e da coleção que lhes dá sustentação. Fazemos parte desta nova sistemática mundial, ora cooperando, ora atuando como entes da própria integração.

No contexto interno o Centro de Documentação Européia representa, por um lado, o estabelecimento de uma unidade de informação vocacionada à especialização, marcada pela atualidade, densidade, completude e confiabilidade das informações que fornece. Para que isto ocorra, há que se empenhar principalmente na continuidade com dinamismo e seletividade responsável. O Centro pretende atender aos parâmetros acima relacionados, construídos a partir da gratificante associação com o PEE. Da relação intensa com a Coordenação Acadêmica do Programa surgiram as condições necessárias para que nossas atividades estivessem sempre em sintonia com as nossas pesquisas e demais demandas, atendidas, na medida do possível, da forma a mais atual e densa. Por outro lado, o Centro representou e representa uma janela de cooperação tanto com as instituições oficiais da União Européia, como com instituições nacionais de interesses comuns. Além do que ele tem, é claro, uma forte interação com outras organizações da América Latina. Ressaltamos que estas relações não se dão apenas no âmbito da documentação, ela contempla também inúmeras outras atividades para as quais somos chamados a participar. Exemplo significativo são tarefas conjuntas com a Delegação da União Européia e seus organismos descentralizados no Brasil, com os demais centros de referência existentes no país e a intensa troca de informações com nossos parceiros da América Latina, especialmente os Países integrantes do MERCOSUL e demais comunidades do Continente Sul Americano.

Assim, enquanto o PEE desenvolvia seus projetos de pesquisas e atividades de ensino, o Centro de Documentação

aprimorava sua estrutura permanentemente com o objetivo de pleitear sua inserção na rede de Centros de Documentação, apoiado pela Comissão Européia, com a função de disseminar as mudanças nas relações dos Estados membros com a União e dos cidadãos nacionais com a nova estrutura social da Europa integrada. Os esforços da Comissão para alcançar estes objetivos foram e são grandiosos. Neste cenário a informação assume importante papel para atingir este desígnio. Podemos dizer que após longos séculos de lutas e guerras, a “sociedade européia” resolveu trocar os “canhões pelas brochuras”. Parece que o resultado de uma boa diplomacia associada a uma rede altamente qualificada de informação contribuiu para amornar os constantes conflitos armados que se mostraram inócuos para este fim. Ainda bem que assim o foi. O Velho Continente deu ao mundo uma demonstração de que é possível a integração entre Estados antes engessados pela noção clássica de soberania e nacionalismo, que hoje se torna relativa, permitindo a criação de organismos supranacionais que organizam e defendem interesses comuns.

CONTEXTO EXTERNO: A INTEGRAÇÃO EUROPÉIA E NOSSAS COMPETÊNCIAS ORGÂNICAS

Poderíamos levar em conta que o surgimento de um movimento em torno da construção de uma Europa única nos remete aos séculos XIII, XIV e XV, época em que filósofos e políticos já argumentavam em favor de uma Europa Unida. Revisando autores como Pierre Dubois, da França, Tomasso Campanella, da Itália, Georg Von Pdiebrad, rei da Boêmia, encontramos o limiar da noção de Europa. No século XIX merecem ser lembrados Victor Hugo e Conrad Friedrich Von Schmidt-Phiseldek, este último responsável por uma tese sobre a unificação européia, apontada pelos pesquisadores do PEE como uma das maiores contribuições recolhidas ao longo dos séculos. Poderíamos retroceder mais, entretanto não é nossa intenção dar este sentido ao trabalho. Pretendemos

apenas referenciar a rica trajetória européia até a unificação, para permitir ao leitor apreciar a complexidade deste processo e, também, discernir sobre como é rica a documentação que sustenta nossa competência orgânica.

Iniciaremos, portanto, retornando ao cenário das grandes guerras que envolveram decisivamente o Continente Europeu. Ao longo da história os Estados europeus se viram atrelados a inúmeros conflitos que culminaram em duas grandes guerras. Podemos dizer que as iniciativas mais concretas de unificação surgem como tentativas de restabelecer a paz no continente principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Ao final da 1ª Grande Guerra, alguns planos concretos foram apresentados, como, por exemplo, o do Presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson, em 1918, que defendia a criação de uma Federação de Povos Europeus. Esse plano não foi aceito e a paz acabou sendo conquistada pelo Tratado de Versalhes em 28 de junho de 1919. Em seguimento a nossa rápida cronologia, registramos que outras tantas idéias foram apresentadas, ora defendendo a instalação de uma Federação, ora a de uma Confederação e até de uma Grande Nação européia. Esta última feita pelo Movimento Pan-Europa, liderado por Richard Nikolaus, Conde Coudenhove-Kelergi, da Áustria, que pretendia criar os Estados Unidos da Europa. Em 1923, Aristides Brian, na presidência do movimento “União Européia”, liderou as iniciativas da manutenção da paz no continente. O Pacto de Lugano, segundo o qual se estabelecia o compromisso alemão de respeitar as fronteiras da França e da Bélgica, foi um passo para que futuramente o próprio Brian, em discurso em Genebra, defendesse a criação de uma União Européia inserida no âmbito do Pacto da Sociedade das Nações, aprovado na Conferência de Versalhes. A Liga das Nações, como também ficou conhecida a recém criada Organização Internacional, logo se mostrou precária para a manutenção da política de desarmamento e da paz pactuada nos subúrbios de Paris. Versalhes seria então o prenúncio de conflitos futuros, ainda

mais radicais no Continente europeu, fortemente impulsionados pelo expansionismo totalitário nazista que levou o mundo ao seu segundo grande enfrentamento armado.

Ao final da Segunda Guerra, Jean Monnet (Jean Omer Marie Gabriel Monnet), cidadão francês, se fortalece no cenário europeu comprometido em encontrar uma solução para as permanentes tensões entre a França e a Alemanha. A iniciativa de Winston Churchill de criação dos Estados Unidos da Europa, para fazer frente ao avanço soviético no ocidente e construir um ambiente de paz entre os dois Estados, em 19 de setembro de 1946, contribuiu significativamente para as iniciativas de Monnet. Porém, a Europa afetada pelas consequências do fim da guerra preferiu se associar ao plano dos Estados Unidos da América, o Plano Marshall (Plano de Recuperação Européia), ao invés de aderir à proposta do líder britânico. A administração superior do Plano Marshall deu origem à primeira organização supranacional da Europa, a Organização Européia para a Cooperação Econômica – OECE, criada em 16 de abril de 1948 (a partir de 1961, OCDE). Mais tarde as tensões no continente continuam com a constante pressão dos Soviéticos. Nesse cenário o Reino Unido, a França e o Benelux formaram uma aliança para a defesa de suas fronteiras. Nasce a União Ocidental com a assinatura do Pacto de Bruxelas, em 17 de março de 1948. Na sequência foi criado o Conselho da Europa por meio do Tratado de Londres de 5 de maio de 1949. Debilitada, a Europa se rende à hegemonia norte-americana e diversos países aderem à criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, que, no decorrer de suas ações, mostrou-se mais dedicada à defesa militar do que às questões políticas. Após 1950, consolida-se um clima de tensão que culminou com a divisão da comunidade internacional em dois grandes blocos. De um lado os Estados Unidos da América e do outro a União Soviética. Período conhecido como da Guerra Fria. É sob este quadro tenso que tem início propriamente a integração européia. Em 09 de maio de 1950,

Robert Schumann, Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, profere um importante discurso inspirado nas idéias de Jean Monnet. Propõe que a França e Alemanha estabeleçam uma organização supranacional para supervisionar a exploração de seus recursos de carvão e de aço. Aquela instituição estava aberta à participação de outros países da Europa. O convite de Schumann atraiu a Bélgica, a Holanda, a Itália e Luxemburgo. A Grã-Bretanha, convidada, não aceitou participar. Assim, em 18 de abril de 1951 nasce a CECA – Comunidade do Carvão e do Aço, instituída pelo Tratado de Paris. Com os Tratados de Roma, assinados em 25 de março de 1957, foram estabelecidas mais duas comunidades: a CEE – Comunidade Econômica Européia e a Comunidade Européia para a Energia Atômica (conhecida como EURATOM). Em 8 de abril de 1965, um grande passo foi dado para a unificação das três comunidades que se subordinaram a um único Conselho e a uma única Comissão, com vistas a alcançar a unidade administrativa e política das Comunidades. Surge, então, a Comunidade Européia – CE em 1º de julho de 1967. Em 17 de fevereiro de 1986, o Ato Único Europeu, que foi assinado em Luxemburgo e em Haia, entrou em vigor em 1º de julho de 1987. Ele revisou os tratados de Paris e de Roma, ampliando a unidade econômica, mas com pouca repercussão no campo social e político. A União Européia só viria a ser constituída quando o Conselho Europeu aprovou o Tratado da União Européia em reunião realizada de 9 a 10 de dezembro de 1991. Em 7 de fevereiro de 1992, o mesmo foi assinado também em Maastricht, entrando em vigor em 1º de novembro de 1993. Resguardada a vigência dos tratados de Paris e Roma, foram estabelecidos os componentes políticos necessários à unificação. Em 2000, na cidade de Nice, o Conselho Europeu reforma o sistema decisório na UE e proclama solenemente a Carta de Direitos Fundamentais da União Européia. Hoje a UE é integrada por 27 estados membros. Seu alargamento vem sendo um processo lento, ininterrupto e certamente ainda não concluído.

A REDE DE INFORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA

Instituída a União Européia cabe perguntar como a informação se insere neste novo contexto institucional e qual a importância disto para o acervo documental que se formou na UFRJ. Para que o leitor tenha condições de fazer esta associação, passaremos a discorrer sobre a estrutura orgânica que se forma para dar funcionalidade ao ente supranacional criado: a União Européia. A unificação aproximou mais do que Estados. Integrou nações com culturas diferentes, sistemas econômico-financeiros, ainda que globalizados, diferenciados, orientações políticas heterogêneas, línguas variadas e uma grande diferença nos padrões de consumo entre os povos envolvidos. Uma diversidade complexa que precisava ser integrada naquilo que dava forma à União Européia, porém preservando a identidade dos Estados nacionais envolvidos.

Os Tratados constitutivos da União e suas mais recentes atualizações estabelecem as condições estruturais necessárias à realização do objetivo maior da integração, ou seja, a cooperação e a solidariedade entre os Estados membros. Para tanto eles propõem as diretivas básicas relativas à missão da União Européia. São elas: a promoção do progresso econômico e social (constituição de um mercado interno a partir de 1993 e o lançamento da moeda única em 1999); a afirmação da identidade européia na cena internacional (ajuda humanitária a países terceiros, política externa e de segurança comum, intervenção na gestão das crises internacionais); a instituição de uma cidadania européia (que, sem substituir a cidadania nacional, é complementar a ela e confere aos cidadãos europeus alguns direitos civis e políticos válidos em todos os Estados, independente da nacionalidade de origem); a criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça (associado ao funcionamento do mercado interno e, mais especialmente, à livre circulação de pessoas) e por último o objetivo para o qual reservamos nossas considerações mais amplas. “[...] a manutenção e desenvolvimento do acervo comunitário (os textos

jurídicos adotados pelas instituições europeias, bem como os tratados fundacionais da instituição)” (UNIÃO EUROPÉIA, 2009).

É evidente a preocupação para com a informação na organização e constituição da União. Tanto que a ela é reservado lugar de destaque junto aos programas básicos instituidores, que podem ser comparados a princípios fundamentais que orientam os objetivos da UE. A estrutura da União Europeia comporta seis instituições superiores: o Conselho Europeu, órgão máximo representado pelos chefes de estado, é responsável pela definição dos objetivos básicos e políticas da UE; a Comissão Europeia, o Parlamento; o Conselho de Ministros; o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas. Destas instituições superiores derivam uma série de órgãos consultivos e auxiliares para o exercício das competências Comunitárias, como o Banco Central Europeu, os comitês específicos e as agências especializadas. Este quadro organizacional indica a complexidade e variedade das informações geradas diariamente pela comunidade europeia. É neste universo que os centros de documentação e informação se inserem.

Como a informação se encontra organizada? E qual o seu principal objetivo? Os cidadãos europeus têm, dentre suas garantias fundamentais, o direito a serem informados sobre todas as ações da UE e de como elas afetam a sua vida, seja em seus países de origem ou em qualquer um Estado membro onde se encontre. Cabe à UE cumprir o dever de informar e, não só informar, mas também de ouvir os seus cidadãos e respeitar as suas opiniões. Ao que tudo indica, estes deveres-funções são levados muito a sério, se verificarmos a engenharia da rede de informação da comunidade europeia, posta a disposição do cidadão europeu e das instituições internas e externas ao Bloco. A rede de informação está expandida ainda para países terceiros, em atenção aos objetivos básicos anteriormente referidos, que incluem a ajuda humanitária e a cooperação com países em desenvolvimento.

Na Europa costuma-se dizer que “são três os serviços que constituem o ABC da comunicação e do diálogo” com a União Européia. Lembramos ao leitor que partimos do ponto da unificação ocorrida em 1993, quando as tecnologias da informação eletrônica já estavam consolidadas, principalmente a Internet. Nossa vinculação oficial com a UE ocorre neste período. As fontes de informações hoje disponíveis a partir da UE para todo o mundo se constituem de serviços. Em primeiro lugar o serviço básico é o portal da União Européia na Internet, localizado no domínio (*europa.eu.*). É classificado como um balcão único, um repositório de informações e notícias que foi formatado para atender a todos os tipos de público. Nele podemos encontrar todo o tipo de informação em diversos meios: textos, vídeos, fotos, estatísticas, além de fóruns de debates e salas de “bate-papo”. O portal tem capacidade para atender desde as demandas por informações básicas até as mais pormenorizadas, de domínios políticos institucionais, documentos de projetos e demais produções das instituições. Em segundo lugar, estão os Centros de Contato do *Europe Direct*, criado em 2000, serviço de informação e apoio ao cidadão da comunidade que pode ser acessado por meio de uma linha telefônica gratuita a partir de qualquer ponto da Europa integrada, em todas as línguas da comunidade. Estes centros prestam os seguintes serviços: informação de base sobre a UE; respostas práticas a perguntas específicas sobre centenas de temas tais como segurança social, mobilidade para o trabalho e estudo, reconhecimento de habilitação profissional, dentre outras. Nos casos em que há necessidade de aprofundamento, o *Europe Direct* oferece as coordenadas de contato direto com serviços e organismos especializados. Também são responsáveis por serviço de aconselhamento para resolução de problemas práticos no exercício de direitos de cidadão. Para as pessoas que não têm acesso à Internet, oferece o serviço postal gratuito de envio de determinadas publicações oficiais. O terceiro serviço é o chamado *Team Europe*, grupo de “conferencistas” indepen-

dentes da Comissão Européia. Trata-se de uma equipe constituída por advogados, consultores, professores universitários etc. que abrange todos os domínios de atividade da União e todas as línguas de trabalho. Os seus membros são recrutados pelas Representações da Comissão nos Estados Membros. O serviço está voltado para questões mais complexas que exigem um tratamento mais aprofundado. Para fazermos uma analogia poderíamos indicá-los como grupo de consultoria, cujas informações prestadas se revestem de oficialidade, pois o grupo é acreditado pela Comissão Européia. Em quarto lugar, apresentamos a rede de Centros de Informação Locais, também da rede *Europe Direct*, existentes em todos os países membros. A tarefa destes centros é a de intermediar o contato entre os cidadãos e a UE a partir da perspectiva da localidade em que se encontram. A principal característica destes centros é situar o problema apresentado no contexto local ou quotidiano. As consultas podem ser presenciais ou por intermédio da linha telefônica, também local. Geralmente estão bem localizados com fácil acesso e os endereços constam do portal do serviço (*europedirect.europa.eu*). Neste ponto gostaríamos de ressaltar a eficiência dos centros locais que por suas características de concentração espacial estão muito próximos do seu público e de suas carências mais imediatas. Um exemplo que merece relevo é o do Centro de Informação da cidade francesa de Dunquerque, relatado no portal *europa.eu*.

Nathalie Legros-Bécuwe, responsável pelo Centro de Informação *Europe Direct* na cidade francesa de Dunquerque, encara pró-activamente as suas funções. A pensar nos jovens, o centro participa activamente em debates sobre a criação de um serviço voluntário europeu destinado a ajudar os jovens qualificados a participar em projetos de desenvolvimento no estrangeiro. Dado que o centro está situado na proximidade da Bélgica neerlandófona, e com a Inglaterra do outro lado do canal da Mancha, a aprendizagem de línguas é outro grande tema. Para dar visibilidade ao centro de informação, Nathalie

Legros-Bécuwe tem um espaço mensal na televisão local e a sua ação é frequentemente noticiada na imprensa local. O centro é igualmente um local de escuta e transmite as observações e preocupações dos cidadãos locais à Comissão Europeia em Bruxelas. “Acreditamos que as informações que temos recolhido serão muito úteis”, conclui Nathalie Legros-Bécuwe². .

Esta é a verdadeira intenção ou objetivo da rede de informações. Aproximar a UE do quotidiano dos cidadãos comunitários, auxiliando na construção e consolidação de uma noção de cidadania europeia. A referência citada acima é apenas um exemplo dos muitos que fazem com que a engenharia da rede seja revista e aprimorada, pois há um grande incentivo às iniciativas criadoras. Existem outras vias para obter informação e se comunicar com as instituições da UE. As representações da Comissão Europeia estão presentes em todos os Estados membros. Há redes de informação especializadas dirigidas a públicos específicos como os Euro-info-centros para as empresas e o Eurodesks para os jovens. Outra fonte de informação são as organizações nacionais que também se ocupam das questões comunitárias, como o exemplo da Fundação Jacques Delors de Lisboa – Portugal, que mantém o Centro de Informação Europeia de mesmo nome, vinculado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o qual ocupa uma posição de vanguarda neste campo. Além das fontes já citadas, também podemos indicar as Organizações não Governamentais (ONGs) atuantes neste particular e as associações locais de consumidores, dentre outras. Tratando-se de uma organização democrático-representativa, sempre há a possibilidade de acesso direto aos parlamentares comunitários e aos parlamentares nacionais, que são também participantes do processo decisório das políticas comunitárias. Por fim, chegamos à estrutura dos centros de documentação europeia, existentes em todos os países da UE. São mais de 500 centros espalhados por toda a Europa

2 Disponível em: <<http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwhom0.inicio>>. Acesso em 16/07/2009

Ocidental, geralmente estabelecidos em universidades, instituições de pesquisa ou bibliotecas públicas. Estes centros têm como função principal dar assistência aos estabelecimentos de ensino superior e de pesquisa que desenvolvem o ensino e a pesquisa sobre temas europeus, mas também contribuem para divulgar a União Européia e as suas políticas dirigidas aos cidadãos.

As redes de informação da UE sofreram uma grande mudança em 2005, quando o projeto de Constituição Européia foi rejeitado pelos eleitores da França e dos Países Baixos. A Comissão Européia tomou medidas no sentido de melhorar os canais de informação e comunicação entre a UE e os cidadãos. Foi adotado então o chamado “Plano D para a democracia, o diálogo e o debate.” O objetivo: criar novos canais de comunicação que sensibilizassem os cidadãos sobre o direito de ser informado de todas as decisões e projetos no âmbito da UE. Inúmeras ações surgiram nesse período e algumas delas merecem ser apontadas. A própria vice-presidente da Comissão Européia, responsável pela comunicação e informação, Margot Wallström, criou um canal de comunicação direta com o cidadão, na verdade um “Blogue”, no qual responde e debate temas relativos à comunidade, diariamente, em tempo real. Também foi criado o portal Debate Europe no âmbito do plano D, que serve para incentivar o diálogo entre os cidadãos.

O CDE DA UFRJ: HISTÓRICO, RECONHECIMENTO E ATUALIZAÇÃO

Como verificamos o Centro de Documentação Européia criado na UFRJ faz parte de uma complexa rede estabelecida pela Comissão, para alcançar o objetivo de consolidar a noção de cidadania comum, suas implicações nas mais variadas esferas de conhecimento e nas relações entre as pessoas, instituições e mesmo entre os Estados membros. Uma vez que este processo representou uma grande mudança para a Comunidade Internacional, a experiência da integração, entretan-

to, não ficou restrita somente ao espaço territorial da Europa Ocidental. Em um segundo momento, as políticas comuns da UE ampliaram a rede, conferindo aos países em desenvolvimento a possibilidade de interação direta com as instituições produtoras da informação oficial; isto com o intuito de disseminar as novas práticas internacionais, bem como permitir a instrumentação de projetos de pesquisa e ensino com documentação confiável e relevante para o conhecimento relativo ao fenômeno da integração regional. Este plano de divulgação para fora da comunidade visa restabelecer a primazia científica, educacional e cultural da Europa, de certa forma mitigada pela atividade dos países do norte do Continente Americano (Estados Unidos e Canadá). Mais uma vez a informação assume papel de destaque no alcance deste objetivo.

Passada mais de uma década de atividade, o Centro de Documentação do PEE foi convertido no Centro de Documentação Européia da UFRJ. Em 21 de agosto de 1995, após uma visita de inspeção e demorada avaliação do extenso relatório que foi entregue ao Embaixador da União Européia no Brasil, dando conta de todo o trabalho realizado pelo CDE até então, o Reitor da UFRJ recebeu a carta de reconhecimento do Centro na forma de uma convenção de cooperação internacional. A partir daquele momento, o CDE tornou-se o primeiro depositário oficial de toda a documentação da União Européia no Brasil e também o primeiro centro qualificado como “completo” (recebe material que abrange as áreas: política, sociedade, economia, direito, negócios, agricultura, etc) para toda a América Latina. Atualmente, somos o único Centro de Documentação Européia, completo, existente no país; contudo, alguns centros, referenciais (centros com documentação básica provedores de informação), são relacionados em sete Estados da Federação brasileira, segundo fontes publicadas pela Delegação da Comissão Européia no Brasil. São eles: Bahia – Superintendência de Estudos Sociais da Bahia; São Paulo – Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito; Rio de Janeiro

– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Minas Gerais – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito; Amazonas – Universidade da Amazônia e Rio Grande do Sul – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao longo do tempo, o CDE reuniu um acervo de mais de 40.000 documentos relativos ao processo de integração da Europa Ocidental (suas relações internacionais, a reconvenção econômica nos países do leste europeu, o processo de ampliação/alargamento da comunidade e as políticas comunitárias da UE) e também da integração da América Latina, principalmente sobre o MERCOSUL. O acervo é constituído por publicações oficiais da Comunidade Européia, entre elas monografias, periódicos, material de divulgação, legislação e jurisprudência, relatórios, estatísticas, pareceres, documentos conjunturais, comunicações oficiais e material especial (de áudio e vídeo). Como contribuição original do CDE/UFRJ, podemos destacar as pesquisas realizadas pelo Programa e que estão nos arquivos do PEE (em breve, estarão disponíveis na coleção do Centro, assim que sejam digitalizadas). Atas de seminários, conferências e reuniões nacionais e internacionais; uma vasta coleção de artigos indexados resultante da análise de periódicos nacionais e internacionais; um arquivo de recortes de jornais que reúne não só artigos sobre a Europa, mas também informações sobre os demais continentes como Ásia e África, organizações internacionais, MERCOSUL e demais comunidades latino americanas. Uma coleção de periódicos de cerca de 400 títulos dentre eles publicações oficiais da CE e revistas nacionais e estrangeiras. Em 2008, o Centro passou a oferecer alguns serviços de informações dirigidas ao ambiente acadêmico utilizando-se como meio a rede Internet e a própria rede de informação da UE (áudio-visual, documentos digitais).

Até 2007, o CDE estava vinculado à Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos, biblioteca do IFCS. A partir de então, apoiado pela Coordenação do PEE, o Centro passou a ser uma unidade de informação dentre as inúmeras existentes na UFRJ,

porém, com forte vinculação temática com o Programa de Estudos Europeus. No mesmo ano, foi realizada a atualização do acervo na Base de Dados referenciais da Universidade o que permitiu inserir os documentos oficiais recebidos, em papel, entre 2002 e 2007. Nossas atividades documentais estão voltadas para cumprir as novas recomendações da Comissão, que passou a distribuir os documentos no formato digital. Esta atividade está em curso, mas podemos adiantar que mais de 500 documentos oficiais em formato digital foram incluídos na Base Minerva do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ. Além disso, o Centro mantém um serviço de observatório que trata de compilar artigos nacionais e internacionais sobre temas específicos. Neste serviço, foram referenciados mais de 1.600 artigos de periódicos. No mais, como forma de divulgar o serviço de áudio visual da Comissão, o Centro criou a sua *web-tv* na qual reunimos mais de 100 títulos de vídeos da UE.

No mesmo período, o CDE recebeu a visita de delegações da Comissão Européia a pretexto de avaliar o trabalho desenvolvido e as condições de funcionamento do Centro. Foram duas visitas: uma em 2007 e outra em 2008. A avaliação resultou na ratificação de nossa qualidade de centro oficial e no convite para integrarmos a nova rede de centros de informação idealizada pela Comissão Européia. Novamente a Reitoria, agora sob a gestão do Professor Dr. Aloísio Teixeira recebeu uma nova convenção, ratificando a cooperação existente, e propondo a modificação de nosso formato do centro de documentação para centro de informação de acordo com as novas diretrizes da rede da Comissão. Em fevereiro de 2008 foi enviado à delegação em Brasília o documento aprovado pelo Conselho Universitário (órgão colegiado máximo da UFRJ) e assinado pelo Reitor. A convenção foi encaminhada para a Delegação da Comissão em Brasília que, por sua vez, a enviou para Bruxelas. A confirmação de nossa qualificação nos traz a certeza de que nossas atividades, até aqui desenvolvidas, estão de acordo com os exigentes padrões da pesquisa acadêmica e

com as recomendações da Comissão Européia. Evidentemente a nova convenção mudará a estrutura e o funcionamento do Centro. Às atividades de documentação serão acrescidas as de informação e formação, uma vez que os novos centros terão competência para criar eventos e cursos para o fim de divulgação do conhecimento adquirido sobre o fenômeno da integração. Nossos planos estão sendo revistos e nossas atividades ampliadas com vistas a fortalecer nossa coleção e atividades, enfocando o processo de integração latino-americano, o MERCOSUL e as demais comunidades de nações existentes em nosso continente. Pretendemos estabelecer relações mais próximas com os diversos núcleos acadêmicos dentro e fora da UFRJ, cujas áreas de interesse possamos atender e reforçar nossa posição de intermediários entre a Universidade e os agentes de cooperação da União Européia, resguardando a autonomia e independência dos estudos acadêmicos sem, no entanto, abandonar as possibilidades da integração entre a academia e sociedade civil.

CIE UMA PROPOSTA DE FUTURO

Pretendemos nos próximos anos dar continuidade às nossas conquistas e consolidar as transformações necessárias para que o Centro seja um reflexo não só das novas recomendações da Rede de Informações a qual estamos ligados, mas também das expectativas acadêmicas das gerações futuras. Para tanto, ampliaremos nossas competências substanciais, buscando atender aos demais programas, cursos e disciplinas de áreas interligadas aos estudos internacionais, da integração latino-americana e demais fenômenos políticos e sociais que venham a tangenciar nossa matéria principal. As condições para que isto ocorra encontram-se estabelecidas: primeiramente pela forte relação de cooperação que a UFRJ tem com as instituições européias de ensino nos mais diversos ramos; em segundo lugar pela visível intensificação das políticas de cooperação entre o Brasil e a União Européia, principalmente nos dois mandatos do atu-

al governo brasileiro e finalmente, pelo reconhecimento do nosso Centro como uma janela de acesso para os programas cooperativos da UE, especialmente no que tange à área educacional e científica.

Internamente há condições bastante favoráveis, uma vez que o apoio das gestões superiores da UFRJ passadas e presente, incentiva nosso desenvolvimento contínuo, fato importante para a consolidação de qualquer organismo de informação. A interação entre o ensino, pesquisa e extensão deverão ser intensificadas, consubstanciadas pelo crescimento de nossas qualificações técnicas e relacionais com o intuito de contribuir com todos os setores da Universidade e da comunidade científica (nacional e internacional) que atuem em nossa área temática. Este compromisso encontra-se firmado nas convenções instituidoras do Centro e nos programas diretores da UFRJ. Cabe ressaltar que nossa instituição e as demais instituições de ensino superior no Brasil têm uma grande oportunidade de transferir conhecimento com as novas diretrizes adotadas para o ensino superior europeu após a Declaração de Bolonha. Os europeus, com larga experiência na formação de doutores, pouco se desenvolveram no que diz respeito à formação de mestres. Assim, abre-se neste momento uma importante possibilidade de trocas de experiência para a qual o Brasil encontra-se muito bem preparado. Neste contexto, a UFRJ, especialmente, poderá contribuir a partir da excelência consolidada de seus Programas de Mestrado e, ao mesmo tempo, contribuir para que nossa experiência na formação de doutores possa crescer como requer a posição do Brasil na comunidade internacional.

REFERÊNCIAS

- CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPÉIA JACQUES DELORS. *EUROCID*: portal da União Européia na língua portuguesa. Lisboa: CIEJD, 2009. Disponível em: <www.eurocid.pt/>. Acesso em: 16/07/2009.
- CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPÉIA JACQUES DELORS. *EUROCID – REDE DE INFORMAÇÃO AOS CIDADÃOS*. *Actualidade da União Européia*. Lisboa: Centro de Informação Jacques Delors. 2009.
- CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPÉIA JACQUES DELORS. *EUROCID – REDE DE INFORMAÇÃO AOS CIDADÃOS*. *Europa: a UE em um ápice – A Europa em 12 lições*. Disponível em: <http://europa.eu/abc/history/index_pt.htm>. Acesso em: 16/07/2009.
- CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPÉIA JACQUES DELORS. *EUROCID – REDE DE INFORMAÇÃO AOS CIDADÃOS*. *Europa: a UE em um ápice – a história da União Européia*. Disponível em: <http://europa.eu/abc/history/index_pt.htm>. Acesso em: 16/07/2009.
- CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPÉIA JACQUES DELORS. *EUROCID – REDE DE INFORMAÇÃO AOS CIDADÃOS*. *Europa: a UE em um ápice – panorama da União Européia*. Disponível em: <http://europa.eu/abc/history/index_pt.htm>. Acesso em: 16/07/2009.
- CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPÉIA JACQUES DELORS. *EUROCID – REDE DE INFORMAÇÃO AOS CIDADÃOS*. *Europa: Press Releases*. Disponível em: <www.eurocid.pt/>. Acesso em: 16/07/2009.
- CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPÉIA JACQUES DELORS. *EURODIRECT: Centro De Contacto Europe Direct*. Lisboa: Centro de Informação Européia Jacques Delors, 2009.
- COMISSÃO EUROPÉIA. Tratados. Ato único europeu. *Jornal Oficial das Comunidades Européias*. Luxemburgo, n. L 169/1, 29 de jun. 1987. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_singleact_pt.htm>. Acesso em: 16/07/2009.
- COMISSÃO EUROPÉIA. Direção Geral da Comunicação. *Em contato com a Europa*. Bruxelas: EU/CE, 2006. Mimeo
- COOPERAÇÃO União Européia – BRASIL. Brasília: Agência Globo. 200-. (Cooperação Social, n. 35).
- DELEGAÇÃO DA COMISSÃO EUROPÉIA NO BRASIL. *Centros de referência e documentação europeus no Brasil*. Brasília: DELBRA, 2009.

EUROPEAN COMMISSION. [Portal oficial da União Européia]. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/>>. Acesso em: 16/07/2009.

PATRÍCIO, RAQUEL. *A teoria das relações internacionais e as teorias da integração europeia*. Portugal. Bloguer Mestrado Europa. 2006. Disponível em: <http://euroiscsp.blogspot.com/2006_12_01_archive.html>. Acesso em: maio 2009.

MENDOZA, Soria; TURBAY, Alfonso e; ZAFRA, Wilma. *Marco jurídico de la Unión Europea*. Santafé, Bogotá: Universidade Externado de Colombia. Facultad de Finanzas Gobierno e Relaciones Internacionales, 1999. (Coleccion PRE-textos)

TREIN, FRANKLIN. Relações Internacionais: uma introdução ao seu estudo. In: *Sinais Sociais*. Rio de Janeiro: SESC, 2009. Ano 3, n.9, p.76-113, jan./abr., 2009.

_____. *Histórico do PEE/CDE*. Rio de Janeiro: IFCS/PEE/CDE, 199?

_____. *Centro de Documentação Europeia – CDE*. Rio de Janeiro: IFCS/PEE, 199?

_____. *Uma Idéia de Europa*. Rio de Janeiro: IFCS/PEE/CDE, 199?

_____. *Programa de Estudos Europeus. PEE*. Rio de Janeiro: IFCS/PEE/CDE, 199?

_____. *A União Européia*. Rio de Janeiro: IFCS/PEE/CDE, 199? 4f.

UNIÃO EUROPÉIA. Tratados. *Versão compilada do tratado que institui a comunidade europeia*. CELEX. Disponível em: <www.eurocid.pt/>. Acesso em: 16/07/2009.

UNIÃO EUROPÉIA. Tratados. *Declaração de Bolonha*. Disponível em: <www.eurocid.pt/>. Acesso em: 16/07/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Centro de Informação Européia. *Observatório CIE Brasil: textos históricos The Times*. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~cie>>. Acesso em: 04/08/2009.

MEMÓRIA, DISCURSOS E INSTITUIÇÃO: ENTRE CAMINHOS E FRONTEIRAS

Antonio José Barbosa de Oliveira ¹

Evelyn Goyannes Dill Orrico ²

Com este trabalho pretendemos contribuir para o aprofundamento das reflexões sobre o complexo processo de estruturação da instituição universitária em nosso país, pela observação de alguns aspectos constitutivos da Universidade do Brasil (UB), antecessora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criada em 1937, pela Lei federal nº 452. Em sua gênese, pretendia o governo federal que a UB se configurasse como referência às *instituições existentes ou que viessem a existir*, o que já nos sinaliza a complexidade de forças convergentes e divergentes que atuaram neste processo. Focaremos nossas reflexões sobre os conceitos de memória social e instituição, de forma a percebermos como os discursos institucionais produzem os sentidos, que, por sua vez, evocam determinadas formas de lembrar que constroem, paulatinamente, uma determinada identidade institucional ligada aos sentidos pretendidos por grupos no decorrer de um determinado processo histórico.

1 Professor Assistente do Curso de Biblioteconomia e Gestão de unidades Informação da UFRJ. Doutorando em Memória Social pela UniRio. Mestre em História Comparada pelo IFCS / UFRJ.

2 Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UniRio. Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

UM BREVE HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (URJ) E DA UNIVERSIDADE DO BRASIL (UB)

Acreditamos que a percepção dos mecanismos de criação e consolidação das instituições de ensino superior no Brasil é um aspecto importante para maior entendimento dos papéis que historicamente foram atribuídos às nossas universidades, de suas dinâmicas de funcionamento e também de suas contradições, disputas e antagonismos internos; suas características constitutivas que definem suas formações, bem como das relações de poderes entre diversos grupos que se formam em seu interior, que definem, muitas vezes, sua própria trajetória histórica.

A criação de universidades é uma ocorrência tardia na história do Brasil. Durante todo o período colonial, Portugal proibiu a existência de instituições de ensino superior em suas possessões coloniais, salvo algumas escolas dirigidas principalmente pelos jesuítas, de caráter propedêutico às universidades portuguesas, sobretudo a de Coimbra, que recebia boa parte dos filhos dos “homens bons”, nossa elite colonial. No contexto das invasões napoleônicas, o Estado português migra para o Brasil, colocando-se, assim, de forma mais acentuada e urgente a necessidade de formação de pessoal com estudos superiores na colônia, logo elevada à categoria de Reino-Unido. Mesmo aí privilegiou-se o ensino profissional e desta forma, ao invés da criação de universidades, foram criadas escolas superiores isoladas, destinadas a formar aqueles que se encarregariam da defesa e das obras públicas (engenharia militar e civil) e da saúde e higiene (medicina). Somente após a emancipação política, já com Pedro I, foram criados os primeiros cursos de Direito.

Diversas foram as tentativas, ainda no século XIX, de criação de universidades no Império. Mas todas fracassaram. Em 1821, antes mesmo da independência, José Bonifácio propôs a criação de uma universidade em São Paulo, constituída de

três faculdades: Filosofia, Jurisprudência e Medicina. Em 1823, na Assembléia Constituinte no Rio de Janeiro, o tema foi novamente colocado em discussão, com apresentação de um projeto de lei que previa a existência de duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda, onde se ensinariam todas as ciências e belas-artes. Em 1843, foi submetido ao Parlamento projeto de fundação da Universidade de Pedro II. Em 1880, um novo projeto governamental previa a construção de um conjunto de edifícios que abrigariam a universidade, projetados por Paula Freitas. As bases do *Curatorium* da futura universidade foram lançadas com inauguração solene feita pelo próprio imperador, em 13 de janeiro de 1881. A construção do prédio teve início, mas novamente a idéia de uma universidade no Brasil seria derrotada. Com isso, o prédio acabou se transformando em sede do futuro Ministério da Agricultura, no governo republicano. Hoje sedia a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), no bairro da Urca (Rio de Janeiro).

Nas vésperas da deflagração do movimento militar que derubou o governo imperial, em discurso proferido a 3 de maio de 1889, D. Pedro II afirmava que

entre as exigências da instrução pública, sobresahe a criação [sic] de escolas technicas adaptadas às condições e conveniências locais [sic], a de duas universidades, uma ao sul e outra ao norte do Império, para centros do organismo scientifico e proveitosa emulação, de onde partirá o impulso vigoroso e harmônico de que tanto carece o ensino.(LOBO, 1980).

Vieram dos positivistas republicanos, ferrenhos opositores do regime monárquico (e de tudo o que se relacionasse ao “Antigo Regime”, ainda herança do atraso medieval), grande parte das contestações ao estabelecimento de uma instituição universitária no Brasil. Tiveram grande influência na política educacional nos anos iniciais da República. A instituição uni-

versitária, para eles, levaria ao atrofiamento do desenvolvimento científico e à sistematização dos interesses de uma “pedantocracia” e dos “*parasitas científicos*”, a quem somente interessaria a aquisição de um diploma qualquer (LOBO, 1980). Não seria exagero afirmarmos que, em algumas situações, essa concepção perdura até nossos dias, como se pode verificar pela utilização da metáfora “torre de marfim”, referindo-se às universidades.

Por que teriam os intelectuais positivistas tamanha rejeição à idéia de criação de universidades no Brasil? Alguns argumentos de Teixeira Mendes (apud LOBO, 1980), em seu Manifesto de 1882 e posteriormente em seu livro “A universidade”, publicado em 1903, podem nos sinalizar para as possíveis causas: segundo Mendes, a instituição universitária teria surgido nos tempos das “trevas medievais”; desenvolvera-se depois sob a proteção dos déspotas e de suas monarquias absolutistas e além do mais as universidades já eram consideradas instituições retrógradas em boa parte do ocidente.

Diversas são as vertentes explicativas para a rejeição, em nossa história, à instalação da instituição universitária no Brasil. Alguns estudiosos atribuem o fato ao atraso de nossas elites, tanto imperial quanto republicana; outros sinalizam para o atraso da própria instituição universitária durante os séculos XVIII e XIX, e, desta forma, a recusa à criação destas instituições no país não é vista de forma negativa. Uma abordagem mais ampla e contextualizada pode ser encontrada nas explicações de Fausto Castilho (2008), ao analisar o processo constitutivo da Universidade Estadual de Campinas. Nessa obra, o autor remete-nos ao período pombalino, em Portugal, para percebermos as relações estabelecidas naquele país entre a instituição universitária, o Estado Português e a Igreja Católica, representada, no campo educacional, principalmente pela Companhia de Jesus. A forte ligação entre Estado e Igreja dava às universidades portuguesas, sobretudo a de Coimbra, uma feição conservadora, muito mais ligada à Escolástica do que ao pensamento “científico” que se

ampliava durante os séculos XVII e XVIII. Era uma instituição de ensino e não de estudo, o que a caracterizava como propagadora de conhecimentos já sistematizados e aceitos pela ortodoxia católica, em detrimento da busca de novas formas de saberes. Daí seu caráter conservador e a tentativa do Marquês de Pombal, durante a fase do Despotismo Esclarecido em Portugal, em reformá-la e modernizá-la. Desta forma, a reação negativa à criação da instituição universitária em nosso país poderia ter duplo sentido: aqueles que a consideram ultrapassada e retrógrada, mas também os que a consideravam perigosa, subversiva à herança de uma ordem estabelecida pelo arcaísmo católico-português transplantado para o Brasil. O termo universidade “não nomeia um só, mas dois tipos de instituição: de um lado, a universidade medieval, também dita tradicional; de outro lado, a universidade moderna, cujo conceito só é descoberto no início do século XIX, depois, portanto, do período pombalino”. (CASTILHO. 2008, p.23). Castilho defende a hipótese de que é preciso o conhecimento do contexto sócio-político em Portugal para entendermos as políticas educacionais que serão implementadas (ou as tentativas de implementação), já que surtirão efeitos imediatos no Brasil, sobretudo a partir da vinda da Família Real, em 1808.

A primeira universidade no Brasil foi criada em 1912; a Universidade do Paraná, localizada em Curitiba. Não era vinculada ao Governo Federal. Somente em 1915, no governo de Wenceslau Braz, através da Reforma Carlos Maximiliano, que estabeleceu o exame vestibular nas faculdades e escolas isoladas federais, foi criado dispositivo legal para a estruturação da futura Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada em 7 de setembro de 1920, pelo Decreto 14.343, com a união das Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia. Mas a URJ era uma universidade artificial, já que as faculdades continuaram separadas, em diversos pontos da cidade. Além da precariedade das instalações, o primeiro reitor, Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão, advertia que a universidade criada era apenas

lei vigente; estava criada apenas *in nomine* e longe de satisfazer suas funções de estímulo à cultura e às ciências. Constituída pela agregação das três faculdades pré-existentes, nem ao menos tinham a sua localização comum ou próxima, vivendo apartadas e alheias umas das outras (OLIVEIRA, 2005, p.17). Entretanto, apesar desta problemática constitutiva, a criação da URJ teve o mérito de reavivar e intensificar o debate em torno do problema universitário no país. Tal debate, na década de 1920, adquiriu expressão graças à atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE, criada em 1924) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC, criada em 1916).

A partir dos anos de 1930, no contexto das novas políticas adotadas pelo Governo Provisório de Vargas, colocou-se, de forma cada vez mais acentuada, a necessidade da viabilização das condições estruturais adequadas ao ensino superior, materializadas no ideal de *campus universitário*, ou de uma *cidade universitária*³, quando Gustavo Capanema estava à frente do recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). Destinava-se a cidade universitária a ser um centro de convivência planejada para promover o desenvolvimento do ensino e da pesquisa. Para tal, o próprio Ministro Capanema instituiu, em 1935, uma Comissão de Professores encarregada de elaborar o plano de organização da “Universidade padrão dos institutos universitários brasileiros” (OLIVEIRA, 2005, p.57). Na ata de sessão da instalação da comissão, já podemos observar as preocupações referentes à estruturação da “universidade modelo”, bem como das características centrais da instituição universitária a se consolidar:

3 Não entraremos nas discussões sobre as diferenças constitutivas entre *campus* e *cidade universitária*, que aparecem como sinônimos em diversos textos. Mas consideramos elucidativa a diferenciação apontada por Castilho, ao analisar o processo constitutivo da UNICAMP: “o *campus* ocupa uma área circunscrita no interior da cidade universitária. Ele abriga as unidades que têm função definitiva para a universidade. Assim sendo, a finalidade precípua do *campus* consiste em possibilitar a constituição de uma comunidade de trabalho na pesquisa e no ensino, a partir precisamente das unidades que desenvolvem a pesquisa fundamental” (CASTILHO, 2008, p.131).

o conceito de universidade, no momento presente, perdeu o sentido tradicional, mas não tomou, ainda, um sentido positivo e definitivo. Em meio desse desencontro de conceitos, é preciso que firmemos, ainda que provisoriamente, o conceito que nos convém: o que devemos definir como universidade, o que devemos nela incluir, o que devemos nela excluir. Feito esse conceito de universidade, no seu mais amplo sentido, a Comissão entrará a planejar a universidade, a localizá-la [sic], a fazer o programa de sua estrutura completa. A Universidade a organizar deve ser completa no sentido de abranger tudo quanto uma Universidade possa conter. Admitte [o Presidente] a hipótese de que, pelo Brasil afora numerosas Universidades se façam menos perfeitas e sejam Universidades. [...] Mas a Universidade Central, a que quer ser a primeira na qualidade e o espelho das demais, precisa abranger tudo quanto deve entrar na estrutura universitária. [sic] (OLIVEIRA, 2005, p.59)

Em nossas reflexões sobre o processo constitutivo da UB, sobretudo a partir da problemática dos lugares a ser construída sua cidade universitária, partimos do pressuposto de que este território se coloca como uma forma que viabilizaria determinadas funções. Desta maneira, o que estava em jogo, mais do que simplesmente a definição de uma localização, era a disputa por um *modelo* de instituição a se materializar no país. Todo empreendimento que se desenrola num presente é também uma aposta no futuro. Ao nos determos sobre as questões que envolvem o processo de constituição da universidade, acreditamos também que

uma instituição se apóia em antecedentes e projeta-se em conseqüentes, ao passo que um edifício descansa sobre fundações que são próprias dele, exclusivamente suas. Não cabe, pois, comparar fundamentos e fundações. Os alicerces são um dado do edifício, os fundamentos jamais se dão ou se darão da mesma maneira. É que os pressu-

postos de uma instituição raramente são exclusivos dela: em regra, exorbitam e muito dos limites determinados por suas condições de existência. Quanto mais significativa uma instituição, menos claro é o laço que a prende a seus supostos. De sorte que, para pensar uma instituição a partir de seus princípios, é necessário buscar-lhe não apenas os antecedentes próximos mas, de igual modo e sobretudo, seus antecedentes remotos. Estes, na eventualidade de que ainda sejam efetivos, isto é, operantes (CASTILHO, 2008, p.20).

A Lei 452, de 5 de julho de 1937, ao instituir a Universidade do Brasil (UB) incorpora a ela diversas unidades de ensino já existentes no Distrito Federal, reforçando a intenção de viabilização de uma instituição totalizante das áreas de saberes, destinada à formação de elites condutoras do país. Desta forma, além do caráter *elitista*⁴, esta instituição se caracterizava, já na origem, pelo seu *gigantismo*⁵, *fragmentação* e pela *incorporação* (e não criação progressiva) de institutos e escolas, o que dificultou, certamente, a viabilização de políticas conjuntas, já que os poderes locais das escolas e institutos, solidamente constituídos ao longo dos anos anteriores, constantemente demarcavam suas áreas de influências e interesses específicos. É importante ressaltarmos que este modelo constitutivo de universidades, pela incorporação de escolas e faculdades pré-existentes, públicas ou privadas, acabou se disseminando pelo país, a partir das sucessivas criações de outras universidades federais, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1950.

4 Para a UB deveriam ser recrutados os melhores estudantes de todo o país, por critérios rigorosos de seleção. Para “a grande massa de estudantes do Rio de Janeiro, candidatos à matrícula nos cursos superiores existem, e devem cada vez mais existir, estabelecimentos locais diversos.” (SCHWARTZMAN. S.; BOMENY, H.; COSTA, V., 2000, p.224-225).

5 Art. 3º da Lei 452: “A Universidade do Brasil manterá todos os cursos superiores que forem previstos em lei.”

INSTITUIÇÃO, GRUPOS E PODERES

Segundo Lakatos (1982, p113), como agenciamento coletivo, as instituições teriam como características básicas:

- I. A satisfação das necessidades locais;
- II. Permanência relativa dos padrões, papéis e das relações entre os indivíduos;
- III. Seriam estruturadas pela coesão entre os componentes, em virtude de combinações estruturais de padrão e comportamento;
- IV. Ao se diferenciar das demais, confere a si mesma uma característica de unidade; e
- V. Possuem códigos de conduta.

Para THIESEN (1997, p.82), uma instituição é sempre obra coletiva, criação social, cultural, um acontecimento. Sua construção é historicamente percebida e seu processo instituinte se dá pela viabilização de mecanismos de controle social,

estabelecendo regras e padrões de conduta que venham a garantir seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedecem a uma certa regularidade. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção de manutenção dessa ordem (grifos meus).

Além destas características, ainda devemos considerar, a partir de KOENING (1975, p.91-92) que as instituições servem como *meio de satisfação de necessidades sentidas pela sociedade da qual fazem parte*. Dito de outra forma: nenhuma instituição surge sem que uma coletividade sinta, anteriormente à sua existência, uma necessidade a ser suprida. Além da satisfação de necessidades, as instituições também servem como meios reguladores das ações dos homens. Isso é verificado, sobretudo, em relação às instituições governamentais, mas num sentido amplo, todas as instituições exercem controle sobre os meios

da sociedade, mostrando o que é permitido e o que é interdito. Para tal, as instituições não se constituem como entidades independentes, mas inter-relacionadas e inter-dependentes, a despeito das diferenças existentes. Em se tratando da constituição da Universidade do Brasil, esta necessidade sentida pode ser percebida em suas finalidades expressas no Artigo 2º da Lei 452: a formação de quadros donde se recrutem elementos destinados ao magistério bem como às altas funções da vida pública do país e o preparo de profissionais para o exercício de atividades que demandem estudos superiores.

Como meios reguladores sobre as ações de seus membros, podemos perceber, através dos artigos 29 e 30 que “os professores e alunos da Universidade do Brasil não poderão tomar oficialmente, nem coletivamente, dentro da Universidade, qualquer atitude de caráter político-partidário” e ainda, “os professores e alunos da Universidade do Brasil não poderão comparecer aos trabalhos escolares ou a quaisquer solenidades universitárias, com uniforme ou emblema de partidos políticos” (apud FÁVERO, 2000, p.258).

Diante do exposto, podemos inferir que há uma estreita ligação entre as instituições e as relações de poderes e saberes. Toda instituição procura estabelecer-se a partir da consolidação de mecanismos de repetição e da supressão de seus antagonismos internos, já que busca o equilíbrio de forças necessário à sua reprodução e perpetuação. Ao nos determos nas reflexões sobre a instituição universitária, tais relações podem ser facilmente evidenciadas.

Sabemos também como são contraditórias, por vezes antagônicas e tão próximas as relações entre esta instituição e o Estado. Entretanto, ao refletirmos sobre as relações de poderes que agem *na* e *sobre* a universidade, também devemos considerar que o exercício do poder não está circunscrito somente à esfera do Estado. Foucault (2004) já nos esclareceu que existem formas de poder diferentes do Estado, embora a ele articuladas de várias maneiras e indispensáveis à sua sustentação e eficácia. Estes

poderes se exercem em vários níveis da rede social (e institucional) e podem estar ou não ligados ao Estado, que desta forma, não se constitui como única central do poder. Na universidade, o saber constituído e transmitido também representa valores e ideais de uma determinada classe social, ou grupo constituído, que utiliza a instituição como aparelho ideológico para a transmissão de seus valores e conceitos. E não devemos nos esquecer de que a própria instituição é também originária dessa necessidade. Como o poder e o saber têm implicações mútuas, é certo considerarmos que não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber, e, conseqüentemente, todo saber instituído constitui novas relações de poder.

Espaço de múltiplos campos de saberes e poderes, a universidade configura-se como *lócus* de gestação e reprodução de ideologias em disputa por hegemonia⁶. Enquanto instituição, a universidade também cria mecanismos de controle para a construção de uma pretendida identidade institucional e assim, também confere padrões de identidade a seus membros (OLIVEIRA, 2002, p.30), *exercendo mecanismos de controle sobre a memória de seus membros*. Para tal, os leva a esquecer experiências incompatíveis com sua imagem de unidade e correção, trazendo para suas lembranças e mentes acontecimentos que apóiam uma homogeneidade que apaga as diferenças e eventos contraditórios.

Se um sujeito é um indivíduo interpelado pela ideologia (ORLANDI, 2007) é preciso analisar as filiações ideológicas a que os dirigentes das instituições (em seus diversos níveis hierárquicos) se coadunam, a fim de percebermos a natureza e opacidade de seus discursos, muitas das vezes, estabilizadores

6 Este fenômeno da conservação da validade das idéias e valores dos dominantes, mesmo quando se percebe a dominação e mesmo quando se luta contra a classe dominante mantendo sua ideologia, é o que Gramsci denomina de HEGEMONIA. Uma classe é hegemônica não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o poder do Estado (isto é, o controle jurídico, político e policial da sociedade), mas ela é hegemônica, sobretudo porque suas idéias e valores são dominantes, e mantidos pelos dominados até mesmo quando lutam contra essa dominação (CHAUÍ, 1984)

de uma memória institucional que se perpetua por gerações. Ao se unirem, mesmo que circunstancialmente, tais sujeitos constituem os *grupos* na instituição. E a percepção das características dos diversos grupos que se formam é aspecto fundamental para a própria compreensão das memórias coletivas (e institucionais) que são produzidas. Sabemos que há tantas memórias quanto grupos existam. Como OLIVEIRA (2002, p.34), entendemos o grupo como sendo fruto de uma coesão determinada por interesses comuns, cuja existência e permanência dependem do estímulo e da incitação, e não, necessariamente, do consenso. Sabemos que o processo de associação de indivíduos em grupos (como por exemplo, as diversas comissões que se instituem na universidade) não é aleatório, mas determinado por uma série de fatores que regulam o processo: “atingir um objetivo específico, é, por exemplo, um fator de coesão que determina também a organização e os procedimentos de um grupo” (OLIVEIRA, 2002, p.33).

Os trabalhos que se debruçam sobre aspectos de uma memória institucional não devem prescindir da identificação dos grupos ligados aos fatos históricos que servem de elementos para a produção, perpetuação ou transformações de memórias. A categoria “grupo” é importante já que “envolve interação regular entre seus membros e uma identidade coletiva comum. Isso significa que o grupo tem um senso de “nós” que permite que seus membros se considerem como pertencendo a uma entidade separada” (OLIVEIRA, 2002, p.34). Nesse sentido, somos levados a concluir que não existe uma homogeneidade de pensamentos, crenças e desejos numa instituição; o que existe (e precisa existir) é um equilíbrio entre forças que se opõem constantemente, estabelecendo diferentes configurações de arranjos entre os membros da instituição. Se é verdade que uma instituição é constituída de uma complexa rede de relações estabelecidas, não somente nos papéis e registros oficiais, mas (e sobretudo) através das práticas habituais, fundamentadas em valores e normas adotadas pelos sujeitos que as

constituem e nela atuam, é também sabido que a identidade compartilhada é um poderoso fator de coesão de grupos.

Tais arranjos nos ajudam a entender de forma mais abrangente e problematizadora diversos eventos que fazem parte da história institucional. Nas pesquisas que realizamos sobre a simultaneidade de construção da cidade universitária da UFRJ, na Ilha do Fundão e a incorporação do antigo Hospício de Alienados, transformado em Palácio Universitário, em finais da década de 1940, estas características podem nos auxiliar no entendimento de possíveis conflitos e contradições, sobretudo as que se referem aos papéis individuais dos sujeitos, as normas comportamentais, os interesses e valores comuns e o conteúdo intencional. Tal procedimento, se aplicado, trará aos estudos da história da instituição novas possibilidades interpretativas, a partir das análises das ações empreendidas concretamente pelos sujeitos que, historicamente, investem-se dos diversos papéis sociais característicos da instituição; suas vontades, crenças e desejos, mesmo quando não explicitados, são definidoras dos rumos tomados pela instituição, já que a consideramos como “uma estrutura relativamente permanente de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas com o objetivo de satisfazer necessidades sociais básicas” (LAKATOS, 1982, p.153).

INSTITUIÇÃO E MEMÓRIA

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta,
procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro.
Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a
libertação e não para a servidão dos homens.

Jacques Le Goff. *História e Memória*

Considerando que o conceito de memória social, além de complexo, encontra-se em constante processo de construção,

com base nas proposições apresentadas por Gondar (GONDAR; DODEBEL, 2005) podemos nortear (e embasar) nossas reflexões sobre a multiplicidade de variáveis que incidem em seu processo constitutivo: primeiramente, como campo transdisciplinar, a memória social é trabalhada por diferentes campos de saberes, numa perspectiva de atravessamento que não pretende a reunião de conteúdos, mas a produção de novos efeitos de sentidos entre os diversos saberes. O objeto transdisciplinar não se pretende um somatório; pretende-se novo. Um segundo aspecto a ser considerado é que o conceito de memória social (e institucional) é ético e político: assim, ao nos posicionarmos sobre o conceito de memória que produzimos no presente, devemos ter os olhos num determinado futuro que almejamos. O olhar para o passado nunca é neutro e, via de regra, “os discursos que almejam a imparcialidade costumam ocultar o olhar, a posição e a vontade de quem os emitem; pretendem, assim, tudo julgar sem correr o risco de serem também julgados” (idem, p.17). Em terceiro lugar, devemos considerar que a memória é uma construção processual. Como construção, ela não nos leva a uma reconstrução do passado, mas sim a “reconstruí-lo com base nas questões que formulamos, que fazemos a este passado, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados” (p.18). A idéia de processo nos remete à de *percurso*, de alteração, “mais do que aquilo que dela resulta; um movimento de tornar-se mais do que a coisa tornada” (idem). Esta idéia de processualidade nos remete ao quarto aspecto a ser considerado: a memória não se reduz à representação, já que esta apaga as relações de poderes, os conflitos que culminaram numa representação. Se a memória é um processo, o que o deflagra são as relações de desejos, as crenças, os afetos, ou seja, os jogos de força.

Mesmo que (re)constituída a partir de indivíduos, a memória sempre nos remete a uma dimensão coletiva e social e, por extensão, institucional. Outro aspecto importante em

nossas considerações é a percepção de que é sempre no contexto de *relações* que construímos nossas lembranças, mesmo que aparentemente individualizadas (HALBWACHS, 2006). A memória também tem a função de produção ou percepção de sentimentos de pertinência a passados comuns, o que, por sua vez, constitui aspecto imprescindível ao estabelecimento de identidades calcadas em experiências compartilhadas, não somente no campo histórico ou material, mas também (e sobretudo) no campo simbólico.

A evocação da memória está vinculada a um tempo presente; mesmo remetendo a uma lembrança do passado, é a necessidade de *presente* que norteia a evocação memorialística. Neste sentido é sempre pertinente a consciência dos interesses presentes que definem os trabalhos no campo da memória. Bourdieu (2001, p.37) já nos alertou para o perigo de nos tornarmos objetos dos problemas que tomamos para objeto. Ademais, concebemos que as formas de concepção do passado também são formas de ação, já que, “conceber o passado não é apenas selá-lo sob determinado significado, construir para ele uma interpretação; conceber o passado é também negociar e *disputar significados e desencadear ações*” (ALBERTI, 2004, p.33, grifo nosso).

Desta forma, as lembranças e os esquecimentos que constroem nossas instituições (e que são igualmente construídos por elas), são constantemente permeados por relações de poderes que se estabelecem entre os seus diversos grupos. Se considerarmos que o poder é também produtor de individualidades, que ele está ligado aos que detêm o saber. Os indivíduos e as instituições são produções de constantes interações entre poderes e saberes e todo conhecimento só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber. Não há saber neutro, já que todo saber é político.

Referindo-se ao olhar para o passado, nos trabalhos que têm a função de uma revisão sobre os eventos pretéritos, Mary Douglas nos sinaliza que

o espelho, caso a história o seja, distorce tanto após a revisão quanto o fazia antes. O espelho, porém, é uma pobre metáfora da memória pública. Aquele que busca a verdade histórica não está tentando obter uma imagem mais nítida de sua própria face ou até mesmo uma imagem mais lisonjeira. Remendar conscientemente e refazer são apenas uma pequena parte da moldagem do passado. Quando observamos mais de perto a construção do passado, verificamos que o processo tem muito pouco a ver com o passado e tudo a ver com o presente. As instituições criam lugares sombreados no qual nada pode ser visto e nenhuma pergunta pode ser feita. Elas fazem com que outras áreas exibam detalhes muito bem discriminados, minuciosamente examinados e ordenados. A história surge sob uma forma não-intencional, como resultado de práticas direcionadas a fins imediatos, práticos. Observar essas práticas estabelecerem princípios seletivos que iluminam certos tipos de acontecimentos e obscurecem outros significa inspecionar a ordem social agindo sobre as mentes individuais (DOUGLAS, 2007, p.75).

As instituições são formas de saber – poder, que constituem informação (e memórias) que circulam visando à sua reprodução. Certamente a seletividade está em jogo e por isso torna-se imprescindível que conheçamos, nas instituições, suas regras e funcionamento, seus critérios e suas normas. A memória da instituição, desta forma, “é um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas. O instituído e o instituinte – as duas faces da instituição – fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais (THIESEN, 1997, p.9).

Cabe também considerarmos as relações que se estabelecem entre a memória e as questões que envolvem os *acontecimentos, pessoas e lugares*. Pollak (1992) nos mostra que estes são elementos constitutivos da memória. Os acontecimentos, juntamente com as pessoas, podem ser vividos pessoalmente ou “por tabela”; marcam determinadas coletividades e, desta

forma, são constantemente referenciados. Para tal, são-lhes reservados determinados lugares especiais, particularmente ligados a uma lembrança. As memórias, individual e coletiva, sempre se fazem em algum lugar que lhes imprime uma referência e as mudanças empreendidas nestes lugares sempre acarretam mudanças na percepção da realidade e de vidas que ficarão registradas. Certeau (2002, p.77) nos lembra que os lugares (e em nosso caso específico, a instituição) permitem e interditam as produções da história, tornando possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns e, por outro lado, impossibilitando outras. As relações entre poderes definem o que será lembrado e o que deverá ser esquecido, a transformação e a naturalização do instituinte em instituído.

Memória e identidade são conceitos intrinsecamente ligados, constituindo-se, mutuamente, num processo no qual a primeira dá substrato à segunda. São valores disputados “em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992). Através de uma constante seletividade de elementos, a memória busca a legitimação do que deve prevalecer na lembrança e por isso sempre será objeto de constante disputa entre poderes. Isso também vale para a memória institucional. A memória, na qualidade de elemento de disputa entre várias organizações, quando instituída é reflexo do que podemos chamar de *enquadramento* e, ao ser instituída, efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, até que novos temas, objetos, novas interpretações, venham desestruturar-lhe, trazendo à tona outras memórias a disputar-lhe o lugar.

Nas instituições, “o discurso oficial produz determinados significados relacionados com a construção identitária da instituição em foco” (OLIVEIRA, 2002, p.38) e através dele podemos perceber a atuação dos diversos grupos implicados neste processo, bem como a relação destes com as memórias que se perpetuam ou se apagam. O discurso a que nos referimos

extrapola a noção de textos, documentos e falas. Refere-se à relação que os sujeitos estabelecem com o meio social e o processo histórico em curso. Discurso permeado pela ideologia, que se encobre muitas vezes nas retóricas e documentos institucionais.

INSTITUIÇÃO E DISCURSOS

As instituições têm a patética megalomania do computador, cuja única visão do mundo é seu próprio programa. Para nós, a esperança de uma independência intelectual está na resistência e o primeiro passo necessário na resistência está em descobrir como o controle institucional é imposto à nossa mente.

Mary Douglas – *Como as instituições pensam.*

As análises de Mary Douglas reforçam as dependências e interações entre a subjetividade dos sujeitos e das memórias individuais com as instituições às quais se vinculam e que se expressam através dos diferentes discursos:

as instituições dirigem sistematicamente a memória individual e canalizam nossas percepções para formas compatíveis com as relações que elas autorizam. Elas fixam processos que são essencialmente dinâmicos, ocultam a influência que eles exercem e suscitam emoções relativas a questões padronizadas e que alcançam um diapasão igualmente padronizado. Acrescente-se a tudo isso que as instituições revestem-se de correção e agem no sentido de que sua mútua corroboração flua por todos os níveis de nosso sistema de informação. Não é de admirar que elas nos recrutem facilmente para que nos juntemos à sua autocontemplação narcisista (DOUGLAS, 2007, p.98).

Toda palavra é carregada de um conteúdo e de um sentido ideológico, liga-se diretamente às experiências de vida de indivíduos ou de grupos e todo discurso tem a finalidade de expressar e produzir sentidos e, mais do que somente expressa

um puro pensamento, uma objetividade, configura-se como consequência de relações ideológicas. Desta forma, é imprescindível, nos estudos que envolvem os discursos institucionais, que percebamos quem são os sujeitos que enunciam, a que filiações ideológicas se alinham e o contexto no qual se inscrevem as formações discursivas. Ao observarmos os sujeitos, somos levados à noção de *estratégias discursivas*, que devem ser entendidas como “a maneira como o sujeito falante tenta se apoderar do papel que lhe convém e atribuir aos seus interlocutores os papéis que escolheu para eles” (PROST, 1996, p.321).

Devemos também conferir aos textos institucionais novas perguntas: mais do que detectarmos *o que dizem*, procurarmos identificar *o como dizem*, já que as maneiras de falar não são inocentes e “para além de sua aparente neutralidade, revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e de organizar a realidade, denominando-a” (idem). Em suma: ao tomarmos o discurso como evento ou acontecimento, somos levados às considerações sobre os “sujeitos envolvidos, o contexto no qual se inscrevem as formações ideológicas que lhe dão ordem e os elementos discursivos que são agenciados para veicular os sentidos propostos” (OLIVEIRA; ORRICO, 2005, p.80).

Já nos referimos ao trabalho de Thiesen (1997), que nos indica que as instituições são artifícios criados pelo conjunto dos indivíduos, são respostas dadas a problemas engendrados pelos grupos sociais e “assim sendo, se quisermos mudar as instituições, devemos transformar os valores que estão por trás dessas escolhas”. Quando se refere à questão dos sujeitos nas relações com as instituições, a pesquisadora se pergunta onde estariam as possíveis fronteiras entre indivíduos e instituição e até que ponto as instituições produzem e reproduzem memórias que são absorvidas pelos indivíduos que a elas se sujeitariam. É quando nos chama a atenção para um duplo erro: o primeiro, em que se reduz o papel dos indivíduos a meros receptáculos dos imperativos institucionais; e o segundo, que

caminha na direção oposta, o de acreditarmos na autonomia absoluta da ação dos indivíduos no espaço institucional.

O trabalho a que nos propomos enquanto pesquisadores da memória institucional, mais do que um interesse de *anti-quário*, pretende compreender *porque* se compreende e *como* se compreende, (idem). Um dos efeitos mais poderosos da memória instituída é o fato de nos esquecermos de que nos esquecemos, o que leva a uma naturalização de representações construídas a partir de disputas. Como instituição, a universidade também cria mecanismos de controle para a afirmação de sua identidade, conferindo percepções e padrões de conduta a seus membros. Ao exercer mecanismos de controle sobre a memória de seus membros, leva ao apagamento as experiências incompatíveis com a imagem de unidade e uniformidade que ela pretende ter de si mesma.

Estas considerações, longe de darem conta da complexidade dos trabalhos que permeiam os estudos da memória institucional, pretenderam chamar a atenção para os perigos que envolvem tais trabalhos. Não é uma simples alegoria de palavras quando dizemos que a história e a memória são construídas entre *labirintos* e *teias*. A relação entre ambas não é sempre uníssona, e não raramente, uma subverte a outra. Tal como um detetive, os que se aventuram neste caminho não trabalham com fatos puros e sim, com pistas, indícios do que foi e já não é; mas que, certamente, contribuem para a definição daquilo que hoje se apresenta aos nossos olhos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CASTILHO, Fausto. *O conceito de universidade no projeto da UNICAMP*. Campinas: Unicamp, 2008.

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 2007.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade e poder*. Brasília: Plano, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2007.
- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera; GONDAR, Jô (Org). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- KOENING, Samuel. *Elementos de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. São Paulo: Atlas, 1982.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2006.
- LOBO, Francisco Bruno. *UFRJ: subsídios à sua história*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1980.
- OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de Oliveira. *Das ilhas à cidade: a universidade visível*, 2005. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- OLIVEIRA, Carmem Irene Correia de. *Universidade do Rio de Janeiro: discurso, memória e identidade: gênese e afirmação*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- OLIVEIRA, Carmem Irene C.; ORRICO, Evelyn G. Dill. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: DODEBEI, Vera e GONDAR, Jô (Org). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 73-87.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.10, p.200-212, 1992.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.; COSTA, V. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; FGV, 2000.

THIESEN, Icléia. *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*, 1997. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

MUSEU, MEMÓRIA E GEODIVERSIDADE: O PLANETA EM CENA

Patrícia Danza Greco¹

MUSEU: LUGAR DE COISA VELHA?

É bastante comum hoje em dia encontrarmos em instituições museológicas setores educativos presentes e bem estruturados. Assim como é de praxe que esses setores promovam encontros com educadores ou cursos para professores que objetivem apresentar as atividades educativas empreendidas pela instituição, na tentativa de situar os participantes da discussão que diferencia educação formal e não formal e da necessidade de colaboração mútua entre ambas.

Nesses encontros, muitas vezes presenciamos uma conversa inicial que gira em torno do que é museu. Diante deste questionamento, o público participante, em geral, se entoeilha e hesita em responder, até que, alguns segundos depois, alguém arrisca uma resposta academicamente aceita, como a definição de museu enquanto lugar de memória e de preservação. Entretanto, sempre nos deparamos também com alguém que, sem eufemismos ou acanhamentos, verbaliza que museu é lugar de coisa velha.

Essa resposta, na maior parte das vezes, provoca risos bastante receptivos, os quais, ao que tudo indica, demonstram como é essa a frase que habita o nosso pensamento quando não somos tomados por decoro suficiente para definir instan-

1 Museóloga, coordenadora do Museu da Geodiversidade / IGEO / UFRJ. Mestre em História Social / UFF.

taneamente a palavra museu. Os estudantes, por exemplo, quando perguntados, não tardam em dizer que museu é lugar de velharia, o que nos faz pensar que, talvez, a hesitação que ocorre num primeiro momento por parte desses educadores nesses encontros seja explicada pelo tempo em que essa resposta, compreendida hoje por eles como “incorreta”, povoou suas mentes quando ainda eram crianças e adolescentes.

Contudo, o que percebemos enquanto profissionais de museus é que não há uma resposta correta. Em geral, respostas corretas ou incorretas são bastante relativas e, em se tratando desse caso, essa relativização é ainda mais acentuada. Quem pode responder se correto é o que a teoria nos diz ou o que os museus deixam transparecer para a sociedade? Quem pode dizer se os jovens não possuem maturidade suficiente para perceber que museu é muito mais do que lugar de velharia ou se são os museus que construíram essa representação no imaginário social? Quem pode afirmar, ainda, que lugar de coisa velha é necessariamente um local de exaltação do morto e não do vivo?

Por muito tempo, os museus foram lugares do silêncio, do inanimado, da imobilidade, do morto, do chato, do passado engessado. Eram templos do saber, mas que mantinham mais a exclusão do que lutavam pela inclusão. E é justamente por essa imagem sustentada pelos museus por tanto tempo que eles hoje pagam, carregando esses estigmas, contra os quais nós, da área, tanto nos rebelamos.

Entretanto, é preciso reconhecer sim que, a despeito da nossa rebeldia e indignação, essa tenha sido realmente a história dos museus por muito tempo, desde quando sua aceção estava associada ao colecionismo típico dos Gabinetes de Curiosidades. O próprio termo “museu” se disseminou nesta época, séculos XVI e XVII fundamentalmente, quando as grandes navegações proporcionaram a descoberta de novas terras e novas culturas, consideradas no mínimo “curiosas” pelos europeus. Isso fez com que os Gabinetes de Curiosidades fossem

constituídos, sobretudo, por um aglomerado de objetos e de espécimes que tentavam, regidos por um princípio enciclopédista, reunir o máximo de evidências do até então desconhecido, daquilo que era longínquo e até o momento inalcançável, sem uma preocupação sistemática de classificação ou mesmo de nomeação.

Obviamente que, com o tempo, a organização dessas coleções foi aprimorada, já que elas tornaram-se símbolos de poder, ao expressarem o conhecimento que o colecionador adquirira sobre os seus objetos, o que fez com que, a partir desse instante, os Gabinetes se tornassem centros de irradiação de um saber científico que estava sendo construído por meio do estudo dessas coleções. Isso porque estudiosos das ciências naturais começaram a produzir concretamente a ponte que já existia na simples apresentação enciclopédista das coleções, que era aquela que unia aquilo que se via e aquilo que se imaginava (POSSAS, 2005, p.152). Necessariamente, isso levou ao desenvolvimento de um processo classificatório que englobou investigação e ordenação, além da adequação do espaço a um estudo mais especializado, fazendo com que os Gabinetes de Curiosidades passassem a ser instituições de produção e divulgação de conhecimento, principalmente das ciências naturais.

Todavia, embora esse processo tenha acarretado num novo método de coleta, acondicionamento e exposição dessas coleções, isso não impediu que muitos museus continuassem, como ainda é possível ver hoje em dia, lugares do findado. É bem verdade que, para os estudiosos da época, olhar esse passado não era olhar o acabado, mas a estrada que construía uma nova ciência e, com isso, possibilidades futuras. Entretanto, a maioria, mesmo quando os museus se tornaram públicos no século XVIII, encontravam nesses espaços objetos que traziam uma leitura do passado como um dado a ser conhecido pelo simples fato de conhecer, sem maiores desdobramentos.

Por esse motivo, parece realmente inadequado pensarmos

em respostas corretas e incorretas neste caso. E, para além desse motivo, ainda é possível afirmar que os museus não só foram espaços de coisas velhas como ainda o são, alguns num sentido mais pejorativo, associado a essa origem dos museus que foi descrita, outros num sentido mais otimista de guarda da memória. A diferença entre um e outro está na compreensão da utilidade dessa memória, cuja vitalidade está na vinculação e interdependência entre as dimensões passada e futura.

Isso porque hoje nós entendemos que o museu deve se converter num espaço educativo, histórico-artístico e produtivo da comunidade. Produtivo no sentido de estar atualizado com as demandas da comunidade à qual deve servir, com o intuito de promover discussões que produzam conscientização, conhecimento e caminhos mais promissores para o futuro. Sob essa perspectiva, lutamos diariamente para libertar os museus dos estigmas que ainda o cercam, mas sem condenar os que ainda o veem dessa forma, porque sabemos que ainda temos uma longa e sinuosa trilha a ser percorrida.

Alguns progressos têm obtido grande êxito, principalmente a partir do trabalho de setores educativos bem estruturados, que vem surgindo como seções imprescindíveis em qualquer instituição museológica. Isso porque por mais que a curadoria de um projeto museográfico se esforce em utilizar conceitos e linguagens os mais adequados possíveis para o público que pretende abranger, ela sempre será mais eficiente se tiver entre o projeto e o público um educador, sensível às demandas do seu grupo e às formas de mediar conhecimentos: antigos, novos e os ainda possíveis de serem construídos.



Figura 1: visita ao Museu da Geodiversidade

Fala-se em mediação na construção de conhecimentos porque, para Jean Piaget (PIAGET, 1982), suíço responsável pela teoria da epistemologia genética, o conhecimento não está no objeto a ser conhecido, mas ele resulta da ação do sujeito sobre o objeto, que o insere num sistema de relações para conhecê-lo. Por vezes, numa exposição, apenas a presença do sujeito e do objeto não é suficiente para que haja essa ação, mas a presença de um terceiro elemento, a de um educador, é bastante promissora para que haja essa interação, por meio de questões que estimulem o sujeito a conhecer o objeto à sua frente. Piaget diz que ninguém ensina nada a ninguém. O máximo que podemos fazer é tentar desestabilizar as verdades do outro, ou seja, causar desequilíbrios cognitivos, para que no processo de construção de novas estruturas de pensamento o conhecimento se realize. É por esse motivo que setores educativos são hoje fundamentais em qualquer museu que queira deixar de ser o templo distanciado da sociedade que por muito tempo foi, para então se tornar um espaço a serviço dela. A idéia é que, a cada dia, os museus renasçam como um palco da atuação humana, tornando-se, como disse o teórico do campo da Museologia Hugues de Varine (VARINE, 1988), um banco de dados sobre objetos, um observatório de mudanças e, sobretudo, um laboratório, um local de encontro da sociedade, que oferece a ela – e com ela constrói – uma vitrine do seu presente estado com seus planos e projetos para o futuro.

Assim sendo, quando ouvimos que museus são lugares de coisas velhas num sentido depreciativo, temos que entender que essa é uma forma da sociedade dizer o que pensa realmente dessas instituições, de criticar a sua atuação e de explicitar como elas podem ser de fato úteis em sua vida. Quando soubermos escutar essas vozes, os museus deixarão de vez de ser meros depósitos de velharias para serem o que, etimologicamente, nasceram para ser: espaços sim de memória, mas que servem à criatividade humana, por meio de descobertas do presente e projeções para o futuro.

Isso porque a origem da palavra museu remonta à palavra grega *mouseion*, que remete ao *Mouseion* de Alexandria, ou seja, ao *Templo das Musas* do início do século III a.C., que visava a preservação e o conhecimento do passado pelo estudo de sua enorme coleção, sobretudo de sua biblioteca. Contudo, para teóricos como Tereza Scheiner (SCHEINER, 2005, p.90-91), a origem do termo é ainda mais interessante, não se encontrando no templo em si, mas na própria instância de manifestação das musas (*Mousàon*). E, se entendermos estas como representações do gênio criativo do Homem, ou seja, como fonte de inspiração de todo e qualquer homem, pode-se dizer que elas são, em sua essência, imateriais, materializando-se apenas sob a forma da palavra (poesia), da dança, da arte, do saber etc. Sendo assim, a origem do termo museu é totalmente imaterial, podendo então sua base conceitual ser definida como a própria espontaneidade, como o conjunto de manifestações do gênio humano no tempo e no espaço. Nas palavras de Scheiner,

[...] se o Museu não é o espaço físico das musas, mas antes o espaço de presentificação das idéias, de recreação do mundo por meio da memória, ele pode existir em todos os lugares e em todos os tempos: ele existirá onde o Homem estiver e na medida em que assim for nomeado – espaço intelectual ou espontâneo de manifestação da memória do Homem, da sua capacidade de criação. (2008, p.61)

Em suma, como dito acima, isso significa que o museu nasceu para servir à sociedade e é observando-a e escutando-a que ele será capaz de proporcionar descobertas que possam inspirar o gênio criativo humano, não apenas dos acadêmicos ou especialistas, mas da sociedade em geral, no sentido de organizar, mobilizar e canalizar seus esforços para a construção de alternativas mais humanitárias e igualitárias para o futuro.

A IMPORTÂNCIA DOS MUSEUS PARA A CONTEMPORANEIDADE

A função social do museu é hoje uma condição imprescindível para que ele possa vir a ser o espaço de encontro, discussão e luta que desejamos, é possível dizer que a definição do Comitê Internacional de Museus – ICOM (ICOM, 2001) corrobora essa visão, quando diz que “museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição”.

Simplificando um pouco essa conceituação, todo e qualquer museu, como dito anteriormente, pode ser definido como um lugar de memória, no qual evidências de um tempo passado ou presente se encontram em prol de alternativas para o futuro. Por esse motivo, o museu é atualmente – ou nos empenhamos para que ele seja – um lugar de construção de identidades, de sentidos de coletividade e de pertencimento, através dos quais o homem conscientiza-se da importância de determinados valores que carreguem em seu bojo os sentimentos de solidariedade, fraternidade e tolerância. Tais valores, como já explicitado pelas novas teorias de evolução da espécie humana, foram matrizes que regeram a cooperação entre os indivíduos, de modo a permitirem que o homem vencesse a seleção natural não pela força, mas pela capacidade de cooperar.

Infelizmente, na transição da Idade Média para os tempos modernos, as políticas econômicas, primeiramente ligadas ao mercantilismo e depois ao capitalismo, cada uma atuando nos limites de seu tempo, exaltaram, em cena, os personagens e interesses individuais em detrimento dos coletivos.

Hoje, transcorridos alguns séculos, o mundo vivencia justamente uma crise desse modelo econômico, atualmente transfigurado sob a forma do neoliberalismo, cuja falácia da autorregulação do mercado começa a abrir espaço no palco da vida para a intervenção do Estado. Como mostra a História, tempos de crise operam mudanças, sejam elas profundas ou não. Por isso, se lembrarmos que o museu valoriza os sentimentos de cooperação e de solidarização, é possível que esse seja um momento-chave de criação de espaços de memória e de fortificação dos já existentes.

Em se tratando especificamente do grande museu cujo público é a própria Humanidade, ou seja, o “Museu Terra”, talvez já estejamos na reta final de consolidação de espaços que promovam uma conscientização ambiental e humanitária de respeito à vida. Isso porque é preciso compreender que a primeira grande iniciativa de proteção ao meio ambiente ocorreu apenas em 1972, quando foi organizada a Conferência da ONU sobre “Desenvolvimento Humano e Meio Ambiente”, da qual resultou um Programa para o Meio Ambiente e uma Declaração Universal sobre o assunto. Nas palavras de Priscilla Passos,

a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 em Estocolmo, na Suécia, foi a primeira Conferência global voltada para o meio ambiente, e como tal é considerada um marco histórico político internacional, decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental, direcionando a atenção das nações para as questões ambientais. (2009, p.1)

Isso significa que séculos de exploração só possuem, como contrapartida, um pouco mais de trinta anos de preocupação com a sustentabilidade do planeta, o que gerou uma crise também do modelo de exploração dos recursos naturais.

Além disso, é preciso mencionar uma lacuna extremamente plangente que dificulta a construção de um laço mais afetivo com o planeta que provê a nossa vida: a ausência da Geologia enquanto disciplina no ensino básico. Por conta disso, parecem ser os espaços de educação não formal os locais mais apropriados para discutir e refletir sobre esse tema tão crucial para a nossa própria existência.

É bem verdade que nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Geografia (1998) é possível encontrar algumas temáticas relativas ao conhecimento geológico, como é o caso do Vulcanismo e do Tectonismo. Entretanto, na maior parte das vezes, mesmo as temáticas associadas à Geologia não possuem uma abordagem referente a esse campo do saber. O caso da água ou da organização das bacias hidrográficas e do regime dos seus rios talvez seja o mais evidente. Ademais, na própria redação do texto do PCN, em nenhum momento há qualquer menção terminológica de que muitos dos estudos que devem ser desenvolvidos em sala de aula possuem origem geológica.

No campo da Educação Ambiental, no qual talvez fosse possível encontrar uma válvula de escape para uma abordagem geológica de temas centrais no ensino básico, também são imensos os problemas encontrados. Problemas esses que mais uma vez inviabilizam a utilização do espaço de educação formal para desenvolvimento adequado de questões conceituais relativas à Geologia, as quais são de interesse comum de todos aqueles que desejam conhecer um pouco mais sobre a história do nosso planeta, sobre como utilizá-lo de forma sustentável e, principalmente, sobre a história que está por vir se não modificarmos nosso estilo de vida predatório e parasitário em relação à Terra.

Porém, a despeito de nossa atuação, é necessário dizer também que a Terra, por si só, sem a interferência humana, já possui uma existência marcada por construções e reconstruções de sua crosta, que influenciam a vida de todos aqueles que nela habitam. Para exemplificar, é possível falar dos ciclos glaciais que são precedidos por períodos de aquecimento. Inclusive, atualmente, alguns cientistas vêm vociferando a possibilidade da Terra estar rumando em direção a uma nova era de glaciação, em função do degelo das calotas polares. Isso porque o aumento do nível da água nos oceanos, derivado do aquecimento global, interferiria na Corrente do Golfo, de modo que o volume de água trocado pelo Mar Ártico e pelo Oceano Atlântico fosse mais abundante, fazendo com que maiores quantidades de água fria chegassem à América do Norte e, de água quente, ao Pólo Ártico. Isso ocasionaria mais degelo, o que, com o tempo, poderia interromper a chamada circulação termohalina, fundamental para o aquecimento da região norte da América e da Europa.

Assim sendo, como dito, essa parece ser uma tendência do planeta, que é e sempre foi um organismo vivo que, por conta da movimentação incessante do magma em seu interior, provoca a movimentação contínua das placas tectônicas, assim como provoca também a ocorrência de eras glaciais, precedidas de períodos de aumento expressivo da temperatura da Terra. No entanto, o Homem pode interferir nessa dinâmica, acelerando processos que naturalmente aconteceriam num determinado momento.

Nesse contexto, o que se quer quando se salienta a importância na contemporaneidade de edificação e fortificação de espaços museológicos em geral, mas, principalmente, de espaços de divulgação do conhecimento em Ciências da Terra, é mostrar, com a difusão científica possibilitada por essas instituições, que é possível explorar os recursos naturais sem intervir no frágil equilíbrio que impera na organicidade da Terra, entendendo-se aí tanto o substrato quanto a própria vida nela existente.

A MEMÓRIA DO PLANETA E O MUSEU DA GEODIVERSIDADE

De acordo com os princípios gerais de divulgação científica, ou seja, com o preceito de que divulgar não é ensinar, não é mitificar a ciência e, sobretudo, é despertar o espírito crítico, o Museu da Geodiversidade abriu suas portas em dezembro de 2008 com o intuito de difundir o conhecimento das Geociências por meio do acesso do público às coleções reunidas pelo Departamento de Geologia ao longo de cinquenta anos.



Figura 2: inauguração do circuito expositivo do Museu da Geodiversidade em 04 de dezembro de 2008, com a presença da Decana do CCMN, do Diretor do Instituto de Geociências, do Chefe de Departamento de Geologia e do Diretor Adjunto de Graduação dos Cursos de Ciências da Terra.

Tal acesso, que pode ser chamado de democratização dos espaços da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é promovido por meio de um trabalho de educação não formal que trata a ciência como fruto de um processo de descobertas, de construção de conhecimento, com erros e acertos, e não como algo envolto por uma aura mística sobre a qual só sabemos o resultado, mas desconhecemos a dinâmica que permitiu tal descoberta. No Museu da Geodiversidade, as Ciências da Terra são tratadas sempre em conjunto com o conhecimento de como se dá o trabalho minucioso e perseverante dos cientistas, daqueles que permitem a construção de um conhecimento

acadêmico que é, então, utilizado pelo Museu para despertar no público geral a criticidade quanto ao papel que a Humanidade vem desempenhando no mundo.

O desenvolvimento deste espírito crítico permeia todas as atividades do Museu, não só pelo comprometimento desta instituição museológica com o bem-estar da sociedade, mas também porque o Museu é parte integrante da UFRJ, o que o dota de deveres e responsabilidades ainda mais específicos. Em outras palavras, o Museu da Geodiversidade é, tipologicamente falando, um museu universitário, ou seja, um local de produção e difusão de conhecimento, que deve ser responsável por auxiliar a universidade a cumprir o preceito de indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa. Isso implica que seu objetivo maior no interior desta instituição acadêmica seja o de garantir a existência contínua de um compromisso vital entre universidade e sociedade, de modo que as fronteiras ainda existentes se diluam no processo de construção desse diálogo.

Ademais, também não poderia deixar de ser dito que o ano de 2008 foi eleito, pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o Ano Internacional do Planeta Terra (AIPT), que coincidiu com a organização do 44º Congresso Brasileiro de Geologia, realizado na cidade de Curitiba. A necessidade de se eleger um ano que carregasse essa conotação foi uma demanda do Congresso Internacional de Geologia de 2000, que clamava pela atenção das autoridades e das pessoas em geral sobre o potencial que as Geociências apresentavam para a construção de um mundo sustentável para as próximas gerações. É bastante sintomático que o Museu da Geodiversidade tenha inaugurado seu circuito expositivo justamente neste ano, em que também se comemorava os cinquenta anos de criação do primeiro Curso de Geologia no Rio de Janeiro. Portanto, mais uma vez, a responsabilidade de atuação do Museu da Geodiversidade aumenta, fazendo dele uma peça-chave de divulgação das Ciências da Terra.

Vale lembrar ainda que, para o AIPT, o centro de atuação dos projetos que precisam ser desenvolvidos neste sentido deve

residir na pesquisa científica e na sua divulgação, ambas focadas nos dez temas considerados prioritários: água subterrânea, (mega)cidades, clima, crosta e núcleo terrestres, desastres naturais, oceanos, recursos naturais (minerais e energias), solos, Terra e saúde e Terra e vida. Dentre esses temas, o Museu da Geodiversidade trabalha especialmente com a indissociabilidade de compreensão entre a evolução da Terra e a vida que nela se desenvolveu ao longo do tempo. Para o Museu, geodiversidade e biodiversidade constituem uma unidade cujos saberes são complementares, para entendimento do passado terrestre como chave do presente e prognóstico do futuro.

CONCLUSÃO

Em resumo, a crise econômica mencionada anteriormente não só clama por uma redefinição dos meios irracionais de obtenção de lucro (especulação, desregulamentação e exploração) como também estabelece um ultimato quanto à forma de extração dos recursos naturais necessários à vida do ser humano e de todo e qualquer ser vivo habitante do Planeta Terra. Inclusive, de acordo com alguns teóricos, o século XXI é o século das Ciências da Terra, já que o mundo precisará encontrar um meio de obtenção dos recursos naturais ao mesmo tempo em que se verifica a necessidade de sua preservação. E, sem sombra de dúvida, essa solução finca suas raízes numa colaboração entre as ciências geológicas, biológicas e sociais, cuja forma de aplicabilidade, dentre inúmeras outras, é o papel educativo que exercem os museus na sociedade.

O primeiro passo em direção a uma árdua luta pela divulgação das Ciências da Terra, com o objetivo de democratizar o conhecimento acadêmico e, com isso, construir em conjunto com a sociedade alternativas para o futuro, já foi dado em 2008 pelo Departamento de Geologia da UFRJ, por meio da inauguração do Museu da Geodiversidade.



Figura 3: circuito expositivo do Museu da Geodiversidade: módulo que conta a história do estudo da Geologia no Brasil e módulo que trata da evolução dos diferentes animais que se desenvolveram na Terra, sobretudo, ao longo da Era Mesozóica

Sua atuação tem congregado profissionais de diferentes áreas no sentido de transformar este espaço museológico num verdadeiro templo de manifestação das musas, tanto material (*Mouseion*) quanto imaterial (*Mousàon*), onde a ciência é compreendida como uma manifestação cultural do Homem. Manifestação essa que anuncia boas-novas, como novas tecnologias ou novos medicamentos que prolongam a estada do ser humano na Terra, mas que também anuncia crises nos recursos naturais, catástrofes e, em última instância, cataclismos que podem levar a uma redefinição traumática dos usos e abusos do homem no planeta que lhe dá sustento.

Em outras palavras, as Geociências neste espaço são compreendidas enquanto manifestação cultural no sentido mais etimológico da palavra, ou seja, como algo digno de cultivo. E, para ser cultivado, o Museu optou por unir História, Arte e Geociências na sua linha de ação educativa, entendendo que, se conhecer é necessariamente criar novas formas de ver e atuar no mundo, as Ciências da Terra e as Ciências Humanas devem caminhar juntas, para através de seu diálogo alicerçarem a ponte que desejamos construir entre o sujeito criativo, que todos somos, e o cidadão participativo, que todos desejamos ser.

O estudo da Geologia e da história da Geologia nos mostrará que nenhum estudo do passado é mais vivo do que o

geológico, sempre a nos fazer entender o presente e nos ajudar a pensar alternativas para o futuro. E a prática artística levará a um autoconhecimento, ao conhecimento de como nos expressarmos, de como lidarmos com nossas emoções, como darmos sentidos a tudo que experimentamos. Juntas, ciência, arte e história ajudarão a transformar todo conhecimento em experiências criativas e estéticas e é essa beleza, esse senso estético, que nos fará querer sempre mais.



Figura 4: stand do Museu da Geodiversidade no evento Ciência no Parque – Oficina “Conhecendo os Fósseis”



Figura 5: stand do Museu da Geodiversidade no evento Ciência no Parque – Oficina “Conhecendo os Fósseis”

E, nesta sede por saber mais, uma visão mais questionadora irá se constituindo, fazendo-nos entender o grau de responsabilidade do rumo que tomamos em nossas vidas e das ações que iremos praticar ao longo da nossa jornada, que é individual, mas também coletiva, que é poética, mas também política.

Em síntese, o Museu da Geodiversidade foi criado pelo Departamento de Geologia da UFRJ justamente com o propósito

de possibilitar uma leitura crítica da realidade que compreenda a evolução do Planeta Terra de forma integrada com a vida nele existente. O termo *geodiversidade*, inclusive, cunhado recentemente, simboliza o conjunto de ambientes, fenômenos e processos ativos que geram as paisagens, rochas, minerais, fósseis e outros depósitos superficiais que dão suporte à vida na Terra. E, partindo deste pressuposto, todas as atividades educativas desenvolvidas nos espaços do Museu buscam sempre a construção de um olhar mais cuidadoso, valorativo e respeitoso do homem em relação ao Planeta em que vive. Tal olhar, sem dúvida mais consciente, permitirá a compreensão de que os valores econômicos, tão caros aos que hoje procuram os profissionais da Geologia, devem se coadunar com a melhoria das condições de vida da população e com a preservação do local que lhe fornece abrigo e sustento: a Terra.



Figura 7: distribuição de artesanato produzido com minerais e rochas de idades e formações variadas (Oficina “No nosso caminho sempre existe uma pedra. Você já se perguntou o porquê?”)

REFERÊNCIAS

- CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *Patrimônio*: revista eletrônica do Iphan. Rio de Janeiro, n. 4, 2006.
- CHRISTOV, Luiza Helena da Silva; MATTOS, Simone Aparecida Ribeiro (Org.). *Arte educação: experiências, questões e possibilidades*. São Paulo: Editora Expressão e Arte, 2006.
- COLINVAUX, Dominique. Piaget na Terra de Lilliput: reflexões piagetianas sobre a educação. *Movimento*. Niterói, n.1, p.130-144, 2000.

CURY, Isabelle (Org). *Cartas patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 2004.

ICOM. *Museu*. Definição adotada na 20ª Assembleia Geral do ICOM em Barcelona, Espanha, em 6 de Julho de 2001. Disponível em: <<http://74.125.113.132/search?q=cache:v7IC7RGdHzoJ:www.icom-portugal.org/conteudo.aspx%3Fargs%3D55,conceitos,2,museu+institu%C3%A7%C3%A3o+permanente,+sem+fin+lucrativos,+a+servi%C3%A7o+da+sociedade+e+do+seu+desenvolvimento,+aberta+ao+p%C3%BAblico+e+que+adquire,+icom&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: setembro de 2009.

LEAL, Maria Cristina; GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha. (org). *Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência*. Rio de Janeiro: Access, 2003.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>>. Acesso em: setembro de 2009.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. *Revista Direitos Fundamentais e Democracia*. Curitiba, UNIBRASIL, v. 6, 2009. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/viewArticle/266>>. Acesso em: janeiro de 2010.

PIAGET, Jean. *O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2005, p.151-162.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Museus universitários brasileiros: novas perspectivas*. 2006. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/sub.cfm?subpublicacoes=publicacoes1&canal=publicacoes>>. Acesso em setembro de 2009.

SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos. (Org.). *Museus e instituições de Pesquisa*. MAST Colloquia, v. 7. Rio de Janeiro: MAST, 2005. p.85-100.

_____. O Museu, a palavra, o retrato e o mito. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro: PPG-PMUS-UNIRIO; MAST, v. 1, n. 1, p.57-73, dez. 2008.

TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia Ramos. *Educação na Diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

VARINE, Hughes de. Rethinking the Museum Concept. In: GJESTRUM, John Aage; MAURE, Marc. *SveOkomuseumsboka - identitet, okologi, deltakelse: eiarbeidsbok om ny museologi*. Tromsø: Tromsø Museum, 1988. p.33-40.

MUSEU DO OBSERVATÓRIO DO VALONGO

Maria Alice Ciocca de Oliveira¹

José Adolfo S. de Campos²

Rundsthen Vasques de Nader³

O Museu do Observatório do Valongo (OV), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é formado pelo acervo bibliográfico, documental e instrumental, e retrata não só a memória institucional, mas também parte da história do ensino da Astronomia no Brasil, em especial no Rio de Janeiro.

Nas últimas décadas do século XX, a memória da Ciência e Tecnologia Brasileira passou a ter mais atenção e interesse para a História da Ciência no Brasil. Esta preocupação teve como consequência ações com o objetivo de preservação de vestígios dessa memória. Assim, tornaram-se mais frequentes as iniciativas voltadas para a preservação do patrimônio cultural, inclusive aquele proveniente da atividade científica e tecnológica (ANDRADE, 2007, p.12) como, por exemplo, a Fundação Nacional Pró-memória, instituída em 1979, que tinha como objetivo incentivar a preservação dos bens de valor cultural e natural existentes no país, através do inventário, da documentação e da recuperação desses bens. Outras iniciativas, na década de 1980, são o núcleo de História Social da Ciência, na Universidade de São Paulo – USP, cujo objetivo era realizar

1 Bibliotecária do Observatório do Valongo/UFRJ. Especialista em Psicopedagogia pela UCAM. Mestranda em Museologia na UNIRIO.

2 Professor Adjunto do Observatório do Valongo/UFRJ. Mestre em Informática pelo Instituto de Matemática - Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre em Engenharia Nuclear / UFRJ

3 Astrônomo e Coordenador de Extensão do Observatório do Valongo/UFRJ. Mestre em Astronomia pelo Observatório Nacional

pesquisas e formar profissionais para a área, e o grupo Memória da Astronomia, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, criado com o objetivo de organizar o acervo histórico do Observatório Nacional e divulgar a Astronomia e sua história para o público em geral.

Neste período, novas reflexões estavam surgindo na História da Ciência, chamando a atenção para a ligação do uso de um instrumento ao seu contexto científico, tecnológico, social, cultural ou econômico. Essas reflexões fizeram despertar o interesse pelas coleções científicas, propiciando uma redescoberta do patrimônio instrumental que, há algum tempo, era alvo de preocupações a cerca de onde se encontrava e o que havia acontecido com esses objetos, após deixarem de ser usados no desenvolvimento das pesquisas. Pouco se sabia sobre o destino deles, se ainda estavam nas suas instituições de origem ou abandonados nos porões ou nos corredores das universidades, dos observatórios, dos laboratórios, dos institutos de pesquisa, entregues a obsolescência (BRENNI, 2007, p.168).

Essas preocupações levaram as instituições de ensino e pesquisa a começarem a recolher, inventariar, catalogar e preservar, não só os seus objetos de ensino e pesquisa, mas também os documentos que refletiam a sua produção científica.

AS ORIGENS DO OBSERVATÓRIO DO VALONGO

Desde o início, como Observatório Astronômico da Escola Politécnica, o Observatório do Valongo esteve ligado ao ensino da Astronomia no Brasil.

A história do ensino da Astronomia se inicia com a criação da Academia Real Militar, em 1810 (CAMPOS, 1994, p.93), incluindo em seu currículo disciplinas ligadas à teoria e à prática astronômica. As aulas práticas eram ministradas, até 1845, no torreão da Escola Militar, depois, por um breve período, na Fortaleza da Conceição e, mais tarde, no Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Esse observatório, que primeiramente fora subordinado à Real Academia Militar, depois à Escola Mi-

litar e por último à Escola Central, em 1871, se desligou desta última.

Em 1874, quando a Escola Central passou por mudanças e se transformou em Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a cadeira de Astronomia e Geodésia foi mantida e, como ainda não existia um local para ministrar as aulas práticas, foi aprovado, em 1879, pela Congregação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a construção de um pequeno Observatório em um dos seus terraços,⁴ e determinada a apresentação de um orçamento para construção dos pilares para os telescópios e aquisição dos instrumentos científicos necessários para as aulas práticas.⁵



Figura 1: Manoel Pereira Reis

Um pouco antes, Manuel Pereira Reis (Figura 1), professor da Escola e astrônomo do Imperial Observatório Astronômico, havia recebido do Ministério dos Negócios do Império, a permissão para a instalação, no alto do Morro de Santo Antonio, de instrumentos necessários aos estudos que pretendia fazer sobre a declinação da agulha magnética e, para outros

4 Informação apresentada através do ofício n. 93, da Diretoria da Escola Politécnica, de 28 de outubro 1879, que está citado no ofício n. 59, desta diretoria, de 3 de julho de 1880. (Arquivo Nacional – D.D.E/S.P.E.)

5 Orçamento datado de 2 de julho de 1880, apresentado e encaminhado ao Ministério do Império pelo diretor interino da Escola Politécnica, Ignacio da Cunha Galvão, através do ofício n.59, de 3 de julho de 1880, da Diretoria da Escola Politécnica. (Arquivo Nacional – D.D.E/S.P.E.)

trabalhos de meteorologia e astronomia, ligados a geografia do Brasil.⁶ Para isso, foi construído um pequeno observatório, através de donativos diversos, inclusive dele mesmo e do Professor Joaquim Galdino Pimentel, que participou da empreitada, posteriormente contando também com a participação do então, bacharel André Gustavo Paulo de Frontin.⁷ Esse observatório iniciou as suas atividades em setembro de 1880, com instrumentos provenientes de alguns órgãos públicos, como o Ministério da Agricultura (CAMPOS, 1994, p.95).

Os três, possivelmente por serem da Escola Politécnica, deviam conhecer a autorização de 1879, para a construção de um observatório astronômico, para as aulas práticas, em um dos terraços da Escola e, deviam saber, também, que o mesmo não atendia a “[...] todos os fins que, segundo o regulamento da Escola tem de preencher [...]”,⁸ conforme as palavras do Diretor da Escola Politécnica, na época, Ignácio da Cunha Galvão. Por isso, os dois professores e o bacharel resolveram, na sessão da Congregação de 5 de julho de 1881,⁹ ceder à Escola Politécnica os direitos que tinham sob o observatório que haviam construído.¹⁰ Funda-se assim, nessa data, o Observatório Astronômico da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com a principal missão de ministrar o ensino da prática astronômica e de geodésia para os seus alunos. A Figura 2 apresenta uma imagem das instalações do antigo Observatório da Escola Politécnica.

No observatório do Morro de Santo Antonio, foram minis-

6 Carta da 2ª Diretoria do Ministério do Império, de n. 1089, datada de 22 de março de 1880. (Arquivo Nacional – D.D.E/S.P.E.)

7 Ofício n. 78, de 13 de julho de 1881, da Diretoria da Escola Politécnica. (Arquivo Nacional – D.D.E/S.P.E.)

8 Citação retirada do Ofício de n. 78, de 13 de julho de 1881, da Diretoria da Escola Politécnica. (Arquivo Nacional – D.D.E/S.P.E.)

9 Informação retirada do ofício n. 81, de 21 de julho de 1880, da Diretoria da Escola Politécnica. (Arquivo Nacional – D.D.E/S.P.E.)

10 Informação retirada do ofício n. 81, de 21 de julho de 1880, da Diretoria da Escola Politécnica. (Arquivo Nacional – D.D.E/S.P.E.).

tradas aulas práticas até o início da década de 1920, quando foi necessário sua transferência porque parte do morro seria desmontada para dar sequência ao processo de modernização do centro da cidade do Rio de Janeiro que havia começado nos primeiros anos do século XX. O novo local foi o Morro da Conceição, também no Centro da cidade, e a transferência aconteceu entre os anos de 1924 e 1926, período em que os bens foram levados para a Chácara do Valongo, nome pelo qual o observatório ali, recentemente instalado, ficou conhecido posteriormente. Para lá, foram levados os instrumentos científicos e instalados, inicialmente, a luneta equatorial,¹¹ fabricada pela Oficina Pazos, e o telescópio equatorial, fabricado por Cooke & Sons,¹² ficando os demais para uma fase posterior.



Figura 2: Observatório Astronômico da Escola Politécnica no morro de Santo Antonio

O Observatório passou a ser utilizado para as aulas práticas, que eram ministradas pelo Assistente efetivo da Cadeira de Astronomia, o Engenheiro civil Orozimbo Lincoln do Nascimento.

11 Provavelmente o primeiro telescópio com guiagem feito no Brasil. Não se conhece nenhum outro do gênero.

12 Informações retiradas do documento: Demonstração dos serviços executados no Morro de Santo Antonio para mudanças e instalação provisória do Observatório da Escola Politécnica e das respectivas verbas obtidas para este fim, entre 1924-1926 (Acervo do O.V.)

to.¹³ Orozimbo exerceu essa atividade até o seu falecimento, em 1936, e, a partir daí, as aulas passaram a ser realizadas em um dos terraços da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, no Largo de São Francisco (CAMPOS, 1994, p.98).¹⁴

Durante mais de duas décadas, mais especificamente entre 1936 e 1958, o Observatório do Morro do Valongo ficou praticamente abandonado, até a criação do Curso de Graduação em Astronomia, em 1958, na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) da antiga Universidade do Brasil, quando voltou a ser utilizado para as aulas práticas do Curso de Graduação em Astronomia.

Em 1967, com a reforma universitária, a Universidade do Brasil passou a ser denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro e o OV passou a ser um órgão suplementar do Centro de Ciências Matemáticas da Natureza. Em 2002, se tornou uma unidade acadêmica, incorporando o curso de graduação de Astronomia, até então localizado no Instituto de Geociências. A Figura 3 apresenta uma imagem das atuais instalações do OV atuais.



Figura 3: Vista atual do Observatório do Valongo

13 Informações retiradas do documento: Demonstração dos serviços executados no Morro de Santo Antonio para mudanças e instalação provisória do Observatório da Escola Politécnica e das respectivas verbas obtidas para este fim, entre 1924-1926. (Acervo do O.V)

14 Esta informação não parece correta, pois existem testemunhos que os alunos da Escola Politécnica teriam tido aulas no local até o início da década de 1940.

INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CIENTÍFICO DO OV

Preocupados com o seu patrimônio histórico-científico, alguns profissionais do OV, começaram a reunir e tratar, não só as fontes documentais escritas, como os objetos histórico-científicos da instituição.

No final da década de 1990, como reflexo dessa preocupação, o Observatório, sob a direção da Dra. Heloisa Maria Boechat Roberty, começou a participar de projetos voltados para a recuperação e preservação de seu acervo histórico.

Em 1996, foi realizado um levantamento desse acervo, que demonstrou a urgência de sua recuperação e preservação. Entre 1997 e 2003, com apoio da Fundação Universitária José Bonifácio, foram realizadas duas fases do projeto *Preservação da Memória Astronômica do Observatório do Valongo*. Na primeira fase, fez-se a recuperação da cúpula e do Telescópio fabricado por Cooke & Sons, em 1910. Na segunda fase, foram recuperados, pelo engenheiro óptico Pierre Jacky Alexandre Bourget, a cúpula e a luneta equatorial confeccionada pela Oficina de José Hermida Pazos, em 1880; uma luneta fabricada pela Carl Zeiss; a luneta meridiana fabricada por Julius Wanschaff e uma pêndula astronômica, ambas do início do século XX. Foi publicado, também, o livro *Imagens da Astronomia na cidade do Rio de Janeiro: os 120 anos do Observatório do Valongo*, num esforço de disseminação da história do OV e de divulgação de objetos de C&T da instituição.

A terceira fase desse projeto foi realizada entre 2004 e 2005, através de financiamento proveniente do edital CT-INFRA/MCT/CNPq-003/2003, cujo objetivo era dar apoio à infra-estrutura de preservação e pesquisa da memória científica e tecnológica brasileira. Nessa fase, parte da documentação histórica foi higienizada e arquivada, além de realizada a limpeza, identificação e restauração de parte do acervo histórico instrumental da instituição. O objetivo dessas iniciativas era expor ao público parte desse patrimônio, em uma sala recuperada com recursos desse projeto.

A partir desses resultados, entre 2007 e 2008, foram iniciados outros dois projetos. O primeiro, com apoio do Banco do Brasil, resultou na publicação do livro *50 anos da criação do Curso de Astronomia do Observatório do Valongo da UFRJ*, em 2008, quando o curso comemorou cinquenta anos. O segundo, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, recuperou outro espaço para receber mais uma parte dos instrumentos histórico-científicos. Destaca-se a assinatura de um convênio com o MAST, em 2008, com o objetivo de recuperar, registrar e documentar os objetos que fossem considerados representantes da memória institucional e portadores de elementos formadores da identidade do grupo. Os trabalhos advindos da implementação desse convênio resultaram na melhor organização e documentação do grupo de objetos, propiciando que os objetos tratados pelos profissionais do MAST fossem expostos no espaço mencionado. Agora, em 2009 foi aprovado um projeto, apoiado pelo Banco do Brasil, para a confecção de um catálogo contendo fotos e especificações de cerca de 250 objetos históricos. Essas iniciativas tiveram como resultado a formação da coleção dos objetos históricos de C&T do OV, constituindo agora numa fonte documental organizada e disponível para pesquisas.

A COLEÇÃO DE INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS

A coleção histórico-científica do OV é formada por instrumentos científicos fabricados no final do século XIX e por aparatos científico-tecnológicos fabricados no século XX. Para representar essas duas denominações, de maneira mais simples e unificada, será usada a expressão objetos de ciência e tecnologia – C&T, seguindo a sugestão de Granato e Câmara (2008, p.178).

Os objetos históricos de C&T do OV são originários do Observatório Astronômico da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, conhecido posteriormente como Observatório do Valongo. Foram utilizados em atividades de ensino e de pesquisa na área

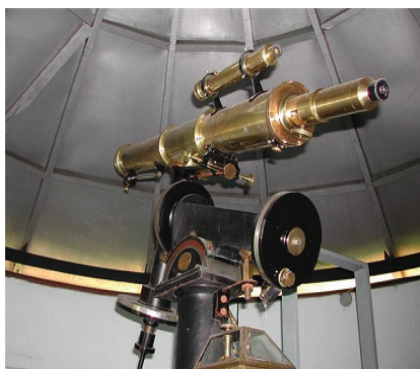


Figura 4: Luneta fabricada por H. Pazos

de Astronomia. A coleção atual é formada por parte desse acervo, que foi se perdendo devido a várias situações, como mudanças, abandono, desaparecimentos, sucateamentos.

Através da comparação de dois inventários da época do Observatório Astronômico da Escola Politécnica com o que está

sendo feito atualmente, é possível constatar que muitos objetos desapareceram. No primeiro inventário, datado de 1911, que foi solicitado à Escola Politécnica pela Diretoria do Patrimônio Nacional do Ministério do Interior, encontram-se arrolados 15 instrumentos. Nesse documento, Orozimbo Lincoln do Nascimento, então preparador da cadeira de astronomia, refere-se a eles como os principais e pertencentes ao patrimônio nacional. Desses, somente quatro estão entre os objetos até agora reunidos e documentados, são as duas lunetas equatoriais, uma com lente de 12cm, fabricada pelas oficinas José Hermidas Pazos (Brasil), em 1880, e outra com lente de 12" de diâmetro, de 1910, fabricada por Cooke & Sons (Inglaterra), além de duas pêndulas, uma fabricada por Peyer Favarger (Suíça) e uma por F. Kurssmann & Co. (Suíça). As Figuras 4 e 5 apresentam imagens de alguns desses instrumentos.

Outro inventário, datado de 1920, e que tem

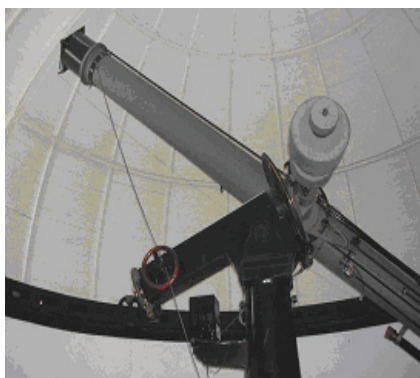


Figura 5: Luneta fabricada por Cooke & Sons

um acréscimo de 1921, é considerado uma peça preciosa do acervo histórico, foi também feito por Orozimbo do Nascimento, possivelmente por ocasião da transferência do observatório para a chácara do Valongo, devido à proximidade das datas. É um manuscrito (Figura 6) onde estão relacionados os bens móveis e imóveis, separados por categoria de materiais, tendo um valor atribuído para cada item.

The image shows a handwritten manuscript from 1920, titled 'Inventário de 1920'. It is a table with two main columns: 'Designação' (Description) and 'Valor' (Value). The table is divided into two sections: 'Bens móveis' (Movable property) and 'Bens imóveis' (Immovable property). The 'Bens móveis' section lists various scientific instruments and accessories, such as 'Teodolito', 'Sextante', 'Astrolábio', 'Pêndulo', 'Cronômetro', 'Objetiva', and 'Vários outros acessórios'. The 'Bens imóveis' section lists 'Imóvel' (Immovable property) and 'Terreno' (Land). The 'Valor' column contains numerical values, some with units like 'Reis' (Reals) and 'Centavos' (Centavos). The manuscript is written in Portuguese and is a historical document from the Observatório da Escola Politécnica.

Designação	Valor
Bens móveis	
Teodolito	4000000
Sextante	1000000
Astrolábio	1000000
Pêndulo	1000000
Cronômetro	1000000
Objetiva	1000000
Vários outros acessórios	1000000
Bens imóveis	
Imóvel	1000000
Terreno	1000000

Figura 6: Manuscrito do inventário de 1920

Nas seções referentes aos instrumentos científicos e acessórios, estão relacionados aproximadamente 350 itens, entre lunetas, círculos meridianos, teodolitos, sextantes, astrolábios, pêndulas, cronômetros, cronógrafos, objetivas e vários outros acessórios. Desses objetos, poucos puderam ser encontrados para serem tratados e expostos. Contudo, como existem objetos que já foram tratados, mas, ainda precisam ser pesquisados, é possível que o número de objetos que pertenceram originalmente ao Observatório da Escola Politécnica aumente. Entre os instrumentos localizados que estão expostos incluem-se os quatro citados no parágrafo anterior e ainda uma luneta azimutal, um astrolábio de prisma fabricado por A. Jobin (França), um teodolito fabricado por Gautier, Cronômetros, espectroscópio, estereoscópio, inclinômetro, lanterna de laboratório fotográfico, níveis de bolha, calibrador de nível de bolha, relé, vidrarias de laboratório e materiais fotográficos.

Outro conjunto de objetos, que faz parte da coleção, constituiu-se dos que foram adquiridos nos anos 1970, para o OV,

através do acordo de cooperação entre o Brasil e os países do Leste Europeu. Entre eles, destacamos um microdensitômetro GII, fabricado por Zeiss Jena (Alemanha), um Comparador de Placas Blink Zeiss Jena e um medidor de placas Ascorecord Zeiss Jena.

Até o momento, a equipe do MAST já registrou pouco mais de 250 itens, sendo que nem todos estão expostos. A exposição dos objetos ocorre em diferentes lugares do observatório: no hall de entrada estão uma luneta da Carl Zeiss, uma luneta meridiana Julius Wanschaff e uma pêndula astronômica, ambas do início do século XX; na sala onde se encontra a luneta equatorial da marca Cooke & Sons, encontra-se também uma pêndula da marca F. Kurssmann, do início do século XX. Os outros objetos estão em três salas que foram reparadas para recebê-los. Duas dessas salas ficam no prédio que é curiosamente chamado de “Casa das Bruxas”. Nesse prédio, está exposta, no andar superior, a luneta equatorial de 12cm de lente, fabricada, em 1880, pela Oficina Hermida Pazos. Essa peça é considerada uma das principais da coleção, por ser, possivelmente, a mais antiga e por ter sido fabricada no Brasil, comprovando uma capacitação técnica do país já naqueles idos. No andar térreo do prédio estão expostos, em uma vitrine que fica ao redor do pilar que sustenta a luneta “Pazos”, os objetos que pertenceram ao Observatório Astronômico da Escola Politécnica que já foram citados acima. Os outros objetos, incluindo os do acordo MEC/Leste Europeu, estão expostos no prédio da T4, como é chamado, por ter sido construído para receber o teodolito Wild T4, ali também exposto. As Figuras 7 e 8 apresentam imagens do astrolábio de prisma e da luneta azimutal.



Figura 7: Astrolábio de Prisma A. Jobin



Figura 8: Luneta Azimutal

PROJETOS FUTUROS

Esse conjunto deixa claro que mais do que uma narrativa histórica que tenta articular o passado e o presente, a memória e a história, traz potencialidades onde se reconhecem práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que estão gravadas nas marcas de suas trajetórias, que pouco

a pouco vão construindo suas identidades. A valorização desse patrimônio fortalece a identidade da comunidade científica do Observatório do Valongo e dá ao público, através da exposição dos seus objetos, o conhecimento dos significados e dos valores, elos da história desse patrimônio, além de possibilitar, através do estudo e de pesquisa sobre eles, a formação de subsídios em direção à construção de uma História do Ensino da Astronomia no Rio de Janeiro.

Em novo esforço para preservar a sua memória, o Observatório do Valongo está iniciando um projeto para digitalizar todos os documentos referentes a sua história e a do Curso de Astronomia. É intenção disponibilizar os documentos não somente através da base Minerva da UFRJ, mas também através da internet de modo que pesquisadores possam ter acesso a informações que são parte da história das ciências no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de O nascimento de um museu de ciência. In: ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de (Org.). *Caminho para as estrelas: reflexões em um museu*. Rio de Janeiro: MAST, 2007. p.8-19.

BRENNI, Paolo. Trinta anos de atividades: instrumentos científicos de interesse histórico. In: ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. (Org.) *Caminho para as estrelas: reflexões em um museu*. Rio de Janeiro: MAST, 2007, p.162-179.

BOECHAT-ROBERTY, Heloisa M.; VIDEIRA, Antonio A. P. *Imagens da astronomia na cidade do Rio de Janeiro: os 120 anos do Observatório do Valongo*. Rio de Janeiro: UFRJ, Observatório do Valongo, 2003.

CAMPOS, José Adolfo. S. *Observatório do Valongo: mais de um século a serviço do Ensino de Astronomia*. In: BARBUY, Beatriz; BRAGA, João; LEISTER, Nelson Vani. (Org.), *Astronomia no Brasil: depoimentos*. São Paulo: Sociedade Astronômica Brasileira, 1994. p.93-105.

GONÇALVES José Reginaldo S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). *Memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.21-29.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; FURTADO, Janaina

L. Objetos de ciência e tecnologia como fontes documentais para a história das ciências: resultados parciais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n.8, 2007, Salvador. *Anais...* Brasília: ANCIB, 2007. p.1-16. Disponível em: <www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/DMP--035.pdf> Acesso em: 12 de ago. 2008.

GRANATO, Marcus; CAMARA, Roberta. N. da. Patrimônio, ciência e tecnologia: inter-relações. In: CARVALHO, Cláudia S. R. et al. (Org.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p.175-204.

OS ARQUIVOS DA ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS (1945-1966): A IMPORTÂNCIA DE UMA REVISTA E INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO

Victor Andrade de Melo¹

INTRODUÇÃO

A Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) foi criada pelo decreto-lei 1212 de 17 de abril de 1939. Embora naquele momento já existissem no país outras escolas de formação ligadas à Educação Física, a ENEFD foi a primeira ligada a uma universidade (a Universidade do Brasil), tendo sido criada como Escola-Padrão.

Inicialmente dirigida por militares e relativamente estranha à estrutura da Universidade, a partir de 1946 a ENEFD passa a estar mais presente no contexto universitário e no cenário nacional. Paulatinamente a Escola foi obtendo maior reconhecimento, tanto no que se refere às estruturas administrativas acadêmicas (por exemplo, com participação ativa de professores no Conselho Universitário) quanto no que se refere ao seu corpo de estudantes (seus alunos chegaram inclusive a ser presidentes do Diretório Central).

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada/UFRJ e da Escola de Educação Física e Desportos/UFRJ. Coordenador do *Sport*: Laboratório de História do Esporte e do Lazer.

No final da década de 1960, a ENEFD se desloca para suas atuais instalações no campus do Fundão e com a reforma universitária deixa de ser a Escola-Padrão, passando a ser a Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na década de 1970, a Escola viveria um processo paulatino de perda de *status*, embora ainda fosse pioneira na organização de Laboratórios de Pesquisa em Fisiologia no Exercício e uma das pioneiras na criação de um curso de mestrado em Educação Física. Por trás dessa perda de prestígio, se encontram motivos das mais diversas ordens, entre os quais a própria dificuldade de renovação docente.

De qualquer forma, a ENEFD ocupou um papel fundamental no desenvolvimento da área de conhecimento no país. Foi o reconhecimento dessa importância o estímulo para a criação do Centro de Memória da EEFD/UFRJ, no ano de 2001, o qual estive à frente como coordenador até 2004.

Os ARQUIVOS E A ENEFD

Os “Arquivos da ENEFD”, periódico oficial dessa importante instituição de ensino, foram pela primeira vez publicados em 1945, quando o diretor era o capitão Antônio Pereira Lira. A sua existência já estava prevista no decreto-lei de fundação da ENEFD. O artigo 41, do capítulo VII, previa: “será publicada, pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos, uma revista, que deverá sair pelo menos duas vezes por ano, destinada à divulgação dos resultados de suas realizações no terreno do ensino e da pesquisa”.

Era audaciosa a pretensão de publicar um periódico em uma instituição que começava a se organizar, ligada a uma área que ainda não tinha efetivamente uma tradição de pesquisa e que possuía um corpo docente com perfil bastante eclético (médicos, militares, professores de Educação Física, muitos dos quais praticamente ex-atletas/praticantes de modalidades esportivas), não necessariamente trabalhando de forma

articulada. Além disso, eram insuficientes as próprias condições estruturais da Escola.

Isso ajuda a explicar o fato da Escola ter sido criada em 1939, mas os Arquivos somente publicados pela primeira vez anos mais tarde. No primeiro momento de sua existência, a ENEFD não parecia ser a prioridade, e a sua edição, sem dúvida, é foi importante reflexo de uma grande mudança no interior da Escola: depois de alguns anos sendo conduzida por militares, momento que corresponde ao Estado Novo no âmbito nacional, quando o modelo de formação profissional se confundia com a preparação de um cidadão segundo os padrões desejados por aquele regime de exceção, os médicos assumiram a direção, no mesmo instante em que assistimos um processo de democratização da sociedade brasileira, e passaram a implementar iniciativas cada vez mais substanciais no sentido de conduzi-la a ocupar seu papel de Escola-Padrão. (MELO, 1996).

Tais iniciativas podem ser sentidas na busca de reformulação curricular, na preocupação com a realização de pesquisas, na organização e oferecimento de cursos de aperfeiçoamento e congressos, no envio de professores para o exterior, no recebimento de profissionais renomados de outros países como conferencistas e na publicação de um periódico específico. Afirmava-se no editorial do primeiro número:

circunstâncias estranhas à vontade do corpo congregado da Escola, mas explicáveis nos primeiros anos de nossas atividades escolares, não permitiram que esse dispositivo legal fosse cumprido até agora. Hoje, felizmente, afastadas as dificuldades que impediram até então a publicação de nossa revista [...] aparecem estes Arquivos (PEREGRINO JÚNIOR, 1945, p.1).

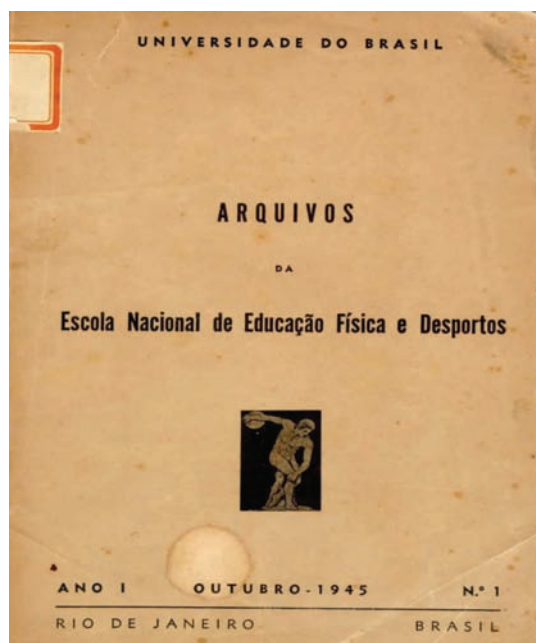


Figura 1 – Capa do primeiro número dos Arquivos da ENEFD

O lançamento dos Arquivos foi mesmo muito mais significativo do que uma medida legal:

o cumprimento da lei coincide aqui com o propósito unânime de todos nós, dirigentes, professores e auxiliares de ensino da Escola, que sempre desejamos contribuir com a publicação de nossos trabalhos, frutos de acurado estudo e de longa experiência, para a difusão da boa doutrina e da sã orientação científica em matéria de Educação Física, em todos os centros do país. Esse, de resto, foi desde o início o pensamento que inspirou o governo ao criar a ENEFD (PEREGRINO JUNIOR, 1945, p.2).

Embora não fosse o primeiro periódico específico na Educação Física brasileira², foi uma publicação importante dado

2 Anteriormente, foram publicadas a revista *Educação Physica*, a Revista de Educação Física da Escola de Educação Física do Exército, o Boletim de Educação Física da DEF/MEC e o Boletim de Educação Physica da DEF/MG.

o seu diferenciado “perfil científico”, adquirido mediante a divulgação de informações obtidas a partir de pesquisas que extrapolavam as usuais revisões da literatura ou simples relatos de determinadas experiências práticas.

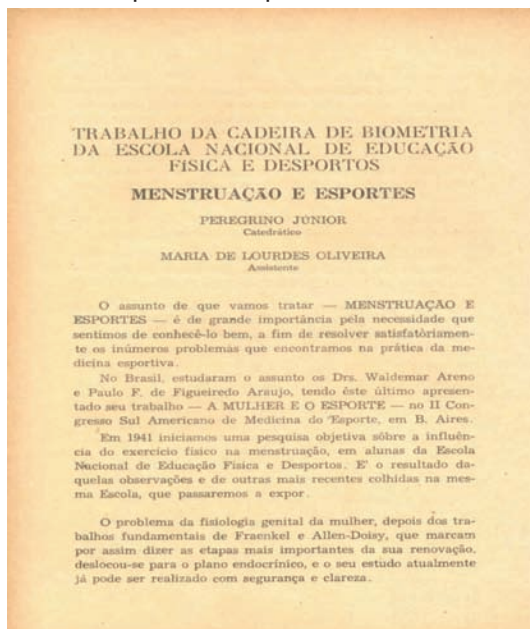


Figura 2 – Trabalho sobre menstruação e esporte (número 1), pesquisa de Peregrino Júnior e Maria de Lourdes Oliveira

A despeito de não ser exatamente um periódico informativo (com a divulgação de eventos, resultados de competições, notícias esportivas em geral), nos Arquivos foram também publicados mais do que textos com resultados de pesquisas. A partir de um determinado momento, suas páginas passam a registrar os acontecimentos e as iniciativas desenvolvidas pela ENEFD, bem como discursos de paraninfos, de catedráticos, de representantes do Diretório Acadêmico, entre outros. Essas são importantes informações para nos auxiliar na compreensão dos avanços teóricos, dos pensamentos correntes e alternativos, das disputas de poder que estiveram presentes na estruturação científica/acadêmica de nossa área de conhecimento.

Podemos ver abaixo um exemplo: o discurso de posse do professor Inezil Penna Marinho na cátedra de História da Educação Física e dos Desportos (publicado no número 12). Neste material, podemos ver as propostas e as concepções de História e de Educação Física de um importante intelectual de nossa área.

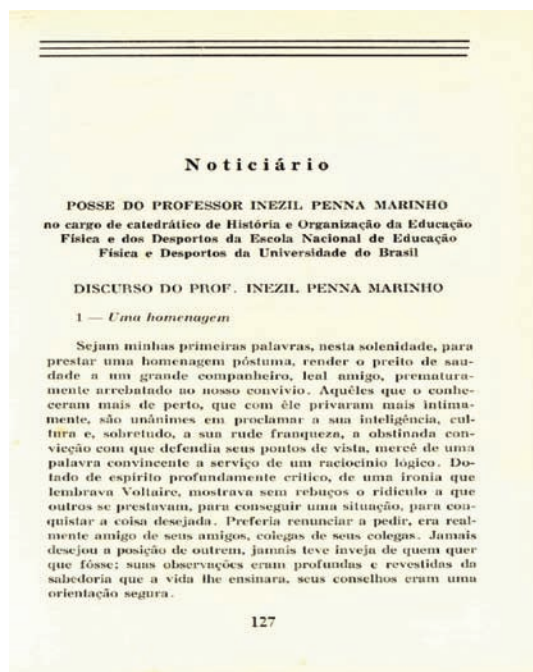


Figura 3 – Discurso de posse de Inezil Penna Marinho

O primeiro conselho de redação foi formado pelos professores João Peregrino Júnior, Cecília Stramandinoli e Alfredo Colombo, dirigidos por Antônio Pereira Lira. Para além de ser uma coincidência, cremos que tal conformação reflete as estruturas de poder e a busca por não ferir suscetibilidades entre os diversos grupos da Escola. O conselho, dirigido pelo diretor (um militar), era formado por um médico (advindo das cadeiras ditas “teóricas”), por um professor de Educação Física (originário das cadeiras ditas “práticas”) e por uma professora

que era ligada a uma cadeira *intermediária* (“teórica”, mas não estritamente médica). (MELO, 1996).

Se observarmos a organização do primeiro número, veremos que o equilíbrio permanece: seis artigos são de médicos; quatro são de professores de Educação Física e ao final são publicados três relatórios do diretor (militar). Isto pode ser percebido praticamente em todos os momentos de existência do periódico. É importante esclarecer que não estamos afirmando que isso era absolutamente intencional, mas fundamentalmente um reflexo do quadro da ENEFD (como também, de certa forma, da Educação Física brasileira), o que futuramente ocasionaria certa tensão, fruto de disputas diversas pela condução de seus caminhos.

Nesse primeiro número, foram ainda publicadas duas traduções, uma prática comum durante a existência da revista, o que demonstra o seu intuito original de divulgar informações e buscar intercâmbios com outros países e realidades.

Embora o decreto-lei 1212 prevísse a publicação de dois números anuais, até 1949 somente foi lançada uma edição por ano. Depois do quinto número, quando a ENEFD era dirigida pelo vice-diretor em exercício (Alberto Latorre de Faria), sua publicação foi interrompida por três anos.

Os motivos dessa interrupção podem estar diretamente ligados a um menor envolvimento da direção (sempre muito importante na preparação da revista), a um boicote dos professores àquela gestão polêmica ou mesmo ao conturbado momento vivido pela Escola, hipótese que julgamos mais pertinente. Não surpreende que no editorial dos Arquivos de número 5, Peregrino Júnior afirmasse:

enfrentamos uma série de problemas, nenhum capaz de deter o ritmo de nossos ideais convergentes, a Escola e a Educação Física como objetivos comuns; instalações precárias e insuficientes, algumas por empréstimo a contra gosto; turmas nômades, com aulas em locais diversos e distantes; descrentes e arrivistas perturbando o trabalho

dos bem intencionados e fiéis à especialidade; e a absurda incompreensão ainda existente sobre o que é e a que se destina a educação física, foram alguns, entre tantos dos aspectos defrontados (1949, p.6).

Nesse período, pode ser verificado o auge da insatisfação dos membros da Escola com as suas condições estruturais. Até então, não tinha uma sede própria, utilizando, desde a fundação, algumas salas emprestadas pelo Instituto de Surdos e Mudos (localizado no bairro de Laranjeiras) e instalações de clubes próximos (onde se destaca a utilização do Fluminense Futebol Clube). Foi somente em 1951, ainda com Alberto Latorre de Faria como diretor, que a Escola finalmente conseguiu sua sede, situada no campus da Praia Vermelha.

Tal mudança foi muito importante para a ENEFD, pois colocou a instituição mais próxima fisicamente do contexto universitário, facilitando sua inserção e seu diálogo com outras Escolas da UB. Na Praia Vermelha a instituição viveria, sem dúvida, seu período áureo.

OS ARQUIVOS E A EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA

Os Arquivos somente voltaram a ser publicados em 1953, já com a Escola sob a direção do professor João Peregrino Júnior, sendo mantido o mesmo conselho de redação original. A partir deste momento, a revista começou a viver um período de crescimento de organização, qualidade e influência no cenário nacional.

No momento do seu reaparecimento, Peregrino Júnior reafirma os intuitos originais do periódico:

contudo, após a publicação de 5 números, estes Arquivos interromperam sua circulação em 1949. Superadas as circunstâncias que determinaram tal interrupção, estes Arquivos ressurgem hoje, com fisionomia nova e novas disposições. Os propósitos, porém, são os mesmos que inspiraram seu aparecimento em 1945 [...] que é o de re-

colher e divulgar os frutos de nossa experiência e do nosso trabalho, assim no plano teórico da doutrina, como no plano pragmático da aplicação e da prática [...] animados do mesmo ideal e do mesmo entusiasmo, com o pensamento comum de servir à Educação Física no Brasil (1953, p.5).

Nessa edição, os Arquivos mudam significativamente de perfil, inclusive no que diz respeito às características dos autores, objetivando alcançar ainda mais seus anseios originais. A princípio, era uma revista organizada praticamente com artigos de professores da Escola, embora sempre tivesse um caráter nacional, já que era distribuída pelo território brasileiro.

Os editores começaram a incluir contribuições de convidados de outras instituições, ampliando o leque de informações e conhecimentos, publicando até mesmo artigos de autores que não transitavam especificamente na área de Educação Física/Ciências do Esporte.³ Além disso, observa-se uma significativa melhoria no aspecto gráfico.

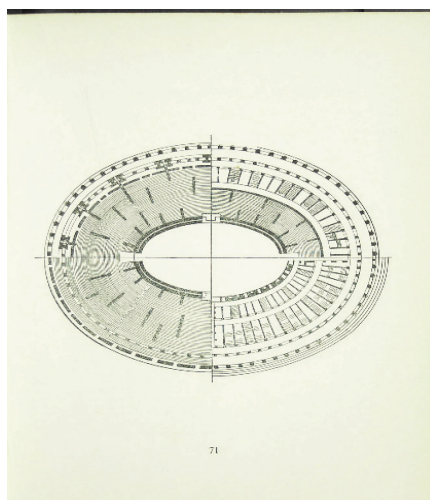


Figura 4 – Figura publicada no artigo do Prof. Flexa Ribeiro (número 6)

3 O primeiro artigo de um professor de fora da ENEFD, excetuando as constantes traduções, foi do professor Flexa Ribeiro, da Escola Nacional de Belas Artes, publicado no número 6 (1953).

Os estudantes da Escola também passaram a ocupar espaço crescente, sem dúvida reflexo de suas conquistas, frutos da greve de 1956/1957. Inicialmente, encontravam-se informações sobre os acadêmicos na seção de noticiários. Depois, passaram também a ser publicados os discursos de posse dos presidentes do Diretório Acadêmico e de oradores de turma, por ocasião das formaturas. Por fim, algumas de suas contribuições ganham o *status* de artigo científico, embora sempre publicados no final da revista, esclarecidos os motivos para tal.⁴

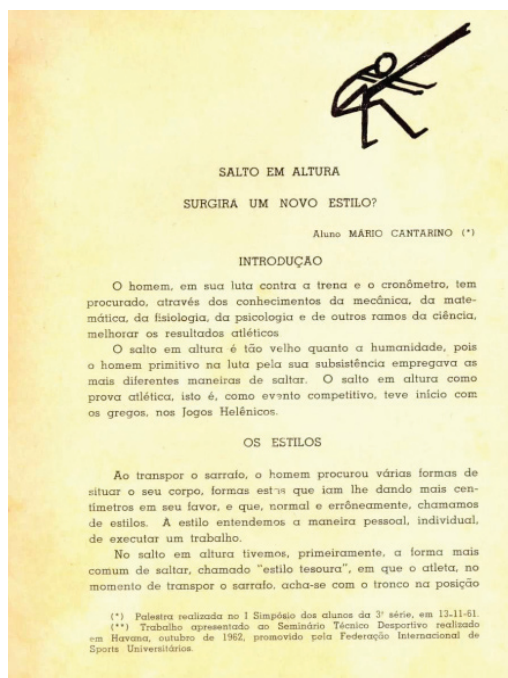


Figura 5 – Trabalho do acadêmico Mário Cantarino (número 17; junho de 1962)

Em 1954, pela primeira vez se ensaia a possibilidade de publicação de dois números por ano, embora o segundo seja

4 Tais artigos são publicados pela primeira vez no número 17. Foram os trabalhos apresentados no I Simpósio dos alunos, realizado em 1961. A partir de então, passou a ser uma prática comum publicar os trabalhos apresentados nos simpósios subseqüentes.

referente aos anos de 1954/1955. No primeiro número daquele ano (número 7), quando a Escola comemorava 15 anos de existência, Peregrino Júnior procura situar a relevância dos Arquivos:

estes Arquivos [...] vieram atender um dos dispositivos mais sábios do decreto-lei 1212, procurando difundir [...] não só conhecimentos relativos a Educação Física e aos desportos, assim como o resultado das pesquisas, dos estudos, da experiência que pacientemente adquirimos no plano da ciência, da pedagogia, da aplicação prática dos conhecimentos aqui ensinados (p.5).

E continua, deixando ainda mais clara a importância que era concedida ao periódico no âmbito da ENEFD:

criando uma tradição de cultura, que deve ser mantida, estes Arquivos representam, também, o elo que correlaciona, de modo permanente e eficaz, a vida interna da Escola - seu trabalho e seu pensamento, sua doutrina e sua experiência - com o mundo exterior, isto é, com todos aqueles que lá fora, no país e no estrangeiro, se envolvem com o mesmo ideal que nos anima (PEREGRINO JÚNIOR, 1954, p.7).

Isto é, a revista era valorizada por ser expressão do cotidiano e dos avanços da ENEFD, mas ao mesmo tempo, já que essas informações eram difundidas no âmbito nacional, uma das maneiras mais eficazes de a instituição cumprir o seu papel de responsável primordial pelo desenvolvimento da área no País. Celebrava-se o seu duplo aspecto de importância e influência.

Podemos perceber que a revista era exaltada por sua inserção, por ser motivo de espera e centro de atenção, por divulgar as ações da Escola, por ser forte elemento de difusão das idéias e ideais de seus professores. Naquele momento, a

ENEFD realmente ocupava um espaço significativo não só na Educação Física brasileira, como também no interior da Universidade do Brasil, a tal ponto que Peregrino Júnior foi o conferencista da Aula Magna da UB no ano de 1955. Na ocasião, procurou destacar a importância da ENEFD no âmbito da Universidade, embora alguns ainda se recusassem a reconhecê-la. Obviamente, não se resumiu a tal análise, fazendo uma brilhante locução sobre o papel da universidade para a sociedade brasileira (PEREGRINO JÚNIOR, 1954/1955).

Somente nos anos de 1956 e 1959, foram lançados dois números dos Arquivos. Mesmo com o desejo de continuar com tal procedimento, sentia-se a dificuldade de obter material a ser publicado. Vejamos a fala de Waldemar Areno, na época diretor da Escola, no editorial do número 15:

o número 15 de nossos Arquivos aparece com relativo atraso e é o único editado em 1960, em consequência da dificuldade de reunir matéria para publicação. Continuamos insistindo na necessidade de manter semestralmente a nossa publicação oficial, a fim de veicular os trabalhos referentes à especialidade, dos nossos professores e de outros, de modo a manter esse proveitoso e indispensável intercâmbio cultural em todo o país, e com as instituições congêneres do exterior (ARENO, 1960, p.7).

Isso pode inclusive parcialmente explicar a abertura de espaços para os artigos dos estudantes e o convite cada vez mais freqüente a autores de fora da Escola. No editorial do número 17, justifica Areno:

mantivemos neste número 17 dos nossos Arquivos a mesma diretriz observada nas publicações anteriores, a de acolher trabalhos de professores de outras Escolas de Educação Física, não só do País, como do estrangeiro. É um dos meios de cultivar esse útil e cordial intercâmbio, reunindo essas colaborações científicas [...] numa época em que se

escreve e se publica tão pouco entre nós, sobre um setor da educação onde há matéria tão rica e tão variada para o estudo e a pesquisa (ARENO, 1962, p.7).⁵

Se tal abertura é resultado da tentativa de estabelecer novos intercâmbios, também reflete a redução da produção de pesquisas/artigos por parte dos professores e uma demora na renovação do quadro docente da Escola. Mais ainda, reflete uma área de conhecimento que, embora ampliasse paulatinamente as preocupações com a investigação, ainda não estava suficientemente estruturada para produzir artigos (de qualidade) para duas edições do periódico por ano.

Podemos perceber isso ainda mais claro nos Arquivos de número 18.

o número 18 dos nossos Arquivos surge com um atraso involuntário em virtude de inúmeras razões, que não cabe agora alinhar. Seriam justificativas aceitáveis ou não, mas muito dos nossos professores as conhecem, e todos sabem das dificuldades em conseguir trabalhos e contribuições científicas para publicação, quando elas cada vez mais se fazem necessárias, em face da avidez de conhecimentos dos que se dedicam à especialidade, da pobreza de publicações em língua portuguesa, e, também, face aos inúmeros temas e problemas que a educação física oferece em muitos de seus ângulos, para o estudo e a pesquisa (ARENO, 1963, p.7).

Parece que o problema não é exclusivo da Escola, mas se repete no âmbito nacional. A demora na renovação dos professores e a presença cada vez maior de profissionais formados em Educação Física, que em geral não possuíam perfil de pesquisador, em substituição aos médicos, que tinham tal tradição, contribuíam para uma queda significativa nas iniciativas

5 Neste número podemos encontrar artigos de professores das Escolas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e de um professor belga.

de produção acadêmica. Isso foi muito sentido nos Arquivos, onde inclusive podemos perceber o aumento de publicação de relatórios de eventos, em detrimento a artigos de pesquisa.

De qualquer forma, em função dessa carência e da abertura da possibilidade de inclusão de contribuições diversas, nos Arquivos estão bem representados os pesquisadores brasileiros que mais publicavam em cada fase de sua existência. Isso pode ser sentido até mesmo em 1972, quando são apresentados artigos de autores que seriam nacionalmente reconhecidos no decorrer daquela década.

Há que se considerar que mesmo quando a revista passou por dificuldades de publicação, continuou ocupando espaço significativo no Brasil. A carência nacional de literatura específica e o reconhecimento já obtido de sua importância, em função da qualidade dos artigos, explicam porque permanecia valorizado:

a nossa revista tem penetrado amplamente em todo o país e no estrangeiro; é enviada para os antigos alunos, os especializados em educação física e para quantos por ela se interessam; para as instituições nacionais e estrangeiras de educação física e de desportos (ARENO, 1963, p.7).

Uma prova de seu reconhecimento pode ser identificada no Editorial do número 20. Waldemar Areno mais uma vez explica que houve atraso, o que inclusive gerou consulta de outras instituições sobre os motivos para tal, e informa:

a edição de 1.500 exemplares do número 19 já está esgotada, o que nos sugeriu o aumento da tiragem deste número para 2.000 exemplares. É uma referência que demonstra o interesse pelos nossos Arquivos, e compensa o esforço realizado pela Diretoria da Escola em manter a sua publicação oficial (ARENO, 1965, p.20).

Esse parece ter sido o auge de um processo. Os números sempre tinham mais de 150 páginas, chegando às vezes até as

200. Os exemplares se esgotavam rapidamente, esperados pela comunidade acadêmica e enviados para todas as instituições ligadas à Educação Física, no Brasil e na América Latina, e para muitas da Europa. Mesmo com as dificuldades já apresentadas e com a proximidade de uma nova interrupção em sua publicação, em função do quadro interno da Escola e mesmo do cenário nacional, os Arquivos eram, para a época, um periódico de impacto.

Na verdade, os Arquivos sempre estiveram tão intrinsecamente ligados à estrutura da Escola que não era incomum que os problemas no seu interior acabassem por interferir na publicação. Foi assim quando foi interrompido pela primeira vez entre 1949 e 1953 e quando atrasou por ocasião da greve dos estudantes (1956/1957). Quando a ENEFD entra em declínio, os Arquivos também encerram sua trajetória em 1966.

Curiosamente, o Editorial da última edição dos Arquivos parece uma premonição, pois relembra os editoriais anteriores, desde 1957, recordando a sua importante trajetória; quase um inventário de suas contribuições.

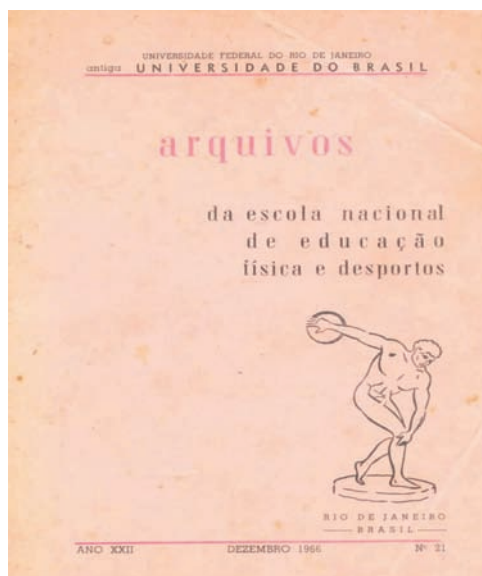


Figura 6 – Capa da última edição seguida (número 21, 1966)

Houve ainda três tentativas de recuperar sua publicação, conduzidas pelo Prof. José Maurício Capinussú, uma em 1972 e duas outras em 1983. Em ambas, encontrava-se o estímulo de retomar sua importante história e recuperar o papel da Escola de Educação Física no cenário nacional. Em 1983, havia ainda uma recomendação da CAPES, em função do curso de mestrado, ativo na ocasião. O número continha artigos de professores e alunos do programa. A despeito da importância das iniciativas, não foram lançados mais do que o número inicial em cada tentativa.

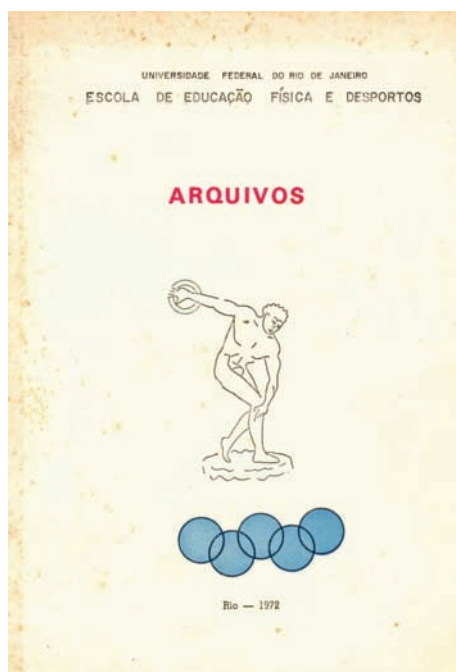


Figura 7 – Capa dos Arquivos de 1972

INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO

No ano em que nossa Escola comemorou 65 anos de existência (2004), lançamos o Cd-Rom “Memória Documental da ENEFD-UB”, que contém os textos integrais dos Arquivos da

ENEFD, os relatórios da direção da Escola entre os anos de 1957 e 1965, o decreto-lei de criação e o primeiro livro de atas da Congregação.

A produção desse material não seria possível sem o apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), por meio de recursos do Edital de Preservação da Memória Científica; da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por meio de recursos do Instituto Virtual do Esporte; da Biblioteca Nacional, denotadamente o apoio e a sensibilidade de Lúcia Garcia e de Ester Beletti; da *DocPro*, notadamente de José Lavaquial.

A tecnologia *DocPro* permitiu disponibilizar não somente o texto dos artigos, como também, já que se trata de fotografia digital de alta resolução, um retrato fiel do que foi editado, com a preservação de todos os aspectos gráficos. Na figura abaixo podemos ver, por exemplo, a assinatura do dono de um dos exemplares, Afonso MacDowell, professor de nossa instituição por muitos anos. Certamente, para os pesquisadores essa é uma inestimável fonte de consulta, ainda mais se considerarmos que a tecnologia permite pesquisas múltiplas e cruzadas, de forma eficiente e rápida, e que todo o material se encontra disponível em apenas um Cd-Rom, o que facilita sua distribuição⁶.

6 O material também está disponibilizado na internet (www.ceme.eefd.ufrj.br).

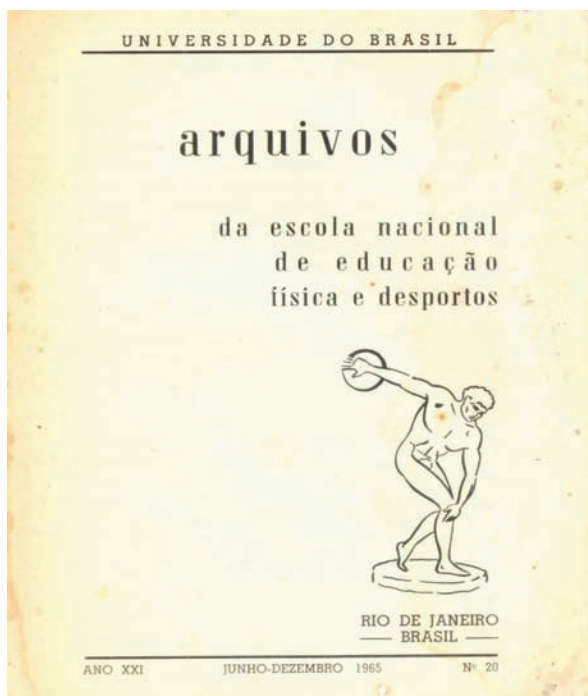


Figura 8 – Capa dos Arquivos n. 21

CONCLUSÃO

A publicação dos Arquivos da ENEFD foi de grande importância nos momentos iniciais de uma produção científica mais sistematizada na Educação Física brasileira. Com isso, não estamos a dizer que anteriormente não existissem iniciativas no sentido de desenvolver estudos e investigações em nossa área, mas, a partir de então, se observa uma preocupação metodológica maior; uma estruturação e organização que, embora ainda embrionária, mais se aproxima do que hoje costumamos cobrar e esperar de uma pesquisa científica.

Na ocasião em que entrevistei ex-alunos, professores e funcionários da ENEFD, por ocasião da preparação de minha dissertação de mestrado (1996), todos exaltaram sua importância. Por exemplo, afirmou Paulo Emmanuel da Hora Matta:

com o aparecimento e advento dos Arquivos [...] a linguagem foi melhorada. Se você buscar as origens, você vai ver que os artigos foram ficando mais sofisticados à proporção que foram sendo editados. Porque começou a haver o treinamento de escrever. Antes era quase coloquial, e depois a linguagem, as citações, já foram aparecendo e houve uma evolução muito grande [...]. Antes não se tinha nem padrão em português para escrever. (MATTA, Depoimento a Victor Andrade de Melo, 1996).

Os Arquivos, por terem se tornado uma das mais importantes fontes de consulta da área na época, pelo seu *perfil científico avançado*, por sua influência nacional, enfim, pelo importante espaço que ocuparam, devem ser considerados como uma relevante referência pelos pesquisadores brasileiros na área de Educação Física/Ciências do Esporte.



Figura 9 – Capa dos Arquivos de 1983

REFERÊNCIAS

- ARENO, Waldemar. Editorial. *Arquivos da ENEFD*. Rio de Janeiro, ano 12, n.15, p.7-8, dez. 1960.
- _____. Editorial. *Arquivos da ENEFD*. Rio de Janeiro, ano 18, n.17, p.7-8, jun. 1962.
- ARENO, Waldemar. Editorial. *Arquivos da ENEFD*. Rio de Janeiro, ano 19, n.18, p.7-8, jun/dez. 1963.
- _____. Editorial. *Arquivos da ENEFD*. Rio de Janeiro, ano 21, n.20, p.7, jun./dez. 1965.
- BRASIL. Ministério da Educação e da Saúde. *Decreto-Lei 1212 de 17 de abril de 1939*.
- CANTARINO, Mário. Salto em altura: surgirá um novo estilo? *Arquivos da ENEFD*, Rio de Janeiro, ano 16, n.18, p.189-195, jun. 1962.
- MATTA, Paulo Emannuel da Hora. Depoimento a Victor Andrade de Melo. In: MELO, Victor Andrade de. *Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história*. Campinas: Unicamp, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação Física).
- MARINHO, Inezil Penna. Discurso de posse na cátedra de História da Educação Física e dos Desportos. *Arquivos da ENEFD*, Rio de Janeiro, ano 11, n.12, p.121-141, dez. 1958.
- MELO, Victor Andrade de. Relação teoria e prática e a formação profissional e formação profissional na Educação Física brasileira: aspectos históricos. *Motrivivência*. Florianópolis, ano 7, n.8, dez. 1995.
- _____. *Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história*. Campinas: Unicamp, 1996. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 1996.
- _____. *História da Educação Física e do Esporte no Brasil*. São Paulo: Ibrasa, 1999.
- PEREGRINO JÚNIOR, João. Nosso aparecimento. *Arquivos da ENEFD*. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p.2, out. 1945.
- _____. 10 anos. *Arquivos da ENEFD*. Rio de Janeiro, ano 5, n.5, p.6, set. 1949.
- _____. Nosso reaparecimento. *Arquivos da ENEFD*. Rio de Janeiro, ano 6, n.6, p.5-6, jan. 1953.

_____. Quinze anos de labor e luta. *Arquivos da ENEFD*. Rio de Janeiro, ano 7, n.7, p.5-6, jan. 1954.

_____. Missão das universidades na formação das elites. *Arquivos da ENEFD*. Rio de Janeiro, ano 8, n. 8, p.7-32, 1954;1955.

PEREGRINO JÚNIOR, João; OLIVEIRA, Maria de Lourdes Rosário de. Menstruação e esportes. *Arquivos da ENEFD*. Rio de Janeiro, ano 4, n.4, p.16-25, jun. 1948.

RIBEIRO, Flexa. Estádio e anfiteatro. *Arquivos da ENEFD*. Rio de Janeiro, ano 6, n.6, p.69-75, jan. 1953.

A MEMÓRIA DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

Ricardo Rezende Figueira¹

Quando escrevo, repito o que já vivi antes.
Guimarães Rosa

PORQUE PRESERVAR A MEMÓRIA

Há aqueles que registram por escrito os deslocamentos vividos, como faz o búlgaro Tzvetan Todorov. Com 24 anos, tornou-se migrante: mudou de país, regime político e cultura e, como estrangeiro, experimentou perdas e ganhos. Autor conhecido, diretor de pesquisa e crítico literário em Paris, escreveu o autobiográfico “O homem desenraizado” (1999), e analisou, talvez por isso mesmo, em outros textos o problema do etnocentrismo, os encontros e desencontros entre pessoas, culturas, religiões, modelos políticos e sociais, inclusive sobre a violenta conquista espanhola de povos das Américas (1991; 1993).

Outro autor, bósnio e imigrante nos Estados Unidos, Aleksandar Hemon (2002), escreveu um elogiado texto, onde misturou ficção e lembranças. Por estar fora do seu país de origem sobreviveu ao cerco de Sarajevo e tratou dos horrores sofridos por quem estava lá e a respeito de suas próprias perdas e a dor como sobrevivente. Hemon, entrevistado sobre o livro,

1 Coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (NEPP-DH/CFCH/UFRJ) e professor da Escola de Serviço Social/CFCH/UFRJ.

ponderou a respeito do drama dos migrantes e afirmou que a “Imigração e o êxodo são provavelmente, os mais importantes fatos do mundo contemporâneo, ainda que os ricos (Oeste/Norte) ignorem isso sistematicamente” (Caderno Idéias. *Jornal do Brasil*, 14.09.2002).

O palestino norte-americano Edward W. Said, especialista nas relações entre Oriente e Ocidente, ele próprio deslocado muitas vezes em migrações, escreveu pouco antes de morrer suas memórias, intituladas *Fora do Lugar* com o propósito de “atravessar a distância de tempo e espaço entre a minha vida atual e a minha vida de então” (2004, p.16).

As memórias podem vir, como narrativas a respeito de si mesmo e de suas experiências ou podem ser fontes inspiradoras para tratar de problemas relativos a outros, inclusive enquanto ficção. No caso dos documentos existentes no Memória do Trabalho Escravo Contemporâneo (MTEC), onde se localiza o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC), há informações que são provenientes de narrativas sobre si e sobre outros. Há centenas de depoimentos de trabalhadores que escaparam de propriedades através de fugas ou foram libertados. Em muitos casos as pessoas narram na primeira pessoa. O depoente é portador de informações nas quais revela o processo de aliciamento, a viagem, o trabalho, a dívida e como saíram da unidade de produção, os riscos, as ameaças a violência.

Há textos que falam sobre os outros. São depoimentos de parentes, amigos ou se trata de algo escrito por um agente social da região onde o fato se deu ou de fora ou por um cientista social, um jornalista, um representante de alguma organização de classe ou do Estado. Uns e outros podem fazer descrições, relatar lembranças, tirar conclusões e emitir juízo de valor sobre os fatos. Os textos são individuais ou coletivos; representam pessoas físicas ou jurídicas.

Uma narrativa pode ser ficcional e, ao mesmo tempo, revelar algo antropológico e socialmente vital. Darcy Ribeiro que,

sendo “branco”, foi morar entre índios, escreveu um romance onde discorreu a respeito do drama do contato entre dois mundos, o indígena e o não indígena; tratou da experiência de alguém deslocado, ou, utilizando uma categoria cara a Norbert Elias e a John Scotson (2000) – em contexto diferente –, de alguém que se tornou um *outsider* de si mesmo. Em *Maíra*, temos a personalidade fragmentada do ser humano no desastre de um choque intercultural e etnocêntrico.

Sobre modalidades de escravidão contemporânea há também ficção. Diversos autores o fizeram. Um exemplo é o conto *A Enxada* de Bernardo Elis (1979), publicado no livro *Veranico de Janeiro*. Aqui o personagem principal é um camponês submetido no sentido mais pleno da palavra, coagido ao trabalho, mesmo sem ferramenta. Outra história é aquela de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: veredas*. Os personagens roseanos são jagunços, no sertão mineiro. Há algo de comum entre estes e os trabalhadores dos depoimentos não ficcionais presentes nos arquivos do MTEC: o medo presente em áreas rurais; em uma e outra situação há violência, morte e armas. Muitos são os medos e diversas, as coincidências de medo e há, em algumas páginas, mais uma coincidência de história quando o autor descreve um fazendeiro que “olhava feito o jacaré no juncal: cobiçava a gente para escravos!” (ROSA, 1984, p.388).²

Dois autores portugueses com obras admiráveis descrevem histórias que se confundem com a realidade do Brasil e de outros países. Ferreira de Castro (1945), com histórias de migrantes e de trabalhadores retidos em fazendas por dívida no início do século XX, em São Paulo e no Pará. O outro, Miguel Sousa Tavares (2004), constrói um romance, *Equador*, no qual revela um impasse vivido pelo personagem Luís Bernardes em 1905. O rei lhe reserva uma atribuição: ir para Santo Tomé e Príncipe, como governador, com a missão de defender Portugal de uma acusação Inglesa difícil de ser contestada de que havia trabalho escravo sob o pretexto de dívidas de pessoas

2 Sobre o medo, confira em FIGUEIRA (2004).

aliciadas em Angola e Cabo Verde e levadas para São Tomé. Na disputa comercial em torno do cacau, os ingleses reclamam desta concorrência desleal.

Lembrar é um ato de produzir sentido na recomposição de história que explica parte do tempo presente, pois o tempo e a história não são lineares e nem previsíveis. Contudo olhar hoje o passado é recuperar, sob o olhar do presente, com suas compreensões e seus riscos, algo de espaço-tempo, de emoção-criação que dá sentido não apenas ao que foi, mas ao que é.

A memória falha e, se produz sentido, também confunde ou muda a história por muitas razões: o tempo entre o fato ocorrido e o momento de seu registro, os aspectos mais delicados, que se deseja esquecer; ou aqueles que tiveram tanta importância subjetiva que crescem e se transformam; ou o ponto de vista de quem vê, sente, preserva e escreve ou fala. Cuidar da imaginação para que não confunda, exige quantas vezes checar as lembranças com anotações, conferir documentos e dialogar com outros que partilham as mesmas histórias!

Alessandro Portelli suscita uma reflexão sobre a complexidade da memória ao citar Giovanni Contini e a “memória dividida”. Este identificou em um episódio de Resistência ao nazismo, na Itália, uma memória “oficial” e outra “criada e preservada pelos sobreviventes”. Aquela articulou um discurso de elogio às vítimas como “mártires da liberdade”, esta, a dos parentes e sobreviventes, se restringiu ao luto e contestou uma ligação com a Resistência. Mais que isso, responsabilizou os membros da Resistência de irresponsáveis, causadores da retaliação alemã com suas mortes (PORTELLI, 1996, p.105).

POR QUE A MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA?

As razões da preservação ou de ocultação das memórias são múltiplas, o que não é diferente quanto à escravidão contemporânea. E as razões dependem de diversos fatores e do lugar social daqueles que estão dispostos ou se propõem a cul-

tivá-la ou ocultá-la. Tem razões para ocultar aquele que pode sofrer sanção por ter participado da história de forma direta ou indireta com fatos que socialmente são considerados condenáveis; ou sabe dos fatos e sofre alguma ameaça para que não os revele. Ou, se o nível de humilhação sofrida ultrapassar determinados limites, falar é razão de reviver experiências dolorosas sobre as quais se foge. Se for um trabalhador que mora próximo do aliciador, do empreiteiro ou de algum dos amigos destes, falar sobre o fato é também se expor fisicamente e expor a família.

Preservar a memória na narrativa oral ou escrita, por outro lado, pode também ser uma forma de exorcizar o problema, denunciar, se rebelar contra alguém ou contra o sistema que o propicia, de restabelecer aquilo que considera verdade; ou é um modo de se refletir sobre o passado. Na primeira narrativa, a oral, o agente, caso tenha sido vítima direta do trabalho escravo, fala aos de casa e aos de fora tão logo consegue escapar da situação ou ao longo dos anos posteriores. Ou, em outro caso, quem fala é aquele que ouviu a história e a reproduz oralmente para outros. E o fará por que a história lhe despertou atenção, se sentiu impressionado e indignado. Falará a meia voz ou publicamente. A segunda narrativa, aquela escrita, pode ser pelas mesmas razões ou por outras. A pessoa pode se sentir obrigado moralmente a fazê-lo; ou o faz por ser seu trabalho, como jornalista, escritor; estudioso ou funcionário público com responsabilidade funcional sobre casos como estes.

Trataremos aqui especialmente do segundo caso, daquele cuja narrativa é escrita. Temos como exemplo dois europeus que moraram no Brasil. Um, o português Ferreira de Castro, que ao escrever textos que tratam da migração e da escravidão por dívida, reflete sobre o período que passou, de 12 aos 14 anos, em um seringal do Pará, desprotegido e longe de relações de parentesco e amizade e prisioneiro de dívida como centenas de outras pessoas na mesma região na mesma

época. Ali mesmo começa sua escrita. Os personagens ficcionais que brotam revelam não apenas o que ouviu mas sua própria experiência; falam de um Brasil rural e de um sistema que persistia em outras regiões do mundo: a escravidão por dívida.

O outro europeu, Thomaz Davatz (1980), meio século antes, publicou no seu país de origem, a Suíça, as memórias do Brasil, em uma narrativa que não se pretende ficcional. A partir de seu olhar – como colono, subalterno da relação assimétrica da fazenda e estrangeiro –, revela as relações de trabalho em plantações de café na fazenda paulista do senador liberal e abolicionista Nicolau Vergueiro. Infelizmente, as relações de exploração não eram singulares, mas representavam a experiência vivida por centenas de suíços na mesma propriedade e a ser vivida nas décadas seguintes por alemães, italianos, chineses e japoneses em diversas propriedades de São Paulo. Davatz escreve com propósito de insurgir contra o sistema de “parceria” na área rural que ocultava a escravidão de homens brancos. Desta forma o autor também colocava contra a parede o sistema de migração promovido pelo país. Como Ferreira de Castro, escrevia por ter ouvido e por ter vivido. E escrevia porque considerava ter sofrido algo reprovável.³

Na literatura desenvolvida no Brasil, há autores que não tiveram a mesma experiência de Castro e de Davatz. Pode-se pensar, por exemplo, nos escritores brasileiros Bernardo Élis, Guimarães Rosa e Euclides da Cunha (1975), e nos estrangeiros como o missionário francês José Audrin (1946) ou o poeta e bispo catalão Pedro Casaldàliga (1970). Uns e outros também,

3 Furtado (1971, p.125-127) lembra que, em virtude dos abusos existentes no sistema de migração introduzido pelo governo brasileiro, em 1867, um observador alemão apresentou à Sociedade Internacional da Emigração em Berlim uma exposição na qual tentava demonstrar que os colonos emigrados para as fazendas de café do Brasil eram reduzidos a “escravidão disfarçada”. O país tinha, afirma Furtado, uma “forma de servidão temporária”, sem definição de limite de tempo”.

de alguma forma, trataram do problema e o denunciaram e, se não sofreram a mesma experiência de Ferreira de Castro e Davatz, utilizam também de contundência e de estilos diferentes - conto, romance, memória ou poesia.

Há ainda a literatura acadêmica. Nos anos 1970, o tema foi desenvolvido no primeiro momento com a utilização de categorias nativas para expressar uma relação de trabalho nas fazendas Amazônicas como *peonagem* e *servidão* (IANNI, 1978⁴; FURTADO, 1971, p.134; CARDOSO, 1977; ESTERCI, 1979) ou *morada*, para as propriedades do Nordeste (PALMEIRA, 1977). Aos poucos a categoria escravidão por dívida ou trabalho escravo foi incorporada à discussão de pesquisadores (ESTERCI, 1994; 1999; 2001; FIGUEIRA, 2008; 2006; 2004; MARTINS: 1999; 1995). E o MTEC será um local propício a diversas publicações onde a categoria está presente (CERQUEIRA, 2008; ESTERCI, 2007; FIGUEIRA, 2003; 2004; 2006; 2007; 2008).

A memória escrita, anterior ou não ao texto publicado, permanece obscura, perdida em gavetas e armários ou organizada em algum arquivo a ser acessado conforme a necessidade, o interesse e a curiosidade do pesquisador. A memória, na Memória do Trabalho Escravo Contemporâneo (MTEC), se encontra em seu estado originário, escrito à caneta ou a lápis, em papel precário de embrulho, caderno, rascunho; mas também está datilografada em velha máquina de escritório ou, digitalizada em moderno computador. Manifesta-se em bilhetes ou cartas com letras indecisas, com uma ortografia precária; em anotações rápidas realizadas em situações precárias; em relatórios impessoais ou pungentes. O texto surge na primeira ou terceira pessoa do singular, permeado de emoção; assistemático; ou mais cuidadoso; bem elaborado e mais completo segundo o objetivo com o qual ele foi construído. É redigido no local mesmo onde o trabalhador é vítima, no meio da mata derrubada, no escritório precário de uma organização de de-

4 Octávio Ianni (1978) utiliza às vezes a categoria “semi-escravo”.

fesa dos direitos humanos, em um escritório de autoridade em Brasília. Depende de quem o redige e do lugar social de quem o faz. Pode ser uma troca de correspondência entre parentes ou um bilhete dirigido a um agente social; uma carta de alforria assinada por um pistoleiro; uma declaração tomada por sindicalista, agente pastoral ou funcionário público; uma denúncia de um bispo; um inquérito; uma entrevista gravada e/ou filmada por um documentarista ou por um pesquisador. Esta é parte do material existente no MTEC.

UM POUCO DA HISTÓRIA DO GPTEC E MTEC

Havia desde 1996 um arquivo no Rio de Janeiro, em mãos particulares, com milhares de documentos que preservavam a memória da escravidão por dívida especialmente no sul do Pará e um grupo que se reunia voluntariamente para organizar o material e refletir sobre seu conteúdo. O arquivamento e a organização do material começaram no sul do Pará em 1977⁵ e se enriqueceu com novas documentações desde sua transferência para o Rio de Janeiro.

Em 2003, a então decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH/UFRJ), professora Suely Souza de Almeida, acolheu a pequena equipe e a documentação nas instalações do próprio Centro. A equipe se estruturou melhor e formou o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC)⁶, com o apoio financeiro da Fundação Ford.

Com a criação do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da mesma Universidade (NEPP-DH), o GPTEC passou a integrar esta Unidade de Ensino e sua documentação recebeu o nome de MTEC.

5 O autor do artigo, Figueira, morou por 20 anos no sul do Pará onde trabalhou na Comissão Pastoral da Terra (CPT) como funcionário e como voluntário, arquivou documentos para si e para a CPT.

6 <<http://www.gptec.cfch.ufrj.br/>>

1 – EM QUE CONSISTE A DOCUMENTAÇÃO?

O MTEC conta com mais de 978 pastas⁷ que abrigam milhares de documentos sobre a escravidão contemporânea, organizados em arquivos, por ordem alfabética. Entre os documentos, há informações prestadas por sobreviventes do trabalho escravo e por seus familiares coletados por componentes do GPTEC em pesquisas de campo no Mato Grosso, Piauí e Pará; há ainda documentação recolhida por agentes da CPT e sindicalistas; há peças de inquéritos policiais e de fiscalizações realizadas por auditores do trabalho; documentos do Ministério da Justiça, da Procuradoria Geral da República e do Trabalho, da Justiça Federal e do Trabalho, da Organização do Trabalho e recortes de jornais sobre o Pará, outras regiões do país e do exterior. Menos numerosos, mas constam também na documentação os depoimentos prestados por fazendeiros, empreiteiros e outros envolvidos de alguma forma com as relações de aliciamento e escravidão no Brasil. Além das pastas citadas, há outras que contêm resultados de entrevistas realizadas por pesquisadores com alguma relação com o GPTEC com pessoas que sobreviveram ao trabalho escravo, seus parentes e algumas com empreiteiros e fazendeiros.

Há ainda 1018 relatórios de fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (GM/MTE), cedidos pelo MTE e pela Procuradoria Geral da República que é submetido a uma classificação própria, realizada pelas autoridades⁸. Dispõe também de livros, revistas especializadas, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso, artigos publicados e inéditos, fotos, documentários⁹, material de comunicação e campanha

7 Arquivo Assuntos, 35 pastas; OIT/GPTEC, 18; Autores, 30; Personalidades 19; Entidades Públicas, 67; Entidades Privadas, 37; Trabalho Escravo (TE) Exterior, 7; TE Brasil, 35; TE Estados, 38; TE PA 29; TE/PA/Fazendas, 699.

8 Como são oriundos de duas fontes, há relatórios duplicados.

9 Documentários em áudio, vídeo, DVD, fitas cassetes são em torno de 60.

pela erradicação da escravidão e relatórios de pesquisas. A documentação está disposta em arquivos de pastas suspensas e prateleiras de metal.

Os arquivos estão organizados da seguinte forma: uma parte se refere aos casos de escravidão no mundo – é a parte menor; a segunda se refere ao Brasil. Este é subdividido conforme o Estado e há ainda, dentro dos Estados, pastas individuais relativas às suas respectivas unidades de produção, em geral fazendas agropecuárias ou carvoarias, envolvidas com o crime. Ainda há pastas distribuídas e organizadas: a) por aspectos temáticos – Amazônia, Agronegócio, Autoridades envolvidas em denúncias, Ameaçados de morte, Assassinados, Leis etc.; b) por autores brasileiros e estrangeiros e c) por organizações da sociedade civil que atuam de alguma forma no mesmo tema – Comissão Pastoral da Terra, Centro pela Justiça e o Direito Internacional, Anti-Slavery International, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho –, ou governamentais – Grupo Especial de Fiscalização Móvel e Superintendência Regional do Trabalho, Polícia Federal, Procuradoria Geral de República etc.

2 – OBJETIVO

O objetivo do MTEC, através do GPTEC, era e continua sendo empreender e estimular pesquisas, fornecer dados e análises ao Estado e à sociedade civil, que possibilitem a compreensão de vários aspectos da escravidão contemporânea brasileira e auxiliem a formulação de políticas públicas para sua erradicação. No espaço universitário, o GPTEC busca a produção do conhecimento, o debate e a investigação, envolvendo alunos e professores das diversas unidades de ensino.

Com o material, o GPTEC construiu um banco de dados que é alimentado e produz subsídios para as análises. Além disso, incentiva pesquisas, produção de textos, promove e participa de debates, conferências, reuniões da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), articula cursos sobre o tema graduação e especialização, orienta alunos de

iniciação científica e de extensão. Com estes promove conferências em colégios públicos e privados do município do Rio de Janeiro com o tema “Trabalho Escravo Longe e Perto de Nossos Olhos”.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GPTEC, é possível citar o *Seminário Internacional sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo* realizado em 2006, e duas *Reuniões Científicas: Trabalho Escravo e Questões Correlatas*, realizados no Campus da Praia Vermelha respectivamente em 2007 e 2008. Em outubro de 2009 realizou-se a *III Reunião Científica*, que contará com aproximadamente 45 professores pesquisadores de 15 universidades brasileiras e estrangeiras¹⁰. Como fruto do *Seminário* foi publicado *Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia* (CERQUEIRA et al, 2008) e está sendo preparado outro livro, relativo às *Reuniões Científicas*. Estão em curso algumas pesquisas e outras foram concluídas.

CONCLUSÃO

Os depoimentos e as histórias relatadas nos documentos existentes no MTEC se referem a homens e a mulheres deslocados de seus locais de moradias em função do trabalho, são por isso mesmo os *estranhos* ou os *estrangeiros* - utilizando uma categoria empregada por Claude Meillasoux (1995) – que experimentam uma sucessão de estranhamentos. O vivido e o experimentado – *deslocamentos*, transformações e rupturas, temporárias ou definitivas, com suas singularidades e desdobramentos – compõem a história destas pessoas.

A ação de sair de onde se está pode ser diferente e diferente a forma como ela é observada. Uns têm seus momentos de partida ou de chegada pressionados pela necessidade eco-

10 Deverão estar presentes, pesquisadores do Brasil – nove Universidades federais, uma estadual, outra particular – e pesquisadores do exterior – quatro universidades. Na II Reunião houve também presença de pesquisadores vindos do exterior.

nômica, por ameaças, riscos de vida, perseguições políticas, ou podem se deslocar por razões afetivas ou religiosas, por decisões de efetuar determinados estudos, por desejo de assumar determinadas tarefas. Se alguns se deslocam até fisicamente forçados, outros o fazem voluntariamente. E faz parte do desafio compreender as “bases sociais” para a submissão, a indignação e revolta (MOORE JR., 1987).

A preservação da memória, a análise da documentação e a pesquisa dão fundamentos para a tentativa de compreensão do problema, expressam um lado sombrio do país; apontam para violações fundamentais dos direitos humanos e para necessidades urgentes de elaboração e implementação de políticas públicas pela erradicação do trabalho escravo, 121 anos após a lei abolicionista homologada pela princesa Isabel.

REFERÊNCIAS

- AUDRIN, José M. *Entre sertanejos e índios do Norte: o bispo Dom Domingos Carrerot*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense; Cebrap, 1977.
- CASALDÁLIGA, Pedro. *Escravidão e feudalismo no Norte do Mato Grosso*. São Félix do Araguaia, MT, 1970.
- CASTRO, José Maria Ferreira de. *A Selva*. Lisboa: Guimarães, 2000.
- CASTRO, José Maria Ferreira de. *Emigrante*. Lisboa, Guimarães, [19--].
- _____. O escravo redimido. In: *Sendas de lirismo e de amor*. Lisboa. Edição Spartacus, 1925.
- CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de; et al (Org.). *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- CERQUEIRA, Gelva Cavalcante de; et al. (Org.). *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. v.1.
- CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. 1909. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1975.

DAVATZ, Thomaz. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ÉLIS, Bernardo. *Veranico de janeiro*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1979.

ESTERCI, Neide; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Décadas de combate ao trabalho escravo: avanços, recuos e a vigilância necessária. In: *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. v. 1, p. 331-346.

_____. Trabalho escravo no Brasil: as lutas para fazer reconhecer como crime condutas patronais escravistas. *Pauta*. Rio de Janeiro, v. 20, p. 85-98, 2007.

_____. Efeitos legais e institucionais das lutas contra as formas atuais de escravidão no Brasil. *Direito Federal: revista da Associação dos Juizes Federais do Brasil*, ano 20, n. 66, p. 201-22, janeiro a março de 2001.

ESTERCI, Neide. A dívida que escraviza. In: *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Goiânia: CPT, 1999, p.101-125.

_____. *Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: CEDI, 1994.

_____. Peonagem na Amazônia. Separata de: *Revista Dados*, IUPERJ, n. 20, p.123-133, 1979.

FIGUEIRA, R. Rezende; et al. Representações sociais de mulheres de ambiente, donas de pensão e parentes de trabalhadores submetidos à escravidão". In: *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. v.1, p.291-330.

FIGUEIRA, R. Rezende; et AL. Notas sobre mulheres do Mato Grosso e a escravidão por dívida". *O social em questão*, v.13, p.11-32, 2006.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, A. A. Um velho problema em discussão: o trabalho escravo por dívida. *Direitos Humanos no Brasil 2008: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, p.91-100, 2008.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. O trabalho escravo e a promiscuidade de autoridades. *Direitos Humanos no Brasil 2007*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2007. v. 1, p.53-57.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. O trabalho escravo e a construção da cidadania. SYDOW. Evanyze; MENDONÇA, Maria Luisa (Org.). *Direitos humanos no Brasil 2003: relatório da rede social de justiça e direitos humanos em colaboração com Global Exchange*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, v. 1, p.99-108, 2003.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; NUNES, J. R. V. Fugir era pior: eles pegavam e matavam. *O Social em Questão*, v. 13, p.98-120, 2006.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. 11. Ed, São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971.

HEMON, Aleksandar. *E o Bruno?* Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

IANNI, Octávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo social*. São Paulo, v. 6, n. 1/2, 1994/1995.

_____. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1999. p.127-164.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

MOORE JR., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na “plantation” tradicional. *Revista contraponto*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 2, novembro 1977.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996: p. 103-130.

RIBEIRO, Darcy. *Maíra*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1996.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. 16 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SAID, Edward W. *Fora do Lugar*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

TAVARES, Miguel Sousa. *Equador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002.

_____. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record: 1999.

_____. *A conquista da América*: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

Rosina Trevisan M. Ribeiro¹

INTRODUÇÃO

O sentido da preservação não significa uma visão nostálgica do passado, renunciando o presente e o futuro. Implica sim em qualificar o passado valorizando o que há de original visando resguardar a memória de um povo ou uma região.

Segundo Le Goff (1992, p. 471), “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não à servidão dos homens”.

Pierre Nora caracteriza dois tipos de memória: uma memória tradicional (imediate) e uma outra transformada em função de sua passagem pela história. Segundo o autor, “à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi” (NORA, 1993, p.15). Através desta memória histórica é que se estabelecem os “lugares de memória” entendidos por:

[...] museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que

1 Arquitecta, Professora Associada PROARQ/FAU/UFRJ.

é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p.13).

Tendo em vista os valores atribuídos ao patrimônio em função de serem símbolos de uma nação e provenientes de manifestações culturais, as políticas de preservação terminam por criar “lugares de memória” a serem preservados.

Este trabalho tem como objetivo apreender os conceitos de patrimônio, restauração e preservação dos valores atribuídos aos bens patrimoniais relacionados à sua autenticidade e originalidade. Estes conceitos serão relacionados ao patrimônio cultural edificado da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – visando mostrar seu valor e a necessidade de preservá-lo.

PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA PRESERVAÇÃO

Ao mesmo tempo em que na década de 80 teve início a difusão de uma ‘arquitetura mundial’, com a uniformização de padrões, desabrochou na população uma consciência da necessidade de se valorizar a identidade e a memória nacional. Concomitante a isto, surge na área do patrimônio a questão da atribuição de valores de base comercial aos objetos de arte. Para Françoise Choay (2001), através desta mentalidade capitalista, tudo se torna um bem de consumo, inclusive os “produtos da cultura”.

Na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais realizada no México em 1982, o seu documento final define patrimônio cultural como:

o patrimônio de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais que expressam a criatividade desse povo, a língua,

os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas (CURY, 1995, p. 275).

O Patrimônio Cultural de um povo não é formado apenas pelos seus grandes monumentos ou edifícios de grandes proporções, mas sim por tudo aquilo que representa a identidade, a cultura, a memória de um povo ou de um grupo étnico.

A preservação deste Patrimônio Cultural tem importância fundamental para o desenvolvimento e enriquecimento cultural da nação. Os bens culturais guardam informações, significados, mensagens, registros da história humana - refletem idéias, crenças, costumes, gosto estético, conhecimento tecnológico, condições sociais, econômicas e políticas de um grupo em uma determinada época.

A preservação pode se dar quer seja por um ato físico, como quando intervimos na matéria da restauração ou conservação, quer seja por um ato jurídico quando o governo, numa de suas esferas: federal; estadual; ou municipal; inscreve um bem material num livro de tombo.

O ato do tombamento é extremamente importante no aspecto de preservação permanente da coisa tombada, no entanto, deve ser muito bem embasado, visto que a União não possui recursos para manter o bem tombado em perfeito estado de conservação e o proprietário do bem (responsável por esta ação) normalmente não tem interesse em manter o imóvel, seja por desconhecimento do valor cultural do mesmo, ou por questão de cultura, que não valoriza o aspecto histórico/artístico de um bem.

A restauração e conservação do patrimônio edificado dar-se-ão através da intervenção em sua matéria. Cesare Brandi preconiza que

a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte em sua consistência física e em sua dupla polaridade estético histórica, com o obje-

tivo de transmiti-la ao futuro. [...] Deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo (BRANDI, 2004).

A restauração deve ter caráter excepcional, pois “todo objeto restaurado será, sem dúvida, menos completo, menos original, menos verdadeiro” (WARD, 1992). No entanto, deve-se aceitar esta perda de originalidade, pois a mesma se justifica em função da possibilidade de perda do próprio objeto ou de sua função. Já a conservação implica em medidas de segurança e manutenção da edificação para sua adequada utilização.

As intervenções realizadas num bem devem visar a sua Preservação através de ações que têm como objetivo a manutenção dos valores originais da edificação. Desta forma pode-se dizer que a preservação engloba toda e qualquer ação que vise a salvaguarda e a valorização do bem e a sua perpetuação para gerações futuras.

Com isto podemos formar a pirâmide básica dos conceitos relacionados à ciência da restauração.

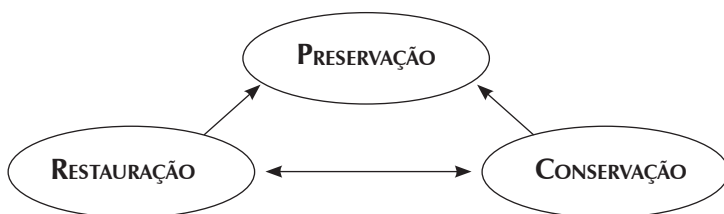


Figura 1: Restauração e Conservação visam a Preservação

A preservação está vinculada ao patrimônio cultural de um povo e ao valor atribuído a este patrimônio e a sua autenticidade.

VALOR E AUTENTICIDADE

O ato de preservar está diretamente relacionado ao conceito de valor atribuído ao patrimônio edificado. Estes valores

são os balizadores das decisões de intervenções físicas na edificação visando a manutenção da sua identidade e dos aspectos que a tornaram digna de ser preservada.

A atribuição de valores aos monumentos históricos está diretamente ligada à característica de representatividade ou excepcionalidade do bem patrimonial. Desde a criação do IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, até a década de 70, os exemplares a serem salvaguardados eram escolhidos pelos intelectuais, técnicos e especialistas da época, que determinaram ser a arquitetura colonial representativa de um passado histórico nacional. Estes determinavam o que achavam ‘boa arquitetura’, e os exemplares ‘não-artísticos’ representados principalmente pela arquitetura eclética eram desprezados, sem contextualizá-los ou historiazá-los.

A questão do valor atribuído ao patrimônio edificado foi amplamente discutido no início do século XX por Alois Riegl em seu livro *El culto moderno a los monumentos*. Segundo Riegl (1999), para que seja possível estabelecer os limites da intervenção em um patrimônio cultural edificado precisamos identificar que valores são determinantes daquele bem. Esta questão da importância de atribuição de valores ao patrimônio edificado só voltou à discussão na segunda metade do século XX quando na Norma de Quito (1967), documento extraído da reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico, discute a valorização de monumentos, mas se referindo especialmente à valorização econômica do bem.

Vinte anos depois, na Carta de Washington, em 1986, relacionada à salvaguarda de cidades históricas, estabelece que “os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem, em particular” (CURY, 2000). Finalmente, na Conferência de Nara, realizada em 1994, no Japão, que é baseada na Carta de Veneza (1964), o assunto é amplamente

discutido, quando trata da questão da autenticidade que está diretamente ligada ao valor intrínseco do bem e à identidade cultural da região em que este está inserido. Ressalta que julgamentos de valor devem estar de acordo com cada caso, ou cada cultura.

No ano seguinte a Carta de Brasília, documento regional do Cone Sul, especificamente sobre autenticidade, destaca que “a autenticidade dos valores se manifesta, se alicerça e se mantém na veracidade dos patrimônios que recebemos e que transmitimos à posteridade” (CURY, 2000, p.324). A palavra autenticidade está ligada “à idéia de verdade: autêntico é o que é verdadeiro, o que é dado como certo, sobre o qual não há dúvidas. [...] Nos encontramos diante de um bem autêntico quando há correspondência entre o objeto material e seu significado” (CURY, 2000, p. 325-326). A intervenção deve resgatar o caráter do edifício ou do conjunto sem alterar sua essência e equilíbrio, mas sim enaltecendo seus valores.

O princípio fundamental está em se distinguir o valor de obra de arte. A partir daí é que se opta pela solução adequada de intervenção. O objetivo é de não alterar a autenticidade do monumento.

O PATRIMÔNIO EDIFICADO TOMBADO PERTENCENTE À UFRJ

A Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – possui bens edificados tombados na cidade que contêm valores artísticos e/ou históricos inestimáveis. Muitos se encontram com perigo de perder estes valores e consequentemente sua identidade em função do mau uso, ou por estarem sendo subutilizados, ou mesmo abandonados. A seguir, ilustraremos as principais edificações tombadas pertencentes a esta Universidade e posteriormente serão analisados 4 destes edifícios.



Figura 2: Palácio Universitário
Fonte: Foto de Bira Soares, 2003



Figura 3: Museu Nacional
Fonte: www.pr3.ufrj.br/pr3/patrimonio.htm



Figura 4: Antiga Casa do Estudante
Universitário
Fonte: www.inepac.rj.gov.br



Figura 5: Instituto de Filosofia e Ciências
Sociais
Fonte: www.flickr.com/photos/8736724@N02/1092642591



Figura 6: Faculdade de Direito
Fonte: www.pr3.ufrj.br/pr3/patrimonio.htm



Figura 7: Escola de Música
Fonte: www.pr3.ufrj.br/pr3/patrimonio.htm



Figura 8: Hospital Escola São Francisco de Assis

Fonte: http://www.rio.rj.gov.br/sedrepahc/proj_rest_hospital_sao_francisco_assis.shtm



Figura 9: Escola de Enfermagem Anna Nery

Fonte: www.pr3.ufrj.br/pr3/patrimonio.htm



Figura 10: Praça da República, 22
www.pr3.ufrj.br/pr3/patrimonio.htm

A – PALÁCIO UNIVERSITÁRIO

O Palácio Universitário, situado na avenida Pasteur, 250, na Urca, um dos maiores exemplares da arquitetura neoclássica brasileira, foi projetado pelos arquitetos José Maria Jacintho Rebello e Joaquim Cândido Guillobel, além do engenheiro Domingos Monteiro, e construído de 1842 a 1852, para ser o Hospício D. Pedro II (Fig. 11). A partir de 1948 passou a pertencer à UFRJ, e hoje abriga o Fórum de Ciência e Cultura e diversas faculdades desta instituição, ocupando uma área de 11 mil metros quadrados.

Foi tombado pelo IPHAN em 1972, por seus valores históricos e arquitetônicos. De forma imponente e palaciana, o Palácio Universitário, guarda rigorosa simetria na composição das

fachadas e de suas plantas. Possui pórtico central em cantaria na fachada principal, dupla colunata no térreo e no sobrado, arrematado por um frontão triangular típico do período, paredes caiadas e cantarias em gnaiss bege (HOIRISCH, 2007).

Pode ser considerado o prédio mais bem preservado pertencente à Universidade. No entanto seria necessário se fazer um trabalho de educação patrimonial constante com seus usuários mostrando seu valor como exemplar arquitetônico de uma época e como elemento da história do país para que os mesmos zelem pela sua preservação pensando neste prédio de forma coletiva visando sua salvaguarda, e não apenas de forma individual para suprir necessidades pessoais quando executam mezaninos, divisórias e deterioram seus pisos de ladrilho hidráulico, seus azulejos importados (Fig. 13) e esquadrias magníficas de madeira.



Figura 11: Hospício de Pedro II, atual Palácio Universitário. Pintura de Victor Frond, 1859.

Fonte: Fórum de Ciência e Cultura, UFRJ.



Figura 12: vista aérea do Palácio Universitário.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Federal_University_of_Rio_de_Janeiro



Figura 13: circulação com painéis azulejados - Instituto de Economia

B – HOSPITAL ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS (HESFA)

O HESFA está situado na Av. Presidente Vargas, em local que originalmente era um mangue, projetado por Heitor Radermacher Grünewald para ser um abrigo de mendigos. Grünewald adotou o partido radial com base no Panóptico de Bentham, no qual a partir de um núcleo central é possível visualizar os demais prédios facilitando a observação e controle de seus ocupantes. É de estilo neoclássico com o corpo central destacado do restante do edifício, com aberturas obedecendo a um ritmo.

Em agosto de 1876, foi assentada a pedra fundamental em presença da Princesa Isabel, tendo sido inaugurado em julho de 1879 com a presença de D. Pedro II.

Em 1922, sofreu adaptações para se transformar no Hospital-Geral São Francisco de Assis. Juntamente com a Escola de Enfermagem Anna Nery desenvolveu atividades pioneiras no ramo da medicina, tornando-se um centro de referência em medicina. Foi desativado em 1977, quando da inauguração do Hospital de Clínicas na cidade universitária, e só voltou a ser reativado em 1988 em função da necessidade de leitos para as vítimas das enchentes ocorridas neste ano. Foi tombado pelo IPHAN em 1983 com inscrição no Livro Histórico e de Belas Artes.

Atualmente, possui cerca de 40% de sua área original desativada (Fig. 16), ocupada por pombos e ratos, em total estado de abandono. Em compensação em seu terreno foram construídos vários anexos sem qualquer valor arquitetônico e descaracterizando o aspecto principal do edifício que lhe deu identidade e valor qual seja o sistema radial de implantação (Fig. 14).



Figura 14: vista aérea do Hospital Escola São Francisco de Assis.
Fonte: Fórum de Ciência e Cultura, UFRJ



Figura 15: fachada interna, 2007.



Figura 16: interior de ala desativada, 2007.

C – ANTIGA CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO

A antiga Casa do Estudante Universitário – CEU, situada na Av. Rui Barbosa 762, Flamengo, com projeto do arquiteto Antonio Januzzi, foi inaugurada em 1922 para abrigar um hotel e restaurante (Hotel Sete de Setembro). Quatro anos depois

começa a funcionar como internato das alunas da Escola de Enfermagem Anna Nery, até 1973, quando passa a ser a Casa do Estudante Universitário. Teve seu conjunto tombado pelo INEPAC – Instituto Estadual de Patrimônio Cultural em junho de 1989, pela importância de seu estilo eclético, escadaria e por ser o último ponto remanescente de visibilidade do Morro da Viúva. Seis anos depois, em função do estado de degradação do prédio, a UFRJ retoma sua posse com vistas a restaurá-lo. No entanto, isto só veio a acontecer no início do século XXI, com a restauração do prédio anexo. O prédio principal continua em processo de restauração.

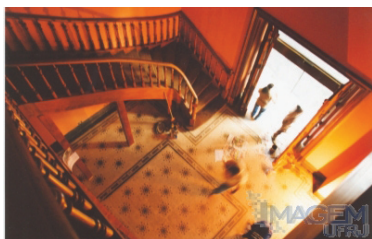


Figura 17: hall e escada do prédio anexo.

Fonte: www.imagem.ufrj.br/thumbnails/4/1235.jpg



Figura 18: fachada do prédio principal.

Fonte: www.imagem.ufrj.br/thumbnails/4/1235.jpg

O prédio teve seu projeto de restauração idealizado para ser um local de ensino, pesquisa e extensão da UFRJ. A sua destinação específica se alterou diversas vezes durante a fase de projeto e restauração. As obras do prédio anexo tiveram início em 2001, sendo inaugurado em 2005. Atualmente, permanece subutilizado, sendo ocupado pela DIPRIT – Divisão de Preservação de Imóveis Tombados e recebe alguns eventos esporádicos.

O prédio principal está em processo de restauração para funcionar o Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, com grande biblioteca e auditório.

É preciso salientar a necessidade da definição de uso adequado para o imóvel que está sendo restaurado, pois é este uso que irá ajudar a conservar a edificação. Segundo Carbona-

ra (apud KÜHL, 1998), “a reutilização do bem é o meio mais eficaz de garantir a sua preservação, pois um monumento sem uso se deteriora rapidamente enquanto aquele mantido em funcionamento pode durar séculos”.

D – PRAÇA DA REPÚBLICA 22

O edifício foi construído, provavelmente, em 1905. É um belo exemplar da arquitetura eclética carioca com base no estilo renascentista francês. Encontra-se em área do Corredor Cultural como imóvel de interesse de preservação.

O imóvel foi cedido à UFRJ no final de 1945, e ocupado pelo Instituto de Eletrotécnica da antiga Escola Nacional de Engenharia aproximadamente de 1948 a 1964, quando toda a Escola de Engenharia foi transferida para o Campus da Ilha do Fundão. Quatro anos depois foi instalada ali a Escola de Comunicação permanecendo até 1974, quando a mesma foi transferida para as dependências do Palácio Universitário.

Em final de 1986 o prédio foi cedido por 20 anos à Fundação Nacional Pró-Memória em troca da recuperação do mesmo por esta Fundação. Mas em função da extinção do órgão a cessão foi desfeita alguns meses depois. No final da década de 80, foram realizadas obras de recuperação do prédio as quais foram paralisadas pouco tempo depois. Em 2001 a UFRJ obtém a reintegração de posse, estando o edifício ocupado por moradores de rua, os quais são retirados do prédio.

O edifício permanece abandonado e está se degradando de forma assustadora com risco de desabamento. Diversos ambientes encontram-se sem pisos e tetos (Fig. 21), a cúpula está sem cobertura (Fig. 19) o que faz chover dentro da edificação, e diversas espécies de vegetação se desenvolvem em suas paredes e teto (Fig. 20).



Figura 19: cúpula, vista interna, 1996.



Figura 20: fachada Interna, 1996.



Figura 21: sala do 1º pavimento sem teto, 1996.



Figura 22: sala do 2º pavimento com elementos arquitetônico podendo ser recuperados, 1996.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As edificações aqui estudadas podem ser consideradas “lugares de memória” enquanto símbolos de uma arquitetura de época e locais de acontecimentos históricos nacionais ou locais, e com isto necessitam ser preservadas para conservação da memória coletiva da sociedade.

Foram apresentados dois exemplares da arquitetura neo-clássica nacional – Palácio Universitário e Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA) – com grande carga simbólica e valores artísticos e históricos inquestionáveis. Os dois casos são

considerados Patrimônio Nacional e estão em situações opostas de conservação. O Palácio Universitário, que possuía até 2004 uma equipe exclusiva para cuidar de sua conservação, encontra-se íntegro e com seus valores ainda preservados, necessitando hoje de um trabalho de restauração sim, mas principalmente de um trabalho de educação patrimonial com seus usuários. Já o HESFA encontra-se em total abandono com perigo de ruir (existem rachaduras nas suas paredes) e com isto a cidade, e mesmo o país, corre o risco de perder um dos raros exemplares brasileiros de estilo arquitetônico radial que foi palco da medicina de excelência no país. Este valor ainda pode ser resgatado como pode ser observado em uma vista aérea do prédio (Fig. 14).

Os outros dois edifícios apresentados – Antiga Casa do Estudante Universitário (CEU) e Pça da República 22 – são belos exemplares da arquitetura eclética carioca, estilo de uma arquitetura renegada pelos responsáveis pelo patrimônio nacional durante muitos anos e só reconhecida após a década de 1970. O edifício da CEU já teve seu anexo restaurado mas está subutilizado, e o prédio principal está em processo de restauração. O prédio da Praça da República está praticamente em ruínas sem que se possa entrar em suas dependências; no entanto possui elementos decorativos nas fachadas e mesmo alguns detalhes de forros (Fig. 22) que ainda podem ser resgatados.

Os valores atribuídos ao patrimônio edificado podem alterar-se com o tempo, com isto as intervenções realizadas são referentes a conceitos do tempo de sua execução. Isto dificulta a definição dos valores mais importantes do edifício anteriores à intervenção realizada. Desta forma, o próprio edifício define os limites da restauração a ser concretizada, garantindo a manutenção dos valores, da autenticidade e da identidade cultural do mesmo.

De acordo com Riegl (1999), as massas privilegiam o “Valor de Novidade” em prejuízo do “Valor de Antiguidade”, assim

como valorizam a juventude em detrimento da velhice. Isto reforça a necessidade da educação patrimonial conscientizando os usuários e a sociedade como um todo da importância da preservação do patrimônio edificado como fonte de memória.

REFERÊNCIAS

BRANDI, Cesare. *Teoría da restauração*. Trad.: Beatriz M. Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

HOIRISCH, Marisa. *Palácio universitário: materiais e técnicas construtivas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – PROARQ, FAU, UFRJ, 2007.

KUHL, Beatriz M. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2.ed. São Paulo: UNICAMP, 1992.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. PUC-SP, São Paulo, n.10, 1993.

RIBEIRO, Rosina Trevisan M. Reflexões sobre o limite da intervenção no patrimônio edificado. *Revista Saberes*. Jaraguá do Sul, Ano 4, v. 4, n. 2, p. 34-37, maio/ago. 2003.

RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. 2 ed. Madri: Visor Dis., S.A, 1999.

WARD, Philip. *La conservación del patrimonio: carrera contra reloj*. Marina del Rey, California: The Getty Conservation Institut, 1992.

HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS: UM RESGATE HISTÓRICO

Mariana Vaz de Souza¹

INTRODUÇÃO

Durante a década de 60, o que era considerado patrimônio histórico ganhou vulto e se estendeu. Conjuntamente, as cidades aceleraram seu crescimento e o que restou da memória de outros tempos passou a ser mais valorizado, não apenas no âmbito cultural, mas já incorporando os valores sociais e econômicos da atual realidade. Hoje, todo esse patrimônio edificado e preservado também se classifica de acordo com seus valores; sejam eles artísticos, históricos e (ou) arquitetônicos ou até mesmo pela instância a que esta relevância é verdadeiramente pertinente: municipal, estadual, federal e/ou até mesmo mundial.

O que particularmente este artigo pretende abordar não é em absoluto trazer à luz todas essas discussões em tantas instâncias e profundidades, mas sim destacar entre elas a problemática de um único objeto de estudo na tentativa de resgatar a sua autenticidade.

O objeto ao qual nos referimos é o Hospital São Francisco de Assis, tombado na instância federal, que consegue sintetizar todas as atrocidades que um bem pode sofrer devido ao tempo, ao mau uso e ao desrespeito à edificação, que lhe configuraram seu atual estado de conservação.

1 Arquiteta, mestre em Arquitetura pelo PROARQ/FAU/UFRJ. E-mail: marivaz@urbi.com.br



Figura 1- Fachada do Hospital



Figura 2: fachada lateral do Hospital

1- HISTÓRICO

O Hospital São Francisco de Assis, hoje situado na Avenida Presidente Vargas (Centro do Rio de Janeiro) faz parte do patrimônio da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi tombado pelo IPHAN em 1983 pelo processo 978/T/78 inscrição 490 – Livro Histórico fls. 86 em 23/06/83 e Belas Artes volume II fls. 5 em 23/06/83.

A sua origem remete ao início do século XIX quando ainda não havia, no Rio de Janeiro, nenhum lugar adequado para

recolher os mendigos existentes, espalhados pelas ruas, praças públicas e adros de Igrejas. Neste período, cabia ao chefe de polícia a incumbência de encontrar destino para toda essa população, que, quando em condições de trabalho era enviada à Casa de Correção.

Com o aumento desta população, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e o chefe de polícia resolveram criar em 1854 um albergue de mendigos. O antigo Matadouro de Santa Luzia foi utilizado para a instalação do albergue. Com a epidemia de julho de 1855, os mendigos ficaram reclusos no albergue e foram mantidos como os presos pobres da Justiça. A partir daí, os mendigos passaram a ficar sob a responsabilidade da polícia; desafogando, um pouco, a Santa Casa. Assim, o albergue foi se mantendo, embora o número de asilados só aumentasse.

Enfim, decorridos 20 anos, o albergue não passava de uma tentativa, não sendo possível continuar funcionando naquele edifício; que além de não possuir proporções necessárias ao seu bom funcionamento, era constantemente reclamado pelo seu proprietário.

Atendendo à necessidade pública de construir um asilo de mendigos, a lei nº 2.670, de 20 de outubro de 1876, consignou cem contos de réis para as obras do mesmo. Ao chegar da Europa, o arquiteto Heitor Grünewald ofereceu ao governo um projeto para o asilo, onde seriam recolhidos meninos de rua e mendigos em condições de trabalho.

O SISTEMA PANÓTICO

Em 1875, o arquiteto Heitor Rademacker Grünewalb expôs ao diretor-geral da Diretoria de Negócios da Justiça a necessidade da construção de um novo asilo, já que o atual, situado no prédio do antigo matadouro, na Rua Santa Luzia, encontrava-se em estado de calamidade.

Neste mesmo ano, o referido conselheiro recebeu do ministério, instruções para que fosse visitar os principais estabe-

lecimentos penitenciários da Bélgica, Holanda, França, Itália e principalmente Inglaterra, Irlanda, Alemanha e Suécia. Tais visitas objetivavam a organização de trabalhos preparatórios para reforma completa de novas prisões. Nesta época, o auxiliar do Diretor era o próprio Grünewald.

De posse dessas idéias, Grünewald começou a projetar o prédio para abrigar o asilo, hoje Hospital São Francisco de Assis, que foi o primeiro de caráter monumental a ser construído numa área de mangue – tal fato trouxe grande projeção ao arquiteto. Como partido arquitetônico, Grünewald adotou o radial que considerava se prestar melhor para vigiar e separar os sexos e as idades. Idéia esta logo aceita sendo autorizada a sua construção.

Esta idéia tem estreita relação com a viagem que fez junto com o conselheiro do ministério às penitenciárias da Europa. Como pode ser observado nas imagens, a arquitetura se baseava numa nova filosofia criada na Europa do século XVIII, onde os princípios de “vigiar e punir” as pessoas se faziam através da organização do espaço para que assim se controlasse melhor os indivíduos. Não era uma arquitetura feita para ser vista, como a dos palácios, ou para vigiar o espaço exterior, como o espaço geométrico das fortalezas, mas para permitir um controle interior articulado e detalhado.

A partir do século XIX, “o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, e por um lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcionam num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco – não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal), e o da determinação coerciva, da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar, como caracterizá-lo, como reconhecê-lo, como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante, etc.)”. (FOUCAULT, 1987, p.176)

O Panótico de Bentham demonstra bem esse princípio e nele se baseia em muito a arquitetura do hospital, com seus

raios voltados para um núcleo central de onde se pode observar e controlar tudo o que acontece no edifício.

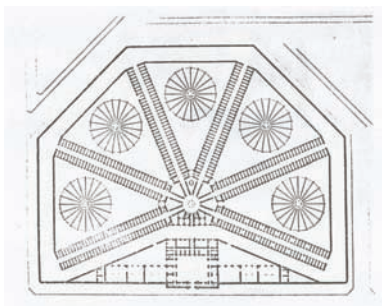


Figura 3: FOUCAULT, 1987.

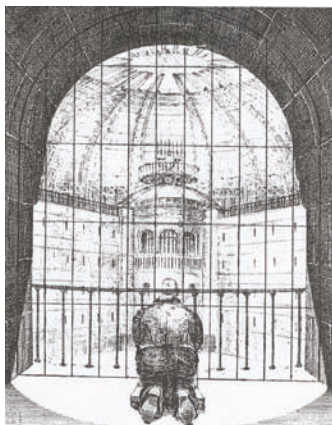


Figura 4: FOUCAULT, 1987.

Deste modo, pode-se melhor entender os princípios da arquitetura do hospital, pioneira e quase única no Brasil, portanto com grande importância histórica e artística. Dentro do estilo de arquitetura, o prédio se encaixa como exemplar da arquitetura neoclássica. Como já vimos, sua arquitetura não é comum, principalmente em termos da implantação, no entanto, também possui um pouco da horizontalidade, característica deste estilo. Na composição de sua fachada, observamos que o corpo central é destacado do restante do edifício, suas janelas são ritmicamente distribuídas, as colunas entre elas acentuam este ritmo e resgatam as características clássicas das ordens gregas e romanas, este classicismo também está presente na rusticação do seu embasamento em pedra.

Assim, em agosto de 1876, em presença da Princesa Isabel, foi assentada a pedra fundamental do asilo situado em terreno aforado pela Câmara Municipal à Casa de Correção, mas que era do domínio do Estado e não do Município. Apesar da dificuldade financeira, este foi inaugurado em 10 de julho de 1879 com a presença de D. Pedro II.

Em 1912, o edifício comportava 400 internos, o que tornava seu espaço insuficiente. Por isso, o diretor da época, Dr. M. F. do Rego Barros propõe a criação de uma colônia para os velhos ainda em condições de produzir algum trabalho, restringindo ao asilo única e exclusivamente os inválidos. O prédio continuou com esta finalidade até ser escolhido para sofrer as modificações e adaptações para se transformar, em 1922, no Hospital-Geral São Francisco de Assis.

Na época do governo de Epitácio Pessoa, Carlos Chagas era o diretor da saúde pública. Na ocasião da demolição do Morro do Castelo, Chagas viu uma boa oportunidade para dar um passo decisivo na transposição do espaço que havia entre o atendimento médico e o despreparo da sua estrutura de apoio; assim propõe a criação de um hospital de alto padrão e uma escola de enfermagem.

A partir daí, começou-se a procura pelo edifício, que seria, juntamente com equipamentos, doado pela prefeitura. Muitos edifícios foram então analisados, ficando as atenções recaídas sobre o Asilo São Francisco de Assis.

O Hospital São Francisco de Assis foi considerado um “divisor de águas” entre uma medicina sem infra-estrutura adequada, com sistemática científica, e uma medicina verdadeiramente moderna. Isto também se deve ao fato de ter tido contato com a visão e o esforço de Carlos Chagas na estrutura hospitalar.

Com a formação dos serviços clínicos e da Escola de Enfermagem Ana Néri, a estrutura e a organização do Hospital permitiram o desenvolvimento de atividades pioneiras. Tudo isto fez dele, por muito tempo, o centro médico-científico, através dos médicos que vinham até ele para aperfeiçoar seus conhecimentos, que irradiou este conhecimento para todo o Brasil.

ANÁLISE OCUPACIONAL

Desativado em 1977, em virtude da inauguração do Hospital de Clínicas na cidade universitária, o Hospital São Francisco

de Assis foi reativado em 1988, devido à necessidade de leitos para a internação das vítimas das enchentes ocorridas neste período, causadas por fortes chuvas que deixaram a cidade do Rio de Janeiro em estado de calamidade pública.

Sua reativação apressada e sem planejamento deu início à desfiguração e a favelização de seu espaço físico. Hoje o que se encontra no Hospital São Francisco de Assis é um verdadeiro retrato do descaso e do abandono que o edifício sofreu ao longo dos anos.

O seu espaço arquitetônico e o seu valor artístico, baseados na concepção do seu projeto original deram lugar a pombais, abrigos de ratos, mezaninos em concreto armado, e algumas outras patologias que suprimiram e até mesmo invalidaram a recuperação de parte de sua originalidade.

Enquanto isso, sua área adjacente cedeu lugar a puxados e outros elementos de qualidade arquitetônica bastante discutível, que por mais incrível que possa parecer, encontram-se tão sub-aproveitados e degradados quanto o espaço original do edifício. (Fig.5)

Esta é uma situação muito comum dentro do patrimônio hoje. Quanto mais terrenos adjacentes ao edifício original, maiores são as construções ao seu redor, que aos poucos vão assumindo o seu antigo programa e incorporando novas a instalações que julgam mais apropriadas, o que acelera a degradação do patrimônio e modifica sua volumetria, o que no caso do hospital São Francisco de Assis é ainda mais grave, se levarmos em conta a importância da configuração original do seu partido radial.

A situação se torna ainda mais grave se vislumbrarmos o que o Hospital representou até a década de 70, tendo já sido, até mesmo, referência da medicina mundial, nos tempos de Carlos Chagas.

Analisando sobre ambos os aspectos é possível constatar a perda de sua memória física e moral, que precisam ser resgatadas conjuntamente, a fim de devolver sua autenticidade.

TAXA DE OCUPAÇÃO DO TERRENO: 81,60%

ÁREA TOTAL DO PAVIMENTO: 3.249,73 m²



1º pavimento

ÁREA TOTAL DO PAVIMENTO: 2.372,60 m²



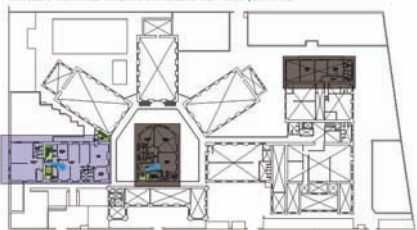
2º pavimento

ÁREA TOTAL DO PAVIMENTO: 957,10 m²



1º pavimento - mezzano

ÁREA TOTAL DO PAVIMENTO: 515,60 m²



2º pavimento - mezzano

PROGRAMA	EXISTENTE	PROPOSTA
■ Espaço terciarizado -	364,50 m ²	268,7 m ²
■ Espaço desativado -	3070,00 m ²	-
■ Serviços internos e administração -	1063,25 m ²	449,8 m ²
■ UCE -	986,38 m ²	1226,84 m ²
■ PAIFI -	234,25 m ²	115,8 m ²
■ CIA -	278,35 m ²	66,4 m ²
■ SAE -	215,00 m ²	197,40 m ²
■ Serviço de Reabilitação -	331,25 m ²	197,40 m ²
■ Laboratório -	193,25 m ²	197,40 m ²
■ PACBM -	24,50 m ²	UCE
■ CEFRAL -	27,00 m ²	26,83 m ²
■ Projeto Praça XI -	775,55 m ²	394,80 m ²
■ Atividades Interdisciplinares e Culturais -	-	688,00 m ²

■ Circulações verticais
→ Somente funcionárias
→ Somente usuários
→ Ambos os fluxos

Figura 5: situação atual do Hospital São Francisco de Assis

DIRETRIZES PARA UM PROJETO DE RESTAURO

Dentro do que se pode ser levantado em pesquisa e reconhecimento do espaço arquitetônico do Hospital, constatamos serem essenciais: (1) devolver ao edifício suas características

originais restabelecendo sua integridade física, histórica e arquitetônica; (2) planejar e adaptar seu espaço respeitando-o e lembrando sempre que é o uso que deve se adaptar ao edifício e não o contrário; (3) devolver ao espaço e a seus usuários a integridade moral; e (4) assumir no programa arquitetônico a interdisciplinaridade já existente no local criando, para esta, espaços delimitados, através da inserção de possíveis novos elementos que referenciem ou ressaltem algum dado importante ou necessário à adaptação de seu uso.

A interdisciplinaridade acima descrita se refere à utilização do hospital para desenvolvimento conjunto do trabalho prático e do acadêmico, implantados pela Faculdade de Medicina da UFRJ e pela Escola de Enfermagem Ana Nery.

Como já pode ser observado no histórico, trata-se de um dos primeiros e únicos exemplares de planta radial do Brasil; dentro da filosofia do panótico, e que hoje não mais se encontra com o seu aspecto original do início do séc. XIX. O edifício foi mudando de usos e sendo adequado a estes com o passar do tempo sem critério algum, fazendo com que hoje a recuperação de seu perfil original se torne ainda mais difícil.

No entanto, com base em fontes iconográficas, na planta original do projeto, em uma fotografia de 1925, e no croqui esquemático do edifício em 1922 – época da implantação do hospital – foi possível reconstituir o perfil original do edifício que passou por muitas alterações. (Figuras: 6, 7 e 8)

Através destas fontes, da pesquisa e observações “in loco” foi possível encontrar entre outras intervenções: (1) vãos descaracterizados; (2) a subdivisão dos dois pavimentos originais em quatro; (3) o aumento do raio esquerdo onde funciona o projeto Praça Onze; (4) a descaracterização do bloco da construção lateral, que originalmente era constituída de três blocos ligados por passagens mais estreitas e com pequenos pátios internos entre estes; (5) a demolição de uma escada situada no núcleo central do edifício que era encimada por uma clara-

bóia; (6) construção de anexos e (7) os problemas de conservação como de reboco, esquadrias, problemas no forro, etc.

De posse desses dados, baseados no conhecimento amplo e aprofundado da edificação as chances de erros e falsas interpretações do espaço arquitetônico original tornam-se mais difíceis e improváveis.

Garantida a memória cultural e arquitetônica do bem, também se torna de grande importância a manutenção do uso para garantir que o que for restaurado se perpetue e ganhe caráter conservativo exatamente por meio deste (figura 9).

A reutilização do bem é o meio mais eficaz de garantir a sua preservação, pois um monumento sem uso se deteriora rapidamente enquanto aquele mantido em funcionamento pode durar séculos. (CARBONARA, apud KÜHL, 1998, p.209)

Para garantir que o uso seja capaz de manter e conservar a edificação, é necessário que esse também seja estudado. No caso do Hospital, a possibilidade do atual uso se manter, também diz respeito ao referencial social que sempre esteve presente em sua história e que de certo modo pode ter garantido sua sobrevivência.

No entanto, para que toda esta proposta de restauro fosse realizada, foi necessário um estudo do programa hoje existente no Hospital, sua real necessidade, e a certificação de que seria possível adaptar este programa ao edifício.

Assim, constatamos que mais de 40% da área total hoje edificada está desativada, e que a área necessária para a reimplantação do programa é compatível à área que o edifício original pode disponibilizar. É possível garantir a manutenção do uso dentro de um planejamento racional que garanta ao edifício a recuperação de sua configuração original, a sua integridade física e a sua dignidade moral.

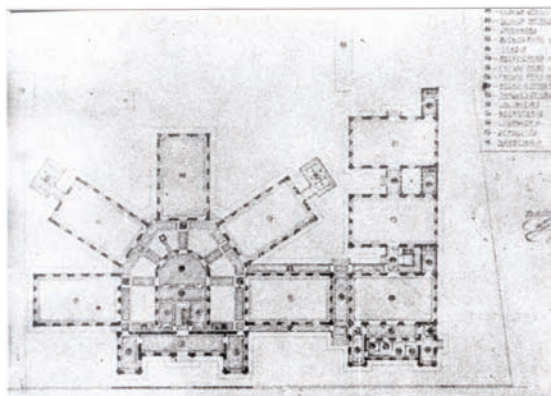


Figura 6: planta do projeto original

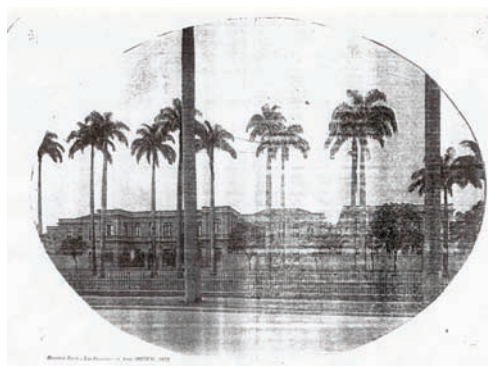


Figura 7: vista do Hospital em 1925.

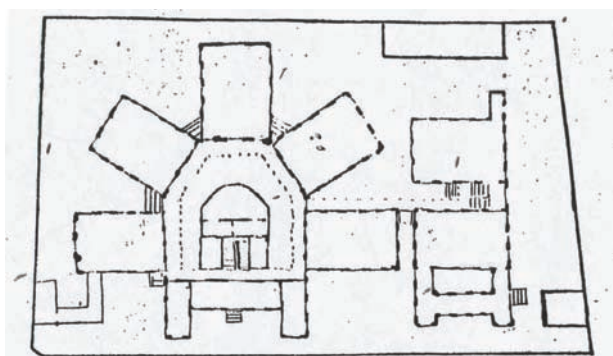


Figura 8: croqui da planta do Hospital em 1925

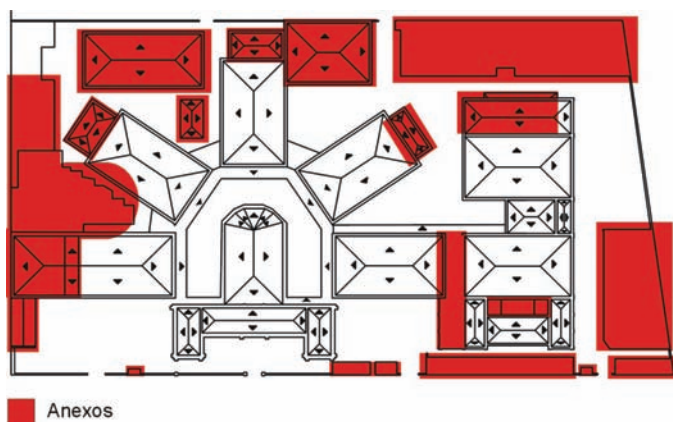


Figura 9: mapeamento das construções anexas ao edifício original

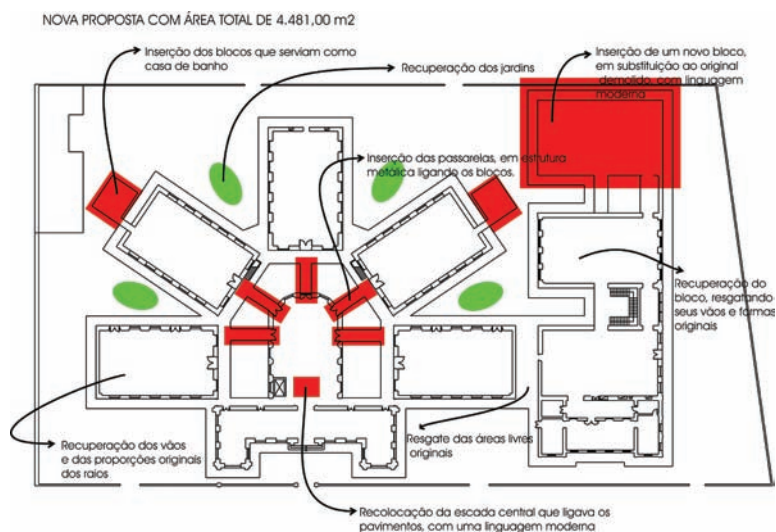


Figura 10: estudo de nova proposta de uso respeitando o partido original

CONCLUSÃO

A arquitetura vernacular, de certa forma, também destaca na sua amplitude monumentos isolados como o Hospital São Francisco de Assis (HESFA), que assim como os demais, dentro de seu contexto, também deve ser visto sob a dupla polaridade estética e histórica garantindo, assim, que sua arquitetura não

seja tratada de forma reduzida ou simplificada e consequentemente não resulte numa prerrogativa negativa.

Hoje, o HESFA se destaca na paisagem pelo descaso, abandono e desrespeito à memória cultural da cidade, do patrimônio público e da memória histórica da Medicina e da Enfermagem no Brasil, que tiveram sua arquitetura como pano de fundo.

O resgate da memória de um bem ajuda no seu resgate físico, na sua restauração, devolvendo sua valoração física e artística e sua memória cultural permitindo assim que seu valor enquanto patrimônio histórico seja não só legítimo do ponto de vista legal, mas também moral.

Portanto, conhecendo os valores históricos, artísticos, arquitetônicos e, por que não, sociais de um bem, é possível resgatar sua autenticidade e, com isso, reconhecer o verdadeiro significado do patrimônio histórico e a necessidade da sua preservação enquanto objeto arquitetônico e memória cultural.

REFERÊNCIAS

AGUINAGA, Hélio. *Hospital São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1977.

ARAÚJO, Marcos Barros. *Normas e padrões para projetos hospitalares*. Apostila FAU/UFRJ, [19--].

ASSISTÊNCIA PÚBLICA E PRIVADA NO RIO DE JANEIRO. Anuário de 1922.

BRANDI, Cesare. *Teoria del restauro*. Roma: Einaudi, 1977.

BRAZIL. Ministério da Cultura. *Cartas patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995.

CESCHI, Carlo. *Teoria e storia del restauro*. Milano: Mario Bulzone Editore, 1957.

D'ORSAT, Angelis. *Guia para o estudo metodológico dos monumentos e de suas causas de deterioração*. Trad. Thays Mendonça. Editado pelo ICCROM, [19--].

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

IPHAN (Brasil). *Manual do IPHAN: roteiro para apresentação de projeto básico de restauração do patrimônio edificado*. rev. Rio de Janeiro: DEPROT, Divisão de Apoio Técnico, 2000.

IPHAN (Brasil). *Manual do IPHAN: roteiro para apresentação de projeto executivo de restauração do patrimônio edificado*. rev. Rio de Janeiro: DEPROT, Divisão de Apoio Técnico, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial; FAPESP, Secretaria da Cultura, 1998.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura. *Guia da arquitetura neoclássica do Rio de Janeiro*. 2000.

_____. *Manual para elaboração de projetos de edifícios de saúde na cidade do Rio de Janeiro*. 1996.

DOCUMENTAÇÃO

Fichas do Arquivo da 6ª SR do IPHAN

Fichas do Arquivo Geral do IPHAN

PROJETO OFICINA DE ESTUDOS DA PRESERVAÇÃO: UM LUGAR DE MEMÓRIA

Maria Rosa dos Santos Correia¹

O IPHAN NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura responsável por preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações. Criado em 13 de janeiro de 1937, o IPHAN foi regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro do mesmo ano, no governo do então presidente Getúlio Vargas, e estruturado por intelectuais e artistas brasileiros da época.

Apesar de 1937 ter sido o ano de criação do SPHAN, antiga denominação do IPHAN, 1936 foi fundamental para a instituição, pois foi neste ano que o escritor Mário de Andrade elaborou o anteprojeto do “Serviço do Patrimônio Artístico Nacional” a pedido de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública, que norteou a criação desse órgão.

A presença de intelectuais à frente do SPHAN contribuiu para o prestígio da instituição. Bomeny (2001, p.15) afirma que os intelectuais do Patrimônio “compuseram a assim chamada constelação Capanema”. E foram muitas as “estrelas” que com-

1 Servidora da Superintendência do IPHAN no Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Marketing pela ESPM e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO.

puseram este céu. Além do próprio Ministro da Educação e Saúde à época, Gustavo Capanema, e seus formuladores, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, o IPHAN contou com nomes como o poeta Carlos Drummond de Andrade – organizador do arquivo e chefe da seção de história; o arquiteto Lúcio Costa – chefe do Departamento de Estudos e Tombamentos; o jurista Afonso Arinos de Melo Franco – consultor jurídico; o poeta Manuel Bandeira – colaborador em várias publicações; o historiador Noronha Santos e o sociólogo Gilberto Freyre – colaboradores nos trabalhos de investigação social e artística do Brasil e intelectuais como Oscar Niemeyer², Cândido Portinari³, Anísio Teixeira⁴ e Sérgio Buarque de Holanda.⁵

Essa “constelação” foi tão grandiosa e tão importante para o início da institucionalização do patrimônio que ajudou na construção de um mito para a instituição, “o Sphan do doutor Rodrigo”. Fonseca ressalta como os intelectuais marcaram presença nesse período, um período denominado de “verdadeiro Sphan”, afirmando que estes:

[...] exerceram, ao mesmo tempo, a função de intelectuais e homens públicos, e marcaram sua presença no serviço iniciado em 1936 – mais, talvez, que em qualquer outra instituição estatal de que tenham participado naquele pe-

2 Arquiteto. Foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes de 1930 a 1931. Integrou a equipe que desenvolveu o projeto da sede do Ministério da Educação e Saúde Pública. Autor do projeto do Plano Piloto de Brasília.

3 Pintor brasileiro renomado internacionalmente. Pintou quase 5.000 obras ao longo de sua vida. Foi professor de pintura do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal. O Palácio Gustavo Capanema possui revestimento externo decorado por azulejos de sua autoria.

4 Advogado, educador e escritor. Dirigiu o *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP*. Foi o criador e primeiro dirigente da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atual CAPES, e um dos idealizadores do projeto da Universidade de Brasília.

5 Jornalista, historiador e professor. Foi diretor do Museu Paulista de 1946 a 1958 e presidente do Instituto de Estudos Brasileiros. Entre 1963 e 1967, foi professor convidado em universidades no Chile e nos Estados Unidos.

ríodo – de forma tão profunda e duradoura que, até hoje, para alguns, o Sphan dos anos 30-40, o Sphan ‘de doutor Rodrigo’, é o verdadeiro Sphan, tendo se tornado praticamente sinônimo de *patrimônio* (FONSECA, 2005, p. 82).

No Brasil, segundo Velloso (2003, p.147) as elites intelectuais sempre estiveram presentes nos momentos de crise e mudanças históricas no cenário político, como a instauração do Império, a Proclamação da República, a Revolução de 30 e o Estado Novo, defendendo o direito de interferirem no processo de organização nacional.

No entanto, foi no Estado Novo que o poder abriu um espaço privilegiado para a atuação dos intelectuais, quando os chamou a integrar os quadros das diversas instituições criadas à época. A eles caberia ser o elo entre o povo e o Estado. Esta abertura não ocorreu por acaso. O Estado se apropria dos intelectuais, oriundos do movimento modernista, para legitimar e ser identificado como defensor da Nação e da cultura brasileira. É através da criação de instituições como o IPHAN que ele busca resgatar a identidade nacional do povo brasileiro. E é através dos intelectuais que esse processo vai se concretizar. A eles seria dado o papel de “salvadores” da verdadeira identidade de nosso povo e de seu patrimônio, que privilegiaria a cultura popular, em detrimento da cultura européia, que orientava até então a cultura brasileira. A atuação e os discursos destes intelectuais iriam, pois, reforçar o projeto de unidade nacional do governo.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e sua importância mereceram atenção da mídia escrita. Encontramos no Jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, em 19/05/1936, a seguinte matéria elogiando tal iniciativa:

mais um relevante trabalho do ministro Gustavo Capanema ao país a criação do Serviço de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico, com a incumbência entre outras

múltiplas e variadas, de realizar o tombamento geral dos monumentos e evitar a evasão das obras, objetos de arte e de história dignos das nossas tradições e do nosso apreço. [...]

Ninguém pode obscurecer a importância e oportunidade dessa iniciativa, amplíssima e abrangendo larga campanha que mobilizará os esforços e o patriotismo de estudiosos, historiadores e especialistas no sentido de salvaguardar o que pelo Brasil fora ainda possa restar merecedor de conhecimento, conservação e divulgação [...] (*Diário da Noite*, 19/05/1936 apud ANDRADE, 1987, p. 24).

Os primeiros anos da instituição foram de trabalho árduo, de onde se originou a seleção de uma quantidade de bens a serem tombados e inscritos em quatro livros de tombo: arqueológico, etnográfico e paisagístico; histórico; das belas artes; e das artes aplicadas. Esse período ficou conhecido como *fase heróica*, pelas dificuldades, abnegação e o entusiasmo daqueles que trabalharam naquela época, como ressalta Azevedo:

a tarefa de descobrir monumentos era feita com grande entusiasmo e enormes dificuldades, nos finais de semana, pelos diretores regionais e seus auxiliares, através de estradas poeirentas, ônibus, caminhão ou cavalo, quando não em lanchas e canoas, sob sol e chuva, o que tornou esta fase da SPHAN conhecida como “heróica” (AZEVEDO, 1987, p. 82).

Segundo Andrade, essa fase foi, também, muito produtiva e diversificada, tendo em vista as inúmeras ações que foram desenvolvidas em prol do patrimônio, como por exemplo, as de pesquisa, restauração, documentação, inventário e registro fotográfico:

obras de conservação, consolidação e restauração realizaram-se em proveito dos bens tombados; foram empre-

endidos estudos e pesquisas relacionadas com a história e a arte do país em diversas áreas; organizou-se arquivo de documentos e dados colhidos em arquivos públicos e particulares, de irmandades, sobretudo, iniciaram-se os trabalhos de inventários dos bens tombados; reuniu-se valioso arquivo fotográfico e estruturou-se uma biblioteca rigorosamente especializada [...] (ANDRADE, 1986, p. 21).

Em 1939, dois anos após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, existiam 276 monumentos tombados, sendo 261 edifícios e obras de arte, seis logradouros e conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, espalhados pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Piauí, Bahia, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Paraíba, Rio Grande do Sul, Pará e Ceará.

Desde então, a instituição passou por muitas mudanças, principalmente em suas denominações e estrutura, conforme demonstrado no quadro abaixo. Em 1946 torna-se Diretoria (DPHAN); em 1970 passa a ser Instituto (IPHAN); em 1979, além de tornar-se Secretaria (SPHAN), é criada a Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM), incumbida de executar a política do SPHAN; em 1981, após a criação da Secretaria da Cultura do MEC, passa a ser Sub-secretaria; em 1985, restabelece-se a Secretaria (SPHAN); em 1990, com a extinção da SPHAN e da FNpM, cria-se o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e finalmente em 1994, o IBPC volta a se chamar IPHAN, denominação que permanece até os dias atuais.

Período	Denominações - Trajetória
1937	Criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN
1946	Passa a ser Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN
1970	Muda para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Período	Denominações - Trajetória
1979	Torna-se Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN Criada a Fundação nacional Pró-Memória – FNpM para executar a política do SPHAN
1981	Passa a ser Sub-Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
1985	Volta a ser Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN
1990	Extintas a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e a Fundação nacional Pró-Memória – FNpM Criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC
1994	Volta a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Passados pouco mais de setenta anos, o trabalho do IPHAN vem sendo realizado através de sua Administração Central em Brasília/DF e no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro/RJ, nas Superintendências Regionais e em suas outras unidades espalhadas pelo Brasil. Ações que contemplam uma parcela significativa do patrimônio cultural brasileiro. São mais de 20 mil edifícios tombados, 83 centros e conjuntos urbanos, 12.517 sítios arqueológicos cadastrados. Agregam-se a estes também mais de um milhão de objetos, incluindo: acervo museológico; cerca de 250 mil volumes bibliográficos; documentação arquivística; registros fotográficos e cinematográficos em vídeo. Além da proteção de todo esse patrimônio material, o IPHAN vem promovendo o registro do patrimônio imaterial do povo brasileiro. Os bens são agrupados por categoria e registrados em livros, classificados em: Livro de Registro dos Saberes, para os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro de Celebrações, para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social; Livro de Registros das Formas de Expressão, para as manifestações artísticas em geral; e Livro de Registro dos Lugares, para mercados, feiras,

santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas (IPHAN, 2009).

De acordo com a Convenção da UNESCO, realizada em Paris no dia 17 de outubro de 2003, são considerados Patrimônio Cultural Imaterial

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2009).

Entre os bens imateriais já registrados pelo IPHAN encontram-se o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; a Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi Ofício das Baianas de Acarajé; o Jongo no Sudeste; a Feira de Caruaru; o Frevo; as Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo; o Tambor de Crioula; o Círio de Nossa Senhora de Nazaré; a Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira; e em janeiro último registrou-se o modo de fazer Renda Irlandesa produzida em Divina Pastora (SE).

Entre as ações desenvolvidas pela instituição, a Educação Patrimonial vem, ao longo dos anos, ganhando força e atenção. Essa ação constitui, entre outros, um instrumento da política global do IPHAN, e tem por objetivo difundir e valorizar o acervo cultural do país. Uma de suas principais finalidades é produzir e transmitir, por meios e metodologias diversas, o conhecimento acumulado pela instituição sobre esse acervo aos cidadãos, grupos étnicos, comunidades e diferentes segmentos da sociedade brasileira, respeitando-se suas especificidades, para que possam reconhecer o valor simbólico dos bens culturais inseridos no contexto em que vivem e atuam. Somente a partir do reconhecimento pelo cidadão dos valores de seu próprio patrimônio pode-se contar com sua colaboração e comprometimento em ações em prol da preservação e valorização desses bens (IPHAN, 2009).

A Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro – IPHAN-RJ – é um dos braços de atuação da instituição e tem o dever de proteger, conservar, identificar e promover o patrimônio deste estado. Neste caso, incluem-se desde os mais importantes prédios, parques e monumentos considerados cartões-postais do Rio, fazendas e fortalezas, casas e sobrados; capelas, igrejas e mosteiros – incluindo o valioso acervo guardado nesses edifícios – até os conjuntos urbano-paisagísticos de Vassouras e Petrópolis, o município de Paraty e as dunas de Cabo Frio. Além disso, o trabalho da Superintendência, dentre outras atividades, contempla o registro de sítios arqueológicos; a fiscalização e o inventário do acervo móvel e integrado das igrejas tombadas; a fiscalização permanente e orientação aos proprietários e à população em geral sobre como evitar intervenções arquitetônicas que prejudiquem a leitura visual, a parte estrutural ou a relação dos monumentos com o meio ambiente; e, ainda, o controle da entrada e saída de obras de arte e antiguidades do país.

Para realizar todas as suas atividades a Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro conta, também, com o apoio e a atuação de quatro representações localizadas nas cidades de Paraty, Petrópolis, Cabo Frio e Vassouras. Essas unidades de ponta exercem o papel de aproximação do IPHAN-RJ junto às comunidades das regiões onde se localizam.

Dentre as muitas atividades de educação patrimonial que a Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro e suas unidades de ponta vêm promovendo ao longo dos anos, destacamos o projeto *Oficinas de Estudos da Preservação* criado em 2002 com o intuito de promover o intercâmbio de experiências e a disseminação das informações sobre o tema Patrimônio.

O PROJETO OFICINA DE ESTUDOS DA PRESERVAÇÃO

Um olhar atento sobre as sete décadas de atuação do IPHAN demonstra uma instituição com um extenso e diversi-

ficado trabalho na área do patrimônio e de sua preservação. A experiência e o conhecimento acumulados ao longo de mais de 70 anos de atuação da instituição precisa, portanto, ser disseminada, socializada e assim promover reflexões e estudos.

Deste pensamento nasceu, em 2002, o projeto *Oficina de Estudos da Preservação*, organizada pelo IPHAN-RJ, com o objetivo de oferecer aos técnicos da casa e ao público em geral, principalmente aos pesquisadores e estudantes, palestras com temas ligados ao Patrimônio.

A primeira palestra ocorreu em 10 de abril de 2002, no auditório do IPHAN-RJ⁶, com a apresentação da arquiteta Ana Lúcia de Almeida Gonçalves e seu trabalho intitulado “Iluminação urbana do bairro histórico de Paraty – concepção do projeto de luminotécnica”.

As palestras vêm sendo proferidas por profissionais da própria instituição e convidados que desenvolveram pesquisas e trabalhos de destaque, cujos temas se relacionam com a área de atuação do IPHAN. A seguir destacamos algumas das palestras realizadas ao longo do projeto e seus palestrantes:

2002	
Revitalização do Hospital São Francisco de Assis	Arquitetas Mariana Vaz de Souza e Rosina Trevisan M. Ribeiro
A Recuperação da Cidade de Goiás	Engenheiro Jorge Campana
Osteobiografia dos Índios Tenetehára-Guajajara	Antropólogo Físico João Carlos de Oliveira Gomes
O Centro como Centro: A Recuperação da Cidade Velha na Havana	Arquiteto José Aguilera
Festa, Cultura Popular e Identidade Nacional – As Escolas de Samba do Rio de Janeiro (1928-1949)	Geógrafo Nelson da Nóbrega Fernandes
O Palácio de São Cristóvão e a Quinta da Boa Vista: História e Preservação	Museólogo João Carlos Ferreira

6 Avenida Rio Branco, 46 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP. 20090-002.

2003	
As razões da arte: política ilustrada e neoclassicismo (1808-1831)	Historiador da Arte Marcus Tadeu Daniel Ribeiro
O Legado da Paisagem – Patrimônio Paisagístico	Arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim
A Conservação de Obras Modernas – Estudo de Caso de Jardins Restaurados de Roberto Burle Marx	Arquiteta Paisagista Ana Rosa de Oliveira
Conservação e Restauração do Acervo Têxtil	Conservadora e Restauradora Claudia Nunes
Arquitetura Rural do Vale do Paraíba Fluminense	Arquiteta Isabel Rocha
O Azulejo – diferentes leituras	Arquiteta Dora Alcântara

2004	
O acervo de indumentária do Museu Histórico Nacional	Museóloga Vera Lima
O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial	Antropóloga Letícia Vianna
Restauração e Renovação da Catedral de Valença/RJ	Arquiteto Cyro Corrêa de Oliveira Lyra
La Laguna ao tempo de Anchieta	Historiador da Arte Carlos Javier Castro Brunetto (Espanha)
A Presença franciscana no Brasil nos séculos XVIII e XIX: interação social, política, religiosa	Historiador Sandro Roberto da Costa
Memória e direitos indígenas	Antropólogas Sheila Sá e Maria Elizabeth Brea Monteiro

2005	
Interfaces entre Patrimônio Nacional, Cultural e Imaterial no Parque Nacional da Tijuca	Museóloga Ana Cristina Vieira
Tecnologia da conservação de pedras: Uma sistematização dos procedimentos para conservação dos elementos de fachada	Arquiteta Yanara Costa Haas

De Igreja da Fazenda de São Bento a Núcleo Agrícola: Patrimônio, Educação e Memória no Desenvolvimento de Duque de Caxias	Pesquisadores Alexandre dos Santos Marques, Jeanne Cordeiro de Oliveira e Selma Chagas de Oliveira
O patrimônio cultural das coleções e as configurações epistemológicas moderna	Filósofa Ana Luísa Janeira (Portugal)
Educação Patrimonial: Produção e Contação de Histórias	Antropóloga Lygia Segala e Pedagoga Léa Calvão

2006	
A gestão dos museus e as práticas turísticas	Museóloga Telma Lasmar
As devoções Cariocas	Historiador José Antonio Nonato
Mandioca: Saberes e fazeres	Pesquisadoras Maria Dina e Guacira Waldeck
Atyguazu: Fórum Permanente das três culturas	Arquiteto Ivo Barreto
Hipólito da costa: Um projeto para o Brasil	Cientista política e historiadora Isabel Lustosa
Projeto de Arqueologia na Bahia	Arqueóloga Maria da Conceição Beltrão

2007	
Sentidos e formas do habitar indígenas: Estudo de caso, entre os Wajãpi do Amapá	Arquiteta Catharine J. S. Gallois
Fortificações e Desenho Urbano – o caso de Rio de Janeiro	Arquiteto Adler Homero Fonseca de Castro
O Espaço Caiçara: um estudo socioespacial da Praia Grande da Cajaíba – Reserva Ecológica de Juatinga/RJ	Arquiteto Manoel Vieira
Evolução da Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Arquiteto Carlos Fernando de Souza Leão Andrade
Patrimônio na Inglaterra	Historiador Geraint Franklin (Inglaterra)
Mapeamento dos terreiros de candomblé do Estado do Rio de Janeiro	Museóloga Marcia Ferreira Netto

2008	
A contribuição Afro-bantu na formação cultural brasileira	Pesquisador Walter José Teixeira da Silva
Mudando antigos costumes: o debate sobre as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João (1808-1821)	Historiadora Marieta Pinheiro de Carvalho
O fogo e as obras de arte	Consultor de segurança aposentado do Louvre Alain Raison (França)
O desmonte do Morro do Castelo: um olhar social	Historiadora Cláudia Míriam Quelhas Paixão
Abordagem Jurídica das Interfaces entre Patrimônio Cultural e Meio Ambiente	Advogado Guilherme Cruz de Mendonça
Intervenção Paisagística na enseada de Boloña-Tarifa/Cádiz	Arquiteta Julia Reys (Espanha)

2009	
Reflexões sobre o imaginário e origens da tipologia balneária hoteleira carioca na década de 1920	Arquiteta Maria Helena Hermes
A Cidade e suas múltiplas dimensões. Baseado no livro Juiz de Fora: Projetando Memória	Arquiteto Sávio Guimarães
Urbanismo e Morfologia nas cidades marítimas atlânticas de origem portuguesa	Arquiteta Isabelle Cury

Em 2008, o IPHAN-RJ publicou o livro *Oficina de Estudos da Preservação – Coletânea I*, contendo os artigos produzidos sobre as palestras ministradas nos anos de 2002 e 2003. A distribuição deste primeiro volume foi gratuita e priorizou as inúmeras universidades públicas em todo território nacional e as bibliotecas públicas do estado do Rio de Janeiro. Além disso, foram distribuídos exemplares também às bibliotecas das universidades privadas e das instituições públicas.

Nestes oito anos de atuação do projeto foram realizadas mais de 100 apresentações. As palestras acontecem quinze-

nalmente durante parte do ano e destinam-se a estudantes e profissionais das mais variadas áreas.

PATRIMÔNIO: PRESERVANDO MEMÓRIAS

Foi no Governo de Getúlio Vargas, no período denominado de Estado Novo (1937-1945), que se iniciou o processo de modernização do Brasil, um país eminentemente agrícola. Foi nesta época também que o Estado começou a agir em diversos setores da sociedade, criando para isso instituições que iriam implementar as novas políticas. No setor cultural, por exemplo, foram criadas várias instituições nas áreas da educação, do teatro, do livro, da música, do cinema, do rádio, da imprensa e do patrimônio cultural. Instituições como a Universidade do Brasil, o Instituto Nacional do Livro e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Fazia parte do projeto ideológico do Estado Novo a afirmação de uma cultura nacional, e a criação de uma instituição de proteção ao patrimônio cultural do país, o IPHAN, encaixava-se adequadamente nesse projeto. O IPHAN nasce, assim, da necessidade de se perpetuar uma memória brasileira, salvaguardando seu patrimônio cultural. E por memória estamos falando daquela concebida por Halbwachs (1990, p. 16), que é coletiva, constituída a partir de um grupo social. Memória coletiva que envolve as memórias individuais e congrega lembranças e esquecimentos. A memória é, pois, uma construção social, “porque, em realidade, nunca estamos sós [...] temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem”.

Para Pollak (1992) a memória é, ainda, um fenômeno construído e disputado por diferentes grupos e permeado de conflitos sociais e intergrupais, ou seja, configura-se em um campo de disputas e de poder. Segundo ele, a memória é também um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de conti-

nuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. A memória é o suporte na construção de nossa identidade.

Na condição de guardião da memória brasileira e de seu patrimônio cultural, o IPHAN se transforma em um lugar de construção da identidade brasileira, um *lugar de memória*, na concepção de Nora (1993), que nos lembra que se fala tanto em memória porque ela não existe mais e que há locais de memória porque não há mais meio de memória. Há lugares de memória, portanto, porque há uma vontade de memória. E por isso consagramos lugares para guardar nossas memórias, como bem ressalta Abreu:

[...] a memória teria deixado de ser uma função ativa do conjunto da sociedade para se tornar atributo de alguns. Ao invés de ser encontrada no próprio tecido social - no costume, na tradição -, a memória tomaria forma em lugares determinados passando a depender de agentes especialmente dedicados à sua produção. (ABREU, 1994, p. 206)

Assim podemos compreender o IPHAN, como agente de resgate, construção e proteção da memória, tendo em vista que ele foi criado numa época em que a preocupação com o resgate da memória brasileira fazia parte do projeto cultural do Estado, havia, portanto, uma vontade de memória. E ao IPHAN não caberia somente elaborar o “Documento de Identidade da Nação Brasileira” (FURTADO, 1987, p. 35), mas ser o agente de produção desta memória, um *lugar de memória*, um lugar onde a memória seria “protegida” e “preservada”, um lugar de pertencimento.

Desta forma, podemos afirmar, então, que o projeto *Oficina de Estudos da Preservação* não é apenas um espaço físico onde parte do trabalho da instituição se concretiza, mas é também um *lugar de memória* na medida em que nasceu de uma vontade de memória. O projeto se configura, portanto, como

uma ação de preservação da memória, um lugar de troca, de resgate, um lugar onde se articulam conhecimentos e práticas e onde as lembranças e os esquecimentos se fazem presentes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.7, n. 14, p.205-230, 1994.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 22, p.82-85, 1987.
- BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista, SP: Ed. Universidade de São Francisco, 2001. p.11-35.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FURTADO, Celso. SPHAN: Pronunciamento do ministro Celso Furtado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Informações institucionais*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?retorno=paginalphan&sigla=Institucional&id=10>>. Acesso em: 11 ago. 2009.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História 10: Revista do Programa de estudos pós-graduados em história e do Departamento de História*. São Paulo, dez. 1993.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Patrimônio Cultural Imaterial*. Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimonioimaterial>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge, Neves, Lucília de Almeida (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.2.

ETU: O ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DA UFRJ¹

Wallace Pires de Carvalho²

INTRODUÇÃO

A UFRJ tem a sua origem como Universidade do Rio de Janeiro (URJ), primeira universidade ligada ao Governo Federal, criada a 7 de setembro de 1920. Era composta pelas já existentes Faculdades de Medicina, Direito e Escola Politécnica. A partir da década de 1930, à URJ foram incorporadas diversas unidades acadêmicas e órgãos suplementares e, em 1937, foi transformada em Universidade do Brasil (UB). Para a estruturação da UB, colocou-se a necessidade de criação de uma Cidade Universidade, que concentrasse num mesmo espaço físico todas as unidades da universidade. Durante dez anos diversas Comissões compostas de Professores, Engenheiros e Arquitetos debateram-se entre diversos locais cogitados para abrigar a cidade universitária.³

1 Nota dos organizadores: este trabalho foi redigido e apresentado no III Seminário Memória, Documentação e Pesquisa antes dos arquivos: técnico e histórico do Escritório Técnico da Universidade serem transferidos para o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (NPD/FAU/UFRJ).

2 Arquivista. Chefe da seção de arquivo de plantas de arquitetura do Escritório Técnico da Universidade.

3 Para maiores informações sobre o tema, sugerimos a leitura dos trabalhos de FÁVERO (2007), LIMA (2007) e OLIVEIRA (2008). Vide referências ao final deste artigo.

Diante dos impasses para a definição do local, em 1944, o Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, criou, no âmbito do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) o Escritório Técnico da Universidade do Brasil (ETUB) que empreendeu diversos estudos para a construção da cidade universitária da UB, apontando para a viabilização do projeto que culminou com a criação da atual Ilha do Fundão, construída a partir do aterramento de oito ilhas existentes na região próxima a Manguinhos. Somente na década de 1960 o ETUB passou a pertencer à então UFRJ (criada pela transformação da UB, no contexto da reestruturação da Educação Superior no país).

O Decreto-Lei 7563, de 21/05/1945 dispôs sobre a localização definitiva da Cidade Universitária do Brasil e a sua construção atendeu aos seguintes prédios: primeiro, o Instituto de Puericultura e, após a formação da Ilha da Cidade Universitária, o Hospital de Clínicas, a Faculdade Nacional de Engenharia, a Faculdade Nacional de Arquitetura, Obras Gerais e Urbanização, e a Ponte de Manguinhos, que seria a entrada principal para a Cidade Universitária.

O fator fundamental para a escolha do local atual foi o trabalho feito pelo engenheiro Luiz Horta, num conjunto de Ilhas próximo ao Instituto Oswaldo Cruz e que se situava entre a Ponta do Caju e a Ilha do Governador.

A futura Cidade Universitária nasceria da ligação entre si de nove ilhas de um arquipélago de nove ilhas: do Fundão, Baiacu, do Catalão, das Cabras, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Pinheiro, Sapucaia e Bom Jesus, onde ainda hoje há um quartel do Exército e a Igreja do Bom Jesus da Coluna, construída no Sec. XVII e a reforma concluída em 2008.

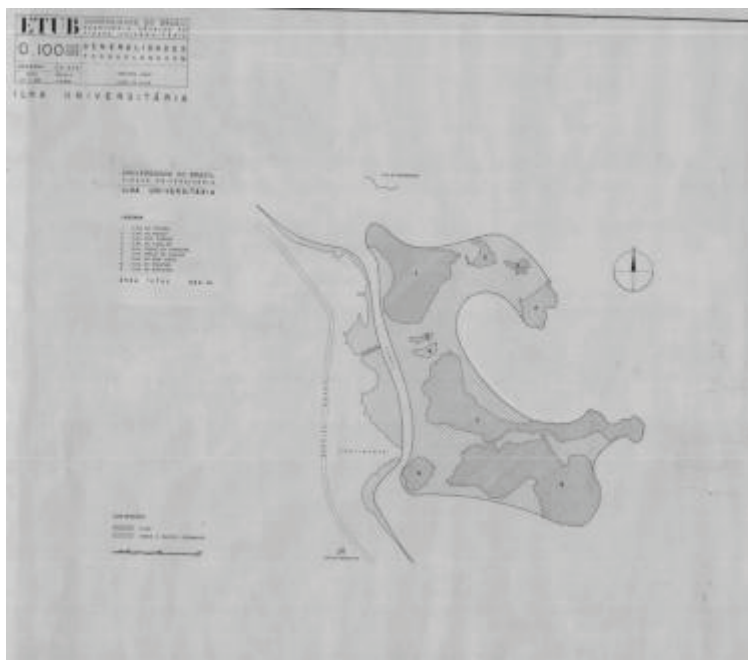


Figura1: planta do aterro das ilhas para construção da Cidade Universitária

O ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE APÓS A SUA CRIAÇÃO

Após a sua criação, o Escritório Técnico da Universidade, que teve como seu primeiro chefe o Eng^o Luiz Hildebrando Horta Barbosa, atua sob a orientação de uma Comissão de Supervisão, mais tarde denominada CSPE – Comissão Supervisora de Planejamento e Execução e tinha em seu corpo vários representantes, como Ministério da Educação e Saúde, Reitoria, Conselho Universitário (CONSUNI), Faculdade Nacional de Arquitetura, Escola Nacional de Engenharia, Divisão de Edificações Públicas do DASP, e do ETUB.

As normas administrativas aprovadas foram as seguintes, segunda BARBOSA (1957, p.5):

- atos referentes aos servidores;

- projetos, especificações e orçamentos levados a consideração final do Presidente da República;
- concorrências públicas efetuadas através do Código de Contabilidade da União e submetidos a deliberação do Ministro da Educação;
- despesas disciplinadas pelas normas do Código de Contabilidade Pública;
- faturas que não correm a conta de adiantamentos e suprimentos, depois de aprovadas pelo Conselho de Curadores, são liquidadas na respectiva Tesouraria.

Além dessas normas de procedimento, várias comissões foram formadas e reuniões sucederam-se, tendo como meta a concretização de construção da Cidade Universitária, sendo que a 1ª reunião aconteceu no dia 20/01/1949, e nela foi aprovado o Plano de Trabalho para 1949, com obras nos aterros hidráulicos ligando as nove ilhas; terraplanagem; planejamento de construção do Hospital de Clínicas; Instituto de Neurologia, Puericultura, Escola Nacional de Engenharia e Faculdade Nacional de Arquitetura.

O Escritório Técnico, criado em 1944, praticamente não teve atividade, como nos conta, novamente, BARBOSA (1957, p.10):

os anos de 1946, 47 e 48 perdidos pelo ETUB por falta de recursos, reduzido que este a seu chefe e um assistente, ambos de quadro permanente do serviço público. Nesse período, os trabalhos consistiram em preservar as nove ilhas, que a lei havia destinado a Cidade Universitária e em esclarecer os sucessivos responsáveis pelo Governo, bem como a opinião pública, sobre o acerto da solução adotada.

Tendo como função projetar e executar obras e serviços da Cidade Universitária, o planejamento por parte do ETU tinha como base duas fases: zoneamento ou planejamento urbanístico e construção do centro e suas unidades, desde que aprovados.

Devemos ressaltar que o ETU foi criado em 1944, mas a escolha da localização definitiva da Cidade Universitária se deu em 1945 e, somente com a Lei 447/1948 é que se deu a escolha definitiva pelo arquipélago das nove ilhas citadas anteriormente. (OLIVEIRA, 2007, p.110-111).

A primeira formação estrutural do ETU foi a seguinte: Chefia; Coordenação; Serviço de Planejamento Arquitetônico; Serviço de Planejamentos Complementares, Instalações e Equipamentos; Serviço de Execução e Fiscalização e o Serviço de Administração.

No ano de 1964 o escritório é transferido do DASP para a universidade, com a finalidade de projetar, executar e fiscalizar as obras e serviços necessários à implantação do Campus da Ilha do Fundão, conforme dispôs a Lei nº 4402, de setembro de 1964.

A estrutura oficial é a seguinte: Diretoria; Assistente do ETU; Chefe de Gabinete; Arquivo; Divisão de Projeto; Divisão de Projetos de Imóveis Tombados; Divisão de Fiscalização e Divisão de Atividades.

As atuais atribuições do Escritório Técnico são:

- Elaboração de planos e projetos de engenharia e arquitetura relativos à construção, reforma e conservação dos prédios da Universidade, bem como dos que forem solicitados pelo Reitor;
- Aprovação de planos e projetos de engenharia e arquitetura relativos à construção, reforma dos prédios da Universidade, desenvolvidos por terceiros;
- Fiscalização e gerenciamento de construções, reformas, modificações de uso, demolição e/ou conservação dos edifícios existentes e orientação no desenvolvimento dos trabalhos de engenharia e arquitetura de novas edificações;
- Manutenção do arquivo gráfico e digital dos projetos arquitetônicos e urbanísticos de seus prédios e campi.

Registramos que, desde a criação da UFRJ, no ano de 1920 até a definição legal da localização do arquipélago como Cidade Universitária, são 15 anos decorridos que a instituição

ainda não tinha local próprio para o seu funcionamento, mas somente incorporações ao seu patrimônio:

ao longo de sua existência, a UFRJ incorporou ao seu patrimônio: vários imóveis, sendo alguns reconhecidos como edificações históricas, [...] em sua maioria sofreram múltiplas transformações provocadas por mudanças sociais, culturais, políticas e tecnológicas (DIAS, 2008, p. 81).

O FUNCIONAMENTO DO ETU

1- DIRETORIA DE PROJETOS – DIPROJ

De forma geral elabora projetos de arquitetura em suas diversas formas, como estudos, anteprojetos, projetos básicos e projetos de execução, inclusive com Cadernos de Especificações Gerais, estabelecendo normas e procedimentos para a execução das obras, orçamentos e cronogramas de execução e desembolso, inclusive atendendo as exigências da Lei 8666/93, Licitações e Contratos da Administração Pública.

O início dos trabalhos sempre se iniciara com uma reunião entre os técnicos da DIPROJ e representantes do interessado, quando então se dará o levantamento e a definição detalhada do programa de necessidades e será definido o prazo e as condições gerais para o desenvolvimento dos trabalhos.

As suas atribuições são as seguintes

- Elaborar projetos de construção e reforma das edificações da UFRJ;
- Elaborar diretrizes técnicas para a contratação de projetos complementares;
- Assessorar a unidade interessada nos casos de terceirização completa dos projetos de arquitetura e complementares;
- Realizar levantamentos de arquitetura das edificações da UFRJ;

- Oferecer, dentro desta IFE, estágios para graduandos e pós graduandos dos cursos de Arquitetura e Engenharia, eventualmente, em outras áreas;
- Acompanhar, assessorando, a execução de obras a seus projetos.

2- DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO – DIFIS

Esta divisão tem várias atribuições, que não são simples fiscalizações, dentre elas destacam-se:

- Exercer a verificação e o cumprimento das disposições contratuais em todos os aspectos;
- Fiscalizar e gerenciar o uso do solo dos edifícios existentes e orientar o desenvolvimento dos trabalhos de engenharia e arquitetura de novas edificações;
- Manter arquivo completo e atualizado de toda a documentação atinente às obras;
- Analisar e interpretar cronogramas relativos aos serviços;
- Controlar, através de cronogramas de execução, atrasos, antecipação ou conclusão de etapas de serviço ou obra;
- Emitir pareceres técnicos sobre eventuais solicitações de prorrogação de prazos, interrupções, serviços extras, termos aditivos e outros;
- Solicitar, analisar e aprovar o plano de trabalho apresentado pela contratada;
- Verificar execução de serviços, observando normas e procedimentos empregados;
- Acompanhar e aprovar (se for o caso) medições ou avaliações periódicas dos serviços, controlando despesa empenhada;
- Fornecer relatórios através de gráficos, planilhas e demonstrativos de faturamento, com histórico, descrição e desenvolvimento da obra;
- Oferecer, dentro da instituição, estágio para graduados e pós-graduados dos cursos de engenharia e arquitetura;

3- DIVISÃO DE PROJETOS DE IMÓVEIS TOMBADOS – DIPRIT

Esta divisão (que funciona no Campus Fundão e na Av. Rui Barbosa, no bairro Flamengo) apresenta importância particular na preservação da memória da universidade, pois cuida do bem patrimonial, bem como da sua conservação. Tem ações de preservação de qualquer projeto ou obra que vise a conservação, manutenção, reparação, reabilitação, consolidação, estabilização, restauração ou e revitalização do imóvel tombado.

Especificando, as suas atribuições são as seguintes:

- Aprovar todos os projetos e obras que acarretem alteração física nos imóveis tombados;
- Analisar todos os levantamentos históricos (bibliográfico e arquivístico) do estado atual de conservação dos elementos artísticos e das condições de uso para subsidiar a elaboração de planos de diretrizes de intervenções físicas e planos diretores para as respectivas edificações;
- Elaborar planos diretrizes para intervenções físicas nos bens tombados;
- Supervisionar a elaboração de 3 projetos para os imóveis tombados;
- Auxiliar na elaboração de licitações para projetos de intervenção físicas nos bens tombados;
- Assessorar a divisão de fiscalização de obras nos imóveis tombados;
- Elaborar especificações para projetos e obras de preservação;
- Organizar em forma de dossiê documentos sobre os imóveis tombados da UFRJ.

4- O ARQUIVO TÉCNICO DE PLANTAS DE ARQUITETURA DO E.T.U. – ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE

O Escritório Técnico da Universidade foi criado no ano de 1944, ainda subordinado ao antigo DASP – Departamento de

Administração do Serviço Público, conforme comentado anteriormente, com a missão de planejar, construir e fiscalizar as obras e serviços necessários para a Cidade Universitária

O atual Arquivo de Plantas de Arquitetura (antiga Seção de Desenho), que abrange também as plantas de engenharia, manuais e publicações técnicas, tem como atribuições, as seguintes: arquivar, conservar e disseminar aos pesquisadores a informação custodiada em aproximadamente 26.000 (vinte e seis mil) plantas; fornecer cópias de desenhos e projetos, atendendo a qualquer necessidade de informação da UFRJ, licitações, obras e apoio a professores e estudantes; atendimento a consulta aos arquivos por todos os setores do ETU e por parte dos diversos interesses da comunidade acadêmica.

Também fazem parte do acervo catálogos de materiais, documentação administrativa e técnica das obras, como diários de obras, mapas e estudos de sondagem e outros estudos também técnicos.

Na prática, os maiores pesquisadores que se dirigem ao Arquivo do ETU são professores e estudantes dos cursos de Arquitetura e dos cursos de Engenharia, pois neste setor encontram fato material das construções dos campi interno (Ilha da Cidade Universitária) e Externo (Praia Vermelha, Escola de Música, Museu Nacional, Colégio de Aplicação, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Faculdade de Direito, Escola de Enfermagem Ana Néri, Hospital Escola São Francisco de Assis, Casa do Estudante Universitário, Observatório do Valongo e outros prédios que compõem o patrimônio da UFRJ).

O Arquivo de Plantas de Arquitetura funciona de maneira compartimentada, pois trabalha com dois arquivos, o de desenhos originais e o de desenhos de cópias.

Tal situação tem como objetivo evitar ao máximo o manuseio dos desenhos originais, pois há alguns da década de 1930, antes da criação do próprio ETU, além de ter em seu acervo, trabalhos de técnicos renomados como Roberto Burle Marx, Le Corbusier e outros.

A pesquisa é feita, a priori, no arquivo de cópias, em que o manuseio é muito mais intenso e, quando a simples consulta não satisfaz o estudioso, este, sob autorização da Diretoria, extrai a cópia do desenho necessário.

A organização desses desenhos está dividida, a princípio em campus interno e externo. Depois, a organização segue o procedimento racional por Centro Acadêmico, como por exemplo, Centro de Tecnologia, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Letras e Arte, etc.

Assim, por Centro chega-se ao Instituto ou setor desejado, andar, sala, ou outra localização, como estacionamento, jardins, pista, piscina, área livre ou desocupada.

Dentro de cada Centro há a sub-divisão das áreas em arquitetura, estrutura, instalações (elétrica, hidráulica, especial), paisagismo, urbanismo e, depois vai-se compartimentando a pesquisa, seguindo sempre uma lógica, racionalizando as possibilidades de consulta.

Já no arquivo original (formado por desenhos em papel vegetal, manteiga (este mais utilizado para estudos, croquis ou um desenho considerado não definitivo), por falta de espaço, já que estes deveriam ser arquivados em mapotecas, com as folhas do desenhos de forma abertas, está acondicionado em arquivos de aço, subdividido em escaninhos (ou canaletas) e, infelizmente, sem uma ordenação mais lógica que não a da ordem de criação dos desenhos.

Cada escaninho tem, em média, 10 (dez) desenhos, sendo possível encontrar, juntos, em cada uma, desenhos do Centro de Tecnologia com desenhos do Centro de Ciências da Saúde; desenhos de arquitetura com desenhos de instalações hidráulicas.

Para a recuperação desses originais há dois arquivos de fichas, um de ordem numérica e outro, catalogado em ordem de Centro. Cada ficha leva ao endereço do desenho, pois os arquivos de aço, do estilo “pombal” dão à cada escaninho uma numeração baseada em colunas.

Vejamos o exemplo de uma planta de instalação elétrica do prédio do Centro de Tecnologia, do Instituto de Materiais Pesados, sala 423. A ficha do desenho geral, de número 20.663 (sempre uma hipótese, porem baseada em dados reais), poderá nos indicar o escaninho 21.17, exemplo que indica que a planta está no segundo armário, colina 21, escaninho 17.

Atualmente o Arquivo de Plantas de Arquitetura conta com seis armários, de codificação seqüencial, com a seguinte indicação:

- 1º armário: escaninhos de 01 a 17
- 2º armário: escaninhos de 18 a 34
- 3º armário: escaninhos de 35 a 51
- 4º armário: escaninhos de 52 a 68
- 5º armário: escaninhos de 69 a 85
- 6º armário: escaninhos de 86 a 102

Convém lembrar que este Arquivo, na impossibilidade de se atualizar com a informatização, não poderia deixar de lado esse poderoso suporte da informação. Mesmo não contando com um software especial para a catalogação desse acervo, inicialmente começou o registro das plantas numa planilha eletrônica, em que são levados em consideração o número do desenho, o armário em que se encontra o mesmo, área de construção civil (se arquitetura, instalações), urbanismo, arruamento, título do desenho e localização da obra.

Paralelamente a essa atividade há também uma catalogação em planilha de texto de todos os desenhos dos arquivos de cópias, obedecendo ordem por arquivo (neste caso são 18 móveis de quatro gavetas), em que são levados em consideração o armário, a gaveta e aquela ordem já citada anteriormente pelo Centro Acadêmico, mais a numeração da planta, área de construção civil, etc.

O arquivo também está organizando toda a documentação administrativa, técnica, manuais, procedimentos, com a finalidade de após a sua guarda definitiva realizar uma avaliação para saber do verdadeiro estágio desse acervo.

Por fim, lembramos que este nosso arquivo foi citado (XAVIER, 2007, p.157) pelo SIBI – Sistema de Bibliotecas e Informação, como um dos órgãos que fazem parte do conjunto documental da Universidade, o que na prática atesta, reconhece a importância histórica (e funcional) do Arquivo do ETU.

O ACERVO

Numericamente, o acervo do Arquivo está distribuído em aproximadamente 20.000 (vinte mil) desenhos originais, com registros feitos a partir da criação do ETUB e até mesmo, antes e, por si só demonstra as diversas fases do aterro do arquipélago, o zoneamento dos prédios após essa fase, projetos iniciais dos centros acadêmicos, da construção do alojamento universitário, do estádio (que nunca foi construído), jardins do prédio da Reitoria (projeto de Roberto Burle Marx), dos restaurantes universitários, da vila dos moradores (funcionários da UFRJ), além de outros prédios como o CENPES (PETROBRAS), IEN (Instituto de Energia Nuclear).

Esses primeiros desenhos, a maioria, do início da década de 1940 e, alguns da década anterior, são estudos preliminares que na sua maioria se transformaram em desenhos principais de vários projetos. Boa parte destes feitos, feitos por escritórios particulares, quando havia um verdadeiro embate para a escolha do local para a Cidade Universitária (OLIVEIRA, 2007, p.110).

Cabe destaque também a documentação complementar dos projetos, como por exemplo, as sondagens feitas nas ilhas, isoladamente, que são, na realidade, estudos feitos nos terrenos com a finalidade de demonstrar camada por camada os tipos de solos onde serão feitos (ou não) construções.

Há também diários de obras, estudos técnicos e planos diretores.

5- ARQUIVO HISTÓRICO

Constantemente utilizado por pesquisadores, este arquivo não possui estrutura definida oficialmente, pois que nasceu

mais do esforço individual de funcionários do que de atos oficiais da Instituição, e atualmente atua em conjunto com o Arquivo de Plantas.

Na realidade, a sua constituição foi feita a partir do recolhimento de importantes documentos que estavam dispersos em algumas salas do ETU e, hoje, organizados dentro de uma estrutura lógica, fornece material de consulta e contribuem para o conhecimento da história oficial da Universidade.

Este acervo, constituído por 504 (quinhentos e quatro) caixas-arquivo, traz no seu conteúdo documentos textuais, bibliográficos, fotográficos, alguns mapas e objetos tridimensionais, como uma maquete do material da fachada frontal da Reitoria, projeto de Roberto Burle Marx, todo feito em concreto aparente, sem pinturas ou caiação. O interessante é que, utilizando-se de uma linguagem modernista, o paisagista desenhou a palavra REITORIA com figuras geométricas que encaixadas entre si, o que para um leigo pode passar despercebida, deixando assim de admirar uma obra de arte exposta ao ar livre (fig. 2). Também fazem parte do acervo quadros, objetos, maquetes e três mapotecas.

Todas as caixas-arquivo estão distribuídas em 100 (cem) metros lineares e, para o fornecimento destas informações, o setor conta com um instrumento de pesquisa, o que em arquivo denomina-se recuperação da informação. Este catálogo está disposto em ordem crescente de caixa, sendo depois estruturado por centro acadêmico, conteúdo e período abrangido.

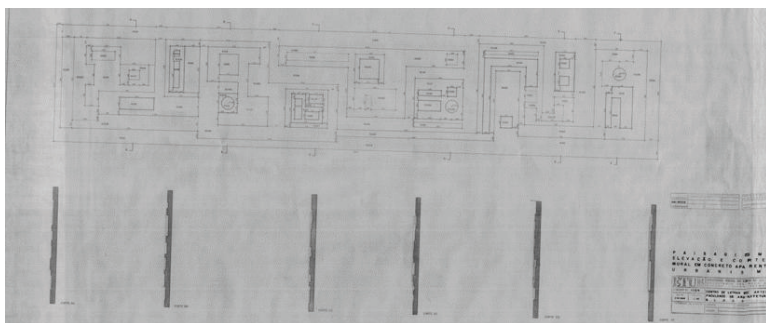


Figura 2: mural de Burle Marx com a palavra Reitoria

Caso seja necessário, o setor pode fornecer cópia xerográfica, realizar consulta no próprio local ou até mesmo como acontece em alguns casos, fornecer o material sob a forma de empréstimo para a realização de eventos, tais como exposições e comemorações. Porém, para este caso faz-se necessário a autorização da diretoria, mediante requerimento do interessado, já que tais materiais são únicos e requerem cuidado especial de guarda, não podendo simplesmente sair da sua guarda, não podendo sair do arquivo sem um motivo muito especial.

Os livros, fotos e outros materiais retratam a construção da UFRJ, tanto no campus Ilha do Fundão como na Praia Vermelha. Há fotos do início das obras, como terrenos ainda descampados e com operários trabalhando na terraplanagem, prédios em construção, nas suas diversas fases; há até mesmo registros do aterro do arquipélago que viria a formar a Ilha da Cidade Universitária.

Todo este rico material constitui-se de uma originalidade muito particular, não são cópias, o que aumenta mais o seu valor, a sua importância.

ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO

O acervo deste arquivo tem com principais itens os seguintes:

- Projeto de Marcello Piacenti e Vitorio Mopurgo, para a Cidade Universitária (fig.2);
- Projetos de Le Corbusier e Pierre Jeanneret;
- Projetos de Sabóia Ribeiro;
- Projetos de Burle-Marx (jardins da FAU);
- Primeiro livro de ponto do Escritório Técnico da Universidade do Brasil – ETUB, 1948;
- Primeiro livro de ponto da atual Divisão de Segurança, na época, Vigilância;
- Projeto da rede de esgoto da Cidade Universitária, 1954;

- Projeto de abastecimento de água da Cidade Universitária, 1954;
- Projeto da Concha Acústica, do arquiteto Mário Russo, 1953;
- Caixas com fotografias e histórico referente às ilhas desapropriadas para a construção da Cidade Universitária;
- Livros com recortes de jornais de época da implantação da Cidade Universitária;
- Desenhos em aquarela referentes ao início da arborização da Cidade Universitária;
- Maquete do Centro de Ciências da Saúde;
- Maquete do estádio de futebol;
- Vários equipamentos que foram utilizados nas obras de implantação da Cidade Universitária;
- Anteprojeto da firma HNE Conceição e Cia. Para construção da Cidade Universitária, no município de Niterói;
- Relatório, especificações e estimativas de custo, 1954.



Figura 3: projeto de Marcelo Piacentini para a Quinta da Boa Vista

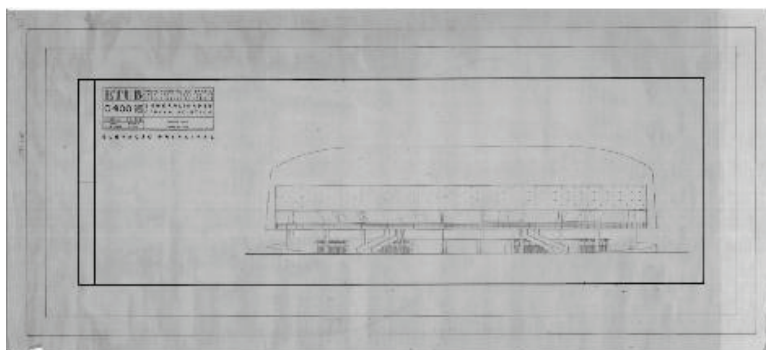


Figura 4: projeto para a Concha Acústica da Cidade Universitária

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Luiz H. B. H. Cidade universitária da Universidade do Brasil. Separata de: *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, maio, 1957.
- BRASIL, Universidade Federal do Rio Janeiro. Escritório Técnico da Universidade. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[http://: etu.ufrj.br](http://etu.ufrj.br).> Acesso em: 08 ago. 2009.
- DIAS, M. A. Memória, preservação e uso das edificações históricas da UFRJ. In: OLIVEIRA, Antonio J. B. (Org.) *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, SIBI, 2008. p. 81-94. (Série Memória, Documentação e Pesquisa, 2)
- FÁVERO, M. de L. de A. A Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Antonio J. B. (Org) *A universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: UFRJ, SIBI, 2007. p. 13-42. (Série Memória, Documentação e Pesquisa)
- LIMA, Augusto G. *A implantação da cidade universitária*. Rio de Janeiro, 2007. Mimeo
- OLIVEIRA, Antonio J. B. de. Das ilhas à cidade: a materialização da cidade universitária da Universidade do Brasil (1945-1950). In: OLIVEIRA, Antonio J. B. (Org.) *A universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: UFRJ, SIBI, 2007. p. 109-136. (Série Memória, Documentação e Pesquisa)
- XAVIER, Libânia. Apreciação dos espaços de memória da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA (Org.) *A universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: UFRJ, SIBI, 2007. p. 153-171. (Série Memória, Documentação e Pesquisa)

MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DOCUMENTAL

Carmen Tereza Coelho Moreno¹

INTRODUÇÃO

O conceito de memória se aplica a inúmeros usos e objetivos. Se pensarmos na memória física, temos a conceituação da capacidade de retenção de informações, que se reflete, nos computadores, em capacidade de armazenamento. Usando o artifício do paralelo com o mundo cibernético, uma boa capacidade de armazenamento, no entanto, não pressupõe uma boa capacidade de recuperação de informações, o que demandaria um bom processador.

Da mesma forma, as memórias armazenadas na mente humana podem não ser recuperadas por problemas neurológicos ou de idade. Armazenamos informações sobre o tempo vivido de maneiras diferentes no cérebro. Memórias com carga afetiva são armazenadas como proteína enquanto memórias de uso temporário constituem apenas impulsos elétricos. Assim, uma pessoa com dificuldade de processamento de memórias, lembrará do baile de formatura, mas não o que comeu no café da manhã.

Desde a discussão médica sobre o aumento do Alzheimer (a humanidade estaria ficando mais esquecida?) até o esforço de se preservar os registros da memória: tangíveis – arquitetura, documentação; – ou intangíveis – costumes – o paralelo com o corpo humano surge freqüentemente quando refletimos sobre a memória e a sua preservação.

1 * Coordenadora Geral de Processamento e Preservação de Acervo do Arquivo Nacional. E-mail: ctmoreno@arquivonacional.gov.br

Diante da massiva circulação de informações no mundo da Internet, a civilização se coloca o desafio de controlar e classificar o patrimônio informacional a ser legado às futuras gerações. Este legado é, na verdade, um discurso de memória que se planeja preservar. Quais registros têm valor de guarda permanente, constituindo as informações que se transformarão em “proteína” e quais aqueles que têm caráter transitório, como impulsos elétricos? O que preservar? Qual a lógica do que fica?

As instituições de memória se colocam constantemente o fato da necessidade de uma política de informação. Como definir um conjunto de procedimentos que orientem a formação de um acervo, de maneira a refletir a trajetória de um povo, de um governo, de uma cultura?

ACERVOS E POLÍTICAS

A ausência de uma política decretada não impediu a formação histórica dos acervos documentais hoje existentes, que refletem a formação da cultura segundo a ideologia dominante. Criadas predominantemente a partir do século XIX, as instituições de documentação acumularam acervos que contam uma história de pesquisa e desenvolvimento científico: os relatos de viajantes reunindo; em espécie ou em representações gráficas; os espécimes da fauna e flora recolhidos para estudo; o início da fotografia; registro de inventos; e de delimitação de fronteiras geográficas e políticas; expedições ao interior do país para reconhecimento do território e consolidação de fronteiras; questões de limites; movimentos pela independência e pela abolição da escravatura – todos do ponto de vista da ótica dominante.

A definição de critérios que ampliem o espectro de representação dos variados aspectos da sociedade na formação dos acervos de memória decorre, quase sempre, de pressupostos ideológicos. A decisão do Estado sempre vai refletir um discurso de governo e uma visão de mundo vigente.

Francisco Dória, professor da Escola de Comunicação da UFRJ, contou em sala de aula, nos anos 1980, o caso de um físico que, sem qualquer formação filosófica, resolveu escrever um tratado de filosofia a partir de sua própria experiência de vida. Ao concluir a obra, verificou-se que havia escrito um tratado de filosofia kantiana – não por opção metodológica, mas porque a visão de mundo que adquirira durante sua existência estava impregnada dos pressupostos teóricos de Kant, que haviam contribuído na formação de sua geração.

DISCURSOS EM CONSTRUÇÃO

Os novos paradigmas de compreensão e de construção da realidade apontam para o advento do “politicamente correto” e das práticas de responsabilidade social.

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.²

Baseada em cinco princípios conceituais – liderança, intencionalidade, envolvimento dos *stakeholders*³, conhecimento de causa e sustentabilidade – a prática da responsabilidade social requer a substituição de modelos de pensar e de fazer negócios e se presta tanto ao favorecimento da imagem publicitária das empresas como ao fortalecimento de seu papel social.

2 Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. (Acesso em: 20/07/2009).

3 Adotado no campo da Administração e utilizado na área de responsabilidade social, o termo indica os segmentos que influenciam ou são influenciados pelas ações de uma organização. Frequentemente traduzido como “pessoas interessadas”.

Um dos principais pilares do conceito de responsabilidade social, a sustentabilidade, é o novo desafio das empresas. Relatórios de sustentabilidade são elaborados com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI⁴) e na identificação dos interesses e temas significativos das pessoas envolvidas (*stakeholders*). O objetivo do processo é contribuir para que as organizações incorporem na gestão formas sistematizadas de mensuração dos desempenhos social, ambiental e econômico.

Com indicadores padronizados de desempenho se planeja atingir um padrão de ação baseado na responsabilidade social e na sustentabilidade. Os relatórios das entidades usuárias da estrutura GRI refletem um discurso comum neste sentido. A idéia é que a construção do discurso determine a ação, mas, na verdade, convivem hoje várias versões de discurso que refletem camadas de realidade.

A versão de uma sociedade voltada para a responsabilidade social está presente nos relatórios de empresas de sucesso, enquanto a desigualdade social continua a se desenvolver em esferas menos favorecidas da sociedade e do mundo empresarial. Quanto mais o Estado busca segurar, mais as camadas do indesejado afloram dentre os dedos do controle público.

O desafio das instituições de documentação é identificar qual memória estará representada nos seus registros, decidindo qual discurso permanecerá ou estabelecendo canais institucionais para a preservação das diferentes versões.

A definição de políticas públicas é o imperativo dos tempos modernos, mas uma formulação conseqüente resultará necessariamente do processamento político de demandas externas ou internas ao próprio sistema. É preciso, portanto, definir quem são os atores políticos que viabilizam a transformação de demandas em políticas. O que existe hoje na área de documentação são “estados de coisas” que geraram historicamente discursos próprios e permanentes. A situação, apesar de re-

4 <http://www.globalreporting.org/Home/WhatWeDoPortuguese.htm>

corrente, constitui apenas uma demanda reprimida diante da qual a falta de soluções aceitáveis não ameaça a estabilidade do sistema.

Restaurar é técnica, mas preservar pressupõe uma decisão política – consciente ou inconsciente. E se o objeto é memória, é preciso refletir sobre que história estamos contando para ficar na memória de quem virá.

POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE INFORMAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 e particularmente a Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, delegaram ao Poder Público a gestão documental e a proteção especial aos documentos de arquivo. De acordo com esta Lei, as ações com vistas à consolidação da política nacional de arquivos deverão ser emanadas do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional, criado pelo art. 26 da referida Lei nº 8.159/91 e regulamentado pelos Decretos nºs 1.173, de 29 de junho de 1994 e 1.461, de 25 de abril de 1995.

Dentre as competências delegadas ao órgão, destacam-se:

- subsidiar a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo metas e prioridades da política nacional de arquivos públicos e privados;
- promover o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas;
- estimular a implantação de sistemas de arquivos nos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios;
- definir normas gerais e estabelecer diretrizes para o pleno funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo.

O Sistema Nacional Arquivos – SINAR foi criado em 1978, com a finalidade de promover o intercâmbio permanente

entre os arquivos públicos e privados do País, objetivando a modernização e a integração sistêmica das atividades e dos serviços arquivísticos. Não obstante os esforços realizados no sentido de estimular a adoção de políticas que assegurassem a preservação do patrimônio documental brasileiro, sua área de abrangência ficou restrita aos arquivos intermediários e permanentes, tendo em vista limites impostos pela criação, em 1975, do Sistema de Serviços Gerais - SISG, ao qual se vincularam os arquivos correntes da Administração Pública.

Esta situação resultou em conflito jurisdicional e justaposição de competências entre os respectivos órgãos gestores daqueles Sistemas: o antigo Departamento de Administração de Pessoal do Serviço Público - DASP, como órgão central do SISG, e o Arquivo Nacional, como órgão central do SINAR.

Em 2003, o Decreto nº 4.915, de 12/12/2003, criou o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da Administração Pública Federal, pelo qual se organizam, sob a forma de sistema, as atividades de gestão de documentos de arquivo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

O SIGA tem por finalidade:

- I. garantir ao cidadão e aos órgãos e entidades da administração pública federal, de forma ágil e segura, o acesso aos documentos de arquivo e às informações neles contidas, resguardados os aspectos de sigilo e as restrições administrativas ou legais;
- II. integrar e coordenar as atividades de gestão de documentos de arquivo desenvolvidas pelos órgãos setoriais e seccionais que o integram;
- III. disseminar normas relativas à gestão de documentos de arquivo;
- IV. racionalizar a produção da documentação arquivística pública;
- V. racionalizar e reduzir os custos operacionais e de armazenagem da documentação arquivística pública;

- VI. preservar o patrimônio documental arquivístico da administração pública federal;
- VII. articular-se com os demais sistemas que atuam direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.

O Arquivo Nacional é o órgão central do SIGA e tem como competências:

- I. acompanhar e orientar, junto aos órgãos setoriais do SIGA, a aplicação das normas relacionadas à gestão de documentos de arquivos aprovadas pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República;
- II. orientar a implementação, coordenação e controle das atividades e rotinas de trabalho relacionadas à gestão de documentos nos órgãos setoriais;
- III. promover a disseminação de normas técnicas e informações de interesse para o aperfeiçoamento do sistema junto aos órgãos setoriais do SIGA;
- IV. promover e manter intercâmbio de cooperação técnica com instituições e sistemas afins, nacionais e internacionais;
- V. estimular e promover a capacitação, o aperfeiçoamento, o treinamento e a reciclagem dos servidores que atuam na área de gestão de documentos de arquivo.

Criado em 1838, o Arquivo Nacional tem por atribuição regimental receber, organizar, preservar e divulgar o patrimônio documental do País, especialmente os documentos produzidos e acumulados na esfera do Poder Executivo Federal, com a finalidade de apoiar o Governo em suas decisões político-administrativas e o cidadão na defesa de seus direitos, bem como incentivar a pesquisa histórica e implementar a política arquivística do Governo Federal.

Sua missão institucional é contribuir como agente de modernização da máquina administrativa do Estado, com ênfase na organização da documentação governamental, bem como colaborar na socialização da cultura nacional, assegurando o

cumprimento dos direitos da cidadania quanto à questão do acesso e à democratização da informação.

A realidade arquivística brasileira aponta, cada vez mais, para a necessidade de sistematização dos processos de tratamento, controle, guarda e acesso aos documentos. A despeito das tentativas empreendidas no setor público, em todos os níveis, é fato que as dificuldades para implantação de sistemas de arquivo nos órgãos públicos são inúmeras. O desenvolvimento de uma política arquivística, em nível nacional, pauta-se cada vez mais por uma estratégia que combina a descentralização da guarda de acervos e a centralização e ampla disseminação de informações.

Deste modo, o Arquivo Nacional vem envidando esforços para promover a regionalização das atividades de guarda e preservação, bem como para estimular os órgãos públicos a garantirem sob normas comuns a manutenção de seus arquivos permanentes. Para tanto, busca atuar de forma integrada, no sentido de exercer as suas funções técnico-normativas no acompanhamento da política nacional de arquivos públicos e privados.

Uma política nacional de arquivos compreende a definição e a adoção de um conjunto de normas e procedimentos, técnicos e administrativos, para disciplinar as atividades relativas aos arquivos públicos e estimular a organização e a proteção especial aos arquivos privados. Suas finalidades, em última instância, consistem em assegurar a preservação do patrimônio documental brasileiro e garantir, no que diz respeito aos arquivos públicos, o direito irrestrito de acesso às informações governamentais compatibilizando as questões inerentes à segurança de Estado e da Sociedade e à privacidade dos cidadãos e, no que tange aos arquivos privados, o livre acesso aos documentos classificados como de interesse público e social resguardando o preceito inviolável da propriedade privada.

A partir de Convênio de Cooperação Internacional firmado entre a Agência Brasileira de Cooperação, a Casa Civil e

a UNESCO do Brasil, com vistas ao desenvolvimento de um Programa de Modernização do Arquivo Nacional, várias ações foram implementadas no sentido de instrumentalizar o tratamento, a microfilmagem e a digitalização de acervos, ampliando, assim, o seu controle e agilizando o acesso às informações neles contida, assim como empreender ações de difusão de conhecimento e de normas e também de promoção de eventos técnicos e culturais.

A partir de 2011, planeja-se iniciar processo de difusão dos resultados de todos os esforços empreendidos até então, consubstanciados em linhas de ação que constituem áreas-chave para o desenvolvimento de uma Política Nacional de Informação Governamental.

Dessa forma, o Arquivo Nacional espera consolidar o cumprimento de sua missão de implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural, conforme a Lei nº 8.159, em 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e estabelece que são deveres do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

PLANO DE AÇÃO

Legislação - Regulamentação	<p>Fortalecimento e consolidação do Sistema Nacional de Arquivos, através da implantação de programa de Institucionalização e implantação de Arquivos Públicos Municipais.</p> <p>Implantação da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas Memórias Reveladas, integrada pelos arquivos públicos estaduais, que constituiriam pontos de acesso do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, garantindo a implantação de uma política pública de integração em rede de acervos e instituições e o acesso público às informações contidas nos arquivos dos governos militares.</p>
Acesso e pesquisa	<p>Pesquisa e desenvolvimento de ferramenta de busca automatizada de informações arquivísticas em banco de dados composto de registros descritivos e documentos digitalizados.</p> <p>Ampliação e agilização do acesso à informação pública governamental, a partir da incorporação do Arquivo Nacional à discussão internacional sobre um software de descrição de arquivos em plataforma aberta (ICA-AtoM), com possibilidade de exportação de dados em formato XML (Encoded Archival Description – EAD).</p>
Infraestrutura institucional	<p>Promoção de projetos executivos para a construção do Prédio Inteligente do Arquivo Nacional em Brasília.</p> <p>Ampliação dos recursos tecnológicos, a ação planejada para a mudança do acervo e a adequação das condições físicas e ambientais do prédio atual, de modo a otimizar a capacidade de armazenagem e atender aos requisitos de segurança para a guarda de documentos</p>
Gestão da informação	<p>Assistência Técnica aos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais na elaboração de projetos de gestão e preservação de documentos</p> <p>Cooperação internacional a partir de agendas de visitas técnicas interinstitucionais e internacionais.</p>
Desenvolvimento técnico e humano	<p>Qualificação de recursos humanos no desenvolvimento e gerenciamento de sistemas operacionais em plataforma aberta, de forma a garantir a adoção de softwares livres na recuperação da informação governamental de acesso público.</p> <p>Estágio Nacional de Arquivos (ENA) – sistema de bolsas para servidores de arquivos estaduais.</p> <p>Especialização em Arquivos – convênio com UFRJ</p> <p>Educação à distância – capacitação e atualização de Recursos Humanos em Arquivologia.</p>

O CENTRO DE REFERÊNCIA DAS LUTAS POLÍTICAS NO BRASIL (1964-1985): MEMÓRIAS REVELADAS

O projeto Memórias Reveladas tem por objetivo tornar-se um pólo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas durante o governo militar, ora sob a guarda de um amplo arco de entidades, instituições e pessoas físicas em diversos pontos do país, constituindo um marco no processo de valorização e democratização do patrimônio documental do País.

Foi criado por iniciativa da Casa Civil, que delegou a coordenação do Centro ao Arquivo Nacional, e teve como um de seus pontos de partida a publicação do decreto nº 5584, de 18/11/2005, que dispôs sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos dos extintos Conselho de Segurança Nacional – CSN – Comissão Geral de Investigações – CGI – e Serviço Nacional de Informações - SNI – que estavam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

Sua atuação constituirá um elo entre o Arquivo Nacional, os Arquivos Públicos Estaduais e outras entidades públicas e privadas, que oferecerá ao cidadão brasileiro informações sobre o período do regime militar no Brasil (1964-1985), implementando uma parceria de âmbito nacional para a preservação e difusão destes acervos, sob a coordenação do Arquivo Nacional.

Com a consulta em rede aos documentos reunidos pelas entidades parceiras, o Centro disponibilizará ao público: o portal de informações sobre o acervo; exposições virtuais; e consulta aos registros e documentos levantados. O acesso à documentação se dará de forma diferenciada, em concordância com a legislação vigente. Documentos de acesso livre poderão ser consultados via *web* e os de acesso controlado (cujo conteúdo é passível de questionamentos em relação aos direitos individuais) poderão ser consultados no Arquivo Nacional e nos pontos de acesso existentes nos arquivos estaduais

que integram a Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas Memórias Reveladas, mediante identificação e preenchimento de termo de responsabilidade.

Para apoiar atividades de organização, preservação, descrição, microfilmagem, digitalização e disseminação de acervos de interesse da temática do Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), sob a guarda de diversas instituições e entidades brasileiras, públicas e privadas, a Associação Cultural do Arquivo Nacional – ACAN propôs projeto de captação, integrado por 14 ações, aprovado pela CNIC – Comissão Nacional de Incentivo à Cultura. Estas ações serão patrocinadas pelo BNDES, Caixa Econômica Federal, Eletrobrás, Petrobrás e Banco do Brasil.

Estão previstas ainda parcerias com o Ministério da Cultura que, através do Fundo Nacional de Cultura, patrocinará projetos selecionados a partir do lançamento de edital voltado ao tratamento técnico e disponibilização de acervos relativos à atuação de trabalhadores e sindicatos no período de abrangência da temática do Centro Memórias Reveladas. Serão também abertos editais para financiamento de projetos ligados à temática do Centro pelas Fundações de Apoio à Pesquisa do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Além do apoio à organização de acervos, foram lançados em 13 de maio de 2009 portaria interministerial que dispõe sobre a realização da chamada pública para apresentação de documentos ou informações produzidos ou acumulados sobre o regime político que vigorou no período de 1 de abril de 1964 a 15 de março de 1985, e edital de chamamento público para a apresentação de documentos e informações sobre o período de 1 de abril de 1964 a 15 de março de 1985, que estejam sob posse de pessoas físicas ou jurídicas, servidores públicos e militares.

A documentação recolhida integrará o acervo do Arquivo Nacional e poderá ser acessada no portal institucional assim como no banco de dados Memórias Reveladas, disponível no portal do projeto <www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br>.

ACERVO NACIONAL

Os documentos privados recebidos a partir do edital de chamamento somar-se-ão aos mais de 55 km de documentos textuais, 1.150.000 fotografias, 55.000 mapas e plantas, 13.000 discos e fitas de vídeo, de natureza pública e privada, além de uma biblioteca especializada e de uma coleção de obras raras, já reunidos na sede do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, e de cerca de 18 km de documentos textuais da unidade de Brasília.

O acervo de documentos textuais do Arquivo Nacional é proveniente dos poderes executivo, judiciário e legislativo da esfera federal e inclui também coleções privadas. A correspondência e a legislação geradas em todo o império ultramarino português, os arquivos vindos com d. João VI em 1808, entre tantos outros, descrevem o início da sociedade brasileira. Com a ruptura do vínculo colonial, a formação do Estado imperial pode ser conhecida por meio dos documentos produzidos pelos ministérios, pelo poder judiciário e nos originais da Constituição de 1824 e da Lei Áurea. O início da República, no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, é descrito nos conjuntos documentais produzidos pelo novo regime, em que se destaca a documentação sobre a entrada de imigrantes, patentes de inventos, livros de registro civil, processos de pretorias criminais, projetos de urbanização e de obras de saneamento originários das primeiras décadas do século XX.

Na história recente do país, pode-se destacar o conjunto das Constituições federais, os processos das Pretorias cíveis e criminais, do Tribunal de Segurança Nacional, da Divisão de Censura e Diversão Pública e documentos de instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial. Entre os arquivos e coleções privadas, de homens públicos e de instituições, do período colonial aos dias de hoje, encontram-se os do Marquês do Lavradio, de Floriano Peixoto, de Afonso Pena, de Góes Monteiro, de San Tiago Dantas, de João Goulart, do

Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPÊS e da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

O acervo audiovisual e cartográfico é formado por mapas e plantas, projetos e cartas de diferentes formatos e escalas. Uma história da nova geografia do mundo está presente em obras dos séculos XVIII e XIX, enquanto a intervenção e o domínio sobre o território brasileiro nos séculos XIX e XX podem ser vistos nos mapas urbanos ou no traçado das linhas férreas. Coincidindo com a expansão da fotografia, o acervo audiovisual tem seu marco inicial na década de 1860, com a Coleção Fotografias Avulsas.

A iconografia inclui também os acervos do jornal Correio da Manhã, com fotografias produzidas entre as décadas de 1930 e 1970, e da Agência Nacional, correspondendo ao período de 1935 a 1979. Além de fotografias, álbuns e negativos fotográficos, a documentação iconográfica inclui inúmeros cartazes, gravuras, caricaturas, charges e diapositivos.

O acervo sonoro e o de imagens em movimento, referentes ao período entre os anos de 1935 e 1990, são procedentes da Rádio Mayrink Veiga, da Agência Nacional, da Divisão de Censura de Diversões Públicas, da Radiobrás, da TV Tupi, César Nunes e de coleções particulares como a do ex-presidente José Sarney. Em 2002, o Arquivo Nacional recebeu parte significativa do valioso conjunto de matrizes da produção cinematográfica brasileira contemporânea que formavam a coleção da Cinemateca do Museu de Arte Moderna - MAM, do Rio de Janeiro.

ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO

O Arquivo Nacional estrutura suas atividades de acordo com as áreas de atuação que configuram a missão institucional. Com acervo estimado em mais de 70 km lineares, divididos nas unidades do Rio de Janeiro e Brasília, desenvolve atividades de assistência técnica aos órgãos da Administração Pública Federal, de forma a transferir metodologias de gestão

de documentos que garantam a racionalização da gestão de arquivos ministeriais, assim como estabeleçam as condições para recolhimentos organizados e planejados da documentação pública.

Para garantir a conservação e a disseminação das informações que custodia, o Arquivo Nacional se estrutura a partir de ações de processamento e preservação do acervo, de acesso e difusão documental, e de gestão de documentos. Na área de processamento e preservação do acervo estruturou modernos laboratórios de conservação e restauração, de análise química e biológica, de reprodução micrográfica e fotográfica. Possui hoje um dos mais modernos centros de digitalização, cuja ação se pauta pela formação de um acervo digital que garanta a preservação dos originais e o acesso à documentação pública, a partir de metodologias internacionais de armazenamento e preservação de objetos digitais.

Toda a documentação incorporada ao acervo passa inicialmente por avaliações de seu estado físico e do seu estágio de organização, prevendo-se ações preventivas e curativas, assim como de organização e disponibilização das informações nela contidas. Toda a movimentação interna do acervo é monitorada por softwares de controle, que garantem as condições de temperatura e segurança para o transporte de originais das áreas de armazenamento até o usuário final.

Busca-se, dessa forma, investir na preservação para diminuir a necessidade de restauração, atividade demorada e custosa, não só aos cofres públicos, mas também em relação à documentação, que é submetida a processos que variam de acordo com os avanços tecnológicos e científicos.

A HISTÓRIA QUE CONTAMOS

Se a formação dos acervos, no decorrer do século XIX, levou em conta os avanços técnico-científicos da sociedade e as definições político-administrativas das nações, as instituições de documentação se depararam no século XX com o crescimento

desordenado da informação e de seus canais de veiculação, que diversificavam seu suporte físico. No início do século XXI tateamos o caminho de se estabelecer critérios de geração, controle e preservação da informação, seja ela governamental ou apenas cultural.

A recente abertura dos arquivos da ditadura no Brasil, ao transformar o discurso oficial transforma também a memória documental a preservar. E essa memória recente se registra em suportes mais ágeis, mas também mais frágeis, cuja preservação demanda condições de temperatura e umidade controladas, e cuja garantia de acesso precisa lançar mão das modernas tecnologias às quais já se acostumou a população.

O mundo é digital, mas a informação assume variadas formas, que precisam ser reformatadas no acesso. Assim como o papel, discos, fitas audiomagnéticas, filmes, fotografias, tudo cabe no digital. Mas se essa é a forma de acesso ideal, é preciso avaliar qual a melhor forma de preservar os suportes originais, não só para se preservar os testemunhos da evolução tecnológica, mas também para garantir a qualidade e a fidelidade do conteúdo dos arquivos.

Nesse ponto, é preciso fazer uma diferença entre uma política nacional de informação documental e políticas de conservação e preservação de acervos. Uma política nacional será capaz de definir diretrizes de formação de acervos e traçar normas gerais para sua guarda e preservação. Mas não poderá, nem deverá, estabelecer procedimentos específicos para preservação de suportes de informação sem correr o risco de engessar e inviabilizar a atuação das instituições de documentação. Assim, procedimentos para reformatação de arquivos sonoros, por exemplo, podem constituir um conjunto de recomendações técnicas geradas a partir dos estudos desenvolvidos por uma câmara técnica ou comissão especial – para utilizar a estruturação de atividades do CONARQ – mas não uma política arquivística.

No caso brasileiro, com as dimensões continentais do território e as dificuldades épicas enfrentadas pelas unidades da fe-

deração, faz-se necessária uma política que leve em conta, basicamente, a integração e a articulação sistêmica dos arquivos estaduais com o Arquivo Nacional, de forma a garantir a máxima unidade possível de procedimentos técnicos e políticos na gestão dos acervos e na metodologia de acesso adotada.

Não há mais a desculpa da desinformação quanto à intencionalidade de uma política de acervos, e precisamos refletir sobre as decisões tomadas para a guarda e a preservação da memória nacional do ponto de vista de sua construção histórica. Resta-nos, portanto, a tarefa de integrar o discurso à prática, aproveitando os avanços tecnológicos e a evolução do pensamento ligado à utilização responsável de recursos, de forma a desenvolver uma cultura de preservação da memória documental.

REFERÊNCIAS

BRASIL Decreto nº 4.915 de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo SIGA, da administração pública federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, n. 243, 15 dez. 2003.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução nº 24, de 3 de agosto de 2006. Estabelece a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, n.150, Seção 1, p.1, 7 ago. 2006.

_____. *Subsídios para a implantação de uma política municipal de arquivos: o arquivo municipal a serviço dos cidadãos*. Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Subsídios para inserção do segmento dos arquivos no Programa Sociedade da Informação no Brasil*. Rio de Janeiro, 2001.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002.

BURKE, Peter. (Org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. História como memória social. In: *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. p. 67-89.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Sobre o valor histórico dos documentos*. Arquivo Rio Claro. Rio Claro, n. 1, p. 11-17, 2003.

GOMES, José Maria. Globalização, Estado Nação e cidadania. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, IRI/PUC-RJ, v.20, n.1, p.7-89, jan./jun. 1998.

HODGES, Adrian; GLAYSON, David. *Compromisso social e gestão empresarial*. Publifolha, 2002.

KROETZ, Cesar Eduardo S. *Balanco social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. p. 423-483.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. (Coord.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças & CARVALHO, Maria Izabel. *O Estudo da Política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SILVA, Jaime Antunes da. *A política nacional de arquivos: a ação do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1996.

UHLIR, Paul F. *Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público*. Brasília: UNESCO, 2006.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E AS SUAS MEMÓRIAS¹

Andréa Cristina de Barros Queiroz²

A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

Michel de Certeau (2002, p.77) salientou que os lugares permitem e interditam as produções da história, tornando possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns e, por outro lado, impossibilitando outras. Por sua vez, os grupos, classes e indivíduos também estão em constante disputa pelo poder. As relações entre poderes, muitas vezes, definem o que será lembrado e o que deverá ser esquecido. Seja como for, é no âmbito da noção de poderes que se define o que ficará registrado em livros e programas escolares, tornando “memória histórica”, ou a “história oficial”.

A memória, dessa forma, está diretamente ligada aos mecanismos de controle e dominação de alguns grupos sobre outros. A evocação da memória também está vinculada a um tempo presente. Mesmo remetendo a uma lembrança do passado, é a necessidade *presente* que norteia a evocação memorialística. Neste sentido, é pertinente termos a consciência que

1 Este trabalho retoma e aprofunda aspectos abordados no texto *Projeto Memória da UFRJ* (OLIVEIRA; QUEIROZ; MELLO, 2009).

2 Historiadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro; responsável técnica pelo *Projeto Memória* / SiBI / UFRJ. Doutoranda em História Social no PPGHIS/UFRJ. Mestre em História Social pelo PPGH/UFF.

os interesses do presente norteiam e definem o trabalho de rememoração e/ou celebração do passado.

A “rememoração” [...] proporciona o sentimento da distância temporal; mas ela é a continuidade entre presente, passado recente, passado distante, que me permite remontar sem solução de continuidade do presente vivido até os acontecimentos mais recuados da minha infância (RICOEUR, 1996, p.8).

Para Paul Ricoeur, existe uma distinção entre *rememoração* (parte de um processo de elaboração individual) e *comemoração* (trabalho de construção de uma memória coletiva). A mediação entre a memória individual e a coletiva passaria, então, segundo esse autor, pelo viés de uma identidade narrativa, inscrita no tempo e na ação. De acordo com Ricoeur, como a memória possui um caráter seletivo, ocorre uma manipulação desta em função da utilização deliberada do esquecimento. Os usos dessa seleção da memória coletiva encontram-se, portanto, nesse processo de *rememoração* social, cuja intenção é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Lembramos que as utilizações sociais da memória são visíveis nesse fenômeno das *comemorações* que, em todas as partes do mundo, vêm se impondo como um ritual nacional. Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente. Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal, destacou Helenice Rodrigues da Silva (2002, p.436). Para esta historiadora, a comemoração tem por objetivo demonstrar que o acontecimento “rememorado”, por seu valor simbólico, pode se reportar ao devir. As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em

direção ao futuro. Em outros termos, a comemoração das datas nacionais demonstra que os acontecimentos tidos por inaugurais exercem ainda uma função eminentemente simbólica (2002, p.436).

Pierre Bourdieu (2001, p.37) nos alerta para o perigo de nos tornarmos objetos dos problemas que se tomam para objeto. Ademais, concebemos que as formas de concepção do passado também são formas de ação, já que, “conceber o passado não é apenas selá-lo sob determinado significado, construir para ele uma interpretação; conceber o passado é também negociar e disputar significados e desencadear ações”. (ALBERTI, 2004, p.33)

Assim, ressaltamos que memória e identidade são conceitos intrinsecamente ligados, constituindo-se, mutuamente, num processo no qual a primeira dá substrato à segunda. Através de uma constante seletividade de elementos, a memória busca a legitimação do que deve prevalecer na lembrança e por isso também é objeto de constante disputa de poderes. Isso também vale para a memória institucional. Se é verdade que uma instituição é constituída por uma complexa rede de relações estabelecidas, não somente nos papéis e registros oficiais, mas (e sobretudo) através das práticas habituais, fundamentadas em valores e normas adotadas pelos sujeitos que as constituem e nela atuam, é também sabido que a identidade compartilhada é um poderoso fator de coesão de grupos (BOURDIEU, 2001, p.37).

Nas instituições, “o discurso oficial produz determinados significados relacionados com a construção identitária da instituição em foco” (OLIVEIRA, 2002) e através dele podemos perceber a atuação dos diversos grupos implicados neste processo, bem como a relação destes com os diversos tipos de memórias que se perpetuam ou se apagam. O discurso a que nos referimos extrapola a noção de textos, documentos e falas. Refere-se também à relação que os sujeitos estabelecem com o meio social e ao processo histórico em curso.

Reconhecemos que a “importância do resgate da memória institucional está na necessidade de se estabelecer uma identidade que tem no passado seu lugar de construção, e, no presente, a tarefa coletiva de preservação e salvaguarda” (UERJ. 2001, p.XI). Ao falarmos em espaços de memória estamos nos referindo ao “conjunto de iniciativas de registro dos dados coletados em atividades de pesquisa e/ou no recolhimento de materiais didáticos, documentos, móveis, utensílios e equipamentos que, percebidos em sua dimensão histórica, são inventariados em conjuntos coerentes, sendo em seguida socializados para a consulta ao público interessado. Dessa forma, tais documentos e objetos tornam-se depositários da história da instituição, passando a compor o seu patrimônio cultural” (XAVIER, Mimeo, p.2).

Como foi ressaltado no texto do *Projeto Memória*, precisamos criar, assim, mecanismos internos e externos que reforcem, junto às instâncias superiores, aos governantes, às agências de fomento e aos empresários, sobre a importância de salvaguarda da memória das instituições, bem como da necessidade de viabilizar recursos materiais importantes à recuperação, preservação e disseminação de informações sobre os acervos memorialísticos a toda sociedade (OLIVEIRA et al, 2009, p.7).

O PROJETO MEMÓRIA

O *Projeto Memória*, coordenado pelo Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e desenvolvido em conjunto com diversas instâncias da Universidade, procura viabilizar mecanismos para diagnóstico, identificação, assessoria técnica e difusão de acervos documentais, arquitetônicos e orais que constituem a história e a memória da UFRJ.

O projeto está em conformidade com os objetivos da UFRJ no que se refere ao “desenvolvimento de permanente intercâmbio com a sociedade civil, assegurando o ingresso e a circulação no interior da Universidade de múltiplas formas de

saber e da experiência técnica, bem como da cultura e da arte, diversas daquelas que são associadas às práticas estritamente acadêmicas, com reconhecimento da relevância dos conhecimentos e experiências desses atores sociais para a pesquisa e ensino universitários” (UFRJ, 2006, p.13).

Seja como for, percebemos a necessidade de se estabelecer políticas de financiamentos, tanto públicos quanto privados para a salvaguarda dos patrimônios e acervos materiais e imateriais, tão espalhados e fragmentados na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O equacionamento entre a consciência da necessidade de preservação e os recursos materiais viabilizados para tal necessidade ainda é um desafio a ser superado. Entretanto, temos a consciência de que, ao nos colocarmos como defensores e “guardiões” de acervos memorialísticos, assumimos grande responsabilidade perante as futuras gerações. O direito à memória é um direito de cidadania.

Como entidade pública, a Universidade tem, entre suas funções, assegurar à sociedade o direito de acesso a todas as informações sobre sua origem, trajetória e funcionamento, reafirmando, desta forma, sua importância estratégica na construção de saberes e da cidadania. A organização, a preservação e a divulgação dos acervos contribuirão para futuras pesquisas que tenham como objeto de estudo a produção do conhecimento gerado na Universidade a *grosso modo*, e, por conseguinte, um aspecto de relevante importância para a compreensão da trajetória da construção do pensamento científico, cultural e tecnológico em nosso país. Portanto, ressaltamos a importância da preservação da memória técnico-científica e cultural da Universidade para o fortalecimento de sua identidade institucional.

Com a criação do Grupo de Pesquisa em Memória e Documentação (GPMD) no *Projeto Memória*, há o objetivo comum de preservação e análise de documentos que fazem parte da história da UFRJ, organizando e disponibilizando as informações de acervos, tanto para a comunidade universitária (alu-

nos, professores, servidores técnico-administrativos, pesquisadores), quanto para a comunidade externa. A fim de se manter um contínuo diálogo entre a preservação de seus acervos e a difusão das pesquisas já existentes, em especial nos Programas de Pós-Graduação da própria UFRJ, o *Projeto Memória* promove anualmente a série de seminários *Memória, Documentação e Pesquisa* que visa além da divulgação do acervo e patrimônio institucional, uma análise da produção científica dentro e fora da Universidade acerca dessa temática, como também a organização em livro das conferências e palestras apresentadas nesta série.

Destacamos ainda que o *Projeto Memória* realizou, até o presente momento, o levantamento das seguintes unidades e espaços detentores de acervos e/ou arquivos vinculados à história e à memória da UFRJ, identificando-se, com isto, as possibilidades de contribuição de cada uma no projeto:

- Acervo Histórico da Faculdade de Farmácia
- Acervo do Gabinete do Reitor (Atas do *Consuni* e Coleção Iconográfica)
- Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro / IFCS
- Arquivo do Escritório Técnico da Universidade³
- Arquivo Histórico do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira / Biblioteca da Faculdade de Direito
- Arquivo Memória do Museu Nacional
- Arquivos do Programa Avançado de Cultura Contemporânea / FCC
- Biblioteca de Obras Raras do Centro de Tecnologia
- Biblioteca Digital da Escola de Música
- Biblioteca Pedro Calmon / FCC
- Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery
- Centro de Documentação do Ensino das Ciências da Saúde

3 Este acervo, em 2010, foi transferido para o Núcleo de Pesquisas e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (NPD) / FAU.

- Centro de Informações Europeias / IFCS
- Centro de Memória da Escola de Serviço Social
- Centro de Memória Inezil Penna Marinho / EEFD
- Centro de Pesquisa em Línguas Indígenas / Museu Nacional
- Espaço Carlos Chagas Filho / CCS
- Memória do Trabalho Escravo Contemporâneo / GPTEC / NEPP-DH
- Museu D. João VI / Escola de Belas Artes
- Museu da Anatomia / CCS
- Museu da Escola Politécnica / CT
- Museu da Geodiversidade / CCMN
- Museu da Psiquiatria
- Museu da Química Professor Athos da Silveira Ramos / IQ
- Museu do Observatório do Valongo
- Museu do Microscópio
- Museu Instrumental Delgado de Carvalho / Escola de Música
- Museu Nacional / FCC
- Museu Virtual da Faculdade de Medicina
- Núcleo de Pesquisas e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
- Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade / Faculdade de Educação

ACERVO DOCUMENTAL



Figura 1 – Carta de Alforria, 1878 (Coleção Baroneza de Guanabara – Biblioteca Pedro Calmon)

Pela presente carta de alforria, por mim escripta e assinada, concedo liberdade à minha escrava Cyprianna que possui por título de compra, feita por meu finado marido, e que me tem nas partilhas, a que se procedeu por morte do mesmo; e faço esta concessão gratuitamente, attentos os bons serviços que esta escrava tem prestado; pelo que agora em diante proverá dispôr de si livremente, como si de ventre livre houvesse nascido, e completamente isenta de qualquer obrigação.

Rio de Janeiro, 1º de Março de 1878
Baroneza de Guanabara



Figura 2 – Savante: O payé Juana (CELIN)



Figura 3 - Carta hidrográfica por Curt Nimuendajú (CELIN)

JORNAL DO BRASIL
Rio de Janeiro □ Domingo, 3 de setembro de 1978

A VOLTA DO CACO

Fonte - Arquivo do CACO

FUNDADO em 1916, extinto oficialmente em 1966 pela Lei Supley, mas atuante até 1969 com a denominação de CACO-Oliveira, o Centro Acadêmico Candido de Oliveira, da Faculdade de Direito da UFRJ, ressurge através de eleições livres e diretas promovidas pelos alunos.

Ativo e participante nas grandes campanhas cívicas e políticas do país, o CACO deixou de existir depois de resistir durante cinco anos, desde 1964 até 1969, quando o último dos seus dirigentes, Wladimir Palmeira, saiu banido do país. Mas nem sempre foi assim.

Houve época em que a direção do CACO tinha acesso livre ao gabinete do Reitor, especialmente na gestão do Sr Pedro Calmon, e seu presidente era recebido no Palácio do Catete, pelo Presidente Juscelino Kubitschek, para apresentar reivindicações dos estudantes.

Figura 4 – Jornal do Brasil, 3 set.1978 (CACO)

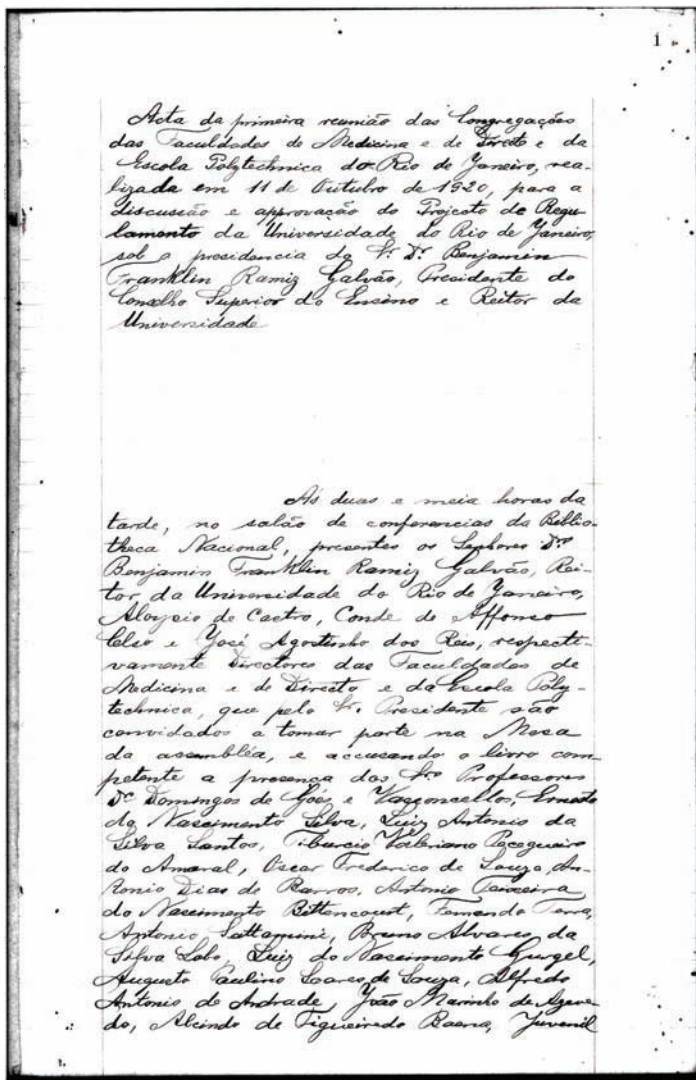


Figura 5 – Acta da primeira reunião das Congregações das Faculdades de Medicina e de Direito e da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, realizada em 11 de outubro de 1920 / Conselho Universitário (reprodução na Base Minerva < <http://www.siglinux.nce.ufrj.br/~consuni/>>)

COMEMORAR: MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO

Em 2010, quando a UFRJ⁴ completa 90 anos, o *Projeto Memória* com a intenção de comemorar a história da Universidade dará início a coleta de uma série de depoimentos referentes à memória da comunidade acadêmica e externa à instituição (como os moradores da Maré e da Vila Residencial da UFRJ⁵) que servirão de fontes importantes que agregadas aos acervos documentais e arquitetônicos já identificados e catalogados contribuirão em muito sobre as narrativas que compõem a história da UFRJ. Dessa maneira, visamos a criação de um acervo de História Oral que se tornará disponível ao público para a sua consulta. Com isto, devemos fazer algumas reflexões sobre a criação e a preservação desse tipo de acervo.

4 Da união das Faculdades de Engenharia (1810 – Academia Real Militar), Medicina (1832) e Direito (1891) deu-se a origem, em 1920, à Universidade do Rio de Janeiro (URJ), primeira Universidade do Governo Federal no país (Decreto 14.343, de 7 de setembro de 1920). A partir de 1937, a URJ foi transformada em Universidade do Brasil (UB), com a incorporação de diversas instituições já existentes. Contava com quinze Faculdades e Escolas, um Museu e quinze Institutos (Lei 452, de 5 de julho de 1937). Este período coincide com o início do Estado Novo (1937-1945), em que a política governamental autoritária e centralizadora esteve presente na constituição das disposições gerais da Universidade, como a ausência de autonomia desta em relação ao Governo Federal. A partir de 1965, no contexto da ditadura militar (1964-1985), a UB passou a designar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passando por uma transformação “modernizante” em tempos de regime autoritário. A UFRJ “incorporou, assim, desde sua fundação, aqueles que são até hoje seus traços constitutivos: retardatária, fragmentada, patrimonialista e elitista – traços esses que se reproduziram ao longo do tempo. Dessa maneira, esta conformação pela reunião de escolas pré-existentes, dispersas, bem como a intenção totalizadora e elitista marcaram profundamente a origem e trajetória dessa instituição”. (FÁVERO, 2007, p.37).

5 Devemos ressaltar o trabalho dos professores Marco Antonio da Silva Mello e da professora Neiva Vieira da Cunha, como também de seus bolsistas PIBEX que desenvolveram um trabalho em 2006 e 2007 junto ao Departamento de Antropologia Cultural no IFCS sobre a vila residencial da UFRJ. (VALENTE, 2007, p.227-294)

Ressaltamos que comemorar os 90 anos da UFRJ interage com as discussões acerca do tempo presente. Roger Chartier (2002, p.216) observou que ao se trabalhar com o tempo presente, o historiador torna-se coetâneo ao seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. A proximidade temporal entre o historiador e seu objeto não mais pode ser vista como um obstáculo, como fora desde o século XIX. Portanto, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, tornar-se-ia um instrumento importante para um melhor entendimento da realidade estudada. Chartier (2002, p.216) acrescentou que isso permitiria a superação da descontinuidade fundamental, a qual separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador, daqueles cuja história ele escreve, possibilitando, dessa forma, “uma articulação entre a parte voluntária e consciente da ação dos homens e os fatores ignorados que a circunscrevem e a limitam”.

Refletindo sobre as fontes orais, destacamos a análise de Henry Rousso (1996, p.2) sobre a questão do testemunho que

colhido *a posteriori*, por sua própria natureza, é uma das características da história do tempo presente. Ele leva à criação de uma fonte singular na medida em que destinada desde o início seja a formar um arquivo, no sentido de conservar – eis aqui a memória de tal indivíduo ou de tal grupo –, seja a alimentar uma pesquisa específica. Nos dois casos, essa fonte está intrinsecamente ligada ao questionamento preciso do arquivista ou do historiador, voltada para um acontecimento, um indivíduo, um determinado processo histórico, e entra em sinergia ou em oposição com o discurso do ator assim erigido em *testemunha*.

A historiadora Beatriz Sarlo (2007, p.9) advertiu que “o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente”. A autora critica como o testemunho foi transformado em ícone

de verdade ou de reparação de um passado traumático de um sujeito que narra sua experiência e, por conta disso, exige “não ser submetido às regras que se aplicam a outros discursos de intenção referencial, alegando a verdade da experiência, quando não a do sofrimento, que é justamente a que deve ser examinada” (2007, p.38).

Sarlo (2007, p.58-59) discutiu que a escrita da história não pode cultivar o anacronismo por escolha, como ocorre com os relatos testemunhais que o permitem, já que são compostos daquilo que um sujeito quer ou pode se lembrar, daquilo que ele esquece, ou cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, enfim daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado, que suas idéias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente. Ou seja, o depoimento deve ser analisado criticamente e confrontado com outras fontes históricas para assim contribuir na escrita da história.

Para Marieta de Moraes Ferreira (2002, p.314-332), os usos políticos do passado possibilitam que as entrevistas orais sejam vistas como memórias que espelham determinadas representações. Assim, as possíveis distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa. Segundo a historiadora, a memória invade o cotidiano, mas na maioria das vezes apenas como mais um produto para satisfazer parcialmente uma demanda por identidade, e torna-se assim uma “memória domesticada”.

De acordo com Ferreira (2006, p.8), os historiadores têm como dever de ofício estabelecer diferenças entre a memória e história, entre a história vivida e a história como operação intelectual. É com esse compromisso que se deve enfrentar o desafio de deslindar os mecanismos de construção das memórias, de captar seus conflitos, de compreender o que é selecionado para ser lembrado e o que é relegado ao esquecimento.

Concluiu a autora que o importante é trazer para o primeiro plano como esses mecanismos da memória operam ao longo do tempo e se atualizam de acordo com as demandas sociais e as lutas políticas.

Assim, as comemorações ocupam um lugar central no universo político contemporâneo, pois contribuem para definir as identidades e as legitimidades políticas. Todavia, elas não constituem somente um simples meio de produzir *consenso*; ao contrário, elas podem revelar tensões e conflitos. Partindo do princípio de que a comemoração é um elemento central da construção da identidade, lembramos que a identidade está profundamente ligada à memória, e a História Oral é um método extremamente eficaz para lidar com essa problemática (FERREIRA, 1997, p.157).

Enfim, dar voz às diferentes memórias construídas sobre a UFRJ, neste momento, é um dos principais focos do *Projeto Memória*. Dessa forma, com a organização do acervo de História Oral contribuiremos para a criação de instrumentos e fontes para a pesquisa histórica sobre a Universidade.

Vale também refletirmos sobre a preservação desse acervo. Pensamos como modelo a ser seguido o do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, uma instituição pioneira no que tange à constituição, organização e preservação de acervo de História Oral, que por sua vez é orientada pelos padrões internacionais de digitalização e de manutenção dos seus documentos sonoros e audiovisuais da International Association of Sound and Audiovisual Archives (IASA)⁶.

Segundo Marco Buarque (2008, p.3), quando tratamos de preservação de documentos, duas etapas são essenciais e complementares: conservação preventiva e digitalização. Se a

6 Ver: <http://www.iasa-web.org>. Lembramos que a IASA, fundada em 1969, é uma das mais importantes associações do mundo voltada para a questão da preservação de documentos sonoros e audiovisuais, tendo publicado um importante guia de recomendações

digitalização é o processo que mais se aproxima de uma preservação de longo prazo, sua funcionalidade e efetividade só alcançam bons resultados se vier acompanhada de um trabalho eficaz em conservação preventiva. Dessa maneira, a preservação de longo prazo só pode ser plenamente alcançada no campo digital, por alguns motivos principais. Primeiramente, em função de sua codificação binária – na qual as informações vêm sob a forma de números (sempre zero e um) – os arquivos digitais podem ser copiados com precisão matemática. Em segundo lugar, e diretamente relacionado ao primeiro ponto, no campo digital não ocorrem perdas de informação quando da passagem de um sistema para outro (2008, p.10).

Por tudo isso, registramos ser esse o novo desafio do *Projeto Memória* da UFRJ que ao comemorar os 90 anos da instituição já diagnosticou que diferentes unidades da instituição nos procuraram para nos relatar os diferentes discursos que representam a universidade. Conhecer esses discursos e memórias e analisá-los fazem parte de nosso *Projeto*, assim como contribuir na formação da identidade da instituição.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BUARQUE, Marco Dreer. Estratégias de preservação de longo prazo em acervos sonoros e audiovisuais. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL (9:2008; São Leopoldo, RS). *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral; São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p.215-218.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920 a 1965). In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de

(Org.). *A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, FCC, SiBI, 2007. p.13-42.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. *Projeto História*. Ética e História oral, São Paulo, n. 15, p.157-164, abr. 1997.

_____. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.5, p.314-332, 2002.

_____. Introdução. In: FERREIRA, M. M. (Coord.) *João Goulart: entre a história e memória*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.7-30.

OLIVEIRA, Antonio José B. de; QUEIROZ, Andréa C. B.; MELLO, Paula M. A. M. *Projeto Memória da UFRJ*. Rio de Janeiro, 2009. (Mimeo)

OLIVEIRA, Carmem Irene Correia de. *Universidade do Rio de Janeiro: discurso, memória e identidade: gênese e afirmação*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

RICOEUR, Paul. Entre mémoire et histoire. *Projet*, Paris, n.248, 1996.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou indício de uma falta. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.17, p.1-7, 1996.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração” / comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n.44, p.425-438, 2002.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rede Sirius. Núcleo de Memória, Informação e Documentação. *Acervos de memória: exposição comemorativa do cinquentenário da UERJ*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Proposta de plano quinquenal de desenvolvimento para a UFRJ*. Março de 2006. (Série Debate)

VALENTE, Vera. A vila residencial da UFRJ: visões de uma trama social.

OLIVEIRA, Antonio José B. de (org.). *A universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: FCC/SiBI, 2007, p.227-294.

XAVIER, Libânia Nacif. *Iniciativas de preservação da memória institucional na UFRJ*. [199-]. Mimeo.

